

Lucicleia Barreto Queiroz

Juventude, Lazer e Políticas Públicas no Acre

Juventude, Lazer e Políticas



Edufac



Edufac 2017

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac),

Campus Rio Branco, BR 364, km 4,

Distrito Industrial – Rio Branco-AC,

CEP 69920-900, 68. 3901 2568 – e-mail edufac.ufac@gmail.com

Editora Afiliada: Feito Depósito Legal



Lucicleia Barreto Queiroz

Juventude, Lazer e Políticas Públicas no Acre



Edufac

Juventude, lazer e políticas públicas no Acre
ISBN: 978-85-8236-063-7
Copyright © Edufac 2017, Lucicleia Barreto Queiroz
Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac
Rod. BR364, KM04 • Distrito Industrial
69920-900 • Rio Branco • Acre

Diretor

José Ivan da Silva Ramos

Conselho Editorial

Adailton de Sousa Galvão, Antonio Gilson Gomes Mesquita, Bruno Pereira da Silva, Carla Bento Nelem Colturato, Damián Keller, Eustáquio José Machado, Fabio Morales Forero, Jacó César Piccoli, José Ivan da Silva Ramos, José Mauro Souza Uchôa, José Porfiro da Silva, Lucas Araújo Carvalho, Manoel Domingos Filho, Maria Aldecy Rodrigues de Lima, Raimunda da Costa Araruna, Simone de Souza Lima, Tiago Lucena da Silva, Yuri Karaccas de Carvalho.

Editoras de Publicações

Jocília Oliveira da Silva
Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

Secretária Geral

Ormifran Pessoa Cavalcante

Projeto Gráfico

AntonioQM

Design Editorial

FredericoSO

Capa

FredericoSO

Revisão de texto

Selmo Azevedo Apontes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Ufac

Q384h Queiroz, Lucicléia Barreto,
Juventude, lazer e políticas públicas no Acre / Lucicléia Barreto Queiroz. – Rio
Branco: Edufac, 2017.

298 p.
Inclui referências bibliográficas.
ISBN: 978-85-8236-063-7

1. Políticas públicas - Jovens. 2. Jovens - Brasil. 3. Lazer - Aspectos sociais. I. Título.

CDD: 362

Bibliotecário responsável: Maria do Socorro de Oliveira Cordeiro – CRB 11º/1003



Lucicleia Barreto Queiroz

Juventude, Lazer e Políticas Públicas no Acre



Edufac

Sumário

APRESENTAÇÃO _____	16
--------------------	----

INTRODUÇÃO _____	20
------------------	----

CAPÍTULO I

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO: DE QUE JUVENTUDE ESTAMOS FALANDO? _____	32
---	----

1.1 Percepções e conceitos sobre juventude	33
1.2 Alguns estudos e pesquisas sobre a juventude	34
1.3 O Jovem como agente de mudança: a dimensão participativa e sua relação com a educação	44
1.4 Dos direitos à participação dos jovens brasileiros	51
1.5 Reflexões sobre política pública: a construção da agenda pública	53
1.6 Antecedentes e trajetórias da Política Pública de Juventude no Brasil	56
1.7 Política Nacional de Juventude: dimensões, diretrizes, eixos e programas	62

CAPÍTULO II

A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE LAZER E A OCUPAÇÃO DO TEMPO LIVRE DOS JOVENS: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E INFORMAL _____	68
---	----

2.1 Finalidades e direitos da educação	69
2.2 Educação não formal e informal: relação com o lazer e a ocupação do tempo livre	72
2.3 Contextualização teórica: investigação sobre o lazer e o tempo livre	77
2.4 Lazer, ócio e tempo livre: caracterização e conceitos	82

2.5 A ocupação do tempo livre e os hábitos de lazer: contribuições para o desenvolvimento sócio-cultural da juventude.....	88
--	----

CAPÍTULO III

CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DO ESTUDO E A VISÃO DOS PARTICIPANTES _____ 92

3.1 Caracterização do contexto do estudo	93
3.2 Caracterização dos participantes.....	95
3.3 Resultados do estudo empírico qualitativo.....	96
3.4 A visão dos decisores políticos.....	97
3.5 A visão dos presidentes das regionais de bairros	132
3.6 A visão dos diretores de escolas	166
3.7 A visão dos jovens	196

CAPÍTULO IV

TEMPO LIVRE, LAZER E PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS _____ 228

4.1 Caracterização da amostra	229
4.2 Atividades de lazer mais frequentes	231
4.3 Bem-estar, satisfação	238
4.4 Funções e significados do tempo livre	240
4.5 Acessibilidade	242
4.6 Participação.....	244
4.7 Preditores da participação na política pública	249

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS _____ 260

REFERÊNCIAS _____ 272

Prefácio

Isabel Menezes, Universidade do Porto, Portugal

Os discursos e as políticas sobre a/os jovens têm-se multiplicado e diversificado nas últimas décadas, com um crescente reconhecimento da diversidade e pluralidade que marca esta etapa da vida e da complexidade e hibridéz dos seus percursos de transição. Em boa verdade, no entanto, continua a ser frequente uma visão paternalista da ‘juventude’ – essa que, como bem disse Bourdieu, aqui citado, não é mais que uma palavra – como fonte de problemas e perigosidade, como estando “em-construção” e incapaz de assumir os seus direitos de cidadania. Este livro assume, e felizmente, uma perspectiva diversa, reconhecendo tanto a agência como a diversidade da/os jovens no Brasil a partir de um estudo centrado no estado do Acre.

Luciléia Queiroz assinala como as políticas públicas no campo da juventude têm evoluído no sentido do reforço dos direitos sociais de crianças e jovens, reconhecendo simultaneamente a importância das atividades de lazer e participação, não numa lógica compensatória e preventiva, mas como espaços de capacitação. Esta evolução permite, como afirma, “ver os jovens como mais do que apenas um problema (...) como sujeitos de direitos e definidos (...) pelas suas necessidades e recursos, (...) [enquanto] legítimas reivindicações de cidadania”. Assim, a agência da/os jovens irradia-se numa multiplicidade de atividades de uso do tempo livre em que se incluem diversas experiências de participação em contextos igualmente diversificados – desde as associações de carácter religioso ao voluntariado, passando pelos grémios estudantis e juventudes partidárias. O que aqui se reconhece é que estas experiências, não sendo intrinsecamente boas, contêm um importante potencial de empoderamento da/os jovens enquanto cidadãos.

O trabalho prossegue com uma revisão da já ampla literatura sobre a(s) juventude(s) brasileira, com especial enfoque na questão do lazer e participação, e discute a evolução das políticas públicas de juventude,

concluindo com uma revisão das orientações e programas atualmente em curso no Brasil. Apresenta, ainda, uma visão educacional sobre as questões da participação em atividades de lazer e o tempo livre da/os jovens a partir dos constructos de educação não formal e informal, fazendo depois uma análise da investigação sobre lazer e tempo livre.

A partir daí, a autora faz a caracterização do contexto da sua própria pesquisa, a cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, e apresenta o desenho da investigação que inclui dois estudos. O primeiro estudo foca-se nas políticas de juventude no domínio da participação e do lazer e envolve 18 entrevistas semi-estruturadas a decisores políticos, presidentes das regionais de bairros, diretores de escolas e jovens com algum envolvimento cívico-político. As entrevistas visaram aceder às representações e experiências da/os participantes relativamente ao desenvolvimento e implementação das políticas públicas de juventude, à participação da/os jovens e à forma como as políticas públicas podem estimular essa participação. O segundo estudo centra-se nos hábitos de lazer e participação de jovens a partir de um inquérito por questionário com 597 jovens a frequentar o 3º ano do ensino médio, maioritariamente do sexo feminino (59%) e com uma média de idade de 16.96 anos. O questionário baseou-se no estudo do International Social Survey Programme de 2007 (Leisure Time and Sports Survey), e incluía questões sobre os hábitos de lazer, o uso do tempo livre, do lazer e a participação cívica e política, atendendo também aos obstáculos e recursos para essas práticas.

Os resultados dos dois estudos são especialmente interessantes e a autora, para além da sua apresentação, reflete criticamente e contrasta as vozes da/os participantes na conclusão deste livro. Na generalidade, os resultados sugerem que, apesar da lógica participatória das políticas públicas, com a sua ênfase no protagonismo juvenil, quanto mais nos afastamos do centro da tomada de decisão política e mais nos aproximamos da/os próprios jovens, menos evidente se torna este protagonismo e mais parece emergir a ausência de oportunidades de participação. Seguramente, os decisores políticos (ambos homens) reconhecem que muito há ainda para fazer neste domínio e assumem este como um objetivo futuro. Mas esta descontinuidade entre os princípios das políticas públicas e as práticas e, mais ainda, as vivências quotidianas da/os jovens – que, reconheça-se é um problema central da concretização das boas políticas públicas um pouco

por todo o mundo – constitui um dos maiores desafios para as pessoas que exercem cargos de decisão política, aos vários níveis da governação, até pelo capital de esperança que estas políticas geram e pelo seu potencial de empoderamento e capacitação.

Outro dado interessante, e também com muita ressonância com os resultados da investigação, pelo menos na Europa, é o da ambivalência sobre a participação juvenil nos discursos da/os jovens e sobre os jovens. Nas entrevistas, sobretudo mas não exclusivamente, os adultos são relativamente expeditos em afirmar o desinteresse, a irresponsabilidade e a apatia política da juventude, mas relativamente relutantes em articular essa suposta evidência com a questão das oportunidades e dos recursos para a participação. O discurso de alguns jovens parece ser, ele próprio, “contaminado” por esta visão deficitária da juventude, excessivamente acomodada ou centrada em si e, por isso, na fala de um deles, “talvez a culpa também seja minha, talvez a culpa seja dos outros, a culpa é nossa! A culpa também deve ser dividida”. Ora, e sem negar que há importantes sinais de desinteresse e até mesmo alguma desconfiança nas instituições políticas tradicionais e nas formas mais convencionais de participação, também não é possível negar que, um pouco por todo o mundo, a/os jovens têm ocupado as ruas e praças manifestando-se por direitos políticos e sociais, denunciando injustiças e clamando por configurações mais participativas de democracia. Esta realidade, tal como as entrevistas deste mesmo estudo, revelam que, longe de serem espectadores apáticos, a/os jovens são cidadãos de direito próprio.

Finalmente, os questionários vêm reforçar alguns destes elementos. Desde logo, a relativa incipiência dos equipamentos públicos para a prática do lazer dos jovens – sugerindo a importância de reforçar o acesso aos recursos públicos (alguns até já existentes) nesta área. Quanto à participação social, cívica e política, os resultados evidenciam uma elevada participação em associações ligadas a igrejas ou organizações religiosas, mas menor envolvimento nouro tipo de associações. Do mesmo modo, apenas uma minoria teve oportunidade de participar em atividades ligadas com a concretização das políticas de juventude – o que, como foi visto, constitui um objetivo central das próprias políticas –, sendo que se trata geralmente de jovens também envolvido/as em atividades de voluntariado ou em partidos políticos. Tal como noutros estudos, a participação parece gerar participa-

ção, o que sugere a importância destas organizações reconhecerem o seu importante papel enquanto estruturas de educação não formal e informal e contextos de empoderamento e cidadania juvenil.

Não gostaria de concluir este prefácio sem uma nota sobre a autora. Lucicléia Queiroz atravessou um oceano, rumo à Universidade do Porto, determinada a fazer um doutoramento, deixando no Acre a rede de relações que sustenta a nossa vida quotidiana. Apesar disto, integrou-se, tanto no programa doutoral como no nosso grupo de pesquisa, de forma sempre bem-humorada, companheira e sensível, com a honestidade intelectual de quem tem um percurso para partilhar, mas está disponível para aprender. Esta abertura à experiência que a caracterizou ao longo do percurso do doutoramento, com uma grande generosidade e envolvimento na pesquisa, foi um exemplo para toda/os nós. E, enquanto sua orientadora, não posso senão agradecer a sua tolerância, o seu reconhecimento de que este é um caminho que se faz fazendo, mesmo nas alturas em que procurávamos, tentativamente, construir um sentido e um fio condutor deste trabalho. Creio que este livro demonstra que, sendo o desígnio de um orientador tornar-se irrelevante, atingi seguramente esse patamar neste caso, e que as questões da participação social, cívica e política de jovens ganharam uma académica comprometida, de ambos os lados do oceano.

Apresentação

Busca nas fronteiras do impossível

Francisco de Moura Pinheiro¹

Quando alguém começa a construção de uma tese de doutorado, o máximo que se tem de certeza é o objeto de pesquisa e a hipótese que se configura com alguma lógica no espaço da imaginação do autor. Todo o resto é incerteza. É preciso ir, pacientemente, ao longo do percurso, preenchendo lacunas. E, ao preencher esses espaços vazios, tentar empurrar para cada vez mais longe as fronteiras do impossível.

A capacidade do saber e a virtude do poder fazer caminham de mãos dadas durante o percurso do doutorando. Não existem saltos ou a possibilidade de queimar etapas. Cada nova atitude, proveniente de uma descoberta anterior, precisa estar firmemente atada a todas as ações precedentes. Uma espécie de fio de Ariadne que vai sendo desenrolado na medida em que se avança no labirinto móvel do desconhecido.

Essas premissas permitem afirmar que o autor de uma tese deve ter a consciência de várias questões, tais como as de que a constituição do sentido da existência humana não é o domínio, mas sim o conhecimento; a prioridade do conhecimento também se dá no domínio da ação; a teoria deve prestar contas incessantes à práxis; o saber não pode ser isolado de suas consequências; e o futuro depende visceralmente dos atos humanos.

Nesse sentido, seguindo essas linhas mestras de raciocínio, penso que a professora Lucicléia Barreto Queiroz, minha contemporânea enquanto servidor há longos anos da Universidade Federal do Acre (Ufac), ao se tornar doutoranda em Ciências da Educação na Universidade do

¹ - Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro da Academia Acreana de Letras (Cadeira 28).

Porto (Portugal) e, conseqüentemente, ao produzir o seu trabalho final, cumpriu com louvor todas as etapas inerentes ao processo.

Veja-se que a professora Lucicléia Queiroz, genericamente falando, teve a ousadia de se debruçar sobre uma espécie de paradoxo instalado no âmbito das sociedades pós-modernas. Justamente o afastamento, em escala exponencial – talvez se possa dizer, inclusive, em movimento diametralmente oposto – da juventude em relação às políticas públicas propostas pelos diversos gestores instalados no poder constituído.

Ao se propor a dissecar esse tipo de antropofagia que consome boa parte da juventude planetária, tomando por base o espaço territorial acreano (o todo foi tomado pela parte, posto que reflexo daquele), Lucicléia Queiroz, ao tempo em que trouxe à luz a necessidade de uma urgente prestação de contas da teoria com a práxis, ressaltou o fato de que não se pode ter saber sem reflexão sobre as suas conseqüências, chamando também a atenção para a ideia de que o futuro precisa ser construído imediatamente.

Apoiada por uma gama de renomados pensadores, como são os casos – só para efeito de citação da minha parte e, naturalmente, referência da reflexão empreendida – de Theodor Adorno, Hannah Arendt, Norbert Bobbio, Pierre Bourdieu, Pablo Espinosa, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Antônio Gramsci, Jürgen Habermas e Herbert Marcuse, a agora doutora Lucicléia Barreto conduz os leitores a outro patamar de consciência a respeito do tema “Juventude, lazer, políticas públicas e participação”.

No final das contas, sinteticamente falando, o que a pesquisa da professora Lucicleia Queiroz teve o poder de revelar foi o fato de que existe um claro discurso de preocupação dos gestores públicos com relação ao desenvolvimento de programas de cidadania juvenil no Acre, fragmento da Amazônia, incrustrado na parte mais ocidental do Brasil. Uma preocupação que, no dizer da autora, não tem se efetivado em atitudes práticas. Dicotômica e paradoxal, a esfinge procura avidamente morder o próprio rabo!

Gostaria, por último, de afiançar a quem venha a percorrer estas linhas iniciais o quanto de importância se reveste o trabalho de doutorado da professora Lucicleia Queiroz, hoje transformado em livro. Já não se trata de uma tese relegada a um arquivo acadêmico; trata-se agora de um

instrumento de conhecimento, destinado a tirar a poeira de olhos embotados e/ou distraídos, assim como a preencher conjuntos vazios de significados. As temporalidades e os vínculos ficam plenamente estabelecidos!

Introdução

No Brasil, os jovens ganharam uma especial centralidade na agenda social e política. Muitas iniciativas foram desenvolvidas a nível local, regional, estadual e federal, tanto por instituições estatais e órgãos do governo, quanto por igrejas e organizações não-governamentais. A mídia em geral tem apresentado notícias sobre os jovens, quase sempre vinculando-os a ações de rebeldia e violência, a relação com galeras, gangues e narcotráfico, quase sempre como vítimas de tais ações e, muitas vezes, como promotores (RAMOS & BRITO, 2005). Mas, há também referências crescentes à capacidade dos jovens para a participação e engajamento em movimentos inovadores, incluindo novas formas de expressão cultural, tanto na periferia urbana e nas áreas rurais, em todo o país, que os trouxeram de volta à agenda nacional numa articulação de ações que tem na expressão do protagonismo juvenil uma síntese tradutora e articuladora (ABRAMO, 1997; ABRAMOVAY & CASTRO, 2006).

A passagem para a vida adulta é marcada por mudanças significativas em diferentes culturas e períodos históricos. Porém, o caminho para a autonomia que costumava implicar deixar a escola, encontrar um emprego, estabelecendo um novo lar longe dos pais e ter uma família própria, tem vindo a se complexificar cada vez mais, nas últimas décadas (PAIS, 2001; FERREIRA & NUNES, 2010).

Obviamente, a juventude é uma fase da vida que se expandiu para diversos grupos sociais e envolve múltiplas dimensões da exploração e compromisso, (ERIKSON, 1972) em domínios de vida diferentes. No Brasil, seguindo as classificações internacionais (por exemplo, UNESCO), a juventude é definida por políticas federais que abrange o período dos 15 aos 29 anos. Essa fase, inclui os jovens com diferentes estatutos jurídicos, com o reconhecimento das camadas de identidade atravessada por gênero, classe social, raça, etc. Na verdade, cada vez amplia-se um reconhecimento de que há limites de uma visão única sobre os jovens, (CASTRO & ABRAMOVAY, 2002), e um reconhecimento da juventude como um grupo social

de natureza diversa, com perfis específicos, interesses vocacionais, situação econômica e posição em relação ao trabalho, para citar apenas alguns. Embora a juventude seja considerada, geralmente, como uma totalidade, cujo principal atributo é dado pela faixa etária na qual está circunscrita, deve-se tomá-la também como um conjunto social diversificado (PAIS, 2001).

Pais (2009), referindo-se ao conceito de “jovem”, infere que o mesmo é formado por uma abstração arbitrária de diferenças individuais. Essa abstração dá origem à ideia de que para além de jovens existirá “o jovem” – suprema singularidade em que se filiariam todos os jovens, essencialismo de onde se desprenderia o conceito de juventude. Segundo o autor, ao se falar de “juventude” há que se levar em conta um profundo e comprometedor emaranhado de uma complexa teia de representações sociais que se vão construindo e modificando no decurso do tempo e das circunstâncias históricas. De fato, continua o autor, os jovens são o que são, mas também são (sem que o sejam) o que deles se pensa, os mitos que sobre eles se criam. Esses mitos não refletem apenas a realidade, mas ajudam-na, também, a instituir-se como uma idealização ou ficção social. O importante é não se deixar contagiar por equívocos conceituais que confundem a realidade com as representações que a conformam ou dela emanam. Sobre as fases de vida e a própria idade, o autor cita um exemplo do que ocorre entre os Tuareg – uma tribo nômada da Nigéria – onde não se contam os anos de vida. Se um antropólogo se dirige a algum nativo da tribo questionando-lhe a idade, o nativo poderá responder: “30 anos”. Se o antropólogo desconfia da veracidade da resposta, sugerindo que o nativo aparenta ter mais idade, este poderá responder-lhe para o satisfazer: “talvez tenha uns 100 anos”. Ele cita que o que está em causa não é uma incapacidade de contagem, por parte dos Tuareg, mas uma indiferença em relação ao cálculo dos anos de vida. Pais conta ainda que nunca esquecerá da lição que, um dia, um guia mirim da cidade de Olinda/Pernambuco/Brasil lhe deu. Quando o questionou sobre a sua idade manifestou surpresa por um corpo tão franzino reivindicar dezessete anos, ele esclareceu: “Sabe, senhor? Nós aqui, em Olinda, apenas crescemos em idade”.

A juventude brasileira é fruto da sociedade brasileira e, em tempos de globalização e rápidas mudanças tecnológicas, deve ter condições, oportunidades e responsabilidades específicas na construção de um país justo e próspero (CONJUVE, 2006). Para caracterizar a necessidade da atenção

necessária à juventude brasileira, Barros, Coscarelli, Coutinho, & Fonseca (2002) apontam dados da literatura onde revelam que mais de 50% da humanidade tem menos de 25 anos de idade e vive em países em desenvolvimento. Estimam que nos próximos 35 anos, por volta de 95% do crescimento demográfico mundial aconteça na África, Ásia e América Latina. No Brasil, dados da projeção populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2008) apontam que, em 2007, os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 50.2 milhões de pessoas, o que correspondia a 26.54% da população total. Este contingente é 45.9% maior do que aquele de 1980, quando havia no país 34,4 milhões de jovens; no entanto, ainda é menor do que os 51.3 milhões registrados no censo de 2010. As projeções indicam, porém, a tendência de crescimento da população jovem deverá se reverter, havendo redução progressiva no número absoluto de jovens no Brasil, que chegará a 2050 em torno de 49.5 milhões (AQUINO, 2009).

Segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007, a população brasileira de jovens entre 15 a 29 anos alcançava cerca de 49.8 milhões de pessoas, das quais, 29.8% poderiam ser considerados pobres porque viviam em famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo (SM). No grupo de 15 a 17 anos, apenas 47.9% cursavam o ensino médio, considerado o nível de ensino adequado a esta faixa etária. Na área rural, este índice não ultrapassava 30.6%. Ainda em 2007, havia 4.8 milhões de jovens desempregados, representando 60.74% do total de desempregados no país e correspondente a uma taxa de desemprego três vezes maior que a dos adultos. Especialmente elevado (19.8%) era o número de jovens que não estudavam nem trabalhavam. Destaca-se que, ao lado do tema do desemprego, o da violência comparece com bastante eloquência quando se trata de identificar as vulnerabilidades na situação social da juventude brasileira.

Nos últimos anos, têm-se registrado taxas elevadas de vitimização fatal entre os jovens, principalmente em decorrência de causas externas. O óbito por causa violenta vem aumentando seu peso na estrutura geral da mortalidade no Brasil desde os anos 1980, afetando, principalmente, jovens do sexo masculino, pobres e negros, com poucos anos de escolaridade, e que vivem nas áreas mais carentes das grandes cidades do país. Na faixa etária entre 15 a 24 anos, as mortes violentas representaram, em 2007,

o percentual alarmante de 67.7% (IBGE, 2008; CAMARANO, MELLO, & KANSO, 2009). Os recentes dados do IBGE de 2010, referente a faixa etária de 15 a 24 anos, revelaram um total de 30 milhões e 420 mil jovens, cerca de 18% da população geral, sendo a maioria deles oriunda de famílias de baixa renda. Desses 30 milhões, 20.144% vivem na região norte do País.

Estes dados sobre vitimização fatal podem estar ligados ao surgimento de galeras e gangues no cenário urbano nacional e contribuído para a realização de estudos que motivaram a inclusão, nos últimos cinco anos, do tema da juventude na agenda pública no Brasil em especial os problemas que mais diretamente afetam os jovens: saúde, violência e desemprego. Os dados também contribuem na consideração do jovem como protagonista ativo na implementação de programas (KERBAUY, 2005).

Pode-se inferir que um dos pontos culminantes que despertou para a necessidade de medidas para minimizar os índices de violência entre os jovens brasileiros ocorreu em abril de 1997, quando cinco jovens de classe média da cidade de Brasília atearam fogo em Galdino Jesus dos Santos, um índio da etnia Pataxó, que dormia em um banco de uma parada de ônibus e que culminou na sua morte. O “caso Galdino” colocou em discussão a necessidade de se buscar saber o que estava ocorrendo com os jovens brasileiros. Assim, a sociedade brasileira, apoiada por um conjunto de instituições preocupadas com a violência praticada por jovens naquela e em outras cidades, passou a investir em pesquisas científicas sobre os jovens e suas necessidades, de forma científica e incentivando a realização de estudos sobre o assunto. Através de diversos parceiros, entre eles a Unesco, neste mesmo ano foi idealizado um estudo sobre Juventude, Violência e Cidadania que ocorreu em quatro capitais brasileiras notadamente Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba e Fortaleza.

O resultado do estudo multicêntrico foi a publicação do texto base que subsidiou a discussão dos temas na 2ª Conferência Nacional de Juventude (2011). O texto mostra que a ideia de que é necessário garantir políticas públicas para a juventude já vinha se desenvolvendo há alguns anos no Brasil, principalmente a partir dos anos 90. O texto enfatiza que políticas e programas para jovens sempre existiram, mas o entendimento de que é necessário um conjunto amplo e articulado de políticas que atentem para a singularidade e, ao mesmo tempo, para a pluralidade da juventude, tomada como um segmento específico, se estruturou mais recentemente. Esse

entendimento é reflexo de profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas: o termo juventude não se refere mais a uma breve passagem da vida infantil para a vida adulta, nem a possibilidade de vivê-la está reduzida a um pequeno segmento da sociedade. Como etapa do ciclo de vida, se alargou e comporta, hoje, múltiplas dimensões de vivência e experimentação para além da formação para a vida adulta, adquirindo sentido em si mesma. Isso significa, segundo o documento, que a juventude deve ser considerada simultaneamente como um percurso para a inserção e emancipação social e como um tempo próprio para “viver a vida juvenil” (CONJUVE, 2006).

Para Rua (1998), a presença da juventude na sociedade brasileira também se alargou e intensificou nos últimos anos, tanto em contingente como em multiplicidade de atores. Segundo a autora, são muitos os segmentos que hoje se fazem visíveis e presentes, através dos mais variados tipos de coletivos, organizações e movimentos, apresentando uma gama variada de demandas, cobrando participação e interferência na vida social, cultural e política do país. O movimento desses atores foi mostrando ao país a necessidade de assumir o tema da juventude de um modo mais complexo, específico e atualizado.

Nos últimos anos, a Organização Mundial de Saúde (OMS), particularmente, tem dado maior importância às atividades de participação e lazer, pois além de outros problemas que têm acometido a juventude brasileira, observa-se relações entre essas atividades e diversas doenças crônico-degenerativas num futuro próximo, entre elas a hipertensão arterial, diabetes, obesidade, e os comportamentos de risco nocivos à saúde do próprio indivíduo ou de outrem. Por isso, diversas comunidades e centros epidemiológicos têm feito grande esforço para determinar as atividades realizadas pelos adolescentes visando modificá-las, caso seja observado sua correlação com algum dos problemas citados acima (OMS, 1995).

Na verdade, as políticas de juventude no Brasil pretendem assumir a criação de novos direitos sociais, apontando para o desenvolvimento integral e emancipação dos jovens. Esses fatos seguem uma tendência que tem evoluído gradualmente em todo o século 20 na Europa e na América do Norte foi estimulado na América Latina por organizações internacionais, como a ONU. No Caribe, essas tendências foram estimuladas pelo CEPAL e ou Caribe-CEPAL (CEPAL, 2004; KERBAUY, 2005). A Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) tem desempenhado um papel central

neste processo de desenvolvimento das políticas específicas para juventude (CASTRO, AQUINO, & ANDRADE, 2009). No Brasil, o reforço dos direitos das crianças e dos jovens também foi pressionado concomitantemente pelas preocupações sociais intensas com a situação das crianças de rua, e também pelos episódios de violência juvenil que geraram uma intensa rejeição social, como o caso do assassinato de Galdino, que anteriormente mencionamos (GINWRIGHT & JAMES, 2002; WAISELFISZ, ABROMOVAY, & ANDRADE, 1998). Pesquisas realizadas com jovens, após o episódio Galdino, sugerem que houve problemas relacionados com a pertença da comunidade, qualidade da educação e as oportunidades de lazer, juntamente com questões de acesso aos recursos que, muitas vezes, geram comportamentos desviantes, como roubo (DIÓGENES, 1998a, 1998b; MINAYO *et al.*, 1999; WAISELFISZ *et al.*, 1998). No entanto, só no final da década de 1990, iniciativas específicas para os jovens são estabelecidas, muitas delas envolvendo parcerias entre ONGs, empresas privadas e instituições do governo regional e federal (KERBAUY, 2005; CEPAL, 2004).

Spósito (2003) considera que muitas dessas iniciativas foram direcionadas para jovens em situação de risco, com base em uma perspectiva de prevenção, controle social ou medidas compensatórias, tais como por exemplo: atividades esportivas, culturais ou programas de trabalho com o objetivo de controlar o tempo livre de jovens que vivem em bairros degradados. Portanto, inicialmente esses programas foram concentrados para jovens vulneráveis ou em situação de risco (principalmente os jovens urbanos, negros e pobres) e geraram muitos projetos de curto prazo que visam a inclusão no mundo do trabalho. Aos poucos, essas políticas foram questionadas e criticadas por organizações de jovens e grupos que exigiam políticas de juventude que concebiam os jovens como mais do que apenas um problema (ROCHA, 2006; DAYRELL & CARRANO, 2002).

Estes pedidos de uma nova visão dos jovens como sujeitos de direitos e definidos, não por suas deficiências e problemas, mas por suas necessidades e recursos, devem, segundo muitos teóricos da juventude, ser reconhecidas como legítimas reivindicações de cidadania (ABRAMO, BRANCO, & VENTURI, 2005; ABAMOVAY & CASTRO, 2006; BANGO, 2003; KERBAUY, 2005; SPÓSITO & CARRANO, 2003). Isso resultou, em uma discussão pública desde 2004, sobre a necessidade de uma revisão da política de juventude que, simultaneamente, consideraria não somente vulnerabilida-

de e risco, mas também concederia aos jovens oportunidades de inclusão social e experimentação em vários domínios da vida (SPOSITO, 2005).

Desde 2005, o Brasil já sediou diversas reuniões de organizações internacionais relacionadas com políticas de juventude. Durante este período, muitas iniciativas políticas foram implementadas, sempre assumindo um projeto participativo envolvendo milhares de jovens, de diversos grupos sociais e étnicos, em discussões públicas em todo o país. Esse processo participativo tem fortes semelhanças com a re-definição das políticas de juventude em outros países, tanto a nível regional e nacional (por exemplo, Austrália BESSANT, 2003; CANADÁ HAID, MARQUES, & BROWN, 1999; EUA HECKOWAY, TANÉNÉ, & MONTOYA, 2005).

Nos últimos cinco anos, o tema da juventude foi, enfim, inserido na agenda pública do Brasil, especialmente no reconhecimento de problemas que mais diretamente afetam os jovens: saúde, violência e desemprego, e na consideração do jovem como protagonista ativo na implementação destes programas (KERBAUY, 2005). Isso foi feito a partir da criação do Conselho Nacional de Juventude pelo Governo Federal Brasileiro, que elaborou, em 2006, a Política Nacional de Juventude, cujos resultados estão traduzidos num extenso documento intitulado “Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas”. Este documento traça um diagnóstico e apresenta propostas que, na sua maioria, até hoje, reconhecidamente, pouco saíram do papel. Quando investigamos nos documentos oficiais e legislativos, verificamos que as medidas para operacionalizar tal política são ainda bastante incipientes, considerando o elevado índice demográfico de jovens. Inclusive o Estado do Acre, a propósito de contribuir com a construção deste documento e com a elaboração da Política Nacional de Esportes, realizou muitos encontros e seminários de discussão para contribuição e criação, não só das políticas nacionais, como também da política regional.

Adicionalmente, deve-se sempre garantir a oportunidade de manifestação das diversas tendências nos fóruns de debate, sobretudo naqueles que se dediquem às políticas de juventude. O jovem não deve ser chamado apenas a homologar as decisões previamente tomadas pelos governos. Principalmente, o jovem deve tomar parte do desenvolvimento de projetos de participação cívica e política e ainda nos projetos de intervenção comunitária. Desse modo, além de se beneficiarem, estarão contribuindo com outros segmentos.

As políticas formuladas têm contemplado diversas áreas, tais como: emprego, meio ambiente, esportes, lazer, educação, artes, cultura, da política, saúde sexual e reprodutiva. Essas políticas reconhecem a imensa diversidade dos jovens brasileiros, incluindo os grupos étnicos e comunidades tradicionais (por exemplo, “quilombolas”, “caboclos”, “seringueiros”), mas também grupos que foram discriminados em função do sexo, orientação sexual e deficiência (NOVAES, 2009).

No entanto, em uma análise dessas diversas iniciativas da política de juventude, tanto a nível federal e regional, Kerbauy (2005) conclui que a relativa novidade dessas políticas poderia explicar os problemas de institucionalização e a tendência para a fragmentação. Essa preocupação já foi expressa por Rua (1998), considerando que subjacente a essas políticas não havia uma visão clara do papel dos jovens na sociedade brasileira.

McCowan (2009) afirma que a vida de jovens, tanto dentro como fora da escola, pode oferecer oportunidades para expressar opiniões, debater e exercer direitos e que a cidadania juvenil depende claramente de experiências através das fronteiras da educação formal e não-formal. Várias pesquisas têm mostrado que a participação na definição de políticas públicas pode ter vantagens importantes em termos de participação cívica e política através da promoção de conhecimento, disposições e competências (CAMINO & ZELDIN, 2002; CHECKOWAY, TANÉNÉ, & MONTOYA, 2005; ZELDIN, CAMINO, & CALVERT, 2003).

No entanto, a Associação Internacional de Participação Pública (2006) apresenta uma tipologia de metas de participação do público, que inclui informação, consulta, envolvimento, colaboração e empoderamento, cuja tipologia sugere que diversos formatos podem gerar resultados diferentes em termos da cidadania dos jovens. Além disso, muitos autores têm enfatizado os riscos potenciais de tais abordagens participativas (por exemplo, FERREIRA, COIMBRA, & MENEZES, 2012), como tentativas de envolver os jovens nos assuntos públicos às vezes podem ser paternalistas, de cima para baixo, de forma meramente simbólica e podem não satisfazer os reais interesses e as vozes da juventude (HEAD, 2011).

Trata-se, de pensar a juventude não de modo restrito a um único padrão de transição para a vida adulta, mas como aquela que representa o novo, consistindo em si próprio a principal fonte das transformações (CAMARANO, MELLO, PASINATO, & KANSO, 2004). Os jovens não entram

na agenda das políticas públicas como problemas políticos, como atores passíveis de participação, entendimento e diálogo. Eles permanecem enfocados como problema social, ora de quem a sociedade tem de se proteger, ora a quem ela deve acolher, como observa RUA (1998). Portanto, as políticas surgem como respostas a questões de interesse público e refletem as demandas originadas na sociedade, no interior do próprio sistema político e nas relações com atores e agências internacionais (CAMARANO *et al.*, 2004).

A este respeito Spósito (2005), em uma de suas análises sobre a política de juventude no Brasil, diz que o tempo livre juvenil aparece como sintoma de perigo, sobretudo quando está pressuposta a imagem do ócio de sujeitos do sexo masculino, pobres e de origem negra. Para a autora, provavelmente as mulheres jovens, em função das formas de socialização predominantes, não constituem ameaça social. Reportando-nos a esta afirmação, seriam apenas os jovens do sexo masculino, pobres e negros a se encontrarem hoje na ociosidade e a mercê de perigos? Quais são verdadeiramente as oportunidades de participação de que dispõem, no que diz respeito as atividades de cultura, lazer e participação cívica e política destinada aos jovens dentro das políticas públicas de juventude tão bem elaboradas?

É necessário que a participação da juventude nesse contexto seja incentivada, proporcionada e avaliada por diversos motivos, por conta da sua experiência acumulada (CHECKOWAY, TANENE e MONTOYA (2005)). O debate em torno da participação é visto por diferentes visões ideológicas. Teixeira (2001) diz que o conceito de participação é impregnado de conteúdo ideológico e utilizado de várias maneiras, legitimando a dominação mediante estratégias de manipulação negando-lhe qualquer papel de institucionalidade, numa idealização da sociedade. Para Verba (1995), há múltiplas formas de participação na sociedade e na comunidade que assumem uma importância particular no caso dos jovens, uma vez que as experiências de participação juvenis são preditoras do envolvimento político na vida adulta. Ora, no dizer de Menezes (2010), participar implica inevitavelmente conviver com pessoas diferentes, com visões diferentes acerca do mundo com diferentes culturas. A autora refere ainda que o envolvimento dos jovens em questões ligadas à sua comunidade é fundamental na medida em que é no contato com a diferença que as experiências de participação contribuem para promover tanto o empoderamento pessoal como o plura-

lismo social, fatores essenciais para fazer acontecer a democracia.

Por outro lado, Roggero (2010) levanta a possibilidade de que o envolvimento maior ou menor dos jovens se dá, entre outros, em função dos medos demonstrados. Entre esses medos se incluem não conseguir uma boa formação e um bom trabalho, além da preocupação com acesso aos serviços de saúde, previdência social e atividades de esporte e lazer. Seus desafios percebidos: vencer o assédio das drogas e desenvolver-se profissional, cultural e pessoalmente.

Para além dos medos, os jovens também têm sonhos. Dentre os sonhos captados pela pesquisa do Ibase/Polis (2006) sobre os jovens das gerações contemporâneas estão itens como: viver numa sociedade mais segura, menos violenta, ter boas relações familiares, ter profissão, carreira e emprego, menos desigualdade social, crença e fé em Deus, uma vida sem estresse, direito ao lazer, independência financeira, maior poder aquisitivo, maior liberdade e manter a beleza física. Certamente, segundo Roggero (2010), parte desses sonhos pode ser creditada à influência da indústria cultural e das atividades de lazer encontradas na educação informal das novas gerações.

Marcellino (2001) relata que as autoridades máximas do Executivo do Estado de São Paulo divulgaram que o mapa da violência no Estado e na capital sugere que as áreas com maior índice de criminalidade são aquelas onde a “juventude não tem ocupação de lazer sadio”, embora reconheçam não ser caro construir quadras de esportes e outros equipamentos. No entanto, parece não ser ainda reconhecido pelas autoridades responsáveis pelas políticas que o lazer e o esporte, conforme referem Allen, Drane, Byon, & Mohn (2010), são uma das poucas atividades sociais dos seres humanos que podem ser reconhecidas em praticamente todas as comunidades e culturas de todo o mundo, como um veículo para unir as pessoas, além de proporcionar aos grupos minoritários e migrantes oportunidades para manterem seus laços culturais fortes.

A partir de um olhar sócio-cultural, o lazer tem sido considerado um tema importante e origem de preocupações daqueles que atuam na área específica. Stigger (2009), por exemplo, enfatiza duas preocupações: uma vinculada ao interesse em compreender atividades realizadas no tempo livre, por diferentes grupos sociais, a partir do olhar da cultura; e outra que se relaciona à preocupação de estudar o lazer enquanto objeto/espaço de

educação. Este autor infere, também, sobre outro foco de interesse acerca do lazer, que está vinculado à intervenção, cujos aspectos estão ligados à busca de relações entre lazer e educação, onde o foco educacional está na intervenção pedagógica do animador cultural, a partir do qual se dará, para este autor, a relação positiva entre lazer, cultura e educação. Nesse sentido, a abordagem do lazer deve ser vista não apenas como o lazer limitado a ter no desporto o único interesse sócio cultural a ocupá-lo. Mas o lazer, como reporta Castellani Filho (2007), compreendido como tempo e espaço de vivências lúdicas e de apropriação crítica da cultura onde se encontre todos os outros interesses sócio culturais que, de uma maneira ou de outra, refletem, cada um a seu modo, a forma como é vivida e produzida a nossa vida. O lazer como “fenômeno sócio plural, que abrange várias manifestações em que o movimento humano está presente, com objetivos diversos” (ALVES & PIERANTI, 2007, p. 7), e não como uma manifestação fechada e restrita a espaços especializados e a pessoas particularmente dotadas para performances especiais.

Autores como Marcellino (2002) e Mascarenhas (2003) inferem que as experiências e as atividades de lazer são ricas em possibilidades de prática participativa que promovem a educação e o desenvolvimento pessoal. Assim, não há como negar a importância que o lazer tem para a vida das pessoas, em particular, dos jovens, ao proporcionar, entre outros, a ocupação do seu tempo livre de forma saudável. Para além disto, o lazer tem, segundo Simões *et al.* (2006), influência significativa no bem-estar subjetivo, tendo em vista que as atividades de lazer conferem, de fato, identidade e estatuto social, estruturam o tempo disponível e podem ajudar a fazer e ou manter contatos sociais que podem ser preditores de qualidade de vida. Para tanto, é necessário considerar o acesso aos equipamentos e aos bens da cidade, como mencionam Melo e Alves Junior (2003), levando em consideração os aspectos físicos, financeiros e de formação/disposição, entre eles, a intervenção pedagógica e a mediação cultural capaz de estimular as pessoas a encontrarem novas formas de comunicação e ocupação do espaço público.

Capítulo I

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO: DE QUE JUVENTUDE ESTAMOS FALANDO?

A juventude “não é mais que uma palavra”
(BOURDIEU, 1984)

1.1 Percepções e conceitos sobre juventude

As percepções sobre a juventude se configuram a partir da revolução industrial que, aliada a outros aspectos sociais, transformaram a visão tida até então sobre ela (PAMPOLS, 2004). Outros autores ousam dizer que a juventude, no entanto, foi inventada antes mesmo da máquina a vapor ou ainda por Rousseau, em 1762, ou Watt, em 1765. Desde então já se convencionava ser a juventude vista como um problema para os mais velhos (PUURONEN, 1997; MUSGROVE, 1971). Outros autores como Bourdieu (1984) e Riesman, Denney, e Glazer (1950) apontaram tendências similares.

A Unesco define a juventude como o ciclo etário dos 15 aos 21 anos. Esta definição, além de estabelecer limites arbitrários, engloba a perspectiva jurídica jovens com estatutos legais diferentes. Ela tem o mérito, contudo, de tentar romper com a perspectiva tradicional de juventude como fase de transição entre a infância e a idade adulta, ou do jovem como aquele que não é, mas está por vir a ser (CASTRO & ABRAMOWAY, 2002). Segundo as autoras, para além do corte cronológico, essa definição implica uma transversalidade, pois confronta vivências e oportunidades de uma série de relações sociais, como trabalho, educação, gênero, raça etc. Guimarães e Grinspun (2008: 5) também afirmam que “pensar na juventude como uma simples manifestação de atitudes e comportamentos resultantes do desenvolvimento da natureza humana, é aprisioná-la em moldes vazios de valores, emoções e expressões características de sua inserção nos paradigmas sociais e culturais”.

Boghossian e Minayo (2009) conceituam juventude como sendo um momento do ciclo da vida e, simultaneamente, as condições sociais e culturais específicas de inserção dos sujeitos na sociedade. Já Pais (1996) tipifica a juventude em duas categorias: classista e geracional, nas quais a juventude é considerada como um conjunto cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens de situações e/ou meios sociais diferentes.

No texto intitulado ‘A juventude não é mais que uma palavra’, Bourdieu (1964) veio desmistificar a discussão em torno do conceito de que o termo juventude é polissêmico, enfatizando que a juventude é um segmento etário sem características de classe social. A partir daí o conceito juventude é colocado no plural. A juventude é, assim, compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro,

uma condição social e um tipo de representação. Para alguns autores, tais como: (PERALVA, 1997; NOVAES, 2007; DAYRELL, 2002; MANNHEIM, 1993) ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade, cuja relação se caracteriza sempre por um novo contato que nem sempre garante mudança social, mas serve como meio para tal e, ao mesmo tempo, para ter grandes expectativas de emancipação.

1.2 Alguns estudos e pesquisas sobre a juventude

Os estudos sobre juventude, especialmente em sociologia, surgiram a partir da década de 20 através dos estudos da Escola de Chicago nos Estados Unidos, com os trabalhos de Trašher (1963), Hollingshead (1967) e Mannheim (1993). Eles discutem o papel da juventude na mudança social, a importância da juventude no contexto histórico através dos movimentos sociais e intelectuais. No entanto, a condição juvenil passou a ter maior visibilidade na década de sessenta, quando a juventude passou a ser vista como agente de transformação, inspirando pesquisas e estudos na Europa e nos Estados Unidos. Essa visibilidade teve como incentivo o surgimento de um mercado direcionado aos jovens, além do crescimento da mídia com foco na juventude, favorecendo o desenvolvimento de uma ideologia distinta das gerações anteriores (LAUFER & STARR, 1974). Dentre esses estudos destacaram-se, por exemplo, o que investigou o comportamento radical dos estudantes na disputa entre estudantes e funcionários da universidade sobre um terreno do campus, na Universidade de Berkeley, Califórnia nos Estados Unidos; a atuação política de estudantes face aos acontecimentos mundiais; o movimento dos estudantes em Berlim; ainda sobre o movimento de maio de 1968 e as consequências políticas e culturais que este teve para todos os aspectos da vida (STARR, 1974; COHEN & HALE, 1966; POERNER, 1968; BOSCH, BOUGUEREAU, E GAVI, 1968). Destaca-se ainda, a pesquisa sobre gangues em Chicago, efetuada em 1963 por Milton Trašher, da Universidade de Chicago. Ele concluiu que as gangues são resultado da desestruturação familiar e fragmentação da sociedade transformando, portanto, a juventude em um problema, que quase sempre reflete a posição social da família. Também neste período, constata-se uma amplia-

ção dos tipos de pesquisa sobre a juventude no Brasil incluindo não apenas a dimensão sócio econômica, como também a dimensão cultural, questões familiar, estilos de vida, sexualidade e aspectos sociológicos, como por exemplo os estudos de Britto (1968), Foracchi (1965) e Otavio Ianni (1968).

A década de 1970 e início de 1980, marcada pelas desigualdades persistentes entre classes sociais e sexos, conduziram a pesquisas sobre a chamada geração perdida, assim denominada em função das dificuldades de acesso ao emprego e a valorização da formação profissional (GROPPO, 2000; LAGREE, 1992). Um estudo que marcou esse período foi o de Willis (1981), primeiro por ter sido feito só com rapazes, onde procurou explicar como os jovens da classe trabalhadora conseguem empregos da classe trabalhadora; e segundo, porque suscitou a discussão sobre a discriminação de estudos com jovens do sexo feminino. Essa crítica e o feminismo em geral contribuíram ao surgimento de pesquisas sobre jovens do sexo feminino a partir da década de 1980.

No Brasil, o tema juventude teve impulso a partir de 1960 com os estudos de Fávero (1994), Mendes Jr. (1982), Martins Filho (1987), Abramo (1994) e Spósito (1997), que se dedicaram a discutir o movimento de participação dos jovens, não só na política, mas também na educação e na situação de risco social e violência que os atingiam.

A partir da década de sessenta, com a instituição do regime militar no Brasil, pode-se inferir que uma lacuna é sentida tanto na realização e divulgação dos estudos e nas atitudes tomadas pelos jovens, cujo movimento ressurgiu nos anos oitenta e noventa com movimentos, como por exemplo, “diretas já” e “fora Collor”, que suscitaram a retomada da constituição de grupos juvenis de diversos matizes. A partir deste período destacam-se os estudos de Abramo (1994), sobre *punks* e *darks*; Spósito (1997), com ênfase nos jovens em situação de risco; Abramo (1997), sobre a tematização social da juventude; Waiselfisz (1998), sobre violência e cidadania; Diógenes (1998a, 1998b), sobre cultura e violência, dentre outros.

Consideramos relevante relacionar pesquisas que contribuíram como diagnóstico para o grande avanço em termos da elaboração e implementação da política de juventude, cujos resultados serviram para revelar os pontos críticos e as necessidades sentidas por essa parcela da sociedade que é a juventude. As pesquisas realizadas pelo Ibase (2006), por Fávero, Spósito, Carrano, e Novaes (2007) e pelo Dossiê MTV (2005, 2008) permi-

tem destacar algumas informações relevantes sobre quem é, como é, o que preocupa e o que assusta a juventude brasileira.

Alguns dados dessas pesquisas apontam que 80% dos jovens do Cone Sul vivem no Brasil. O Brasil concentra 50% dos jovens da América Latina vejamos detalhadamente: - São 34 milhões de jovens: 17.939.815 entre 15 e 19 anos, 16.141.515 entre 20 e 24 anos; - 28.2 milhões (83%) moram na zona urbana, 5.9 milhões (17%) na zona rural; - 20 milhões vivem em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo; - 1.3 milhão de jovens são analfabetos, dentre os quais 900 mil são negros. De 1993 a 2002, o número de jovens entre 15 e 24 anos assassinados no Brasil cresceu 88.6%, índice quatro vezes maior que o aumento da população no mesmo período. Somente três países registram mais homicídios que o Brasil: Colômbia, El Salvador e Rússia. Em 2001, eram 10 mil jovens em privação de liberdade, dos quais 90% do sexo masculino, 76% com a idade entre 16 e 18 anos.

As pesquisas revelam o que mais preocupa os jovens do Brasil, são os temas: violência, desemprego, degradação das escolas públicas, acesso a ensino médio e superior, miséria, corrupção, descaso do governo com os jovens, falta de acesso a serviços saúde de qualidade e discriminação racial. Os jovens de todas as regiões pesquisadas no país dão grande valor à educação, requerem melhores condições de funcionamento e preservação das escolas e apontam a necessidade mais oferta de cursos profissionalizantes de qualidade.

No que se refere à cultura, lazer e informação: dados do Ibase (2006) revelam que 85,8% se informam pela televisão; 40.1% dos jovens não leram nenhum livro em 2004; 69% frequentam shoppings nas horas de lazer; 51.2% de jovens das classes A/B² frequentam cinema, 29.3% das classes D/E, participação nos megashows de música (todos os tipos). As noções de comunidade estão vinculadas às relações via internet, e verifica-se uma dificuldade de saber agir em grupo e ter visão de todo.

De acordo com o Dossiê MTV (2008), no que se refere à aquisição do conhecimento, as pesquisas apontam a influência cada vez mais forte da mídia, com 98% de penetração de TV e Rádio. A internet é utilizada para comunicar, conhecer e se divertir: enviar e receber e-mail: 84%; acessar re-

2 - Segundo a classificação da FGV, a classe A é aquela com renda superior a R\$ 9.745. A classe B, tem renda familiar entre R\$ 7.475 e R\$ 9.745. A classe C é representada por famílias com renda entre R\$ 1.734 e R\$ 7.475. A classe D/E tem renda familiar inferior a R\$ 1.734.

des sociais: Orkut: 83%, MSN: 81%; pesquisas para escola e trabalho: 75%; ouvir música: 73%. Locais de acesso: acesso pago: 58%, casa de parentes e amigos: 51%, em casa: 45%, na escola ou faculdade: 22%, em postos de acesso público: 17%, no trabalho: 16%⁵⁹.

Por outro lado, um dado amargo da pesquisa IBASE (2006) revela o que fazem os jovens do Brasil: 26% só trabalham; 33.6% só estudam; 13.4% trabalham e estudam; e 27% não trabalham e não estudam. Dos 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, cerca de 10 milhões estão excluídos e relegados à marginalidade, pouco menos que isso apenas trabalham e veem suas chances de ascensão social muito reduzidas.

Waiselfisz *et al.* (1998) coordenou uma pesquisa com os jovens de Brasília. Analisou as respostas dadas pelos 401 jovens em questionários e em 11 grupos focais sendo: cinco grupos de alunos pertencentes à escola pública, três grupos de alunos pertencentes à escola particular, um grupo de jovens dependentes de drogas, um grupo de jovens infratores do trânsito e um grupo de jovens pertencentes a galeras. Para as seguintes questões: “Você gosta de viver em Brasília?”; “O que faz um jovem em Brasília?”; “O que você faz durante o dia, noite e final de semana?”; “Você frequenta as cidades-satélites?”; “Onde você acha que existe maior violência em Brasília?”; “Você já foi vítima de agressões físicas, assaltos, furtos e/ou violência sexual?”. Além dos jovens, foram ouvidos 49 pais, divididos em cinco grupos, e 13 professores, divididos em dois grupos – um da escola pública e outro da particular. Como resultado sobre o que pensam os jovens, 83% afirmam gostar de viver em Brasília; 9.2% gostam mais ou menos; 7.7% dizem não gostar da cidade.

Ao desmembrar os resultados por estratos sociais, a pesquisa revelou que, entre os jovens de classes de nível sócio-econômico mais elevado, é maior a proporção daqueles que dizem gostar de morar em Brasília, 82.5% e 85.50%, respectivamente. Já na classe média essa afirmação resulta em menor número: 72%. Questionados sobre as percepções que têm da organização espacial da cidade, precisamente do Plano Piloto³, 35% dos jovens afirmam que esse tipo de organização leva à formação de grupos diferenciados de pessoas, e 20.2% dizem que se cria uma rivalidade entre os habi-

3 - O nome Plano Piloto, originalmente atribuído ao projeto urbanístico de Brasília/DF designa toda a área construída da cidade e tem o formato aproximado de um avião. No entorno da cidade encontram-se outras cidades denominadas de cidades satélite.

tantes das quadras. O restante dos jovens se divide entre opiniões opostas. Se, para alguns, a organização espacial do Plano Piloto favorece uma maior solidariedade entre as pessoas (16.2%) e a construção de interesses comuns (13.5%), para outros (14%) essa organização leva a um maior afastamento entre as pessoas.

Para os programas noturnos, os jovens brasileiros procuram a companhia de amigos da escola (28.7%) e de amigos da quadra (29.2%). Suas principais atividades na rua são conversar, dançar, beber e namorar. Normalmente saem no carro de amigos ou de irmãos (37.9%), ou são levados pelos pais (29.2%). Somente 13% utilizam carro próprio, e 11.5% se locomovem em transporte coletivo. Quanto ao envolvimento em situações de violência dentro da escola/universidade, um número expressivo não se envolveu em confrontos físicos e nunca se sentiu ameaçado. Nas situações de violência nas escolas, a participação feminina é menor do que a masculina.

Os jovens dependentes de drogas — ligados a entidades de apoio — dizem que a relação com a família tornou-se tensa depois de seus pais saberem de seu envolvimento com drogas: “(...) acaba a confiança que eles têm na gente”. Os pais tornam-se agressivos e os tratam como “maconheiros, drogados”, duvidando todo o tempo de sua palavra e de suas ações: “(...) você não quer sair de nada disso” (entrevista com jovens dependentes).

Quanto aos professores, 58.3% dos profissionais da educação dizem que Brasília não oferece aos jovens melhores possibilidades de sucesso que outras capitais, principalmente porque o mercado de trabalho na cidade é restrito, por não possuir indústrias. Já os que acreditam que Brasília oferece maiores possibilidades de sucesso, opinam que a cidade oferece melhores oportunidades de educação (21.8%) e, por ser jovem, propicia perspectivas profissionais, pois possui características de um mercado de trabalho emergente (20.2%).

As respostas nos grupos focais reiteram os resultados dos questionários. “De dia não faço nada, às vezes desço, dou uma volta”; “Eu saio de bicicleta durante à tarde, e tirando essa voltinha, é dormir”; “Fumo maconha o dia inteiro” (entrevista grupo de alunos/as de escola pública; entrevista grupos de alunos/as de escola particular; entrevista grupo “galera”, respectivamente).

Quanto ao caso da morte do índio Galdino, que mencionamos anteriormente, os resultados evidenciaram que a maioria (61.8%) classificou

o incidente com o índio Galdino como ato criminoso; 28.9% consideraram como um acontecimento muito grave; 7.5% como um acontecimento grave; e 1.7% como um acontecimento comum. Uma parte dos jovens respondeu que o caso merecia punição. Cumprir a pena máxima prevista por lei obteve 56.6% das respostas, enquanto prestar serviços comunitários foi apoiado por 36.7%. Apenas 4.0% declararam que a punição deveria ser a pena mínima prevista por lei. Insignificante foi o número dos que responderam que os rapazes envolvidos no caso deveriam ser absolvidos (1.0%). Entretanto, para uma parte dos jovens o caso não foi considerado um ato grave. Houve postura de omissão/indiferença (7.2%), de gozação e ironia (6.4%) e ainda a ocorrência de jovens que classificaram o caso Galdino como acontecimento normal (4.0%) ou como brincadeira (3.2%).

Diógenes *et al.* (1998a) coordenaram um outro estudo sobre as gangues de Fortaleza e alertam para o fato de tudo indicar que o aparecimento das gangues juvenis aconteceram a nível nacional, quase ao mesmo tempo. Os autores fazem referência sobre um levantamento feito sobre as gangues em Belém e inferem que a pichação é o carro chefe para a sua formação. As atividades consideradas delinquentes, como roubo e assalto, iniciam-se em razão da necessidade de aquisição dos *sprays* usados para as pichações, intensificando-se em seguida, ante a possibilidade de, por meio delas, os jovens terem acesso ao mundo do consumo.

Na mesma linha de pesquisa, Minayo, Assis, & Souza (1999) analisaram o sentido que os jovens cariocas pertencentes a distintos estratos sócioeconômicos atribuem à juventude, à violência e à cidadania no âmbito de seu cotidiano familiar, escolar e de sociabilidade. A fonte da pesquisa foi a fala dos jovens recolhida através de depoimentos, entrevistas grupais e respostas a questionários realizados com 1.220 jovens em seus domicílios. Foram também coletados dados referentes a depoimentos de 18 mães, 443 educadores e 5 policiais, para os quais também foi aplicado um questionário. Esta pesquisa com jovens do Rio de Janeiro concluiu que, no que tange a sociabilidade, três pontos devem ser destacados: a importância do lazer, a vivência da sexualidade e o acesso as drogas. Ficou ainda evidenciado que o tema lazer ocupa papel primordial na construção das relações dos valores e da identidade da juventude carioca. Outro aspecto que ficou ressaltado foi o quase grão dos jovens de todos os estratos sociais por uma educação formal de qualidade, que lhes permita enfrentar o mundo competitivo e em transformação.

Spósito, Silva, e Souza (2006) realizaram investigação em torno das ações destinadas aos jovens em 74 prefeituras de cidades brasileiras. Os 74 municípios pesquisados estão situados em regiões metropolitanas do Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste do Brasil. Na região Sul, foi investigada a região metropolitana de Porto Alegre e Florianópolis. No Sudeste, privilegiaram oito municípios da região metropolitana de São Paulo e a região do ABC e seus municípios, como uma unidade específica de análise, e as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória. No Nordeste, a região metropolitana de Recife foi pesquisada. E no Centro Oeste, foi selecionada a recém-criada região metropolitana de Goiânia.

De certo modo, obedecendo à trajetória das políticas públicas federal para a juventude no Brasil, os dados obtidos revelaram que os organismos responsáveis pelo maior número de programas levantados são as secretarias ligadas à assistência social/inclusão/ação social, com 23% de citações, seguidas pelas secretarias de educação, que concentram 16.2 % das ações destinadas a essa faixa da população. Em terceiro aparecem as secretarias municipais de cultura (12.2%), com índices bem próximos à área de esportes. Verificam-se, também, que outras secretarias municipais contemplavam iniciativas sob a forma de projetos ou programas para a juventude de modo mais esparsos.

Esses dados, apesar de não serem numericamente muito expressivos, revelaram que ocorre crescente abertura da temática juventude na agenda política dos governos municipais. À essa temática está sendo incluída novas áreas como habitação, turismo, segurança pública e cidadania, somando 11.7% das iniciativas. Embora seja crescente o número de organismos envolvidos nas ações do executivo municipal, ainda não se observa com a mesma intensidade uma contrapartida institucional capaz de articular essas ações.

As coordenadorias e secretarias municipais de juventude, produto de novos desenhos institucionais, agregam apenas 6.9% das ações destinadas a essa faixa da população, evidenciando seu caráter emergente no desenho das políticas. Os estudos sobre juventude têm destacado a complexidade desta fase da vida, chamando atenção para o fato de que não há uma juventude, mas várias, definidas e caracterizadas segundo diferentes situações, vivências e identidades sociais, ficando as políticas de juventude fora do contexto ou ilhadas em relação às políticas sociais (SPÓSITO & CARRANA,

2003; ABRAMOVAY & CASTRO, 2006; ABRAMO, 1997; BANGO, 2003; KERBAUY, 2005).

Em outro estudo intitulado “Gangues, Galeras, Chegados e *Rappers*”, Abramovay (1999) procurou saber o que os jovens da periferia de Brasília pensam sobre as gangues, suas vivências e percepções. Ele procurou caracterizar essas associações aos conceitos de gangues, além de identificar o significado dos comportamentos dos jovens afiliados a gangues e galeras, assinalando suas similaridades e diferenças. Foram ouvidos jovens membros e não membros de gangues e galeras das cidades satélites periféricas a Brasília. Os dados coletados através de entrevistas, grupos focais e em pesquisa por amostra de domicílio, identificaram diversas gangues como as de pichadores, delinquentes, bandidos, galeras e grupos de *rappers*. Durante a pesquisa verificou-se que, inicialmente, estes grupos se reuniam apenas para pichar, ação que era considerada uma brincadeira, uma diversão. No entanto, como se pode perceber na fala de um jovem com idade entre 18 e 21 anos de um dos grupos *rappers* da cidade de Ceilândia, hoje a ação da gangue está muito diferente. Antes

Era uma gangue que era só de pichação, mas com o passar do tempo foi se tornando gangue de assalto, de andar armado. Aí começaram a usar drogas, essas coisas assim. Começou tudo como uma brincadeira, pixando muro, pichando prédio. Com o passar do tempo foi se tornando um grupo mais perigoso, roubando carro, tendo muita arma. Foi começando a ser procurado pela polícia.

Outro jovem do sexo masculino entre 15 e 19 anos da mesma cidade relata:

Os pichadores de lá é tudo bandido. Antigamente o lance era só pichar, mas foram conhecendo as drogas. Geralmente eles não tem dinheiro, partem pro roubo, do roubo compram uma arma, partem pro assalto, é como uma bola de neve, só vai aumentando. Alguns morrem, outros vão presos.

É importante assinalar que, embora as gangues e galeras sejam com-

postas na sua maioria por jovens que não estudam e nem trabalham, encontrou-se um grande número de jovens membros de gangues entre alunos regulares das escolas nas cidades pesquisadas (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006).

O “caso Galdino” e os estudos que os sucederam serviram de subsídio para a elaboração das políticas públicas de juventude, motivaram outros estudos como é o caso da recente publicação do “Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil”, de Waiselfisz (2011). O autor apresenta os índices de vitimização juvenil no Brasil e que, infelizmente, coloca o Brasil na sexta posição tanto no total de homicídios como nos homicídios juvenis, nos 100 países que apresentam dados da Organização Mundial de Saúde.

Os dados publicados por Waiselfisz (2011) atribuem os elevados índices de violência entre os jovens ao alto nível de desemprego juvenil identificados pelo IBGE (2000). Por isso, atribui-se o direcionamento das políticas de emprego, trabalho e renda como prioritárias dentro das políticas de juventude. Essa associação entre desemprego e violência juvenil tem legitimado a necessidade de políticas públicas específicas, tais como: políticas de ocupação do tempo livre, de inserção profissional e de integração social da juventude (POCHMANN, 1998; CORROCHANO, 2005). Há, no entanto, que se verificar as causas do elevado índice de violência e de desemprego, e se o tipo de políticas que está se criando para esse grupo é o mais adequado.

Ao lado dessas iniciativas começaram a surgir organizações e grupos juvenis com representação em variados campos – cultural, esportivo, ambiental, estudantil, político-partidário, movimentos étnicos e em prol da igualdade de gênero, associações de bairro, entre outros. Essas organizações pressionavam o poder público para reconhecer os problemas específicos que os afetavam e para formular políticas que contemplassem ações para além daquelas que apenas viam os jovens como sinônimos de problema. Essa pressão culminou com a criação, em 2005, da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, (Spósito, 2003; Abramo et al., 2005). A SNJ, a partir de então, desencadeou o processo de elaboração da política nacional de juventude. O grande questionamento agora é saber se esta política está sendo concretizada, e verificar o que avançou em melhoria para a juventude brasileira.

A partir desses estudos e com a retomada de novos movimentos pelos jovens, não apenas dentro do movimento estudantil, configurou-se a

abertura de contextos relacionais e culturais no qual o movimento estudantil perde seu monopólio de mobilização juvenil, pois passam-se a configurar novas formas de experiências de participação especialmente com o estabelecimento da chamada “cultura jovem”, onde os jovens da periferia e os jovens trabalhadores passam a ocupar novos espaços.

Reportando-se a essa nova variabilidade de participação dos jovens, além da escola e da universidade, os jovens passam a ocupar outros espaços de cultura, lazer e sociabilidade. Abramo (1994, p. 82) assim se manifesta:

Descortina-se uma nova configuração do universo juvenil: a crise do espaço universitário como significativo para a elaboração das referências culturais, o enfraquecimento da noção de cultura alternativa como modo de contraposição ao sistema, e a emergência de uma intensa vivência, por parte dos jovens das camadas populares, no campo de lazer ligado à indústria cultural.

A importância da participação juvenil não é mais discutível. Ela é real para o desenvolvimento dos próprios jovens e para a sociedade. No caso do *impeachment* do presidente Collor, suas manifestações não foram a causa, mas ajudaram no estabelecimento de um novo diálogo social e nas mudanças da cultura cívica que se constituiu no ponto de partida para a grande discussão em torno da criação de políticas públicas para a juventude. Entretanto, consideramos relevante assinalar que, neste momento no Brasil, assiste-se a diversas manifestações. Estas não são encabeçada somente pelos jovens, mas por toda a população, que reivindicam concretização de ações que se encontram no papel, inclusive aquelas apostas na política nacional de juventude.

1.3 O Jovem como agente de mudança: a dimensão participativa e sua relação com a educação

Retratar o jovem como agente de mudança tem sido o alvo de diversos estudos sobre a participação juvenil bastante recorrente no campo de estudos da ciência política e da sociologia, primeiramente, estendendo-se, nos dias atuais, para outras áreas como a antropologia, a psicologia, a educação e a saúde pública. Investigadores nacionais e internacionais tem sido citados como um marco dessa tendência que articula a questão da importância da participação e dos direitos, e da proteção integral (HARRIS, 2006; CARDOSO & SAMPAIO, 1995; SPÓSITO, 2000). Ora, a importância da participação dos jovens nas ações e políticas que envolvem a juventude tem sido o grande desafio trazido para o cenário público, na maioria dos países. O'Donoghue, Kirshner, & Mclaughlin (2003) reconhecem que essa importância tem ditado a tendência contemporânea dos estudos sobre juventude, essa tendência é corroborada por Mannheim (1973) com discussão da categoria geração, ao enfatizar o potencial da juventude na revitalização das relações sociais.

Os movimentos de participação de jovens, na atualidade, tomam a forma de uma rede de diferentes grupos dispersos, fragmentados, imersos na vida diária. Faz-se notar a forte influência de manifestações culturais tais como o *funk*, o *punk* e o movimento *hip hop*, este último trazendo expressões como o *rap*, o *break* e o grafite. Também o estilo religioso *gospel* tem sido um forte elemento agregador de jovens em bandas musicais nos bairros populares. No entanto, a presença dos jovens de periferia na cena pública, constitui uma das grandes novidades quanto à participação da juventude atual (MELUCCI, 1997; NOVAES, 2006).

A participação refere-se, de maneira geral, aos processos de compartilhar as decisões que afetam a própria vida da comunidade em que se vive. É o meio pelo qual constroem-se a democracia, direito fundamental da cidadania (HART, 1993). A dimensão participativa deve constituir-se em uma das principais características de todo o processo de formulação das políticas de juventude, desde a organização das demandas até a avaliação dos programas desenvolvidos. Desse modo é questionado: qual o papel que os jovens podem desempenhar na formação de uma sociedade democrática

para criar instituições mais justas? Como os adultos podem apoiar o desenvolvimento sócio-político entre os jovens? E o que pode ser aprendido com a organização da juventude e seu impacto sobre o desenvolvimento dos jovens?

Relativamente a estes questionamentos, Ginwright e James (2002) manifestam-se dizendo que os formuladores de políticas costumam responder a essas questões culpando os próprios jovens ou simplesmente os considerando como uma ameaça para a sociedade civil. Para estes autores, esta resposta tende a evocar uma política pública que conceitua os jovens como as principais causas dos seus próprios problemas ao invés de tratar adequadamente da questão olhando para além dos parâmetros estreitos do indivíduo, da família, ou do comportamento da comunidade em relação às forças econômicas, sociais e culturais maiores, que incidem sobre as ações, hábitos, experiências e escolhas da juventude urbana.

Os dirigentes políticos precisam rever o olhar e o conceito que têm acerca da participação dos jovens. Isso, no entanto, também se aplica aos próprios jovens, cuja falta de pensamento estratégico e consciência política tem-se tornado uma barreira para a sua própria participação. Assim, os problemas sociais podem ser tratados com eficácia através do desenvolvimento de políticas que garantam o aumento da participação dos jovens (HAID *et al.*, 1999; BESSANT, 2003).

A participação da juventude na política pública é um processo que os envolve nas instituições e nas decisões que irão afetar sua vida. Isto requer esforços por parte dos jovens e dos adultos. Quanto aos jovens, para que tomem iniciativas, e se organizem em torno de temas políticos que lhes dizem respeito. Quanto aos adultos, que devem envolver os jovens nos processos políticos dos órgãos públicos, para que assim os dois grupos trabalhem juntos em parcerias políticas intergeracionais (CHECKOWAY, 1998; CHECKOWAY *et al.*, 2005).

Ora, nos últimos anos, a participação dos jovens na vida cívica tem sido definida como um espectro de envolvimento de simbolismo e objetivação de envolvimento que carrega a influência legítima* (HART, 1993). A Comissão Nacional de Recursos para a Juventude (1975) já dizia que a participação deve envolver os jovens em ações desafiadoras e responsáveis, que atendam, num primeiro momento, as suas necessidades, mas que possam dar oportunidades para que mais jovens possam se beneficiar.

De modo geral, segundo Bordenave (1994), O'donoghue *et al.* (2003), Nirenberg (2006), "participar" é estar envolvido, tomar parte ou influenciar nos processos, nas decisões e nas atividades num contexto ou campo de ação em particular, caracterizado como um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder de necessidade humana fundamental e um direito das pessoas (BORDENAVE, 1994; O'DONOGHUE *et al.*, 2003; NIRENBERG, 2006). Em outro sentido, participar é ter acesso às esferas social, política e econômica, além de poder decidir e se envolver em ações públicas.

A participação é um campo de prática e objeto de estudo que inclui iniciativas envolvendo jovens de acordo com a sua raça, etnia, classe, gênero ou outra identidade social, tais como: na educação, meio ambiente, habitação, lazer ou outros problemas, nas áreas rurais, pequenas cidades, subúrbios, ou bairros urbanos em países de todo o mundo. Assim entende-se que quanto mais os cidadãos participam, melhor capacitados eles se tornam para tornar as ações efetivas. (CHECKOWAY, 2011; PATEMAN, 1992; CAMINO & ZELDIN, 2002).

Segundo Teixeira (2001, p. 27), participação significa "tomar parte", "ser parte" de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas, (...) das partes. Checkoway (1998) refere que a qualidade da participação é medida não só pela sua extensão, como também pelo número de pessoas que frequentam uma série de atividades, e pela sua qualidade, tais como, quando as pessoas têm efeito real sobre o processo, influenciam uma decisão particular, ou produzem um resultado favorável entre si e destas com o todo. Tendo em vista que o todo não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores e recursos de poder. Diversos autores concordam que a participação dos jovens fortalece o desenvolvimento pessoal e social, fornece conhecimentos para crianças e jovens através de programas e serviços, além de promover uma sociedade mais democrática. Para eles, a participação política tem sido a pedra angular dos ideais democráticos e a participação inclusiva, um componente fundamental da sociedade civil. Mas poucos discordariam que os jovens ainda enfrentam hoje muitos problemas, como por exemplo, isolamento econômico, falta de poder político, barreiras à participação democrática e estão sujeitos ao estigma social generalizado, (BORDENAVE, 1994; O'DONOGHUE *et al.*, 2003; NIRENBERG, 2006).

Essa limitação foi significativamente influenciada pela segregação diária de jovens, de adultos, crenças negativas do público sobre adolescentes e estereótipos negativos e excessivamente românticos sobre as capacidades dos adolescentes (CAMINO & ZELDIN, 2002; GINWRIGHT & JAMES, 2002; CHECKOWAY, 2011). A participação dos jovens é parte de uma resposta que é invariavelmente dirigida para a ação corretiva ou preventiva, incentivando os jovens a tornar-se mais “integrados na sociedade”. Desta forma, a participação da juventude oferece uma estratégia governamental para lidar com problemas sociais, mais especificamente com jovens em situação de risco (BESSANT, 2003).

Como defensores de um modelo de democracia deliberativa, Arendt (1958), Habermas (1989) e Fraser (1996) argumentam que a esfera pública é o espaço para a interação discursiva, a reprodução e comunicação de discursos críticos para o Estado e para a sociedade. Entretanto, eles argumentam que essa mesma esfera pública tem sido o lugar a partir do qual os jovens foram tradicionalmente excluídos. Para Bessant (2003), uma estratégia para desafiar algumas das visões preconceituosas sobre os jovens é aumentar a sua participação na esfera pública.

A premissa de exclusão dos jovens das tomadas de decisão vai ao encontro do que diz Checkoway (2011) ao referir que os obstáculos para a participação dos jovens e também as oportunidades para reforçar a participação deles no futuro, torna-se difícil quando os mesmos não se vêem como um grupo que pode criar uma mudança. Igualmente se torna obstáculo quando eles têm ideias, mas não a certeza de como proceder, de quando agir, ou quando não têm recursos para implementá-las.

Sirvent (2004) refere-se a duas formas de participação: - a primeira é a participação real, quando membros de uma instituição ou grupo influem efetivamente sobre todos os processos da vida institucional e sobre a natureza de suas decisões, levando a mudanças nas estruturas de poder. A segunda é a participação simbólica, envolvendo “ações que exercem pouca ou nenhuma influência sobre a política e gestão institucional, e que geram nos indivíduos e grupos a ilusão de um poder inexistente” (SIRVENT, 2004, p. 129). Partindo dessa premissa, questiona-se: de fato, existe a participação real dos jovens nas políticas elaboradas para torná-los cidadãos? Que cidadania é esta quando não há participação real?

Ora, a participação da juventude em atividades sociais, culturais e

de lazer foram reconhecidas por Bessant (2003) como claros indicadores de crescimento para a independência e evidência de integração social. A autora infere ainda que o aumento da participação dos jovens, na Austrália, dependia da existência de um maior envolvimento na educação e atividades de formação para o mercado de trabalho. Ele ainda afirma que, nos últimos anos, a ideia da participação dos jovens alcançou um *status* quase obrigatório nos documentos de política de juventude. Entretanto, para a autora, esse fato por si só não garante, de acordo com a expectativa gerada pelos documentos, uma maior participação democrática.

Guimarães e Lima (2011), referindo-se ao processo participativo, afirmam que este se reveste de uma dinâmica dialógica de interações e trocas interpessoais que se consubstanciam em novos sentidos, símbolos e significados pessoais e coletivos. Para estas autoras, a participação juvenil é, pois, parte de um processo de socialização consciente e propositiva que atua como um *locus* de aprendizagem de valores e práticas democráticas, expressando a superação de uma cultura cívica autoritária e centralizadora. Nesse sentido, é preciso que a sociedade e o Estado estejam receptivos às possibilidades e oportunidades de participação juvenil, não só por motivos de ampliação da democracia, mas também pela importância da vivência política nos processos de desenvolvimento pessoal dos jovens (NOVAES, CARA, SILVA & PAPA, 2006).

Menezes (2007), ao se referir à qualidade desenvolvimental da participação, considera que a participação cívica e política em contextos diversos pode ter resultados positivos ou negativos, tanto do ponto de vista pessoal como societal, pelo que ganha particular relevância a exploração do que na participação justifica as vantagens. A referida autora coordenou, a partir de 2001, um conjunto de estudos com vistas a testar a validade de um construto através de um instrumento de auto relato, o Questionário das Experiências de Participação (Ferreira & Menezes, 2001), que resultou na realização de diversos estudos realizados por Pedro Ferreira (2006), Sofia Veiga (2008) e Cristina Azevedo (2009). No geral, estes estudos revelam o modo como a qualidade da participação está associada a um equilíbrio entre ação e reflexão, no contexto em que a diversidade e o pluralismo são valorizados. Menezes (2007), enfatiza ainda que a participação juvenil está em crise no duplo sentido em que formas convencionais de envolvimento político estão em recessão, ao mesmo tempo que novas maneiras de en-

volvimento na cidade estão em expansão. Diz ainda que, no entanto, os discursos políticos, sociais e acadêmicos tendem a assumir que a participação é sempre boa e que resulta sempre em vantagens pessoais e sociais. A autora faz referência a diversos trabalhos que revelam os dados (nacionais) de Portugal, onde a participação tende a decorrer preferencialmente em associações de tipo “desportivo, cultural e recreativo” e de “solidariedade social ou religioso” tanto para os jovens como para os adultos. Menezes afirma ainda que a implicação é que a participação não é inerentemente boa. A análise teórica e empírica da participação juvenil deve explicitar critérios relevantes para identificar os benefícios da participação.

Checkoway *et al.* (2005) enfatizam que os jovens devem participar nas políticas públicas a nível municipal e, ainda, identificarem as políticas relacionadas a eles, além de organizar a ação política e construir suportes para um programa de implementação. Para estes autores, a participação dos jovens é importante na medida em que eles podem se basear nas suas experiências para promover uma melhora nas decisões institucionais dos municípios dos quais são membros.

Muitos dos estudos efetuados nos países de língua inglesa focalizam a participação juvenil e as barreiras para essa participação na instituição escolar, (BARR, 1998; EGERTON, 2002; GIBSON, 2001). Harris (1978), indica, a importância de pensar a participação juvenil a partir das instituições públicas. Entretanto, de modo geral, os autores recomendam uma abordagem em dupla direção: que estimule o engajamento cívico da juventude e, que ao mesmo tempo, inclua a melhoria das práticas democráticas no ambiente escolar e na formação para professores. Essas ações devem ser integrados em programas de educação para a cidadania nas comunidades. Ora, se a cidadania pode ser descrita como participação numa comunidade ou como qualidade de membro dela (BARBALET, 1989), e é resultante do processo de integração na realidade social manifestada por meio da dinâmica de aprendizagem, discussão e debate, ouvindo e respeitando outras opiniões e construindo consensos e projetos comuns, podemos inferir que a participação está vinculada diretamente com a cidadania e a cidadania diretamente vinculada com a população. (ECCLES & GOOTMAN, 2008; CORONA & LINARES, 2007; BARBER & STONE, 2003).

A visão de participação como preditor de desenvolvimento de cidadania, tem sido bem referenciada a partir da década de 1980, em função

da “forte pressão democrática e, também, de empobrecimento dos trabalhadores e suas famílias” (ALENCAR, 2009, p. 73). Isso leva à discussão do avanço e a universalização da proteção social, bem como a reestruturação das estruturas institucionais de modo a permitir descentralização das decisões e participação da sociedade civil (ALENCAR, 2009).

Os jovens têm sido identificados, na imaginação popular ocidental, como causa e vítimas de vários problemas sociais. No entanto, pesquisadores têm identificado que esse novo discurso sobre os jovens em situação de risco tem estimulado alguns governos a retomar antigas práticas de gestão de problemas como novo estilo de política de juventude (HENDRICK, 1999 BESSANT, 2003). Bessant (2003) chama atenção para o fato de que muitos programas desenvolvidos para melhorar a participação democrática dos jovens na Austrália e na Inglaterra são usados frequentemente para controlá-los. A autora chama a atenção para o fato de que o poder dos jovens nos processos decisórios permanece extremamente limitado, apesar da retórica das recentes políticas de juventude que, está restrita a temas específicos impostos pelos governantes.

A participação juvenil, no que refere a aprendizagem de competências, diz respeito aos conceitos de cidadania e empoderamento, permitindo a aprendizagem por meio da prática. Entretanto, jovens com experiências de discriminação e exclusão social frequentemente têm baixa estima, problemas de confiança e de desenvolvimento (DURSTON, 1996; LANDSDOWN, 2004).

A participação está diretamente relacionada com a educação para a cidadania e representa mais do que a educação cívica, a educação para a civilidade ou para a participação política. A participação tem o sentido mais ampla, ou seja, formar indivíduos promovendo a interação num contexto comum, representando, cada vez mais, o valor da qualidade de vida, do respeito por si próprio, pelos outros e pela natureza (CRUZ, 1998; LEITE & RODRIGUES, 2001). Perrenoud (2001) concorda que o campo da educação para a cidadania não se resume a valores e saberes. Mas refere-se a competências de uma formação, que seja ao mesmo tempo, teórica e prática, flexível nas situações reais da vida, na escola e fora dela, desde a infância e ao longo de todos os ciclos de vida.

1.4 Dos direitos à participação dos jovens brasileiros

Bessant (2003) enfatiza ser fundamental para a participação dos jovens o estabelecimento de um conjunto claramente articulado de direitos, ancorados na legislação, refletindo diversas necessidades e capacidades de pensar e agir com competência. Em outras palavras, os tipos de direitos reivindicados para os jovens devem variar de acordo com as necessidades e interesses dos grupos específicos para os quais as reivindicações de direitos são feitas.

Nesse sentido, considerando esse conjunto de práticas cuja finalidade é tornar os jovens e os adultos melhor preparados para participar ativamente na vida democrática, torna-se importante resgatar os direitos e deveres dos cidadãos e a possibilidade de vivenciar situações de reconhecimento mútuo, valorização e respeito (SILVA & FIGUEIREDO, 1999; LEITE & RODRIGUES, 2001; PRAIA, 1999; SANTOS, 1994).

A primeira declaração de direitos foi adotada em 1923 pela “International Save the Children Union”, em Genebra, e aprovado por duas organizações “League of Nations General Assembly”, em 1924, e pela “World Child Welfare Charter”. Já a Declaração dos Direitos da Criança foi proclamado pelas Nações Unidas em 1959, e foi a base para a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 (CHECKOWAY, 2011).

A convenção sobre os direitos da criança, que é ratificado por mais de 100 nações, tem implicação significativa para o melhoramento da participação dos jovens na sociedade. O artigo 12 diz que os países que assinaram a convenção garantirão à criança o direito de expressar sua opinião livremente em todos os assuntos que lhe dizem respeito. O artigo 13 afirma que a criança terá direito à liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de todo tipo, sem considerar fronteiras seja de forma oral, escrita, impressa, em forma artística ou por qualquer outro meio eleito pela criança. A Carta Europeia da participação dos jovens na vida local e regional, aprovada na 10ª reunião realizada em 21 de maio de 2003, em Estrasburgo, refere que a participação na vida democrática de uma comunidade supõe muito mais que a simples votação ou apresentação de candidaturas para as

eleições, ainda que estes sejam elementos importantes. A Carta deixa evidente que a participação e a cidadania ativa supõe ter o direito, aos meios, o espaço, a oportunidade e, quando necessário, o apoio para participar e influenciar as decisões e para tomar parte em ações e atividades destinadas a construir uma sociedade melhor (CARTA EUROPEIA DOS DIREITOS DOS JOVENS, 2003).

No Brasil, o direito a participação das crianças, adolescentes e jovens está garantido pelo artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo VII – Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Para além do estabelecido na constituição federal, o direito à participação de crianças e adolescentes é garantida pela Lei 8069/90, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cuja lei regulamenta o artigo 227 da referida constituição. Essa lei substituiu os antigos Códigos de Menores.

O ECA incorpora a doutrina de proteção integral das Nações Unidas, garantindo para todas as crianças e adolescentes, independente de raça, cor, religião ou condição social, a sobrevivência o desenvolvimento pessoal, social e a integridade física, psicológica e moral. Decorridos 23 anos da instituição do ECA, o debate público continua em torno da assistência, deixando de lado os maiores motivos para a sua promulgação, ou seja, a democratização da sociedade, melhor distribuição de renda, ampliação dos horizontes de cidadania e a ênfase nas políticas sociais básicas e no desenvolvimento (Lei 8069/90).

O ECA, assim como o estatuto da juventude recém aprovado no Brasil, têm sido alvo de críticas nas diversas classes sociais brasileiras por promover mais o protecionismo que propriamente a garantia dos direitos fundamentais para os quais foram aprovados. O direito à participação está

explicitada no artigo 4º do referido estatuto:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, garantindo a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (Lei 8069/90)

1.5 Reflexões sobre política pública: a construção da agenda pública

O termo política é utilizado em vários sentidos Gramsci (2004) identifica-a de forma mais ampla com liberdade, com universalidade, com toda forma de práxis, que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos. Já em sua acepção restrita, este autor diz que a política aparece como o conjunto de práticas e de objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações de poder entre governantes e governados onde a superestrutura é constituída por duas esferas essenciais: a “sociedade civil”, isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”, e pela “sociedade política e/ou Estado”, que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade, e àquela de “domínio direto”, que se expressa no Estado e no governo jurídico. Nesse mesmo sentido, Ribeiro (2008) acrescenta que, para além disto, devem ser observadas as diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público, obedecendo a regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da so-

cidade e do Estado. Ainda Prates e Prates (2005) afirmam que as políticas públicas objetivam a produção de bens e serviços sociais garantidos a todos os cidadãos de forma universalista e igualitária, mas que têm caráter contraditório na medida em que se constituem em espaços de conformação e, simultaneamente, levam ao desenvolvimento de processos sociais imprevisíveis. Estes mesmos autores, ao referir-se a elaboração de políticas, inferem que a elaboração dos planos pressupõe conhecimento da realidade, sistematização e análise de dados, realização de pesquisa ou reportar-se a elas para, a partir da realidade concreta, passar à esfera propositiva.

A agenda pública deve ser constituída por problemas que exigem debate público, e por objeto de controvérsia que aponte para a necessidade de argumentação e intervenção pública. Ela não deve estar associada a partidos políticos e períodos eleitorais, em que candidatos fazem inúmeras promessas de pouca credibilidade junto aos eleitores que já não vislumbram a possibilidade do exercício ético da política. Essa intervenção, deve ser protagonizada por distintos indivíduos, dentre eles pesquisadores, acadêmicos, funcionários públicos e representantes de diversos grupos de interesses que se posicionam em relação à diferentes assuntos colaborando para o debate de ideias no fluxo de soluções e no processo de formulação de políticas (LOPES, 2009).

As políticas públicas adotadas em busca de integrar socialmente o jovem percorrem como que uma única via de mão dupla: incentivam programas de ressocialização vinculados à educação não formal como a prática de esportes, artes e programas de capacitação profissional, que, muitas vezes, não passam de oficinas ocupacionais, ou seja, não logram promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho (ABRAMO, 1997). Por isso, Bango (2003) chama a atenção para o risco de confundir políticas de juventude com a institucionalidade da juventude, ou seja, ao invés das políticas servirem para a juventude, elas devem ser políticas governamentais tendo a juventude como pano de fundo. Isso é ratificado por Kerbauy (2005) ao reportar a discussão sobre a questão dos jovens e a institucionalização de políticas públicas de juventude no Brasil. Ele observa que na verdade os resultados não se transformaram, de fato, em políticas públicas. Eles se transformam em um conjunto de programas geralmente desconexos, focalizando grupos de jovens que compartilham determinada condição, e que são tratados, quase sempre, de forma estereotipada.

Rua (1997) define que as políticas públicas (“policies”), por sua vez, são *outputs* resultantes das atividades política (“politics”); ou seja, elas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Outros autores diferenciam entre os termos “polity”, “politics” e “policy” que vão desde a estrutura institucional do sistema político administrativo, a hierarquia normativa e o próprio jogo político. Para eles sociedade política “politics” refere-se ao sistema político e “policy”, à política pública. A conclusão é que essas três dimensões sofrem mútua influência e estão atreladas umas as outras (FREY, 2000; COUTO & ARANTES, 2006; SOUZA, 2006).

O campo da análise política é considerado, por alguns autores, como um processo contínuo de elaboração de política que evolui em um modelo cíclico, o chamado “policy cycle”, ou Ciclo de Políticas Públicas, caracterizado pela formulação, implementação e controle dos impactos das políticas (JANN & WEGRICH, 2007; HILL & HUPE, 2002; SILVA & MELO, 2000). Mas, esse ciclo nem sempre conta com uma interação, uma vez que via de regra os formuladores não são os implementadores dessas políticas, ficando comprometido o *feedback* da sua concretização (FARIA, 1998; SILVA & MELO, 2000). Falta consenso entre os autores, quanto a conceituação de implementação que, para uns, é iniciada com o estabelecimento da política até o seu impacto. Para outros, ela é implementada quando posta em prática (NAJBERG & BARBOSA, 2006; PEREZ, 2006; JANN & WEGRICH, 2007; O’TOOLE, 2000). Mas, Rua (1997, p. 14) afirma que a implementação é o “conjunto de ações realizadas por grupos ou indivíduos de natureza pública ou privada, às quais são direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões anteriores”.

Outros autores tratam da política como um conjunto de ações coletivas ou individuais que expressam ideais e podem determinar os rumos de uma sociedade, de uma nação, de uma época, tendo como atores principais os governos, as políticas públicas e o Estado em ação (HÖFLING, 2001; ALVES & PIERANTI; 2007; MARTINS, 2008). Em outros estudos, verifica-se que as políticas públicas no Brasil são burocratizadas e sua implementação quase sempre é marcada pela descontinuidade, pelo tradicionalismo, inércia e desarticulação dentro das próprias esferas governamentais, além de não contarem com uma avaliação que responda e forneça um *feedback* para a sua existência (RUA, 1998; COHEN & FRANCO, 2007; BARROS & CARVALHO, 2004; MENDONÇA, 2001; PINHEIRO, 1995).

1.6 Antecedentes e trajetórias da Política Pública de Juventude no Brasil

Historicamente, a preocupação mundial com a juventude é imputada à Organização das Nações Unidas (ONU). O compromisso da ONU para com a juventude data de 1965, quando os Estados-membros assinaram a Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos (ONU, 1985).

O Brasil, naquele momento, pouca relevância dava ao tema *juventude*, estando o foco das preocupações e mobilizações centrado na proteção das crianças e dos adolescentes com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. A promulgação do ECA foi resultado de intensa mobilização da sociedade e de movimentos sociais vinculados à questão emblemática de meninos e meninas de rua na década de 1980 (IPEA, 2008).

Apesar dos avanços, os indicadores de acesso dos jovens aos direitos sociais, culturais e econômicos, contidos no Informe sobre a Juventude Mundial, elaborado pela ONU em 2005, mostravam um quadro desolador da não concretização de direitos humanos para grande parte da juventude do mundo (IPEA, 2008). De acordo com este documento, - de um total de 1.2 bilhão de jovens em todo o mundo, 200 milhões sobreviviam com menos de U\$ 1.00 *per capita* por dia; - 88 milhões não tinham emprego e 10 milhões portavam o vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), o que suscitou a recomendação por parte da ONU, a especificação dos relatórios por faixa etária (SILVA & ANDRADE, 2009).

Quanto às políticas públicas, implementadas para a juventude pelos países, a ONU constatou que as iniciativas nesta área continuavam motivadas por estereótipos negativos em relação aos jovens, tendo como foco a delinquência, a violência e o uso de drogas. Isso, entretanto, se constituiu como um dos principais pontos de convergência de grandes mobilizações e articulações dos principais movimentos de juventude, em que se encontra expresso o reconhecimento de que, os jovens são uma força positiva, com grande potencial para contribuir para o desenvolvimento e o progresso social, bem como para a promoção dos direitos humanos. Por ocasião do movimento de Braga (1998) e com a Declaração de Lisboa (1998), os países

comprometeram-se a apoiar o intercâmbio bilateral, sub-regional, regional e internacional das melhores práticas nacionais para subsidiar a elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude (SILVA & ANDRADE, 2009).

O Informe da ONU sobre a Juventude Mundial mostra que a maioria dos problemas atinge, indistintamente, os jovens do mundo inteiro, sendo que o quadro, no entanto, era mais grave nos países em desenvolvimento. O Brasil, por exemplo, apresenta até hoje um quadro alarmante em relação à concretização de direitos humanos de parcela expressiva de sua juventude (UN, 2005).

Em 2005, após dez anos da adoção do PMAJ, a Assembleia Geral das Nações Unidas lança o “Informe 2005” sobre a situação da juventude no mundo. O referido informe obteve grande repercussão na mídia e entre os organismos internacionais e nacionais da sociedade e de governo, pois trazia uma avaliação da situação do jovem no mundo e das conquistas relacionadas com a implementação do programa mundial (UN, 2005; SILVA & ANDRADE, 2009).

Em linhas gerais, o documento reconhecia muitos avanços em várias das áreas prioritárias do programa no período analisado. Todavia, enfatizava que os jovens do início do terceiro milênio continuavam enfrentando problemas muito mais complexos, destacando-se a epidemia da AIDS e a pobreza (IPEA, 2008). Segundo o documento, a pobreza continuaria, por muitas décadas, representando o maior desafio na vida de milhares de jovens do mundo (IPEA, 2008). A partir de então, os países participantes das Nações Unidas decidiram ampliar o conhecimento recíproco sobre a situação da juventude, deliberando pela realização de reuniões anuais. Em 1992, por ocasião da realização da VI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Juventude, foi criada formalmente a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) – instituição internacional de caráter governamental (UN, 2005).

Atualmente, a OIJ é o único organismo multilateral governamental de juventude e promove a cooperação e o diálogo, entre 21 países ibero-americanos: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Bolívia. Na declaração final da conferência Ibero-Americana de Ministros da

Juventude, os representantes dos países participantes reconhecem a juventude como ator de mudança e transformação social. Reconhecem também a juventude como etapa com essência própria no processo de desenvolvimento pessoal, que deve ser vivida plenamente, com o exercício integral de seus direitos. Na XIV Conferência, ocorrida em janeiro de 2009, em Santiago, Chile, o Brasil ratificou sua intenção de integrar o grupo como membro pleno, uma vez que o país participava dos trabalhos da OIJ, como observador, desde sua criação, em 1996 (UN, 2005; SILVA & ANDRADE, 2009).

No Brasil, diferentemente do que ocorreu nos demais países, as ações desencadeadas pelas agências da ONU tiveram pouca repercussão na formulação de programas ou organismos específicos de políticas para este grupo populacional. Como consequência, durante muito tempo, o termo juventude manteve-se associado ao período da adolescência ou foi tomado como algo indistinto da infância, na qual os programas e serviços efetuados consideram a idade de 18 anos ano limite da juventude (ABRAMO, 2007). Assim, os jovens maiores de 18 anos ficaram fora do alcance das ações e dos debates sobre direitos e cidadania trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nesse momento, a comparação da atual juventude com a juventude das gerações passadas, denominada de combativa, propositiva e engajada nas ações sócio-políticas, foi inevitável. As referências à juventude de então faziam-se apenas no sentido de denunciar sua apatia e seu conservadorismo. A juventude, como questão política e tema de políticas públicas, somente veio a emergir depois do processo de redemocratização do país através do processo da constituinte, onde muitos jovens e organizações juvenis participaram ativamente da luta pela redemocratização e construção de pautas no interior de muitos movimentos sociais (IPEA, 2009).

O protagonismo juvenil na luta contra a Ditadura Militar sofreu grandes violações aos direitos humanos, sendo considerados subversivos, em razão de não aceitarem as decisões impostas pelo governo. Em contraponto ao nacionalismo defendido por esse movimento, foi criado, em 1967, um movimento chamado “Tropicália”. Jovens escreviam, em letras de música, protestos ao regime militar e à situação que se estabelecia no país. Todas as letras de música eram reunidas sob suspeita de “subversivas” ou “esquerdistas” (CARMO, 2001, p. 71). Outros movimentos marcaram a juventude da época, como os *novos baianos*, o *new wave* e a *disco music*, que

se tornou febre mundial em razão do filme “Embalos de sábado à noite”.

A associação da juventude com a violência, os comportamentos de risco e a transgressão, influenciou a maioria das ações destinadas a atendê-la. Nesse contexto, as atividades culturais e as parcerias com organizações não governamentais (ONGs), fundações empresariais e as várias instâncias do Poder Executivo foram usadas tanto a nível federal, estadual e municipal, na expectativa de minimizar tais problemas (NOVAES, 2009).

O debate sobre a juventude reaparece no Brasil, quando a ONU recolocou o tema na pauta e elegeu o ano de 1985 como “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. O impacto, entretanto, aconteceu em plano estadual, nos estados de São Paulo, em 1986, e Minas Gerais, em 1987, que instituíram os primeiros conselhos estaduais de juventude (CASTRO & ABRAMOVAY, 2002). Diferentemente de países que intensificaram a consolidação das políticas de juventude nas suas agendas a partir das discussões lideradas no plano internacional pela ONU, constatase que o Brasil somente inicia o debate mais intenso e organizado em meados da década de 1990, praticamente dez anos após a declaração do Ano Internacional da Juventude. Ainda assim, a democracia se afirma no amplo movimento cívico pela aprovação da Constituição de 1988, que contou com massiva participação dos jovens que consolidaria as eleições diretas para todos os cargos de presidente e vice-presidente do Brasil e a legalidade dos partidos políticos. Na Constituinte, diversas juventudes se unem na campanha “Se Liga 16”, que consegue recolher cerca de um milhão de assinaturas para legitimar o voto facultativo com 16 e 17 anos, conferindo expressivo peso eleitoral à juventude brasileira no novo ordenamento democrático. Essa fase também foi marcada, na esfera cultural, pela realização de festivais e surgimento de muitas bandas de *rock* e a participação dos *punks* com suas músicas de protesto (ABRAMO, 2007).

A partir dos anos 1990, surgem, nos planos local e regional, organismos públicos destinados a articular ações no âmbito do Poder Executivo e estabelecer parcerias com as organizações juvenis, da sociedade civil e do setor privado para, a implantação de projetos ou programas de ação para a juventude. Entre eles, surge a MUDES (Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico Social) que realizou em 1995, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude. Esse encontro constituiu-se na primeira articulação nacional de gestores de juventude,

focada especificamente na promoção das políticas públicas de juventude. Entre 1995 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foram executadas diversas ações, sobretudo com base nas ideias de prevenção, controle ou efeito compensatório de problemas que atingiam a juventude em razão da visão que se tinha do jovem, em geral: viver numa condição de risco social e/ou vulnerabilidade. Fato este que resultava na formulação de programas e projetos associando o jovem ao tema da violência, vinculado ao consumo e tráfico de drogas, e ao desemprego (MISCHE, 1997).

A partir de então, observa-se um aprofundamento do debate na sociedade civil e nas universidades. Em 2002 e 2003, respectivamente, a Universidade Federal Fluminense – UFF e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, constituíram os primeiros Observatórios de Juventude em instituições universitárias brasileiras. Concomitantemente a essas ações, a Universidade Católica de Brasília, em parceria com a Unesco, lançou o Observatório de Violência nas Escolas. Destacam-se, ainda, nessa construção, a realização de seminários por diversas organizações, como a OAB, a OBJ, a Unesco e a Comissão Especial de Políticas de Juventude da Câmara dos Deputados, para delimitar e debater, com suporte nas experiências nacionais e internacionais apresentadas, questões cruciais do campo das políticas públicas de juventude em 2004. Esta Comissão realizou um processo de Audiências Públicas de Conferências Estaduais de Juventude que culminou com a realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude, promovida pela Câmara dos Deputados. Como resultado, a Conferência apresentou subsídios à formulação da Emenda Constitucional 65, que insere a juventude como público prioritário na Constituição, a criação do Plano Nacional da Juventude, estabelecendo metas a serem cumpridas num período de dez anos, e a aprovação do Estatuto da Juventude, que reafirma os direitos dos jovens (CONJUVE, 2006).

Entre 2003 e 2005, foram criados fóruns e movimentos como a Rede Juventude pelo Meio-Ambiente (Rejuma), o Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, articulado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), a Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude (Renaju), a Rede Sou de Atitude e o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis (Fonajuves). Esses são exemplos da mesma intenção de distintos setores da juventude brasileira constituir plataformas e redes juvenis em âmbito nacional, cada uma reconhecendo seu papel e

suas limitações. Estas iniciativas culminaram com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em fevereiro de 2005, órgão executivo ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, sem status de ministério, com o objetivo de articular os programas federais de juventude existentes em diversos órgãos do Governo Federal e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), órgão de articulação entre o governo e a sociedade civil, consultivo e propositivo. Este órgão viria a instituir o espaço do Conselho Nacional de Juventude com a importante tarefa de estabelecer diretrizes sobre a política nacional de juventude, baseadas em um diálogo entre a sociedade civil e os membros do Governo (CONJUVE, 2006).

A agenda juvenil avançou muito no Brasil, como podemos observar por alguns fatos, como a criação do Programa Nacional de Jovens (Projovem), a criação da Secretaria Nacional de Juventude e a instituição do Conselho Nacional de Juventude. Essa agenda articulou diversos encontros e reuniões e fomentou a discussão de ações integradas para o desenvolvimento de políticas juvenis. Assim, seguidamente à realização da 1ª e 2ª Conferência Nacional de Juventude (2004, 2011), foi estabelecida a Política Nacional de Juventude.

O estabelecimento da Política Nacional de juventude e as demandas por ela emanadas acelerou a aprovação da emenda constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude. Após tramitar sete anos no Congresso Nacional, a PEC foi aprovada em julho de 2010, cuja emenda inseriu o termo “jovem” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando ao segmento direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres.

Em abril de 2013, finalmente foi aprovado o Estatuto da Juventude, depois de tramitar por sete anos no Congresso Nacional.

1.7 Política Nacional de Juventude: dimensões, diretrizes, eixos e programas

Após os eventos registrados em relação à agenda juvenil, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e da realização das Conferências Nacionais de Juventude, foi estabelecida a Política Nacional de Juventude. Esta política está alicerçada em dimensões, diretrizes e eixos que foram construídos ao longo da sua trajetória: - A *dimensão Institucional*, diz respeito à parceria entre o Conselho e a Secretaria Nacional de Juventude e permitiu a criação de órgãos de gestão da juventude nos diversos municípios brasileiros, além da criação de Fóruns Nacionais de Gestores Municipais e Estaduais de Juventude, que vieram a fortalecer ainda mais a política juvenil; - A *dimensão internacional*, no tocante a manutenção permanente do intercâmbio com outros países, sobretudo a América Latina; - A *Dimensão Legal*, que se constituiu no marco legal integrado pela emenda constitucional 65, que inseriu o termo “jovem” no texto constitucional, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais. Outro marco legal é o Estatuto da Juventude, que estabelece a responsabilidade das três esferas governamentais na execução das políticas juvenis, e Plano Nacional de Juventude, que estabelece um conjunto de metas que os governos – federal, estadual e municipal – deverão cumprir em relação à política juvenil em um período de dez anos.

Como diretrizes da política nacional de juventude, são apontadas a - *Singularidade da Juventude*, que diz respeito ao tratamento que deve ser dado à condição juvenil, no sentido de que os jovens são sujeitos com necessidades, potencialidades e demandas singulares em relação a outras faixas etárias; - *os jovens como sujeitos de direitos*, ou seja, ao invés de serem controlados, devem ser emancipados; - *a valorização da diversidade juvenil* através do reconhecimento de que o Brasil é um país continental e multicultural e que, ao invés de se colocar rótulos e estereótipos, deve-se reconhecer e valorizar essa diversidade; - *a transversalidade das políticas* em que se reivindica tratar a educação, o meio ambiente, o trabalho, a saúde, o esporte, a cultura e o meio ambiente como capítulos que não são separados; - e finalmente, a *participação juvenil* enfatiza que o governo deve ouvir principalmente aqueles que não estão organizados coletivamente.

A Política Nacional de Juventude estabelece, para o cumprimento das propostas aprovadas, eixos que visam consolidar as políticas de educação integral, com a inclusão de políticas de ações afirmativas que garantam o acesso e permanência de todos os segmentos jovens no ensino superior e outras garantias como qualificação profissional, participação e fortalecimento em programas destinados a iniciativas de grupos e movimentos culturais juvenis e populares. Deve ser garantido, ainda, o direito à moradia, incluindo os jovens de favelas e os de comunidades tradicionais, além do direito à diversidade e à vida segura, para a melhor qualidade de vida. Outro aspecto a ser considerado dentro dos eixos estabelecidos, reporta-se a garantia da participação dos diversos movimentos e entidades civis na representação do Conselho Nacional de Juventude com caráter deliberativo e fiscalizador, assim como a garantia da alocação de recursos do Tesouro Nacional, que deverão ser destinados às diversas entidades federadas.

Para a execução da Política Nacional de Juventude com base nas dimensões da política e seus eixos estruturantes, encontra-se o desafio da inclusão social. Dessa forma, o governo, através da Secretaria Nacional de Juventude, elaborou, em 2011, o Programa Autonomia e Emancipação da Juventude, uma iniciativa inovadora que inclui conteúdos, metas e dotação orçamentária para várias ações no Plano Plurianual 2012-2015 (PPA).

Vale a pena inferir que, no período compreendido entre a discussão do tema até a presente data, muitos foram os programas e projetos desenvolvidos. Porém, uma grande parte dos programas não teve continuidade e nem avaliação dos motivos pelos quais foram desativados. Isso ratifica as afirmações de Spósito e Carrochano (2005) de que os jovens são alvo de programas definidos em função de sua condição de vulnerabilidade e aqueles que estão entre os excluídos da escola em razão da distorção idade/série e com importantes dificuldades já consolidadas. Os dados apresentados a seguir, relativo aos programas federais, foram coletados do site do Conselho Nacional de Juventude e de sites dos Ministérios referenciados como executores dos diversos programas que compõem o Plano Nacional de Juventude - PNJ.

Pode-se inferir que o Projovem que visa ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos que estão fora da escola e sem formação profissional, criado a partir da integração de seis programas já existentes – Agente Jovem, Saberes da Terra, Projovem, Consórcio Social da Juventude, Juven-

tude Cidadã e Escola de Fábrica, constituiu-se no maior programa desenvolvido pelo governo federal, junto com os estados e municípios brasileiros. Ele está constituído de quatro modalidades: a) o Projovem Adolescente, cujo público-alvo são jovens de 15 a 17 anos, em sua maioria oriundos de famílias beneficiárias do programa bolsa família. Suas ações têm como foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e o retorno à escola e a sua permanência no sistema; b) o Projovem Urbano, constituído por jovens de 18 a 29 anos que não tenham concluído o ensino fundamental, cujos objetivos são: a elevação de escolaridade, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias; c) o Projovem Campo, destinado a jovens agricultores entre 18 e 29 anos; d) e o Projovem Trabalhador, direcionado a jovens entre 18 e 29 anos, desempregados e membros de famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, e que tem como objetivo a preparação para o mercado de trabalho. Os jovens recebem auxílio financeiro mensal, cada modalidade tem um valor, cujo recebimento da renda permaneceu atrelado com o retorno aos estudos ou à continuidade deles e com a realização de atividades de formação, tidas como obrigatórias.

Outro programa considerado relevante no desenvolvimento da PNJ é o ProUni, Programa Universidade para Todos, considerado o maior programa de concessão de bolsas de estudo da história brasileira. Em um ano e meio, o ProUni ofereceu a 203 mil jovens de baixa renda o acesso em mais de 1.100 instituições de ensino superior em todo o país. Este programa é desenvolvido pelo Ministério da Educação, assim como: Programa Livro Didático para Ensino Médio, que distribui materiais educativos para estudantes; o Proeja, programa de educação profissional integrado ao Ensino Médio, que tem como finalidade ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular; o Programa Brasil Alfabetizado, que promove alfabetização para jovens acima de 15 anos; e o programa Escola Aberta, que oferece atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer em escolas públicas do Ensino Médio e Fundamental, que são abertas nos fins de semana exclusivamente para atender a comunidade. Ainda é oferecido pelo MEC um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários denominado Projeto Rondon. A ideia desse projeto é oferecer aos estudantes, durante as férias, a oportunidade de conhecer a realidade e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

No âmbito do Ministério dos Esportes, são oferecidos os programas: Segundo Tempo, que visa democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte e melhoria da cidadania e qualidade de vida; o Bolsa Atleta, que concede bolsa aos atletas representantes das seleções esportivas a nível estadual e federal; e o programa Esporte e Lazer na Cidade, que tem a finalidade de oferecer a prática de atividades físicas, culturais e de lazer, envolvendo todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência.

Como se pode observar, a política nacional de juventude é contemplada por programas bem diversificados, pois além destes já citados, existem ainda no âmbito do Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação e do Meio Ambiente, os programas Saúde e Prevenção nas Escolas, desenvolvidos com apoio da Unicef e Unesco. Esse programa é direcionado a jovens de 14 a 19 anos, cujo objetivo é promover ações de prevenção, promoção e atenção a saúde. O programa Juventude e Meio ambiente, que visa contribuir para o fortalecimento e expansão dos coletivos jovens de meio ambiente nos estados. Para suprir a problemática do jovem que é incorporado ao serviço militar obrigatório e que na sua maioria ao terminar seu tempo nas forças armadas fica desempregado, foi criado o projeto Soldado Cidadão. Este projeto objetiva oferecer cursos de capacitação e formação profissional para inserção dos jovens recrutados no mercado de trabalho. Coordenados pelo Ministério da Cultura, com o objetivo de incentivar ações que despertem a arte, a cultura, a cidadania e a economia solidária nas comunidades, os programas Cultura Viva e Pontos de Cultura implantam e modernizam espaços culturais, permanentes ou itinerantes destinados aos jovens.

A Política Nacional de Juventude também contempla o jovem que vive fora do perímetro urbano através dos programas Nossa Primeira Terra, que tem como objetivo atender a demanda de jovens sem terra ou filhos de agricultores familiares que queiram permanecer no meio rural. Esse programa objetiva fomentar o futuro da agricultura, através da oferta de um crédito especial de investimento. E, finalmente, com o objetivo de articular políticas de segurança com ações sociais para a prevenção, existe o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, com a clara finalidade de tentar reduzir os índices de mortes violentas entre os jovens.

Como já referenciamos, todos os programas destinados à juventude municipal e estadual, segundo informações obtidas dos dirigentes, municí-

pal e estadual de juventude do estado do Acre, são programas oriundos do governo federal que disponibiliza os recursos necessários para as secretarias correspondentes aos ministérios federais gestores das referidas ações. Em recente busca, junto a essas secretarias, identificamos os programas destinados aos jovens e sua abrangência, cujos dados dizem respeito apenas aos programas que estão sendo executados no presente exercício ou se encerraram em 2012. É fato que muitos programas foram desativados e não se tem uma avaliação dos motivos da sua descontinuidade. Desse modo, estão sendo desenvolvidos o Projovem Adolescente, com 2.300 atendimentos; o Projovem Urbano, com 800 atendimentos a nível estadual e 1.200 atendimentos a nível municipal; e o Projovem Campo, com 1.000 atendimentos. Esses programas estão sob a responsabilidade das secretarias de Ação Social e de Educação. Dos programas oriundos do Ministério dos Esportes, a nível municipal, foi desenvolvido em 2012 o Programa Esporte e Lazer na Cidade (Pelc), atendendo 3.200 jovens e a nível estadual, o Programa Bolsa Atleta, com 116 beneficiários.

Dos programas oriundos dos Ministérios da Saúde e da Educação, vem sendo desenvolvido, em nível estadual, o programa Saúde na Escola, com 3.293 atendimentos na área de fonoaudiologia, 4.152 atendimentos psicológicos, 4.095 atendimentos em serviço social e 15.773 na área da saúde bucal. Em funcionamento também encontra-se o Prouni, atendendo a 1.293 jovens universitários, e o Programa Jovem Aprendiz, coordenado pelo Senac e Senai, com 1.365 beneficiários. A partir de 2013, está sendo implantado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que abrigará diversos outros programas, cuja previsão de atendimentos é de 19.522 vagas para todo o estado do Acre.

Os demais programas do governo federal não vêm sendo executados por razões que desconhecemos. A bem da verdade, a questão da descontinuidade dos programas e a fragmentação de ações ainda estão a suscitar a necessidade de se proceder estudos avaliativos sobre os motivos desse acontecimento. Infelizmente são muito poucos os estudos institucionais e os poucos que encontramos divulgados são pontuais, como exemplo o estudo realizado por Silva (2012), que avaliou a execução do programa Escola Aberta, desenvolvido em quase todas as escolas de Recife: o estudo de Briguglio, Hosokawa, e Schälch (2010) que avaliou o programa Jovem Cidadão, concretizado em 39 municípios da região metropolitana de São

Paulo; e o estudo de Oliveira, Silva, Gomes e Moraes (2010) que avaliou o processo de implementação do Projovem Trabalhador concretizado em 68 municípios da Paraíba.

Para além destes, em 2007, a Universidade Federal Fluminense, por solicitação do Ministério do Desenvolvimento Social, realizou pesquisa de avaliação de impacto sobre o Programa Agente Jovem, cujo resultado apontou vários entraves como a permanência dos jovens no programa, carga horária aquém da estabelecida, baixo percentual de participação dos jovens na comunidade, falta de maior estímulo à participação das famílias nas atividades desenvolvidas, só para citar alguns. Entretanto, de nada adiantou tal avaliação, uma vez que o Programa Agente Jovem foi desativado, embora apresentasse muitos pontos positivos. Relativo ao estado do Acre, a única avaliação que se tem conhecimento sobre os programas de juventude foi o realizado por Silva (2012), em estudo conjunto com pesquisadores da Unirio. Eles avaliaram o segmento do Projovem Urbano, modalidade prisional, implantado em caráter experimental em apenas três estados brasileiros: Acre, Pará e Rio de Janeiro, cujas conclusões não se encontram ainda disponíveis.

Capítulo II

**A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES
DE LAZER E A OCUPAÇÃO DO
TEMPO LIVRE DOS JOVENS:
CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO
NÃO FORMAL E INFORMAL**

A educação está presente em todos os locais, não só na escola, mas também na rua, na igreja, na família, em todas as instituições e relações sociais. Do mesmo modo, o ensino escolar não pode ser considerado como sua única prática e o professor como seu único praticante, ou seja, a escola, em especial a escola pública, não é mais o centro onde tudo acontece para os jovens, no que se refere à tecnologia, criatividade e atratividade. Hoje, a escola compete com o computador, a internet, a TV e a mídia em geral. Tendo em vista o campo educativo ser bastante amplo, a educação difere, também, de acordo com cada sociedade e é socialmente entendida como aquela que é responsável pela formação dos indivíduos (BRANDÃO, 1985).

2.1 Finalidades e direitos da educação

Saviani (2002) infere que a educação só tem sentido se estiver voltada para promover o ser humano, tornando-o cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela, transformando-a no sentido de ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre as pessoas. Assim, o processo educacional é visto por alguns teóricos como um instrumento de libertação, uma vez que demanda possibilidades de transformação social (LIBÂNEO, 1990; GADOTTI, 1984).

Ora, hoje em dia a educação vive um tempo de grandes incertezas e de muitas perplexidades. Sente-se a necessidade da mudança, mas nem sempre se consegue definir-lhe o rumo. Há um *excesso de discursos*, redundantes e repetitivos, que se traduz numa *pobreza de práticas* (NÓVOA, 2009).

Nóvoa (2009, p.22) defende uma educação integral que “é o corolário legítimo da dignidade humana”, sublinhando-se a importância de um “itinerário que respeite e privilegie o educando como protagonista principal em todo o processo educativo”.

Para cumprir a sua missão de educar para a cidadania, os projetos e as comunidades educativas têm de contemplar o *aprender a conhecer*, o *aprender a fazer*, o *aprender a viver juntos*, mas também o *aprender a ser*. Sem esta consciência personalista, sem o crescimento

peçoal de uma verdadeira estrutura autónoma vertebrada por valores e convicções, os cidadãos não ultrapassarão o limiar de indivíduos enquadrados nas estruturas cívicas como consumidores passivos dos esquemas sociais apresentados. (NÓVOA, 2009, p. 22).

A abrangência do termo educação alcança um universo que vai além dos muros da escola, instituição com papel central na formação das pessoas. Isso nos remete a afirmação de Freire (1981, p. 79): “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Perrenoud (2002) infere que se a cidadania está em crise é porque a justiça está em crise, porque as desigualdades aumentam, porque o conhecimento é desigual, porque há sofrimentos insuportáveis e incompreensíveis. Para ele, uma educação para a cidadania implica em um alargamento importante da educação cívica, a qual visa formar um bom cidadão capaz de compreender a Constituição, de votar, de desempenhar um papel ativo e responsável na sociedade. O autor diz ainda que a educação para a cidadania não é uma cura espiritual, nem um apelo aos bons sentimentos, à razão de uma hora por semana, enquanto que, nas outras horas, se “dá o programa”. Ele não proporciona bons resultados se não estiver no cerne do programa, ligada ao conjunto das competências e dos conhecimentos.

O direito à educação, baseia-se nas experiências dos direitos civis da Inglaterra que datam do século XVIII, dos direitos políticos do século XIX e dos direitos sociais do século XX, (MARSHALL, 1997). Assim como, baseia-se na existência de direitos de cunho específico, voltados para as diferenças étnicas, de gênero, faixa etária, entre outras, além da luta travada pela classe operária europeia pelos direitos sociais, a partir dos direitos civis e políticos. Dentre os direitos sociais, o direito à educação assumiu destaque prioritário, enquanto condição da própria cidadania (BOBBIO, 1992; PRZEWORSKI, 1989).

Ora, no Brasil o direito à educação está garantido em primeiro lugar pela Constituição Federal, que dispõe no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A educação esta garantida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, Lei 9394/96 em seus artigos 1º e 2º:

Artigo 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Artigo 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para além disso, dispõe o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

É dever da família, da comunidade, da sociedade, em geral, e do Poder Público, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à **educação**, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A Constituição Federal, em diversos artigos, reconhece a educação como a fonte primeira para a formação da pessoa humana e seu preparo para a cidadania e a própria LDB, em seu Título II, dispõe sobre os seus fins e princípios subjacentes, os quais constituem os mesmos dispostos na Constituição Federal, acrescidos de dois princípios que dizem respeito aos cidadãos que não tiveram acesso à escola na idade própria, ou seja, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (artigo 3º, XI).

As contribuições de Afonso (1989) Sacristan (2001) e Giroux (1997), Von Simson (2000), Gohn (2001) e Freire (2006) acerca da ampliação do conceito de educação, onde se apresenta outros parâmetros para a prática de uma pedagogia inclusiva, trouxeram à tona um novo espaço educativo: o da educação não formal. Gohn (2008) revela que, até os anos 1980, a educação não formal foi um campo de pouca importância no Brasil, no

que tange às políticas públicas e também entre os educadores. A partir dos anos 1990, em função das mudanças na economia, sociedade e trabalho, a articulação de novas ações e valores culturais, a educação não formal passa a ter mais destaque: “Passou-se ainda a falar de uma nova cultura organizacional que, em geral, exige a aprendizagem de habilidades extraescolares” (GOHN, 2008, p. 92).

2.2 Educação não formal e informal: relação com o lazer e a ocupação do tempo livre

O espaço da educação não formal configurou-se como um novo campo para a educação, com o lançamento em 1990 da Década da Educação para Todos por ocasião da realização da Conferência Mundial de Educação para Todos, promovida pela ONU (Organização das Nações Unidas) com a participação da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Tecnologia), em 1990 na Tailândia. Nessa ocasião foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (WCEFA, 1990). No documento da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a educação não formal é legitimada como um conceito de educação que engloba os processos formativos que ocorrem em outros espaços (WCEFA, 1990).

Ora, a educação, seja formal, não formal ou informal, tem grande importância para o desenvolvimento integral da juventude. Segundo Lopes (2006), a educação constitui algo mais que proporcionar conhecimentos. Educar é ter em atenção os ritmos, a diversidade, a ligação do indivíduo com a comunidade e, por isso, o ato de educar não deve estar confinado à oferta das instituições educativas formais. Para ele, “formar” não é sinônimo de “meter uma forma”. A educação deve estar vinculada à vida e comprometida com o desenvolvimento global do ser humano, com os seus diferentes ciclos de crescimento.

Por educação formal entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas, em um sistema educativo altamente institucionalizado, cronologicamente graduado e hierarquicamente estruturado, que se estende da Escola primária até a

Universidade (AFONSO, 1989; LIBÂNEO, 2008).

A educação não formal é caracterizada por atividades com caráter de intencionalidade. Porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas. Mas essas ações não são formalizadas. Elas se encontram inseridas nas organizações sociais, nos movimentos sociais, nas associações comunitárias, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania e lutas contra as desigualdades e exclusões sociais (LIBÂNEO, 2008). A educação não formal compreende toda atividade educativa organizada que ocorre fora do sistema oficial de ensino e é marcada pela intencionalidade qualitativa, buscando provocar nas pessoas ideias, valores e atitudes, cujas atividades devem ser vistas pelo seu caráter universal como acessível a todos os grupos sociais (GOHN, 2006; LIBÂNEO, 2008; AFONSO, 1989; BRANDÃO, 1985; VON SIMSON, PARK, & FERNANDES, 2001). Ela diverge da educação formal, pois não se submete a ordenamentos jurídicos do Estado e suas ações são flexíveis no tocante a tempos, locais e conteúdos. As ações podem ser aplicadas a todos os grupos etários, de todas as classes sociais e em contextos socioculturais diversos, através de um percurso inovador. Os objetivos da educação não formal são: promover a educação para cidadania, abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais, além de contribuir com transmissão de informação e formação política e sócio-cultural (GOHN, 2006; LIBÂNEO, 2008; AFONSO, 1989; BRANDÃO, 1985; VON SIMSON *et al.*, 2001).

A educação informal decorre da vivência e reprodução do conhecido, da transmissão de certos saberes e da reprodução da experiência segundo os modos e as formas como foram apreendidas e codificadas (GOHN, 2006; BRANDÃO, 1985). Tem como meta a socialização dos indivíduos e desenvolver hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou a que pertence por herança (GOHN, 2006).

O investimento em educação tem sido a principal política para jovens na busca de incorporação social das novas gerações. Na década de 50, o investimento em educação constituiu um mecanismo importante de mobilidade e ascensão social. Com o tempo, essa estratégia perdeu importância devido à deterioração da qualidade de ensino favorecida pelas mudanças em curso na sociedade brasileira, derivadas da inspiração do nacio-

nal desenvolvimentismo originada do investimento do capital estrangeiro, aliado a oferta restrita de ensino superior e da ampliação dos processos de urbanização oriundas da forte migração do campo para a cidade, mais precisamente das situadas no centro sul do País (CALDEIRA, 1991; CUNHA, 2007; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1998). Nos Estados latino americanos, nesse mesmo período, a ocupação do tempo livre pelos jovens era incentivada, criando-se muitas oportunidades para isso, sob o pressuposto de que boa utilização do tempo faria evitar a adoção, pelos jovens, de condutas consideradas censuráveis, pelo mundo adulto (KERBAUY, 2005).

A ocupação do tempo livre através do lazer está diretamente relacionada com a educação. França (2003) afirma que o lazer apresenta aspectos educativos que contribuem para a compreensão e intervenção do novo mundo social, além de possuir práticas corporais que contribuem para a melhoria da qualidade de vida, possibilidades de construção de uma cultura humanizada, socialização, princípios ético e crítico sobre a sociedade.

Também Camargo (1989) manifesta que o lazer, como modelo cultural e prática social, revela-se como educação informal tendo em vista que não é apenas através da escola ou da família que se converte numa sociedade educativa, mas também através dos seus pontos de encontro, das informações difusas da televisão, jornais, *out-doors*, cinema, bate-papos e participação em atividades diversas. Várias pesquisas demonstraram que as atividades de lazer facultam, entre outros aspectos, o bem-estar psicológico e o desenvolvimento pessoal dos indivíduos que nelas participam. (BEAUREGARD e OUELLET, 1995). Estes autores encontraram uma pesquisa alegando que a participação neste tipo de atividades constituía um entrave ao êxito acadêmico dos estudantes, uma vez que concebia a escola como um meio de transmissão do saber formal e onde o primeiro objetivo era o sucesso escolar. No entanto, outros estudos efetuados por Marsh (1992) assumem que a escola deve favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes e justificam a importância das atividades curriculares complementares como meio educativo.

Azevedo (2007) faz uma análise dos termos “lazer” e “educação” e ratifica a estreita vinculação, fundamentação e responsabilidade da educação para com o lazer e o mesmo do lazer para com a educação. Educar para o lazer não tem sido prioridade em muitas organizações, sejam elas públicas

ou privadas, com ou sem fins lucrativos, porque a relação entre educação e lazer não tem sido bem compreendida. Esse fato pode ter provocado um lapso de tempo importante no desenvolvimento de políticas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Parker (1978) entende que o lazer é tempo livre de trabalho e de outras obrigações, e que engloba também atividades que se caracterizam por um sentimento de (relativa) liberdade. Lazer é caracterizada como qualquer atividade que não seja profissional ou doméstica; é um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstica, e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos (CAMARGO, 1989). Essa definição de Camargo é uma visão generalista de lazer, porque engloba inúmeras atividades, visto que exclui apenas as domésticas e as relativas ao trabalho. A necessidade de lazer por parte das pessoas, no entendimento de Dumazedier (1979), está em fragmentos nas atividades e em função dos diferentes meios sociais, dos trabalhadores, dos jovens e pessoas idosas. Assim, não há como negar o carácter não formal e informal que as atividades de lazer proporcionam.

Tratando ainda a relação com a educação, Romão (2005) destaca que o Conselho da Europa encara a educação como um processo de aprendizagem ao longo da vida, que ultrapassa o quadro escolar. Um processo destinado a criar, ao longo da vida, possibilidades de adquirir, de aplicar e de difundir conhecimentos, valores e competências associadas aos princípios e procedimentos democráticos em múltiplos quadros de ensino-aprendizagem, quer formais, não formais ou informais. A autora diz que deverá se por em prática abordagens educativas e métodos pedagógicos que tenham como finalidade ensinar a viver em conjunto numa sociedade democrática. Ela se refere a recomendação no 12 de 2002 do Comitê de Ministros do Conselho da Europa aos Estados membros, relativa à Educação para a cidadania democrática. A recomendação declara que, qualquer ação educativa, formal, não formal ou informal, inclusive a ação da família, que permita ao indivíduo ao longo da sua vida, agir como cidadão(ã) ativo e responsável no respeito pelos direitos de outrem, deve ser considerada como componente da educação para a cidadania democrática.

O lazer, como prática educativa, pode proporcionar o desenvolvimento humano integral, no sentido da omnilateralidade proposta por Marx, ou seja, substituir o ser humano unilateral, especializado e alienado, por um ser humano *omnilateral*, não especializado e, sobretudo, “livre da exploração e da alienação do seu trabalho” (GADOTTI, 1990, p. 59). A maioria dos autores contemporâneos relacionados aos estudos do lazer reconhece que o lazer é um veículo privilegiado de educação que promove aprendizado, estímulo e iniciação aos conteúdos culturais, superando a etapa conformista e passando para etapas críticas e criativas, mais elaboradas e complexas. Nesse sentido, situa-se a educação pelo lazer e a educação para o lazer (CAMARGO, 1998; FRANÇA, 1999; MARCELLINO, 2000).

Requixa (1980) sublinha este duplo aspecto educativo do lazer: o lazer como veículo de educação, “educação pelo lazer”; o lazer como objeto de educação, “educação para o lazer”. Este autor diz que o indivíduo, ao participar em atividades de lazer, desenvolve-se tanto individual como socialmente, condições estas indispensáveis para garantir o seu bem-estar e a participação mais ativa no atendimento de necessidades e aspirações de ordem individual, familiar, cultural e comunitária. Para este autor, a educação pelo lazer é de extrema importância quando se busca o enriquecimento pessoal e social do indivíduo, pois proporciona um maior e melhor desenvolvimento humano. Ele sugere que as atividades de lazer, pela riqueza de possibilidades que oferecem, proporcionam a ampliação do dimensionamento educativo. As possibilidades educacionais que o lazer oferece para o desenvolvimento pessoal e social estão nas oportunidades de vivências, no estímulo da sensibilidade e nas variadas opções de informações proporcionadas. Caracteriza-se, aí, a educação com prazer e satisfação, de modo alegre, descompromissado e de livre adesão.

No tocante a educação para o lazer, Requixa (1980) diz que é ela necessária, pois o ser humano é altamente valorizado em termos da sua produtividade. Para este autor, a educação para o lazer é um importante instrumento para preparar o ser humano para uma vida em que haja um equilíbrio entre o trabalho e o lazer e, se possível, antecipar o lazer. Esse tipo de prática educativa, além de favorecer o aprendizado para o uso do “tempo livre”, também estimula a diversificação das atividades.

A Carta Internacional de Educação para o Lazer (WLRA, 1993) propõe que o lazer faça parte da estrutura formal da escola, colocando em

prática o potencial para o conteúdo de lazer que existe em cada matéria, currículo e atividades extracurriculares, incluindo matérias apropriadas e relevantes para o estudo de lazer, tanto direta como indirectamente, além de se incorporar o lazer em todas as atividades educacionais e culturais, dentro e fora da escola. Segundo a Carta, as abordagens de ensino e aprendizagem da educação para o lazer nas escolas devem incluir facilitação, animação, criatividade e experimentação pessoal. Recomenda-se que a aprendizagem ocorra individualmente e em grupo. A abordagem de ensino do lazer deve ser a de estimular mais do que a de instruir.

Bento (1995) reporta que a escola não pode alienar-se, por um lado, dos tempos livres dos alunos, e por outro, das atividades de complemento curricular, que poderão ser uma excelente alternativa a esses tempos desocupados de atividades curriculares. Embora a escola, tal como a sociedade, afirme uma coisa e faça o contrário, como por exemplo instruir ao invés de educar, ela deve atender as necessidades, os interesses e as motivações de seus alunos, nos quais o aspecto recreativo deve ser levado em consideração quando do planejamento das atividades a serem desenvolvidas, pois trabalho e lazer, tal como a educação intelectual e a educação física, não podem ser considerados como partes separadas (PERRENOUD, 2002).

2.3 Contextualização teórica: investigação sobre o lazer e o tempo livre

No Império Romano, o tempo livre para os cidadãos era abundante e esse tempo foi aumentando com a deterioração do Império. Depois de Sila, morto em 78 a.C., havia 93 dias dedicados a festas públicas, financiadas pelo Estado. Na época de Marco Aurélio, pelos anos 170 d.C., 155 dias do ano eram dedicados a diferentes tipos de espetáculos. Em 354 d.C., as festas públicas aumentaram para 200 dias, dos quais 175 dedicados aos jogos (BOULLÓN, 2004). A melhor forma de compreender os efeitos nocivos que o tempo livre exagerado e mal orientado pode exercer sobre a sociedade é a opinião de Sêneca a respeito:

Nada tão pernicioso para um bom caráter como o hábito de fazer algazarra nos jogos. Volto para casa com mais cobiça, ambição mais voluptuoso e até mais cruel e desumano, porque estive entre outros seres humanos. Por acaso presenciei uma exibição ao meio-dia, esperando algum engenho, alegria, descanso, uma exibição na qual os olhos humanos pudessem descansar do assassinato de seus congêneres. Pois foi ao contrário... é puro assassinato... Podes replicar: "Mas era um ladrão de estrada, matou um homem." E daí? Admito que, como assassino, merecia o castigo. Mas tu, pobre homem, que crime cometeste para merecer sentar-te e ver esse espectáculo? (MUMFORD, 1948, p. 62).

Após a queda do Império romano do ocidente em 476 d.C., a cidade feudal foi o receptáculo de um sistema de vida que teve seus antecedentes nos mosteiros, por volta do século V. Os que aceitaram viver assim negavam a propriedade, o prestígio e o poder, convertendo o trabalho em obrigação moral. Para eles, não existia o conceito de ócio, substituído pelo de vida contemplativa (BOULLÓN, 2004).

Depois da Idade Média, com a chegada do Renascimento, o sistema econômico começa a transformar-se até chegar ao capitalismo. Assim, propiciou-se o aparecimento do novo empresário burguês, que julga o tempo de modo totalmente distinto dos seus antecessores. Para o homem de negócios renascentista, o tempo tem outro valor: os sinos dos campanários lembram, durante todo o dia, o transcorrer de cada hora de um tempo que não se pode perder. Mas, junto com a obrigação, apareceu como estabilizador o sentimento de diversão. Alfred Von Martin (1976, p. 89) lembra que: "O comerciante, além do negócio, tinha tempo para o esporte e para gozar a vida; não reduz tudo ao econômico, mas desfruta de uma grande variedade de interesses". Além das atividades intelectuais, no Renascimento, acrescentou-se a prática de esportes. Em algumas escolas, aparece o costume de estimular nos estudantes o adestramento em exercícios físicos, natação, caça e dança.

Ao entrar no período Barroco, em pleno século XVII, aceleram-se as tendências em relação ao tempo livre surgidas na etapa anterior. A mudança de alguns costumes sociais, como o de separar o lugar de trabalho diferentemente do lugar e de moradia, a incorporação das carruagens ao

trânsito da cidade, determinam e facilitam que as pessoas ocupem as ruas mais assiduamente. O pedestre se vê deslocado pelas carruagens, e inventa-se a calçada para diferenciar os dois tipos de trânsito (BOULLÓN, 2004).

O século que começa em 1801, continua desenvolvendo a Revolução Industrial, iniciada uns cinquenta anos antes, sente, agora, os efeitos da Revolução Francesa. Ambos os acontecimentos vão mudar as estruturas políticas e sociais do mundo. Durante o apogeu da Revolução Industrial, o tempo livre quase deixou de existir para o trabalhador industrial, cuja vida transcorre entre o descanso animal e o trabalho desqualificado. O trabalho já não era uma parte necessária da vida: chegou a ser o fim primordial. Um proletariado sem terra nem tradições, cada vez mais numeroso, foi levado aos novos centros produtivos e obrigado a trabalhar nas indústrias. Se não podiam conseguir camponeses, as autoridades aliciavam vagabundos; se era possível prescindir de homens adultos, utilizavam-se serviços de mulheres e crianças. Essas novas cidades e povos fabris, que nem sequer conservavam monumentos de uma cultura mais humana, não conheciam outra coisa que o trabalho contínuo e pesado. As operações eram monótonas; o ambiente, sórdido. Nesses novos centros vivia-se uma vida vazia e bárbara. A ruptura com o passado era completa. As pessoas viviam e morriam diante do poço de carvão ou da fábrica de algodão em que passavam de 14 a 16 horas por dia; viviam e morriam sem memória nem esperança, contentando-se com migalhas que as mantinham vivas ou com o breve consolo de poder sonhar quando caíam adormecidas. Os salários, que nunca tinham subido acima do nível de subsistência, baixaram ainda mais com o advento da nova indústria, devido à mecanização.

A partir de 1870, quando os sistema industrial passava por sua etapa mais funesta, a despreocupada classe média começa a viver a *Belle Époque*. A classe média tomou gosto pelas atividades ao ar livre e, além de admirar a paisagem, passou a usá-la (BOULLÓN, 2004).

No princípio do século XX, surgem movimentos humanitários que visam apoiar não só as crianças e os jovens nos seus tempos livres, mas também as famílias. Estes apoios aos tempos livres das crianças são promovidos por instituições laicas e religiosas, valorizando-se neles a função assistencial quer às crianças e aos jovens quer às famílias. A partir dos anos 60, há outros fatores que influenciam a criação de espaços de educação no tempo livre. A Conferência Regional Europeia sobre os tempos livres que

se realizou em Praga em Abril de 1965, promovida pela Unesco, salientou a importância e as funções da educação nos tempos livres. Os tempos livres deviam complementar a vida do indivíduo. Aconselhava-se, por isso, que fossem desenvolvidas atividades culturais promovidas por instituições de animação sócio-cultural que proporcionassem espaços de lazer e que fossem animados por pessoal especializado. Esta democratização cultural, revalorizada na década de 80, vai facilitar a vida associativa e a organização coletiva dos tempos livres (BOULLÓN, 2004).

Em termos de abordagens diretas, pelo menos 50 anos separam o desenvolvimento dos estudos sobre o lazer, na Europa e no Brasil. Na Europa, o contexto histórico que propiciou o interesse maior por essa questão está diretamente relacionado ao processo de industrialização. No Brasil, muito embora também possa ser verificada a mesma relação, o assunto encontra-se mais vinculado à urbanização da vida nas grandes cidades (MARCELLINO, 2010). No clássico *O direito à preguiça*, do militante socialista Paulo Lafargue (1842–1911), publicado em 1883, cujos escritos baseiam-se nas ideias de Marx e seu ideário, o autor aborda a questão dos direitos dos trabalhadores ao lazer, enfatizando que estes direitos deveriam se dar nos mesmos patamares dos privilégios dos patrões (CAMARGO, 1989).

Na evolução dos estudos sobre o lazer, destacam-se ainda as obras de António Gramsci (1891–1937), cujos escritos (1978, 1979, 1980, 1981) são marcados por uma estreita vinculação entre sua prática (ação) e seu pensamento (teoria), depurados pelo isolamento no cárcere. Também o pensador Bertrand Russell (1872–1970), no *Elogio do lazer* (1977), publicado pela primeira vez em 1932, defende sua postura ao examinar as relações entre trabalho e lazer, colocando seu desencanto com relação ao primeiro e analisando as possibilidades do segundo (MASCARENHAS, 2005; MARCELLINO, 2010; BOULLÓN, 2004). Outras obras contribuíram significativamente para os estudos do lazer como o clássico *Homo ludens* (1971), lançado em 1938, de autoria do historiador Johan Huizinga (1872–1945), ao examinar o lúdico a partir do desenvolvimento histórico e para além de suas características biológicas, como fenômeno cultural, analisando sua natureza e significado (CAMARGO, 1989). Ressalta-se ainda as obras do sociólogo francês Roger Caillois, *O homem e o sagrado* (1988), publicado originalmente em 1950 que analisa as relações entre jogo e sagrado; este sociólogo foi um estudioso, entre outras questões, do lúdico manifestado

no jogo, particularmente em *Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem* (1990), publicado originalmente em 1958 (MASCARENHAS, 2005).

Muitas contribuições referentes aos estudos do lazer são encontradas na literatura como, por exemplo, a obra do economista Thorstein Veblen (1857–1929) que traz contribuições a uma possível teoria do lazer, em seu livro *A teoria da classe ociosa* (1965), originalmente publicado em 1904, *O trabalho em migalhas*, publicado originalmente em 1964, de autoria do sociólogo francês George Friedmann (1902–1977), traz também significativa contribuição aos estudos do lazer. O livro, que tem como subtítulo “especialização e lazeres”, analisa detidamente a alienação do trabalho, levando em conta a questão de sua fragmentação; a obra de Sebastian De Grazia (1917–2001) *Tiempo, trabajo y ocio* (1966), na qual analisa o aspecto “tempo” e as relações trabalho e lazer (MARCELLINO, 2010; BOULLÓN, 2004).

Outras publicações que contribuíram para além do lazer com a temática do tempo livre são, por exemplo, Adorno (1995), em *Tempo livre*, defende que o tempo livre deveria ser o tempo em que o indivíduo tem por benefício, e não privilegiado, para decidir, escolher e organizar segundo suas próprias vontades; Marcuse, em *Eros e civilização* (1968), faz um diagnóstico da chamada sociedade moderna, semelhante ao abordado em *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional* (1982). O sociólogo alemão Norbert Elias (1879–1990), autor de vasta obra, traz suas principais contribuições para a teoria do lazer nos dois volumes de *O processo civilizador* (1994), publicados originalmente em 1939 (na Suíça), e posteriormente, com sua redescoberta e valorização, em 1969 (alemão) e 1978 (inglês). Outra contribuição de Elias foi feita juntamente com Eric Dunning, em *A busca da excitação* (ELIAS & DUNNING, 1992; MASCARENHAS, 2005; MARCELLINO; 2010; BOULLÓN, 2004). No Brasil, o lazer como fonte de estudo e pesquisa só muito recentemente passou a figurar como motivo de preocupação entre os pensadores e pesquisadores brasileiros. Ainda assim, nomes como Alceu Amoroso Lima (1974), Vicente Ferreira da Silva (1964) e Inezil Penna Marinho em 1957 ocuparam-se da questão do ócio, do significado do não trabalho ou das perspectivas abertas pela automação da recreação (MARCELLINO, 2010).

José Acácio Ferreira foi um dos precursores das publicações sobre os estudos do lazer quando, em 1959, publicou seu livro *Lazer Operário*, fruto de uma pesquisa empírica sobre trabalhadores assalariados em Salvador. A

motivação para a realização do estudo se deu depois de assistir uma conferência de Gilberto Freyre, na qual este afirmou que à medida que a máquina substituía o homem, a organização do *lazer* tornava-se mais importante que a organização do trabalho. O autor afirma que “todo o progresso cultural da humanidade tem-se realizado com base no lazer” que, se “usado por todo o povo e num sentido construtivo, o país progride” (FERREIRA, 1959, p. 27).

Em 1966, o sociólogo José Vicente de Freitas Marcondes, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, realiza uma palestra sobre o tema *Trabalho e Lazer no Trópico*. Nessa palestra ele abordava os diversos níveis de trabalho (doméstico, escravo, indígena, industrial, etc.) e enfatizava a importância do *lazer* no processo de desenvolvimento da sociedade. Alguns anos mais tarde, em 1970, é criado o curso de Pós-Graduação sobre *Sociologia do Lazer e do Trabalho*, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, sob sua coordenação (REQUIXA, 1997).

A partir do entendimento do *lazer* como uma revolução, originária da própria evolução da vida humana e as relações entre o ócio e o negócio, e as maneiras pelas quais os homens levavam em consideração essas relações, João Camilo de Oliveira lança, em 1968, o livro *Lazer e Cultura*, obra de caráter teórico que caracteriza a cultura de massa (REQUIXA, 1997).

Desde a década de 1980, no Brasil, testemunha-se o desenvolvimento de uma produção teórico crítica, impulsionada pela vinda na década de 1970 do sociólogo francês Joffre Dumazedier para trabalhos no Serviço Social do Comércio - SESC (MARCELLINO, 1983, 1987, 1990).

2.4 Lazer, ócio e tempo livre: caracterização e conceitos

Os termos *lazer*, *ócio* e *tempo livre*, frequentemente, aparecem como sinônimos, inclusive, muitas vezes, especialistas os utilizam como equivalentes. No entanto, sabe-se que tais termos possuem diferentes sentidos.

O sociólogo francês Dumazedier (1999, p. 34) define *lazer* como um conjunto de ocupações às quais o

indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Para Aquino e Martins (2007), o termo lazer é atualmente utilizado de forma crescente, podendo ser empregado em sua concepção real ou ser associado a palavras como entretenimento, turismo, divertimento e recreação. Porém, o sentido do termo lazer é tão polêmico quanto a origem e o sentido do termo ócio.

De acordo com Dumazedier (1979), o lazer é exercido à margem das obrigações sociais em um tempo que varia segundo a forma de intensidade de engajamento do mesmo em suas atividades laborais. O lazer encontra-se submetido a um lugar de destaque, com funções de descanso, desenvolvimento da personalidade e diversão. Por outro lado, o ócio, representa algo mais do que essas categorias. Ele está no âmbito do liberatório, do gratuito, do hedonismo e do pessoal, sendo estes fatores não condicionados inteiramente pelo social, e sim pelo modo de viver de cada um, relacionado com o prazer da experiência.

O sociólogo Renato Requixa (1997) define lazer como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vivência e cujos valores propiciam condições de recuperação e de desenvolvimento pessoal e social. Para Marcellino (1983), a democracia política e econômica é condição básica, ainda que não suficiente, para uma verdadeira cultura popular e para a eliminação das barreiras sociais que inibem a criação e práticas culturais. Ele define o lazer como uma atividade desinteressada, sem fins lucrativos, relaxante, sociabilizante e liberatória, tal como Dumazedier.

Por seu lado, Camargo (1989, p. 22) conceitua o lazer como um conjunto de atividades que devem reunir certas características: devem ser gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre, subtraído ou conquistado, historicamente, da jornada

de trabalho profissional e doméstica e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Alguns consideram que o lazer existia em todos os períodos, em todas as civilizações. Esta é a tese de Sebastian de Grazia, da qual Dumazedier discorda pois, para ele, o tempo fora do trabalho, é, evidentemente, tão antigo quanto o próprio trabalho, porém o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da revolução industrial. Alguns autores entendem o lazer como possibilidade privilegiada da expressão humana, um produto de uma revolução social ao mesmo tempo técnica e ético-estética, consequência de uma luta pela redução da jornada de trabalho e de uma crescente busca do prazer. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio político-econômico e influenciados por fatores ambientais (BRAMANTE, 1998; CAMARGO, 1998; MARCELLINO, 2003).

Bruhns (1997) diz que o lazer tem algumas funções, às quais ela denomina de funções educativas, de ensino, integrativas, recreativas, compensadoras e culturais. Essas funções se caracterizam pelo interesse das normas culturais, de ideais filosóficos ou políticos, das normas de convivência social, de solidificar os grupos, principalmente os familiares, de amizade-companhia, de interesses comuns e que compreendem a atividade relacionada com o descanso psicológico e físico, levando a pessoa a uma atitude de viver tudo aquilo que, em outras situações, não pôde ser realizado.

Para Dumazedier (1979), a definição sociológica de lazer deveria apresentar ao menos as quatro propriedades seguintes: a) Deve ser lógica, permitindo situar seu objeto no gênero mais próximo em que este se insira e distingui-lo dos outros objetos do mesmo gênero pela diferença específica menos ambígua possível; b) Deve ser válida em relação aos problemas maiores da sociedade; c) Deve esforçar-se para ser operatória com respeito aos comportamentos sociais correspondentes; d) Deve igualmente ter em conta a divisão do trabalho sociológico entre os diferentes ramos especializados: trabalho, política, etc., definindo seu objeto de maneira mais clara possível em relação aos outros. Partindo desta premissa, este autor apresenta quatro definições correntes do lazer na sociologia de hoje. Primeiro, o lazer não é uma categoria definida de comportamento social, pois todo

comportamento em cada categoria pode ser um lazer, mesmo o trabalho profissional. A segunda definição, explícita ou implícita, situa o lazer somente com respeito ao trabalho profissional em oposição a este último, como se nada mais existisse contiguamente, como se o lazer resumisse inteiramente o não trabalho. A terceira definição do lazer, que exclui do lazer as obrigações doméstico – familiar e tem a vantagem de fazer parecer que a dinâmica principal da criação e da limitação do tempo de lazer para o homem e para a mulher, é dupla: simultaneamente na redução do trabalho profissional e na do trabalho familiar. Como quarta definição, Dumazedier acredita ser a um só tempo mais válido e mais operatório destinar o vocabulo lazer ao único conteúdo do tempo orientado para a realização da pessoa com fim último.

Para designar a parcela do tempo liberado deste duplo trabalho profissional e familiar, incluindo as obrigações sócioespirituais e sóciopolíticas, adota-se, como Slazai (1972) e seus colegas, a expressão *tempo livre*. Fazendo convergir as diversas expressões, podemos considerar a ausência de qualquer atividade concreta, ou seja, certa liberdade de não fazer coisa alguma. Surge de forma clara uma tentativa de definir certo tempo (fora das ocupações diárias). Assim, o conceito de “tempo livre” assemelha-se aquele que melhor corresponde à necessidade de especificar a parte do dia em que não estamos ocupados com atividades definidas (CAMARGO, 1989).

Ao dizer tempo livre, implicitamente reconhece-se a existência de outro tempo que não possui essa qualidade. Portanto, não é um termo independente, nasce de uma noção oposta que corresponde a um tempo “não livre”. Então, tempo “não livre” seria igual a tempo obrigado ou tempo de obrigações. Os conceitos de lazer, ócio e tempo livre têm sido tratados indistintamente. Mas, para Zamora, Toledo, Santi, & Martínez (1995), mais importante que a denominação é o fato de o indivíduo poder gozar de um tempo só para si, a partir do qual elege livremente, e segundo sua vontade, entre o descanso, o entretenimento, o desenvolvimento ou o serviço voluntário.

Elias e Dunning (1992), em sua obra “A busca pela excitação”, dizem ser possível compreender as relações e as diferenças das várias atividades de tempo livre. Para estes autores, tempo livre é todo tempo liberto das ocupações de trabalho. Eles classificam o tempo livre em cinco esferas representadas por atividades de trabalho privado e administração familiar,

repouso, provimento das necessidades fisiológicas, sociabilidade e atividades de lazer.

Desde uma perspectiva psicossocial, o tempo pode se estruturar em tempo psicobiológico destinado basicamente às necessidades fisiológicas e psíquicas, tempo socioeconômico que se relaciona ao trabalho, tempo sociocultural em que nos dedicamos à vida em sociedade, tempo do ócio voltado para as atividades que podem ser aproveitadas pessoal ou coletivamente, tempo das necessidades e ainda tempo conquistado (BRAMANTE, 1998; MASCARENHAS, 2000; MUNNÉ & CODINA, 2002).

A compreensão multivariada da funcionalidade de lazer, resultante da riqueza das formas da sua realização, da riqueza motivacional ou da pobreza das possibilidades, conduz ao conceito das funções. É impossível descrever todas as funções possíveis do tempo livre. No entanto, na pesquisa teórica, algumas das funções se repetem e por isso podem ser consideradas comuns e básicas (BRUHNS, 1997).

A excitação que as pessoas procuram nas atividades de lazer, em geral, é uma excitação agradável, um tipo que possui características comuns com situações críticas sérias, às quais as pessoas encontram em suas vidas, mas com qualidades peculiares, que serão discutidas durante o decorrer deste trabalho. Partindo dessas considerações, Elias e Dunning (1992), evidenciam algumas características peculiares que permitem ao lazer satisfazer as necessidades a ele impostas. Para estes autores, a sociabilidade é um elemento básico presente praticamente em grande parte das atividades de lazer, estando associada com o despertar do prazer emocional, proporcionando ao participante um estímulo agradável experimentado pelo fato de estar acompanhado de outras pessoas sem qualquer obrigação ou compromisso para com elas, salvo, para aquelas que se tenha de forma voluntária. Sendo assim, o lazer oportuniza uma maior e mais profunda interação entre as pessoas e como consequência uma amigável emotividade, a qual se distingue da praticada, e de certo modo, considerada normal, na esfera profissional e também nas atividades de não lazer. Para os autores, a função do lazer é fazer oposição às rotinas da vida social, entre as quais são encontradas as ocupações profissionais. Nesse ponto, uma das funções do lazer se torna evidente: o papel central que as reações emocionais representam, por desempenhar funções de quebra da rotina, gerando assim uma excitação agradável.

Para Dias *et al.* (2008) nos últimos anos tem vindo a crescer o interesse pela relação entre os estados afetivos e emocionais, entre os quais, o bem-estar subjetivo e a felicidade durante a prática da atividade física. Referem ainda que as pessoas experienciam bem-estar subjetivo quando estão envolvidas em atividades interessantes e se sentem satisfeitas com as respectivas vidas.

Desde Aristóteles até hoje, filósofos e teóricos, ao tentarem precisar a natureza do ócio, relacionaram este com a percepção de felicidade. Na sua compreensão, o ócio, do ponto de vista individual, tem relação com a vivência de situações e experiências prazerosas e satisfatórias. Do ponto de vista objetivo, ele se confunde com o tempo dedicado a algo, com os recursos investidos ou, simplesmente, com as atividades. Do ponto de vista subjetivo, é especialmente importante considerar a satisfação que cada um percebe na experiência vivida como necessária e enriquecedora da natureza humana (CUENCA, 2003). O primeiro capítulo da declaração “World Leisure and Recreation Association” (WLRA, 2001) afirma o papel positivo que o ócio desempenha na vida humana, proporcionando a satisfação, o desfrute e uma maior felicidade. Quanto o sensação que Cuenca (2000) fala em sensação gratificante e Csikszentmihalyi (1997) diz que o ócio proporciona estado de encantamento. Tinsley e Tinsley (1986) tratam a experiência de ócio como uma experiência subjetiva em qualquer intensidade. Para estes autores, o estado de ócio é similar às experiências místicas, experiências pico e às experiências de fluxo de consciência. Ambos defendem a existência de quatro condições para que se possa experimentar o ócio: percepção de liberdade, motivação intrínseca, atividade facilitada e compromisso. Para outros autores, por exemplo Csikszentmihalyi (1997), o estado de ócio se assemelha ao fluxo da experiência ótima.

Munné e Codina (2002) descrevem um ócio compensador que revela a contradição latente de um ócio que advém de um comportamento necessário. Assim, os 3 “D’s” (desenvolvimento, diversão e descanso), concebidos por Dumazedier (1973), referem-se a atividades compensatórias, tando em vista que não expressam liberdade, pois o tempo do ócio só passa a ser livre quando expressa a liberdade. Este tempo livre está relacionado com a saúde psicológica, o desenvolvimento total da pessoa ao longo da vida, com as vivências culturais e os hábitos adquiridos, cuja problemática é levantada pela Unesco e a Organização Mundial de Saúde.

Diante do acima exposto, concordamos com Marcellino (2000), quando diz que não existe um consenso sobre os conceitos mencionados. Por vezes é considerado como um estilo de vida, privilegiando o aspecto tempo, ou seja, o tempo livre que não é ocupado pelo trabalho e pelas obrigações familiares, sociais e religiosas. Concordamos ainda que a utilização dos termos referenciados depende da educação, dos padrões culturais, das oportunidades que a comunidade oferece, assim como, das condições socioeconômicas.

2.5 A ocupação do tempo livre e os hábitos de lazer: contribuições para o desenvolvimento sociocultural da juventude

Independente da faixa etária, seja jovem ou adulto, todo indivíduo se ocupa ao longo do seu dia em inúmeras atividades, podendo ir do trabalho às aulas escolares, diversões ou visitas, todas consideradas de extrema importância no que diz respeito tanto da sua função pessoal quanto social, passando a caracterizar um cotidiano de grande movimento. Independente da idade, essas atividades, bem como a utilização do tempo livre, têm preocupado a todos de um modo geral, fazendo com que passem a buscar uma forma de descanso, capaz de promover condições saudáveis na entrega do seu próprio lazer (DUMAZEDIER, 1999; ANDRADE, 2001).

Segundo Pais (1998), o cotidiano das pessoas pode proporcionar atividades capazes de construir hábitos, seja para o indivíduo sozinho ou em grupo, formando costumes de prazer ou aborrecimento, de informação e envolvimento social. A mídia tem destacado tipos de lazer que fomentam a violência ou comportamentos orientando ao rompimento de normas sociais. Pesquisas têm demonstrado que grande parte dos jovens passa o dia frente à televisão, computadores, etc. e quase nenhum tempo com os livros e em encontros constantes e consistentes com a família (MUNNÉ & CODINA, 1992; ESPINOSA, 2000) ou alguma atividade satisfatória que os oriente à manutenção das normas sociais (FORMIGA *et al.*, 2005). As condições apresentadas a partir dos meios de comunicação e diversão fortalecem a

incapacidade de formar nos jovens uma mente questionadora e, às vezes, bem direcionada. Visando a inserção social e cultural dos jovens, vê-se então uma necessidade em analisar tanto os tipos quanto a frequência dos hábitos de lazer nos jovens.

Ocupar-se com alguma coisa pressupõe que o indivíduo venha a ter satisfação com o que está fazendo. As pessoas podem apresentar uma forma de passar seu tempo quando não faz nada, principalmente, ao ter cumprido seus afazeres e compromissos do dia a dia, podendo, assim, tornar-se um hábito. Esse hábito poderá ser uma meta a seguir, devendo atender às necessidades básicas: repouso, diversão e enriquecimento sócio intelectual (LEITE, 1995; WERNECK, 2000). Sendo assim, a prática de tal hábito poderá orientar o indivíduo a certas atividades de lazer diferenciadas, que vão da leitura, passeio com amigos, visitas familiares, ao consumo abusivo de bebidas, etc. Para que o tempo livre se torne eficiente em relação à socialização e inibição de conflitos tanto com seus grupos de identificação (pais, familiares, professores e amigos, etc.) quanto consigo mesmo, é necessário que as atividades elevadas possam promover um reconhecimento no que diz respeito à aceitação e prática social na escolha da diversão (ARGYLE, 1991).

Muitos questionamentos têm sido feitos pela sociedade sobre a forma de ocupação do tempo livre dos jovens, atualmente. As questões passam pelo modo de como estes jovens vêm ocupando seu tempo livre e de que forma estão realizando suas atividades de lazer, os valores, as atitudes e as crenças desenvolvidos (MUNNÉ & CODINA, 1992), bem como o seu efeito benéfico no que diz respeito aos fatores psicológicos e sociais para o jovem (CODINA, 1989).

Verifica-se que todo jovem quer ter seu lazer ou “matar o tempo”, tornando possível produzir identidades grupais capazes de construir a realidade em que vivem, passando a valorizar esses momentos e caracterizá-los como uma das grandes dimensões de sua vida, principalmente por desfrutar de autonomias distintas da sua família e escola (PAIS, 1996).

Mas é também importante atender aos espaços de vivência do lazer que podem ser privados (a própria casa) ou públicos (parques, quadras de esporte, entre outros), contanto que suas atenções sejam direcionadas para a formação afetiva, intelectual e social das pessoas que fazem parte de seu cotidiano e sua relação social (DUMAZEDIER, 1999; MURILLO,

1996). Ora, se atendermos às condições da sociedade atual, não apenas relacionado à globalização, à industrialização e à urbanização, mas também na produção e direção do tempo livre, observa-se que o lazer depende de fatores sócioeconômicos e do avanço tecnológico, tornando as questões do acesso aos espaços e atividades de lazer igualmente centrais e geradoras de grandes desigualdades. O importante é que as atividades levem o indivíduo a resgatar tanto sua individualidade, no sentido de buscas pessoais e satisfações, que não prejudique os outros, em sua relação grupal, direcionado à cooperação e participação social (INGLEHART, 1991, 1994; FITZGERALD, JOSEPH, HAYES, & OREGAN, 1995).

Capítulo III

CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DO ESTUDO E A VISÃO DOS PARTICIPANTES

3.1 Caracterização do contexto do estudo

Este capítulo apresenta, a caracterização do local onde foi desenvolvido o estudo: a cidade de Rio Branco, de modo a contextualizar a investigação no espaço geográfico e político. Estado do Acre, surgiu a partir do seringal fundado em 28 de dezembro de 1882, pelo cearense Neutel Maia. O Acre é o 15º Estado brasileiro em extensão territorial, e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), ocupa uma área de 164.122.280 km²; tem uma população total de 733.559 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 4.47 hab/km². Possui 22 municípios, subdivididos em 5 regionais, que aglomeram municípios respeitando suas peculiaridades ecológicas, econômicas e produtivas. A palavra Acre provém de Aquiri uma transcrição feita pelos primeiros exploradores a partir da palavra Uwakuru, originária da língua dos índios Ipurinã.

Rio Branco é capital do Estado, distando 3.123 quilômetros da capital federal, Brasília. O principal município do Estado, de acordo com uma estimativa do IBGE (2010), possui uma população de 348.354 habitantes, o qual a coloca como a sexta maior cidade da Região Norte e a 66ª maior do Brasil. Sua área territorial é de 9.222,58 km², sendo o quinto município do Estado em tamanho territorial. De toda essa área, 44.90 km² estão em perímetro urbano.

A capital recebeu este nome em homenagem a José Maria da Silva Paranhos Júnior, que tornou-se amplamente conhecido pelo seu título nobiliárquico: Barão do Rio Branco. Antes estabelecida no Seringal Volta do Empreza, a prefeitura teve sua sede transferida em 1909 para onde se localizava o Seringal Empreza. Em 1912, a Vila Pennápolis, que se chamava assim em homenagem ao então Presidente do Brasil, Afonso Pena, teve seu nome alterado para Rio Branco, em homenagem ao diplomata que anexara o Acre ao Brasil.

A Prefeitura de Rio Branco divide a cidade em 7 áreas urbanas, denominadas regionais. Cada regional possui peculiaridades, já que foram definidas com base em fatores sócio econômicos, compreendendo bairros e conjuntos habitacionais com características semelhantes. Elas são numeradas de I a VII, sendo que cinco delas se localizam no 1º distrito: II, III, IV, V, VI; e outras duas no 2º distrito: I, VII. As regionais são compostas por um total de aproximadamente 167 bairros. De acordo com informação da

Prefeitura de Rio Branco, as regionais são compostas por um determinado número de bairros que varia de 10 a 33 bairros, a saber: Regional I, 10 bairros; Regional II, 26 bairros; Regional III, 29 bairros; Regional IV, 33 bairros; Regional V, 33 bairros; Regional VI, 16 bairros e Regional VII, 20 bairros.

Segundo o IBGE (2010), a população pertencente a faixa etária objeto do presente estudo (15 a 21 anos), totaliza 66.955 mil jovens, dos quais 33.422 são do sexo masculino e 33.555 do sexo feminino.

Convém salientar que o estado do Acre sobrevive da agropecuária e extrativismo, que se definem como atividades do campo rural e que contribui de forma indireta para a economia local, através da geração de empregos e de oportunidades. Mas essas atividades não são suficientes diante da falta de indústrias, comércio e outros tipos de organizações que possam interceder no desenvolvimento de ações, de políticas e de programas dedicados à população. Pode-se inferir que o estado é pobre e suas ações, via de regra, dependem do governo federal, haja vista que, diante do acima referido, a arrecadação de impostos é insuficiente para a sobrevivência e realização do necessário ao desenvolvimento das políticas. Nesse sentido, vale enfatizar que a cidade de Rio Branco, assim como os demais municípios do Estado, não desenvolvem programas específicos, e sim alguns poucos programas oriundos do Governo Federal, como por exemplo o Pró-Jovem, o Pronatec e o Programa Esporte e Lazer na Cidade, Pelc.

O Estado do Acre conta hoje com Assessoria Especial de Juventude, a nível municipal e estadual, e com o Conselho Municipal e Estadual de Juventude que vem empreendendo ações para a construção da política estadual de juventude. Acompanhando o cenário nacional, a Assessoria de Juventude do Estado do Acre realizou todas as conferências municipais de juventude, reunindo os jovens acreanos e discutindo com eles a construção de um futuro de cidadania e reforço de direitos para todos. Um dos avanços que podemos relacionar é a aprovação da Lei 1839/2011 que cria o sistema municipal de juventude.

Apesar de pequenos avanços, ainda é necessário um maior entendimento e integração dos diversos grupos constituídos no sentido de que eles devem pensar uma política para todos, partindo de todos, sem a separação político partidária que hoje se assiste. Em pretérito bem recente, por ocasião das eleições municipais, o que se assistiu foram duas juventudes separadas por ideologias partidárias, fazendo seus planos e metas em seminários distintos.

3.2 Caracterização dos participantes

Os participantes do presente estudo são constituídos por jovens estudantes que concordaram em participar na investigação e por indivíduos pertencentes a diferentes contextos que, de uma forma ou outra, estão envolvidos com o desenvolvimento de ações que digam respeito à juventude e ao tema objeto do presente estudo. Os entrevistados pertencem a quatro grupos selecionados para representarem a diversidade de atores envolvidos nas políticas e projetos de juventude no Estado do Acre: decisores políticos, presidentes de regionais de bairros, diretores de escola e jovens, perfazendo um total de 18 participantes, maioritariamente do gênero masculino (72%). As idades variam entre 17 e 58 anos. Responderam ao questionário 597 jovens, dos quais 59% do gênero feminino e 41% do gênero masculino, que frequentavam o 3º ano do ensino médio. A idade dos jovens varia entre 15 e 21 anos.

O local de onde provêm mais participantes é: a regional 3, com aproximadamente metade dos participantes, com 47.7%; seguido das regionais 6 e 7 onde, no conjunto, residem cerca de 42% dos jovens; e da regional 1 com aproximadamente 7%. Os restantes são provenientes das regionais 2, 4 e 5, apenas com cerca de 1% dos participantes cada.

Os resultados do primeiro estudo originam-se da aplicação de entrevistas individuais semiestruturadas que foram pensadas com o intuito de aprofundar o entendimento sobre as percepções/vivências dos participantes sobre a temática em estudo e, ao mesmo tempo, permitir uma comparação/confrontação dos diferentes pontos de vista de cada grupo de participantes, no que toca às políticas juvenis. Genericamente, a entrevista incluía quatro grupos de questões abertas que solicitavam aos participantes narrativas das suas experiências e vivências a respeito do desenvolvimento e concretização das políticas públicas de juventude, reflexões acerca do que consideram importante na participação dos jovens para a sociedade e para a comunidade, a visão sobre como a concretização das políticas pode melhorar a qualidade das experiências de participação dos jovens para a construção da cidadania, e a influência da família e da escola nos níveis de participação dos jovens.

Os resultados do segundo estudo provêm da aplicação de um questionário contendo 18 perguntas de resposta fechada (respostas dicotômicas

– sim/não, concordo/não concordo, respostas de escolha múltipla e escalas de tipo Likert) distribuídas por seis grandes grupos. A pesquisa inicia com um grupo de questões sociodemográficas e contém mais quatro grupos de questões sobre a frequência e uso do tempo livre, do lazer, e da participação cívica política, as razões para participar e os obstáculos que impedem a participação.

3.3 Resultados do estudo empírico qualitativo

Um dos objetivos deste trabalho foi analisar a experiência brasileira no Estado do Acre e explorar, se e como as oportunidades de participação que as políticas públicas para a juventude parecem estimular são, de fato, percebidas e vividas pelos diferentes grupos envolvidos no processo.

Como vimos, na última década, a juventude entrou na agenda das políticas públicas no Brasil, reconhecendo não só os problemas que afetam os jovens, mas também a necessidade de uma perspectiva pró-ativa que os vejam como os protagonistas destas políticas. Ainda muito recentemente, o Congresso Nacional da República Brasileira aprovou o estatuto da juventude cujo projeto de lei vinha se arrastando há mais de dez anos. Ora, a participação dos jovens nas políticas públicas é uma tendência que também é detectável em outros países (CONJUVE, 2006). Os dados da pesquisa empírica demonstrados a seguir tendem a mostrar que as experiências de participação podem ser eficazes na promoção cívica e do conhecimento, atitudes e competências políticas e, portanto, podem ser uma estratégia eficaz de educação não formal e cidadania. Os atores envolvidos nesta etapa do trabalho foram dois decisores políticos responsáveis pelo desenvolvimento das políticas de juventude a nível municipal e estadual, cinco jovens representantes de diversos segmentos da juventude acreana (como partidos políticos), representantes das associações de moradores e agremiações estudantis, além dos sete presidentes das regionais de bairros da cidade de Rio Branco e quatro diretores de escolas públicas que atendem a alunos jovens na faixa etária estudada e cujas escolas estão inseridas nestas regionais.

3.4 A visão dos decisores políticos

Os dados que seguem dizem respeito à fala dos decisores políticos (DP1 e DP2) responsáveis pela condução das políticas de juventude no Estado do Acre. Ambos os decisores são jovens (25 e 27 anos) do sexo masculino, apresentam escolaridade de nível superior e as funções a eles confiadas são de cargo de confiança dos dirigentes estadual e municipal. Ambos tiveram ativa participação na elaboração das atuais políticas de juventude.

Quadro 1 - Caracterização dos participantes

	Cod.	Idade	Gênero	Escolaridade
Dirigentes	DP1	25	M	Bacharel e Pós-graduando
	DP 2	28	M	Bacharel

O quadro a seguir explicita as categorias realizadas com os dois decisores políticos.

Quadro 2 - Decisores políticos: categorias e subcategorias

Categorias	Subcategorias
I. Implementação e importância das políticas de juventude	Trajetória das políticas de juventude
	Modelo de gestão/pontos fortes e obstáculos
	Iniciativas implementadas
II. Visão acerca da participação política e cívica	Conceção de juventude
	Importância remetida à cidadania e à participação dos jovens
	Papel dos gestores estaduais municipais
	Oportunidades de participação promovidas pelos partidos políticos
III. Visão acerca do uso do tempo livre e da saúde dos jovens	Iniciativas
	Medidas políticas

A categoria I: Implementação e importância das políticas de juventude estão presentes nas análises de conteúdo das entrevistas dos decisores políticos responsáveis pelo desenvolvimento das políticas de juventude no Acre e contém subcategorias relativas: i) trajetória das políticas de juventude; ii) modelo de gestão/pontos fortes e obstáculos; iii) iniciativas implementadas.

Nos discursos dos decisores políticos relativos à *trajetória das políticas de juventude*, percebe-se um conhecimento de certa forma aprofundado das políticas voltadas para a juventude e uma visão muito clara do que representa ter e ou criar órgãos de gestão para a concretização do que está posto como política pública. Desse modo podemos ver na fala do DP1 que

a existência de órgãos específicos não depende apenas da necessidade demonstrada no conteúdo constante da política nacional:

Os gestores anteriores fizeram os trabalhos deles e a gente não conseguiu trabalhar a regulamentação dessa política e esse era um entendimento meu porque eu já tinha feito alguns estudos nesse sentido e falava “olha, ou a gente garante os marcos legais ou nós vamos ter problemas pra frente porque isso é decisão política”.

Desse mesmo pensamento comunga o DP2 ao afirmar que:

É importante falar que esses órgãos que são criados hoje é decisão política. A assessoria especial da juventude, na verdade, ela já passou por vários processos desde que a política da juventude, ela foi implementada não só no Acre mas no Brasil. Inicialmente, aqui foi uma secretaria extraordinária da juventude.

É importante verificar que apesar da criação dos órgãos ser de decisão política, isso não tem interferido para que as ações sejam desenvolvidas no interesse maior para os quais foram criados, como podemos observar na fala abaixo do DP2:

No município de Rio Branco, a partir de 2010, na verdade, nós conseguimos transformar isso em política pública. Então, nenhum prefeito pode acabar com esse setor. Ele pode mudar de nome mas essa ação continua pelo menos até 2020 porque nós temos uma lei que regulamenta isso, que é o plano municipal de juventude, que é um plano decenal. (...) Esse plano, ele nos orienta quais são as diretrizes da política pra juventude até 2020. A cada dois anos, na conferência, a gente faz um processo de reformulação, mas ele conserva isso.

Reportando-se à trajetória das políticas de juventude no Acre, o DP2 assim se manifesta:

O nosso conselho é anterior ao conselho nacional. Enquanto agora na 2ª conferência nacional de juventude, que foi em dezembro, tá discutindo a construção do plano nacional de juventude, nós já temos desde o ano passado aprovado, em Rio Branco, o plano municipal de juventude pros próximos 10 anos... então, a gente tá muito além da política de governo federal. (...) Isso foi lei, lei municipal. (...) Nós estamos criando agora pra até 2014, eu quero deixar com certeza, ou até o ano que vem, mas a minha meta é até 2014... a gente aprovar no estado um plano decenal de juventude... pode entrar e sair governador, pode ser de que partido político for, mas ele tem que cumprir o plano de juventude baseado naquelas prioridades de juventude, fruto da 2ª conferência estadual de juventude.

O Acre foi um dos estados brasileiros que se antecipou à discussão sobre a política de juventude. Isso tem sido uma das preocupações dos governantes locais na última década. É provável que isto se dê em função da visão demonstrada por estes governantes provavelmente pelo fato inclusive de serem jovens, se comparados em idade aos demais governantes brasileiros. DP1 relata que os resultados na elaboração da política de juventude estadual contou com os objetivos deles como gestores:

Na minha trajetória de vida, o que eu adotei como perspectiva era isso, no sentido de que precisava regulamentar. Então, quando eu assumi a coordenadoria, eu fiz um trabalho nesse sentido. Agora, claro... todo trabalho de mobilização anterior, de mapeamento, de identificação de lideranças juvenil foi essencial pra construir isso. Mais de mil e quinhentas pessoas ajudaram na elaboração do plano. Dois anos de processos, focando nas temáticas, nas oficinas com participação de especialista de diversas áreas pra ajudar a gente a construir esse plano.

Os decisores políticos do Acre assumem que ainda não tem uma política específica de juventude estruturada, mas tem dado passos importantes para a construção de um novo lugar da juventude na agenda local e nacional, de modo a que a juventude do Estado não seja mais vista como

problema, e sim como sujeitos de direitos como se pode perceber na fala do DP2:

Nós temos políticas de juventude na educação, na saúde, na segurança, no meio ambiente, temos os jovens pelo desenvolvimento sustentável, temos investimento no esporte, investimento na cultura, investimento na juventude... então, nós consolidamos e aparelhamos toda essa política de juventude dentro de todas as áreas do governo.

No sentido de se aliar ao movimento nacional para a construção de uma política estruturada para a juventude acreana que promova a valorização dos jovens como agentes de maior contingente populacional e da intensa participação e realização de eventos para a concretização da política de juventude, o município de Rio Branco tem em sua estrutura administrativa um órgão específico para tratar dos assuntos de Juventude dirigida por um jovem idealista, DP1, que deixa transparecer em sua fala toda a motivação do querer fazer pelo segmento jovem:

Meu grande sonho é assim: ver e conseguir olhar pra política de juventude. A gente tem que analisar referenciais teóricos que a gente não tem. No Brasil não tem nada na área... na Europa já tem muita gente, há congressos mundiais e tem muita gente falando desses projetos sobre a juventude. No Brasil, nós não temos isso ainda enraizado e acho que é uma oportunidade e nós, no Acre, eu acho que a gente pode dar um diferencial e principalmente com os jovens da Amazônia porque a realidade é totalmente diferente das outras regiões. Acho que era uma oportunidade fantástica!

Pode-se perceber nas falas que há a preocupação em desenvolver programas, mas não se constata efetivamente ações de participação cívica e política, lazer e ocupação do tempo livre dos jovens acreanos com atividades que não sejam aquelas exclusivas da “inserção social”, (grifo nosso), no entendimento deles. Por outro lado, percebe-se uma nítida dicotomia entre os grupos responsáveis pelas atividades de juventude nas diversas áreas, incluindo a de esporte e lazer, e os representantes dos órgãos de juventude

do estado e do município. No entanto, a nível de consolidação da política de juventude, há um esforço por parte do órgão estadual em atender as prioridades eleitas por ocasião da conferência estadual de juventude, como por exemplo a criação, em todos os municípios, dos conselhos municipais de juventude. Isto possibilitará a elaboração do plano estadual de juventude, como diz o DP2:

O plano estadual de juventude, ele vai ser construído porque saiu como prioridade da conferência estadual, então nós vamos criar o plano estadual de juventude baseado nessas prioridades que os 22 municípios apresentaram.

Ainda sob o foco da implementação e importância das políticas de juventude, os decisores políticos demonstram em suas falas uma projeção para a resolução dos problemas, levando em conta o grande contingente populacional de jovens que necessitam ser atendidos, além da criação de um cartão denominado *card jovem*, uma espécie de cartão crédito para acesso aos programas e ações. Assim, o DP1 enfatiza como funcionará:

Vamos ter o que a gente chama de “cardjovem”, que é um cartão, na espécie do cadastro único da assistente social... nós vamos ter um cadastro de jovens, dos jovens que estão em situação de risco, nós vamos ter os jovens que estão em condição de protagonismo juvenil, que é o mapeamento das entidades, e nós vamos ter um cadastro de jovens pelo que ele atende. Se ele tiver um cartão de passe escolar, nós vamos ter no nosso sistema que ele foi atendido. Se ele foi atendido no posto de saúde, a gente vai saber quem foi atendido no posto de saúde. Então, nós vamos poder acompanhar toda trajetória do jovem nesse percurso de que nós chamamos de percurso social e formativo do jovem.

Podemos perceber que fica expressa nos discursos do DP1 uma enorme vontade política de desencadear a política de juventude, pelas ideias demonstradas, que vão ao encontro do que a maioria dos autores estudiosos do segmento da política de juventude (SPÓSITO, 2003; ABRAMOVAY & CASTRO, 2006; DRAYRELL, 2002). Esses autores explicitam em seus es-

crítos, a necessidade de haver mais pesquisas e diagnósticos que forneçam subsídios de avaliação para se por em prática tanto as ações programadas quanto elementos de atendimento a concretização das políticas de juventude. Tanto é que o DP1 explica o funcionamento desse *card jovem*: uma espécie de cadastro único da assistente social.

É como que um cadastro. É igual ao sistema do cadastro único da assistência social. Você faz um levantamento socioeconômico, aí você joga no cadastro. Esse cadastro, ele te dá vários relatórios e te dá um perfil daquele público. A nossa intenção é fazer junto com a assistência social. Assim, nós vamos poder acompanhar toda a trajetória do jovem como por exemplo qual é a vocação do território da regional 1? Qual é a do 2º distrito? [Rio Branco] É uma cidade jovem... a vocação deles será o quê? A parte mais cultural, a parte histórica da cidade ou qual é? Na outra regional VII, que é a Vila Acre, é a regional onde a vocação deles é a de desenvolver políticas mais incorporativistas da moradia juvenil porque ali já está mais próximo da zona rural e a gente precisa garantir que o jovem rural permaneça no campo...

Os formuladores de políticas expressam uma clara preocupação no desenvolvimento de programas de cidadania juvenil, mas não emerge em seus discursos uma amostra mais concreta, e sim muitos planos. Na verdade, eles tendem a enfatizar o papel desses programas na promoção da “inclusão social” assumindo claramente uma orientação para o futuro: “temos a intenção de fazê-lo”, “estamos planejando”, “temos que”, sem especificar o tipo de ações que demonstram a concretização de políticas. No entanto, há um reconhecimento de que:

O Brasil tem uma dívida histórica com os mais pobres, os excluídos, porque o estado brasileiro foi construído para as elites... Precisamos tratar os jovens como os tomadores de decisão, temos que capacitar os jovens... Temos de incentivar os jovens a atuar como protagonistas e expressar-se em relação a política, seja no processo educacional, seja na escola, na universidade, nas relações familiares, (...) que precisam para ter um diálogo com outras

gerações, mas eles também precisam saber o que querem e o que pensam, e para que isso seja levado em consideração você tem que se concentrar em capacitação da juventude e tratar os jovens como agentes de desenvolvimento estratégico. (DP1)

A subcategoria *modelo de gestão* revela claramente que não há, no Brasil, um modelo padrão de gestão e órgãos para tratar de juventude. Existe a Secretaria Nacional de juventude, até recentemente ligada diretamente ao gabinete da presidência da república e cada estado cria seus órgãos de acordo com seus interesses, por isso encontramos as mais diversas estruturas como secretarias, subsecretarias, assessorias, coordenadorias, etc. No Acre, existem dois órgãos responsáveis pela gestão das políticas de juventude: uma coordenadoria municipal e uma assessoria estadual, que é dirigida por um assessor que convençionamos chamar de DP2. Ele explica o porquê da existência desse tipo de órgão que cuida da política de juventude a nível estadual:

(...) por que assessoria e não secretaria de juventude? Porque o governador e eu também entendo de que a juventude, ela não pode ser uma parte de governo, ela está em todas as áreas de governo... então nós assessoramos o governo porque nós temos políticas de juventude em todas as áreas. (...) [a metodologia usada na assessoria é de que] Todas as ações, elas não podem ser individualizadas, ou seja, uma secretaria trabalhando por ela mesma. Então a gente, adotou o modelo de gestão da transversalidade onde todas as ações, elas devem ser integradas com as áreas afins.

Para DP2 dirigente, esse modelo de gestão atende aos objetivos do órgão uma vez que, em não tendo autonomia financeira, ficaria muito difícil desenvolver de forma plural as atividades necessárias para o desenvolvimento da cidadania dos jovens. Ele manifesta de forma crítica que:

O modelo de gestão de assessoria, ele tem o ônus, ele tem o bônus, então assim... O bônus é justamente essa praticidade que a gente tem de gerir os programas com as demais secretarias, mas isso também é fruto de um empoderamento do próprio governador, de colocar

isso em que as secretarias têm que ajudar a assessoria da juventude. Então, isso não é um trabalho isolado quando a gente tem um compromisso, quando é uma equipe de governo porque o que o governador fez a entender, quando nós assumimos, é de que os secretários têm que ajudar uns aos outros. Então, é um governo executando ações e programas, não são secretarias, esse é o primeiro entendimento.

(...) Mas o modelo de gestão é um modelo bom, é um modelo que a gente tem conseguido executar bem as ações, a gente tem conseguido executar isso muito bem.

Ainda no que se refere à subcategoria sobre as *iniciativas implementadas* fica claro que a atuação da assessoria de juventude, com o intuito de consolidar as ações programadas para a juventude, criou um comitê de gestores de política pública de juventude formada por 15 secretarias e presidida pela assessoria especial de juventude. Esse Comitê se reúne de três em três meses para avaliar, discutir e propor ações de todas as áreas da juventude. Por isso o DP2 assim se manifesta:

Então, isso é só pra dar o exemplo de que essas ações, elas são realmente realizadas na transversalidade e há, sim, a consolidação dessas políticas integradas com as demais secretarias. Isso funciona, de fato, sim.

Na opinião desse decisor, o fato de oferecer atividades diversificadas contribui para a inclusão política:

(...) A gente tá fazendo justamente aquilo que eu disse ainda agora, que o primeiro ponto pra inclusão social e econômico é a inclusão política. Então, a inclusão política é quando você chama a juventude pra debater, pra propor, pra ouvir... isso tem acontecido, de fato, em relação aos programas de formação, como é o Projovem e o Pronatec, os cursos de formação profissional pra área do emprego e da renda.

A nível municipal as políticas de juventude são geridas por uma coordenadoria municipal de juventude cujo coordenador convenciamos chamar de DP1. Ele explica a estrutura desse órgão pelo qual é o responsável dizendo que:

Como a gente tem uma configuração diferente... uma coordenadoria é intermédio... coordenadoria, na minha concepção é o intermédio entre a assessoria e a secretaria. A secretaria, ela faz a ação fim, executa e a assessoria, ela só articula... Então, nós somos os formuladores e demandadores de políticas pra juventude e ela se configura no seguinte: ela tá ligada diretamente ao gabinete do prefeito exatamente por isso, porque é onde funciona bem a articulação da política.

O campo de atuação da coordenadoria, para DP1, conseguiu avançar e dentro da esfera administrativa. Isso é explicitado na sua fala que relata os levantamentos da coordenadoria priorizando os jovens:

A prioridade número um dos jovens é a qualificação profissional. Segundo, elevação da escolaridade... mas como nós não temos o perfil de educadores, de mobilizadores, de agentes sociais, a secretaria de educação executa.

O campo de atuação da coordenadoria na execução de programas e projetos que de fato possa representar a concretização de uma política voltada a juventude nos parece ser, a exemplo do que acontece com a assessoria estadual, muito mais de articulação do que propriamente de execução, haja vista a falta de autonomia financeira. Como pode-se entender na fala do DP1:

(...) A gente faz um processo de identificação junto aos jovens, de mapeamento, de demandas e leva pro prefeito, leva para a prefeitura e as áreas, elas implementam. Pra isso acontecer, nós temos o que a gente chama de comitê interinstitucional de política pra juventude, que é um representante de cada área que executa a política (...). Nós temos um programa

específico no município que trata da juventude. (...) Todo mundo tem que executar uma política específica pra juventude. Agora, é claro... dentro de uma ou outra secretaria se tem maior ou menor efetividade... mas a configuração institucional dela está nesse sentido...

A subcategoria *pontos fortes* revela que os decisores políticos consideram que, mesmo dentro de suas limitações eles têm, alguns pontos fortes podem ser considerados como positivos para a implementação da política, entre eles o fato da coordenadoria estar ligada diretamente ao gabinete do prefeito, vez que isso na, opinião de DP1, facilita a execução das ações da coordenadoria.

Outro ponto forte considerado pelo DP1, é o fato dos dirigentes terem estabelecido demandas que considera importantes, conforme refere:

[a qualificação profissional] (...) um processo de formação pra cidadania porque é um processo onde a gente tem que fazer oficinas pro jovem saber quais são os seus direitos, pra eles entenderem o seu papel enquanto agente social, pra eles perceberem que eles não podem ser somente tratados como um grupo de risco porque o início das políticas pra juventude é assim (...) e o terceiro ponto que nós temos é o que executa e então, nós precisávamos regulamentar isso que nós chamamos da questão da constituição dos marcos legais. Aí nós fomos falando do fórum, que é um conjunto de entidades que se reúnem, e do conselho, que é o instrumento de controle de toda essa política.

Outros pontos fortes considerados são os mapeamentos setoriais, como diz o DP1:

(...) Nós temos mapeamentos setoriais, nós sabemos quantos jovens estão fora da escola. Por exemplo, no plano a gente tem essa situação, nós temos uma relação entre idade-série, nós sabemos qual é o percentual de jovens desempregados em Rio Branco por conta do Sistema do SINE, o Sistema Nacional do

Emprego... a gente tem essas características e a gente sabe tudo já... já tá no plano...

A gente tem a visão da sociedade, que é as demandas, a visão dos gestores, que é o que é possível fazer, e a visão dos especialistas, que é de conseguir juntar, entre a demanda e o que é possível de fazer, e conseguir encaminhar tudo nesse sentido.

Muitos questionamentos são feitos a respeito da institucionalidade das políticas públicas que, muitas das vezes, mais parecem políticas de governo, que são executadas se o determinado governo assim o desejar e ou achar conveniente. Nem sempre os órgãos governamentais gozam de autonomia administrativa e financeira, o que representa um *obstáculo* à execução das políticas. Tanto é assim que encontramos na fala do DP1 que:

Do ponto de vista da autonomia administrativa é importante criar um ministério e criar as secretarias. Agora, não adianta criar um ministério e criar as secretarias se a gente não chegar a uma concepção de política pública e de estado, e não de governo. (...) Você seria ordenador de despesas, isso é importante desde que esteja vinculado aos outros processos e aí nós não teríamos um orçamento da juventude, nós teríamos um orçamento do estado, com a política do governo, e da prefeitura direcionada pro jovem... a educação, a cultura, o esporte, o lazer.

Do mesmo modo encontramos o posicionamento do DP2:

Eu sou a favor sim da transformação da assessoria numa secretaria porque isso legitima a política de juventude não só no estado mas no Brasil como um todo, mas é como se você engordasse a secretaria com uma série de ações e programas e aí você teria investimentos no setor pessoal e então isso demandaria mais investimento do governo e de uma decisão política do próprio governador.

Sobre este assunto, Kerbuay (2005) enfatiza que os governos, ao conceberem políticas de juventude como políticas sociais setoriais destinadas a determinados tipos e realidades, enfim, ao utilizarem de forma limitada

a noção de políticas públicas de juventude, nada mais fazem do que, na verdade, criar políticas de governo. Nesse aspecto é possível perceber que os atuais decisores políticos do Acre comungam de uma situação favorável para que as políticas sejam concretizadas como políticas públicas, e não como políticas de governo.

No que tange ao desenvolvimento das ações da coordenadoria municipal, o DP1 reconhece que as ações inerentes a sua pasta são desenvolvidas por outros setores onde a secretaria de educação é a maior executora das políticas de juventude. É perceptível também que o fato da execução dessas ações a partir do órgão responsável pela escolaridade dá a conotação de que é mais fácil atingir os jovens que estão na escola. Mas, e os jovens que, por uma ou outra razão, não se encontram no ambiente escolar, que oportunidades estarão tendo? Isso é um questionamento que pretendemos desenvolver ao longo deste trabalho, quando abordaremos a questão das atividades não formais, ou seja, aquelas que não são feitas no âmbito escolar.

Ainda na subcategoria referente aos *obstáculos para a implementação* das políticas, além da dificuldade em estabelecer parcerias com órgãos, a exemplo da Universidade, o DP1 enfatiza:

[No caso da estadual] é uma assessoria, ela tem função de articular, ela não executa, ela não tem orçamento pra executar.

Ele coloca como um obstáculo o fato de não ter autonomia administrativa quando se manifesta dizendo que:

Do ponto de vista de que você seria ordenador de despesas é importante desde que esteja vinculado aos outros processos e aí nós não teríamos um orçamento da juventude, nós teríamos um orçamento do estado com a política do governo e da prefeitura direcionada pro jovem... a educação, a cultura, o esporte, o lazer.

Este mesmo obstáculo é colocado pelo DP2 quando se manifesta dizendo:

Ainda assim, umas das dificuldades que a gente ainda tem é justamente essa que você está colocando, que é

a questão do orçamento... nós temos um orçamento próprio que vem pra dentro da secretaria de articulação institucional, nós temos autonomia pra gerir os recursos, mas como nós somos praticamente uma assessoria dentro de uma secretaria, às vezes a gente não tem a celeridade que os programas, as ações e a juventude almeja... a gente tem um pouco de dificuldade nisso (...).

Analisando a subcategoria referente a *iniciativas implementadas*, mesmo sem um orçamento que possibilite a execução das atividades por estes órgãos, muitas iniciativas tem vindo a efeito em forma de parceria normalmente com as escolas na execução de projetos como, por exemplo, o chamado *protetores de vida* que trata da educação ambiental nas escolas. Outra ação desenvolvida pela secretaria de educação era um programa chamado *agente jovem*, que tem como objetivo fortalecer o protagonismo juvenil e potencializar ações já existentes destinadas aos jovens.

Referindo-se a implantação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, o DP1 faz referência à falta de articulação entre os órgãos estaduais e municipais com setores importantes, como é o caso da Universidade. Na sua visão, um dos fatores que poderia contribuir muito com a concretização das políticas de juventude seria, por exemplo, a criação em parceria com a Universidade, do Observatório da Juventude que já existe em vários outros estados brasileiros e também em diversos países.

(...) Na universidade, a gente fala num corpo técnico de professores e alunos que tivessem interesse em... e nós entrávamos com o subsídio... mobiliário, com gente, talvez com consultoria, e aí a gente teria que parar pra pensar no projeto do observatório... a ideia é a de o observatório ficar na universidade, a universidade tocar isso pra frente... aí você seria o estimulador disso e o que a gente pactuaria era que todo processo de concepção, definição de diretrizes ou de avaliação do nosso plano, precisava ser feito com o observatório, que seriam os especialistas, que seriam os estudiosos da área, junto com a visão dos gestores e a visão da sociedade. Esse é o modelo que a gente tem acreditado de conseguir.

Tendo em vista que, de modo geral, os Observatórios da Juventude no Brasil têm como objetivo desenvolver atividades de investigação, levantamento e disseminação de informações sobre a situação dos jovens para consolidar o desenvolvimento de ações e produção do conhecimento relacionados a juventude, faz sentido a fala do DP1 quando se refere:

Vamos precisar montar um observatório e um observatório junto com a universidade. Aí a gente estimula os universitários a fazer pesquisa... isso avançou durante um período. Agora, por conta de um processo de mudança da universidade, não andou... Aí, nós vamos ter um mapeamento real e nós vamos ter faixa etária, faixa salarial, nós vamos ter mapeamento se é homem ou se é mulher, se é negro, se é índio...

Outra iniciativa da coordenadoria municipal é citada pelo DP1:

(...) Nós temos um programa de juventude, que é criado dentro da estrutura da prefeitura (...) e nós combinamos, basicamente, três ações prioritárias pra juventude. Primeiro, um tema super relevante da política pra juventude: qualificação profissional. (...) Nós vamos ter um momento com a secretaria de educação, em que nós vamos estar avaliando política de juventude, políticas de mulheres, pra negros e pra movimentos LGBT⁴, é uma avaliação pra construção pro plano de governo da candidatura da FP.

De acordo com a literatura consultada (CONJUVE, 2006; SPÓSITO, 2005; ABRAMOVAY & CASTRO, 2006), o governo federal disponibiliza através de seus ministérios uma série de projetos e programas que têm-se transformado em iniciativas dos governos locais, como enfatiza o DP2:

(...) nós temos o Projovem, que é um programa de capacitação, que é gerido pelo IDM. O IDM, ele faz a capacitação mas toda vez que tem um processo de seleção para os alunos no Projovem, a assessoria especial de juventude é quem conduz esse processo

4 - LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

de seleção. Formado o processo de seleção, o IDM faz a capacitação. Isso é só pra dar um exemplo de todas essas ações. É a mesma coisa com o Pronatec⁵, Pronatec demandado. (...) É na área de formação profissional. (...) O Projovem, ele tem na educação e tem na CEDES⁶, que são vários modelos de Projovem. Nós temos o Projovem Urbano, o Trabalhador, o Rural... então, na educação, nós temos no IDM que faz a capacitação do Projovem... então, é uma parceria...

Como pode-se perceber na subcategoria relativa a iniciativas para a concretização da política, não se vislumbra programas criados e desenvolvidos pelo poder local, cabendo as iniciáticas, via de regra, apenas para dar cumprimento à agenda federal, uma vez que inexistente uma agenda local, mas ações demandadas pelo governo federal como continua o depoimento de DP2:

Nós temos o IDM, [Autarquia Estadual], que todos os nossos cursos de formação passam por lá, a exemplo do Pronatec. Por mais que ele esteja dentro da educação, mais da formação, nós temos o Instituto de Formação, a Fundação de Cultura EM, que tem uma série de parcerias no âmbito federal, a exemplo do prêmio “agente jovem de cultura”, que é uma parceria da Secretaria Nacional da Juventude, o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação... então, em todas elas nós vamos ter ações.

Percebe-se na fala de DP2 que ele considera as iniciativas dos parceiros como concretização das políticas que provavelmente deveriam ser iniciativas da assessoria estadual. No entanto, contrapondo a esta visão, DP1 demonstra que falta avaliação e, nesse sentido, considera que deveria se ter mais pesquisas, pois os resultados das investigações complementaríamos os resultados do censo do IBGE, uma vez que o censo ainda não traz as especificidades da população alvo da pesquisa, como referido acima. O censo do IBGE conta no geral. Assim, os órgãos teriam como reavaliar e reprogramar

5 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

6 - CEDES - Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer.

ações uma vez que teriam em mãos resultados mais palpáveis. DP1 observa que, então, poderia saber por exemplo:

Aquele que sai do percurso social e formativo... se ele tá na escola, a gente vai saber que ele tá na escola... nós vamos conseguir ter extratos mais específicos por área, por regional, pra gente saber que nessa regional nós temos que trabalhar mais o envolvimento dos jovens em relação ao esporte etc; nessa outra regional, a gente vai conseguir desenvolver a ação de qualificação profissional, que é a maior demanda... é a da qualificação profissional ou a elevação da escolaridade, que é o que tem de mais moderno no ponto de vista da gestão política, que é a gente saber a vocação dos territórios.

DP1 complementa a sua fala dizendo:

Falta isso pra gente na cidade de Rio Branco, pessoas que consigam desenvolver a capacidade intelectual, de apresentar resultados concretos... isso é que é a atitude da nossa política e nós vamos precisar transformar isso num marco legal e a gente acaba falando da vida acadêmica, da academia, que é lá que eu acho que a academia também perdeu essa capacidade de influenciar na política, que antes se olhava pra tudo!

Isso tem que ser causa de vida pra nós porque nós estamos falando de desenvolvimento da cidade, da capacidade que a gente tem, e nós estamos falando de abrir oportunidades, de gerar oportunidades...

Quando analisamos as falas dos decisores políticos responsáveis pela elaboração e execução das ações voltadas para a juventude do estado, encontramos um dado de certa forma preocupante, pois entendemos que o processo é muito incipiente, limitando-se a atender uma parcela da imensa população de jovens e apenas menos dirigidas para aqueles que se encontram na escola. Não vislumbramos ações para os jovens que, por diversos

motivos, já não estão no âmbito escolar. É certo que essas ações de qualificação profissional são importantes porque possibilitam a inserção no mercado de trabalho, uma das principais reivindicações quando da elaboração do documento da política nacional de juventude.

A categoria II de *análise das entrevistas* diz respeito à visão acerca da participação política e cívica que os decisores políticos têm sobre os jovens. Na análise, fica claro que os decisores reconhecem claramente a importância da participação dos jovens nos debates públicos. Reconhecem que já tem muitos jovens participando em grupos organizados, que já fazem ações. Mas eles não sabem ainda o tamanho do potencial dos jovens para negociarem e se tornarem importantes como tomadores de decisão.

Dessa categoria emergem duas subcategorias: uma sobre a concepção que estes decisores tem acerca da juventude; e a outra, a importância remetida à cidadania e à participação dos jovens. Reportando-se a *concepção sobre juventude*, o DP1 revela:

Quando a gente vai falar de juventude é difícil a gente dar uma definição clara, mas eu tenho falado que são pessoas na faixa etária entre 15 a 29 anos e que ditam o ritmo da história. Eu estou colocando parte da juventude nisso nesse sentido, porque não dá pra gente colocar uma característica específica porque você tem diversas tribos juvenis, diversos grupos... então, eu consigo visualizar o que unifica todos esses grupos que a gente pode usar como característica geral, é que eles ditam o ritmo, da história. Se essa história, ela vai ter 10 anos ou até 20 ou se ela vai ser prorrogada a partir do processo de mobilização, de interação e, de certa maneira de indicar o que quer, então, eu tenho definido o jovem como o sujeito social que dita o ritmo da história. Essa é a definição que eu daria.

Esse decisor, para falar da sua concepção sobre o jovem brasileiro, traça uma retrospectiva da evolução dos fatos que culminaram com a elaboração da política nacional de juventude concluindo que:

O que é que isso tem de reflexo no presente? É que nós temos agora um público altamente vulnerável porque, historicamente, eles não foram trabalhados... nós

estamos falando de mais de 50 milhões de brasileiros jovens, mas esses são os que estão nas maiores situações de desemprego, gravidez na adolescência, os que mais morrem e os que mais matam... tem uma série histórica aqui e, principalmente, a educação nos coloca nesse sentido.

E continua:

Primeiro, nós tivemos que quebrar alguns paradigmas em relação de que o jovem precisava ser visto, isto na concepção das pessoas e da sociedade. Normalmente, o jovem é visto só como causador de problemas e no partido não era diferente... eles eram vistos como causadores de problemas, mas no processo eleitoral, eles eram grandes mobilizadores e força de trabalho.

Para ele a juventude tem muitos lastros e muitos rastos, e compara o que pensa sobre os jovens com uma citação de uma das maiores lideranças revolucionárias da América Latina, segundo ele:

(...) O Che Guevara disse: o alicerce fundamental da obra, da nossa obra, do socialismo, da partilha dos bens, é a juventude ou... senão nós estamos sujeito ao fracasso porque essa geração é a capacidade de inovar, de dar a criatividade e de renovar as nossas esperanças.

Reportando-se sobre a concepção de juventude, o DP2 se manifesta dizendo que:

Eu acho que ser jovem é justamente a juventude se oportunizar do protagonismo juvenil, ou seja, ter a oportunidade de debater, de incluir e de se incluir nos debates públicos.

Eu não vejo o jovem como o futuro, eu vejo o jovem como o presente. Eu discordo de uma lógica de uma série de autores porque o jovem, ele tá no presente

construindo as transformações sociais do futuro... então, é isso que eu penso da juventude... eu acho que o jovem, ele tem que se oportunizar de todas as ações, ou seja, de todas as oportunidades do presente pra que no futuro muito próximo, não apenas ele, mas todas aquelas pessoas que ele tem feito essas ações, construído essas ações, tem uma efetividade e, realmente, a juventude, ela seja alcançada por isso.

Quanto ao fato do jovem sempre ser visto como o problema social, DP1 refere que:

essa é uma das maiores dificuldades e a gente tem que reverter isso. Não é com a juventude, são com as pessoas que criticam a juventude, porque o problema não está na juventude. O problema está nos problemas sociais que afetam a juventude como o álcool e outras drogas... são esses problemas... (...) A falta de emprego... isso contribui pra que o jovem, às vezes, vá para o lado que não é o que a sociedade quer... (...) Se o jovem não participar do processo não tem sentido de a gente estar construído políticas de juventude. Eles são os principais protagonistas da transformação social.

Na subcategoria *importância remetida à cidadania e à participação dos jovens*, analisamos a fala dos decisores para tentar perceber o grau de importância que eles atribuem a esse sentido. Na análise efetuada inferimos que esses decisores atribuem uma significativa importância e que, com muita clareza, remetem de certa forma uma grande responsabilidade para os jovens, como podemos perceber na fala do DP1 que responde fazendo um questionamento bastante lógico, no nosso entender:

Como é que nós estamos falando de um país que é a sexta economia mundial, um país onde a gente tá desenvolvendo num ritmo acelerado do ponto de vista da inclusão econômica, do ponto de vista da elevação da escolaridade, e que nós não temos jovens como agentes estratégicos no processo? E precisa ser agente estratégico porque senão nós vamos fazer o mesmo erro lá atrás, que as nossas crianças e adolescentes não foram priorizados e que hoje tão

com os maiores problemas e agravos sociais, que estão nessa faixa etária... (...) pro futuro essa faixa etária de 50 milhões vai virar 50 milhões de adultos e pros próximos 20 anos, 50 milhões de idosos e quando a gente olha pra essa faixa etária ente 20 e 40 anos, ou até 45 anos, que é a população economicamente ativa e que movimenta a economia, nós podemos chegar a um total de 50 milhões de pessoas, ou pelo menos 35 milhões de pessoas, que não vão ter qualificação e não vão conseguir acompanhar o ritmo de crescimento do país, dos estados, das cidades.

Para esse decisor político, as oportunidades de participação são de vital importância no sentido do que representa hoje esse grande contingente populacional a fim de que não se tenha no futuro a repetição do que se convencionou chamar no Brasil de geração perdida, aquela dos anos 70, juventude gerada na ditadura militar que foi impedida de qualquer tipo de iniciativa porque todas eram tidas como de rebeldia e insubordinação.

A gente precisa empoderar, a gente precisa tratar [o jovem] como agente estratégico porque senão nós podemos ter uma geração perdida. Aquilo que falaram de geração perdida na década de 70 e 80 vai ser agora! Por quê? Porque lá, a geração perdida da década de 80 e 90, eles estavam falando do uso de drogas, da redemocratização do país, talvez ali sobre o *boom* do uso da maconha no Brasil, mas agora nós estamos falando de coisas mais essenciais pra vida, que é formação intelectual, nós estamos falando de processo de mão de obra, de trabalho e nós estamos falando de processos políticos porque se a gente não renovar também os processos políticos, essa geração é que vai ser governador, vai ser prefeito, vai ser senador... só que se eles não estiver preparados pra isso... (DP1)

E reforçando o que disse, aponta a estratégia que vê como possível para que isso aconteça:

Vamos estimular os jovens como protagonista e empoderar ele pra ele ter vez e voz nos processos de tomador de decisões seja na relação política, seja no

processo educacional na escola, na universidade, na relação familiar dentro de casa, que eles precisam de ao mesmo tempo estabelecer o diálogo com as outras gerações, que ele, ao mesmo tempo precisa saber o que quer e o que pensa e que isso seja levado em consideração... (...) nós precisamos tratar o jovem como agente estratégico do desenvolvimento. (DP1)

Percebemos que o DP1 reconhece e atribui enorme importância a participação e ao desenvolvimento da cidadania dos jovens sem deixar, no entanto, de reconhecer a importância da experiência acumulada por pessoas de mais idade.

Alguns defendem que pra ser gestor precisa ser jovem, pra poder interagir com o que a gente chama de “jovem educa jovem e jovem aprende com jovem”, mas nós temos uma concepção nova, que a gente tem que trazer, que uma geração interage com a outra. Tem que interagir! Não tem como você, com... o teu tempo de vida seria só a tua idade? Ter as vivências que, por exemplo, alguém adulto ou idoso tem. Então, precisa interagir. A capacidade do jovem de inovar e a criatividade, com a experiência das pessoas que já tem esse processo mais de vivência... então, hoje, uma geração precisa interagir com a outra, as gerações precisam se interagir porque se a gente olhar, antes a gente tinha uma geração de jovens, uma geração de adultos e idosos.

Na continuação da sua fala ele faz uma abordagem interessante quanto a essa questão do interagir. Ele diz:

Hoje, na juventude, nós temos três faixas etárias, nós temos de 15 a 18 anos, que é jovem adolescente; nós temos entre 18 e 25, que é jovem jovem e nós temos de 26 a 29, que é o jovem adulto... (...) Então, a gente mudar essa concepção de que a gente precisa interagir e que todo mundo depende de algum tipo de eleitor ou que todo cidadão tem o direito de participar e que o jovem precisa apresentar soluções pra isso... (DP1)

Ou seja, parece faltar conscientização para o jovem do que a juventu-

de representa no Brasil: o jovem se tornaria certamente mais participativo.

(...) Pra mim são dois fatores que influenciam: primeiro, o jovem precisa tomar consciência da sua força, e segundo precisa ir pro enfrentamento de ideias. Do ponto de vista da história, nós temos ideias, nós temos sugestões e a gente quer porque a gente quer isso. E como é que a gente faz isso? Então, a importância da gente envolver cada vez mais pessoas, de ouvir mais pessoas e, principalmente, essa geração de jovens é pra isso, pra gente, de certa maneira, valorizar ainda mais o que a gente tem porque se a gente tiver uma geração dessa, consciente, nós não vamos ter um índice alto de criminalidade, que o maior índice de criminalidade é de jovens, nós não vamos ter depredação do espaço público, das unidades de ensino porque eles estão mais conscientes de que aquilo não é de ninguém, que é dele também porque o olhar do jovem sobre o patrimônio público. (DP1)

Contudo, embora com toda a importância que possa ser dada a participação dos jovens no processo como um todo, é necessário, no entendimento do DP1, avançar mais em mudanças no sistema tradicional de política:

O outro processo é que dentro da questão, a gente tá dando uma contribuição para a cidade e não só pro jovem. Quando a gente olha pra lógica, que a gente precisar olhar o jovem como agente estratégico do desenvolvimento, nós não estamos pensando aqui só no jovem, nós estamos pensando no desenvolvimento da cidade! Então, isso é uma coisa... agora, é muito difícil. Por quê? Porque o sistema tradicional de política é “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. E considerando que a política hoje ainda... os grandes rumos do país, ele está no congresso nacional, nós precisamos ainda avançar nisso.

Na concepção do DP2, a importância da participação e desenvolvimento da cidadania dos jovens está ligada ao desenvolvimento social e ao desenvolvimento econômico. Para ele o principal eixo para que verdadeiramente se tenha o desenvolvimento e a inclusão social e econômica é fazer

a inclusão política, que é justamente o debate social, são as conferências, é chamar o jovem pra ser protagonista. Na sua opinião:

A juventude tem que estar nos espaços de poder, tem que quebrar sim essa hegemonia de poder em todas as esferas de governo, se oportunizar dos espaços democráticos que lhe forem colocados, como as conferências de juventude ou qualquer conferência que aconteça, as disputas eleitorais e, como eu falei, a transformação social, ela só vem a partir do momento dessa oportunização, desses espaços democráticos.

E continua...

Eu tenho duas visões sobre isso. A primeira visão é de que a gente tá quebrando um paradigma em relação a isso, de que as juventudes partidárias, a juventude como um todo, não só a juventude partidária mas a juventude da sociedade civil, ela sempre foi massacrada, ela foi sempre utilizada como uma mercadoria, como se você utilizasse a juventude no processo eleitoral e depois ela foi esquecida.

O segundo ponto é que, de um certo tempo pra cá, desde os últimos 10 anos pra cá, eu tenho avaliado de que principalmente os partidos de esquerda, eles têm chegado num entendimento de que a continuidade do processo político, ele só vem através de um investimento dentro dos partidos políticos.

Por mais que em primeira análise possa parecer que a visão dos decisores políticos seja de certa forma voltada para a participação político partidária, vislumbra-se que há uma visão por parte deles de que o processo tem que ser geral, para todos, não só para os incluídos politicamente mas para a juventude como um todo. Tanto é que para o DP1 com a participação dos jovens, principalmente aqueles das camadas mais pobres, que vivenciam toda sorte de problemas, haverá uma grande vantagem, pois essas camadas sociais,

Têm ideias fantásticas de como resolver o seu problema. Por quê? Porque ela vivencia diretamente. Se chegar outra pessoa que não tem habitação e pergunta pra ela qual é a solução que vai dar, ela vai dizer claramente: “eu preciso de uma casa, preciso de água, de energia com qualidade, com pavimentação.” Ela vai dizer “a gente sabe disso!” Sabe, mas você não sabe o valor que tem. Só quem sabe o valor que tem é quem vivencia.

Para discutir a questão de como se dá a viabilidade de participação e desenvolvimento da cidadania dos jovens, fizemos o questionamento que tratamos como subcategoria da *análise como o papel dos gestores estaduais e municipais*. O que está sendo feito para enfrentar os problemas que assolam a juventude entre as quais se inclui a pouca participação quer nas atividades cívicas e políticas, como também nas atividades de ocupação do tempo livre em atividades culturais e de lazer? Para o DP2:

(...) O papel do governo, o papel que nós gestores estaduais e municipais da juventude estamos fazendo é pra enfrentar esses problemas que assolam a juventude porque a juventude, ela já foi protagonista de uma série de transformações e é só a gente olhar pra história, é só a gente olhar pro passado... quando a gente lutou contra a ditadura militar, quando a gente lutou pelo “fora do Collor”... a gente vê que a juventude, ela é protagonista sim, de transformação social. O que a gente precisa combater são esses males que assolam a nossa juventude, o problema tá ai.

Percebe-se na fala desse decisor que há entendimento, há preocupação em desenvolver ações, mas não se vislumbra claramente que tipo de ação, que programas efetivos. Ele enfatiza as intenções e o desafio que, contudo, será visto ao longo desse trabalho apenas incentivar a ocupação dos espaços existentes, não contempla a necessidade que os jovens têm de participação. Ele coloca claramente que:

7 - Fernando Affonso Collor de Mello foi o 23º Presidente do Brasil, exercendo funções entre 1990 e 1992. Não obstante, foi o primeiro presidente diretamente eleito pelo povo após o término do governo militar. Foi também o 1º presidente a sofrer um impeachment pelo Congresso Nacional.

Esse também é um desafio, de que nós, gestores estaduais e municipais de juventude, temos colocado pra própria juventude no sentido de incentivar que os espaços estão postos e eles precisam se apropriar disso e é a partir desses incentivos e é a partir dessa política pública implementada, através das conferências, do diálogo nas comunidades, nos municípios, que esse entendimento, ele uma hora vai chegar e toda sociedade vai ver que o jovem, ele tem uma força política muito grande não só pra propor, pra debater mas também pra representar a própria juventude dentro desses espaços de poder.

Mais ainda se percebe que a falta de uma estrutura própria com autonomia financeira e administrativa, com orçamento próprio, pode ser um dos problemas na implementação da política existente, uma vez que tanto a coordenadoria quanto a assessoria dependem de outros órgãos de gestão para efetivarem suas ações. Ao longo deste trabalho vimos que a maioria das ações dependem de outros órgãos governamentais, seja da Prefeitura, do IDM, da Secretaria de Educação, entre outros. Ele faz referência ao outro órgão gestor da política pública de juventude como podemos ver:

Aqui em Rio Branco nós temos a Coordenadoria Municipal da Juventude e aí nós temos o que a gente chama de PGP, que é o Plano de Gestão Participativa, de que todo investimento da prefeitura, ela é dialogada com esses conselheiros das regionais, então são eles que dizem como é que vai ser distribuído o recurso, como é que vão ser os investimentos...

Reportando a Coordenadoria Municipal de Juventude, é inequívoco o conhecimento demonstrado pelo gestor dos problemas que a juventude enfrenta e as possíveis soluções, mas a intervenção propriamente continua a depender de segundos e terceiros. Assim é que temos na fala do DP1:

Agora, pro futuro, o que é que a gente imagina? Nós temos lá alguns informes que a política pública dá. Primeiro, nós temos os grupos de risco, que é aquele que você focaliza a ação. Por exemplo, o Projovem é a relação da escolaridade até à 8ª série, é um grupo de risco ou um grupo beneficiado da política que

precisa se elevar e voltar à sua trajetória normal de vida, supondo-se aqui que a gente, na discussão idade-série, a gente tem a idade da pessoa com o nível de escolaridade que ela tem, pra ela retornar pra esse percurso normal. Então, tem os grupos de risco. Depois, os grupos de risco têm os sujeitos de direitos que o estatuto da criança e do adolescente garante as leis específicas... diretrizes, instituição normativas não dá. A gente precisa garantir esses direitos. Só que nós precisamos agora avançar pro futuro em todos os aspectos de enfoque da política. Primeiro, nós precisamos tratar os jovens como processos e tomadores de decisões... nós temos que empoderar os jovens pra eles entenderem. Como é que a gente vai fazer isso? A partir das redes de jovens.

No que refere às oportunidades de participação promovidas pelos partidos políticos, que representa uma subcategoria da *visão acerca da participação cívica e política dos jovens do Acre*, é de se reconhecer que há hoje uma grande movimentação por parte dos partidos políticos, notadamente nos partidos de esquerda, de um incentivo para um maior envolvimento de jovens não só de afiliação partidária como também de candidaturas a cargos políticos. Isso é comprovado pela fala do DP1:

No Acre, nos últimos 12 anos, nós conseguimos avançar nisso. Nós conseguimos eleger o presidente do partido regional e o presidente do municipal, dois jovens com 28 anos... jovem adulto mas ainda dentro da faixa etária. Saíram do setorial de juventude e foram presidente do partido, que é o LB e o AC. Conseguimos fazer isso... o LB tá há 6 anos, o AC tá há 3... então, o LB, agora, já sai e não vai ser candidato, mas conseguimos fazer isso. Então, primeiro, nós vamos votar nos tomadores de decisão com o conjunto de lideranças, nós precisamos ter aqui uma participação efetiva. Depois disso, nós precisamos convencer a sociedade... Eu não posso falar diretamente de outros partidos políticos mas posso falar do que eu pertencço que é o PT.

Os espaços de participação política para a juventude, no que tange a ocupação de representação legislativa, (vereadores, deputados estaduais,

federais, senadores e presidente da república), necessitam da quebra de determinados paradigmas, como, por exemplo, a exigência de ter mais de 35 anos para poder candidatar-se a determinados cargos, nomeadamente o de senador da república. As juventudes partidárias têm envidado esforços para mudar esse modelo, o que representa um ponto positivo para a ocupação desses espaços. Exemplo disso é a luta que os jovens têm empreendido, como cita o DP1:

Nós estamos lutando pra ver se a gente quebra isso... qualquer cidadão com título de eleitor pode ser senador, pode ser presidente da república, mas o senado, pra ser senador ou presidente não pode... isso é na lógica da não participação. Então, primeiro, a nossa constituição, ela contribui pra não participação efetiva dos jovens nesses processos. Com essa lógica que falava dos senadores, isso se revestia automaticamente para os outros espaços políticos. Então pra gente conseguir quebrar isso, nós temos de quebrar um paradigma de concepção dentro dos partidos políticos.

É bem verdade que as representações jovens, dentro dos partidos, parece que entenderam que a sua contribuição não deve ser apenas a de empunhar bandeira por ocasião das campanhas eleitorais e demonstram que estão lutando bravamente para ocupar e manter espaços como podemos perceber na fala do DP1:

Então, dentro da concepção do partido, nós temos que ir trabalhando na lógica da plataforma do partido, de reconhecer essa geração com a capacidade de fazer. Pra isso, nós temos que lançar a candidatura jovem. Pra ter uma ideia, pro LB e o AC chegar, nós perdemos duas vezes com o LB, perdemos uma vez com o AC, como candidatos, tirando um percentual de votos que lhes dava legitimidade pra gente reivindicar algumas coisas, mas perdemos. Quando a gente lança um candidato a vereador com 25 anos, em Rio Branco, com um potencial, inclusive que era ex-coordenador da juventude, que era o G, a gente tenta mudar essa lógica... então, o G é vereador hoje de Rio Branco com a bandeira da juventude,

um jovem com a responsabilidade de trabalho no legislativo. Agora, essa concepção pra sociedade, ela ainda não tá clara... então, a participação dos jovens, hoje, ela não se dá por alguns fatores: primeiro, dentro dos partidos políticos a gente tem uma grande participação de jovens, por exemplo, no PT, nós temos em torno de 3 mil filiados e 1.200 são jovens, então...

Nesta mesma ótica se manifesta o DP2 reportando-se a importância de que se tenha espaços políticos ocupados por jovens:

Eu, particularmente, sou militante de um partido político de esquerda no Brasil e é assim... o meu partido tem investido muito nessa área da juventude, inclusive incentivando candidaturas a vereadores, a prefeitos, a deputados estaduais, a deputados federais... é tanto que eu me orgulho muito, de no meu partido eu ter o governador mais jovem do Brasil e o deputado federal mais jovem do Brasil...

Para o DP2 essa oportunidade de participação política para os jovens é fruto de uma construção e de um entendimento que a direção nacional e as direções estaduais têm tido com a juventude. Ele acredita que não só o partido no qual milita mas todos os outros devem fazer um investimento melhor no campo da juventude para que os jovens dos partidos se oportunistem desses espaços, porque segundo ele:

As oportunidades, elas são postas e aí eu posso falar pelo meu partido que tem investido muito nesse campo da juventude. Os exemplos estão expostos aí, nós já ocupamos vários espaços de poder, nas três esferas de governo. Então, isso também serve de referência no Brasil.

No que diz respeito a categoria *visão acerca do uso do tempo livre e da saúde dos jovens*, destacam-se duas subcategorias. A primeira remete para os tipos de *iniciativas programas e ações* para a concretização desta participação; e a segunda diz respeito às medidas políticas adotadas. Apesar de, na trajetória de elaboração da política de juventude por ocasião da realização

da primeira conferência nacional da juventude, ter sido efetuada uma pesquisa com os jovens que lá se encontravam participando e que abordou a temática do uso do tempo livre pelos jovens, o DP2 relata que ainda não conseguiram consolidar esses “*status*”. E justifica dizendo que:

(...) nós estamos há um ano e quatro meses à frente da assessoria da juventude, estamos montando os nossos indicadores, alguns dos nossos programas já têm indicadores que a gente utiliza, como o Acre Sem Miséria, os indicadores da segurança pública... e aí a gente ainda tá numa fase de construção de outros indicadores que possam nortear a gente nesse sentido...

Já no entendimento do DP1, o programa Mais Educação do Governo Federal seria uma alternativa para resolver este tipo de situação, pois se o tempo livre está sendo utilizado com atividade extremamente sedentária, onde o jovem fica na frente de uma máquina e interagindo só movimentando os dedos, comendo e tomando coca-cola, só comendo, não conseguindo fazer uma refeição...que é o que a maioria dos jovens fazem, então transforma sua vida num processo extremamente sedentário. Ele cita diversos programas que são oferecidos aos jovens, como por exemplo o Programa de Educação Técnica e Tecnológica.

A educação técnica e tecnológica, ela vai conseguir pegar isso. Agora, claro, a gente ainda tem uma dificuldade nessas duas modalidades porque ela não está universalizada mas ela precisa fazer isso, sem contar os programas. As oportunidades, elas são postas e aí eu posso falar pelo meu partido que tem investido muito nesse campo da juventude. Os exemplos estão expostos aí, nós já ocupamos vários espaços de poder, nas três esferas de governo. Então, isso também serve de referência no Brasil.

Referindo-se aos programas ele cita o PELC (Programa de Esporte e Lazer na Cidade) e o programa “O que é a vida”, cujo programa é de mobilização de jovens que são referência nas comunidades pra discussão, pra prevenção da violência. Então tem programas específicos. Existe ainda o

programa “Viaja Mais Jovem”, que é o programa que reduz o valor da passagem para o jovem para poder viajar e ocupar seu tempo com turismo, o “PROUNI”, programa de financiamento escolar que possibilita ir pra universidade particular. Para este decisor esse conjunto de ações não são ações prioritárias, elas têm que ser ações complementares a uma ação prioritária que é a educação de tempo integral (Programa Mais Educação). Na opinião dele, a maior rede de políticas para juventude tem que ser na área educacional particularmente a qualificação profissional, a formação inicial continuada e técnica e a educação superior, pois isso é o que garante a qualidade de vida do indivíduo.

Como pode-se inferir, é bastante confusa a situação dos dois órgãos que nominadamente deveriam ser os responsáveis pelas iniciativas e concretização dos aspectos relativos à juventude. No entanto a falta de autonomia administrativa e financeira torna-os apenas órgãos articuladores, sem que saibamos até que ponto isto é saudável para a concretização das políticas de juventude. Conforme reporta o DP2:

Como a gente recebe muitas demandas aqui na assessoria da juventude e a secretaria de esporte, ela não consegue mapear onde é que essas entidades de juventude estão, então a gente tem isso... então, isso vai ser concentrado aqui. Nós temos os centros da juventude que hoje estão dentro da educação...

(...) Temos algumas ações também, por exemplo, a Brigada Contra as Drogas é uma parceria, a criação dos conselhos municipais antidrogas é uma parceria do conselho estadual antidrogas que tá dentro da secretaria de segurança pública e em parceria conosco da assessoria especial da juventude.

É inegável a boa vontade dos gestores, mas o que a pesquisa demonstra é que as ações são pontuais, surgidas de uma ou outra iniciativa, quando algum órgão decide garantir o recurso financeiro necessário à sua execução e que não há um planejamento concreto para a realização dos eventos. Tanto é assim que podemos ver na fala do DP2 referindo-se a ações que considera serem medidas de concretização da política desenvolvida pelo órgão que dirige:

[Na secretaria de esporte] nós estamos com um projeto que nós vamos provavelmente começar a executar a partir do 2º semestre, agora. É o programa “esporte amador nas comunidades”. Vamos inaugurar, provavelmente, até o dia 10 de Maio, a Praça da Juventude que vai ser lá na regional 7, no recanto dos Buritis... inicialmente o recurso foi garantido pelo Instituto de Administração Penitenciário, IAPEM, mas o governador ainda vai definir quem e que vai administrar, se vai ser a Assessoria da Juventude, se vai ser a Educação, se vai ser o esporte...

Essa fala nos remete às afirmações contidas no estudo de Kerbuay (2005) quando nele indaga: políticas de juventude ou políticas de governo? Pois fica claro, repetidas vezes na fala dos decisores, que a criação dos órgãos gestores e conseqüentemente a execução das políticas dependem de decisão política de nível governamental. Tudo isso é também corroborado com a afirmação de Rua (1998) quando diz que as políticas de juventude no Brasil são fragmentadas, estão a mercê da concorrência interburocrática, sofrem de descontinuidade administrativa e sua atuação se dá em respostas a certas ofertas e não a demandas específicas. Nesse sentido elegemos como uma das subcategorias da análise: as medidas políticas adotadas para a concretização da política estadual de juventude do Acre. Assim, encontramos na manifestação do DP1:

Vamos pegar nos últimos 10 anos e pegar como referência o ano de 2000. Em 2000, nos tínhamos um processo efervescente da participação da juventude, da ocupação do tempo livre, principalmente nos equipamentos públicos... praças, quadras, centros de juventude e outros espaços. Era muito presencial. Com o avanço tecnológico dos últimos tempos, o tempo livre da juventude está sendo ocupado, essa é uma observação minha... muito forte com a tecnologia, nas redes sociais. A ocupação do tempo livre, ela tá nesse processo.

Compreendemos que essa fala do decisor político remete, a ocupação do tempo livre, está mais focada na questão da tecnologia através de um processo de mobilização pelas redes sociais...

(...) Hoje ela funciona muito mais do que a gente ir na escola e convidar de sala em sala porque os alunos, eles já não andam nas escolas, eles não querem mais sair das redes sociais, a gente consegue mobilizar mais com os debates virtuais, eles funcionam assim. Hoje, a maior interação que o jovem tem é a tecnologia e, em segundo, as relações nas unidades de ensino, ou na escola ou na universidade e, ali, ele consegue, às vezes... eu consigo visualizar isso...

Já o DP2, ao referir-se aos tipos de medidas políticas para participação dos jovens e ocupação do tempo livre com atividades saudáveis, diz que:

A inclusão nós temos feito. Temos os nossos Centros da Juventude que funcionaram muito bem, que na década de 90, quando o J ganhou as eleições, que tinha uma dificuldade muito grande nesse sentido, de que não tinha lazer, de que não tinha esporte e isso influía diretamente nessas questões de saúde, como o sedentarismo, que foi uma forma de você não apenas urbanizar mas também de você fazer com que os jovens, eles se manifestassem de alguma coisa, que eles fizessem alguma ação ou pela prática de esporte... então, isso foi um investimento muito grande. O governo federal, agora, tá criando, dentro das comunidades, as academias populares, inclusive no centro de juventude lá do bairro do Ginásio Coberto, lá na baixada da Sobral a gente implementou, ano passado, uma dessas academias populares, justamente pra ter mais uma ação dentro desse espaço da juventude, dentro da comunidade, que é justamente pra contribuir não apenas com investimento na juventude, não apenas com lazer mas também por uma questão de saúde pública.

Porém o questionamento é: o que representa uma atividade, um espaço, que atende no máximo 100 jovens por dia? E os outros sessenta e cinco mil? É bem verdade que o governo não pode ser *pai de todos*, mas deve viabilizar a inclusão de uma parcela maior da juventude em atividades de participação. E mais uma vez o DP1 volta a enfatizar que as medidas a serem tomadas passam pelo oferecimento da educação integral ou educação

a tempo inteiro quando diz:

Se a política pública, que a gente coloca aí como obrigatoriedade mas que ela seja prazerosa, as unidades assim transformadas em espaços prazerosos, como ensino integral, eu acho que essa é a solução pra gente conseguir. Não só ocupar o tempo livre daqueles que tem acesso à tecnologia porque também nós temos aqueles que não têm acesso à tecnologia e que o tempo dele livre é ocupado com nada, é ocioso, é um tempo livre ocioso, ela vai pra rua, ele interage com a criminalidade, ele interage com os outros espaços que consigam se vincular e se afirmar.

Para este decisor se eles conseguirem fazer esse processo de reaproximação e conseguir que o jovem consiga usar a tecnologia, mas que ele consiga ter os processos de interação presencial, se poderá avançar, no Brasil, no sentido da educação integral, com conteúdo e com atividades claramente definidas no contra-turno.

O processo dos jovens, principalmente até aos 19 anos, ou até aos 20 anos, é um processo de marcar território ou de construção de identidade... ou você é conhecido porque eu sou muito bom nisso ou eu sou conhecido, por exemplo, nos gangues, nos grupos organizados criminalmente... ele é conhecido porque tem medo. Ou ele é reconhecido por alguém que faz uma coisa boa ou é reconhecido porque faz uma coisa ruim... então, acho que uma alternativa clara pra gente conseguir ocupar esse tempo livre com qualidade, é a educação integral porque nós temos ali em Rio Branco 120 mil jovens, nós temos 80 mil jovens na escola...

Os decisores políticos entrevistados demonstram que a dificuldade em estabelecer políticas de prevenção e promoção da saúde para os jovens se dá devido ao fato de que, via de regra, o jovem é visto como uma pessoa saudável, e se manifestam relatando o que acontece por exemplo no SUS (Serviço Único de Saúde):

(...) No SUS, o SUS, pro jovem... ele é saudável por natureza, o SUS, infelizmente, é assim. Ou você tem lá políticas do idoso, da saúde da mulher, da saúde do homem, da saúde do idoso... você não vê uma saúde da juventude... Agora é que começaram a criar um programa de saúde pra criança e adolescente, mas você não tem um programa de saúde do jovem onde você tem as especificidades deles, que é aonde tá o maior índice, do ponto de vista das DST⁸, isso ele não tem... então, pro Sistema Único de Saúde, o jovem é saudável por natureza e é... (...) É um equívoco. Por quê? Porque se nós estamos falando de um processo do jovem, que ele, com o passar do tempo, ele tem se tornado sedentário e ele tem se tornado cada vez mais vulnerável as essas doenças, principalmente pela questão da não prática de atividades físicas e da má alimentação, ele não é saudável... (...) Você não tinha enlatados, alimentação enlatada.

Voltando a manifestar-se sobre melhoria da qualidade de vida dos jovens, o DP1 faz uma alusão ao número de mortes violentas, sendo que a maioria eram vinculadas, diretamente, aos acidentes de trânsito envolvendo jovens onde na sua visão se houvesse uma ação preventiva os gastos com os serviços públicos de saúde seriam menores...

Hoje, o maior gasto do sistema é com tratamentos de traumatologias, com traumas causados por acidentes de trânsito... então, aí você vai ver a articulação direta com outras áreas. Por isso é que eu sou um grande defensor de que as áreas precisam estar integradas porque se o trânsito não funciona bem não tem fluidez e influência lá na saúde. Se a política educacional não tem uma efetividade, ela influencia lá no sistema penitenciário, no sistema socioeducativo... então, elas precisam, cada vez mais, de interagir e não como tema transversal mas como matricial.

Na fala a seguir, do DP2 vamos esbarrar em algo que é comum neste trabalho que é a operacionalização das ações, seja por falta de estrutura de espaços, seja pela deficiência de pessoas para tocarem os espaços. Essa

8 - DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis.

é uma dificuldade que tivemos oportunidade de constatar ao longo das entrevistas realizadas com os diversos atores que contribuíram para este trabalho.

Não basta apenas também fazer o esporte por um esporte, mas a educação física que a gente chama e que tem monitores, tem orientadores... então, esse é um trabalho que está sendo coordenado pela prefeitura de Rio Branco. Outras academias populares vão ser implementadas em várias comunidades dessas aqui no estado justamente com essa preocupação, de que a gente tem que cuidar da saúde pública da juventude também porque quando a gente investe na saúde pública através de programas como esse, de ações, a gente tá contribuindo pra que futuramente muitos desses jovens não vão parar dentro das unidades hospitalares, dentro dos postos de saúde...

Fica claro na fala dos decisores que há um esforço conjunto do governo federal, do governo estadual, das prefeituras para a implantação dos programas. Percebe-se que há a tentativa de realização de um trabalho feito de forma inter-setoral, para que se possa contribuir cada vez mais e reduzir os índices negativos nas diversas áreas que afetam a juventude. Verifica-se também uma preocupação no sentido de garantir o espaço democrático que se estabeleceu por ocasião da realização das conferências, respeitando as prioridades ali estabelecidas.

3.5 A visão dos presidentes das regionais de bairros

Os dados que em seguida se discutem resultam das entrevistas com presidentes das regionais de bairros da cidade de Rio Branco. Foram entrevistados sete presidentes correspondendo às sete regionais, sendo que quatro são do sexo masculino e três do feminino; dos sete, três tem nível superior (sendo uma professora), quatro tem ensino médio completo e todos são funcionários públicos. A idade varia de 31 a 42 anos, e, para efeito deste, trabalho serão denominados de PR1, PR2, PR3, PR4, PR5, PR6 e PR7.

A ordem numérica, no entanto, não significa que seja relativa à regional correspondente, para fins de se garantir o anonimato das respostas. As regionais são compostas por um conselho representado por doze segmentos, entre eles o segmento da juventude que é representado por um(a) jovem da comunidade onde está inserida a regional.

Quadro 3 - Caracterização dos presidentes das regionais de bairros

	Cod.	Idade	Gênero	Escolaridade
Presidentes regionais	PR1	36	M	Nível médio
	PR 2	31	M	Licenciado (a frequentar)
	PR 3	39	F	Ensino Médio
	PR 4	38	M	Bacharel
	PR 5	37	M	Nível Superior
	PR 6	38	F	Licenciado
	PR 7	38	F	Ensino médio

O Quadro 3 apresenta as categorias referentes a entrevistas realizadas com os sete presidentes de regionais de bairros.

Quadro 4 - Presidentes regionais de bairros: categorias e subcategorias

Categorias	Subcategorias
I - Visão sobre a participação dos jovens e ocupação do tempo livre na comunidade	Nas atividades cívico políticas e programas e projetos governamentais
	Nas atividades culturais e de lazer
II - importância da participação dos jovens	Obstáculos à participação do próprio jovem
	Espaços e equipamentos para a participação
	Para a sociedade e para a comunidade
III - Visão sobre as políticas de juventude	Participação dos jovens
	Concretização das políticas
IV - Expectativas de participação.	A influência da família no nível de participação dos jovens
	O papel da Escola nos níveis de participação

A categoria I da análise diz respeito à *visão sobre a participação dos jovens e a ocupação do tempo livre na comunidade*, pois é cada vez mais presente nos discursos dos diversos setores sociais a importância da participação dos jovens na elaboração e implementação de projetos, programas e políticas que trazem como foco a atenção a juventude, assim como, estimular propostas de participação juvenil estabelecendo o desafio de resolver seus problemas, objetivos, estratégias e principais dificuldades.

Mas para que isso seja possível, é necessário que os jovens, por suas iniciativas, procurem estar no contexto a fim de se tornarem protagonistas das ações e partícipes no movimento ao qual representam. Desse modo, foi indagado aos presidentes das regionais de bairros qual a percepção relativamente a participação dos jovens na comunidade onde são inseridos. Para uma melhor análise desta categoria estabeleceu-se duas subcategorias referentes à *participação nas atividades cívico políticas, programas e projetos governamentais e participação nas atividades culturais e de lazer*.

Na visão de PR3:

A participação é mínima. Dentro do movimento comunitário a gente não tem participação dos jovens. A gente tem participação dos jovens nas igrejas, mais precisamente nas igrejas evangélicas porque tem uns encontros que animam os jovens. Mas dentro do movimento a gente tem poucos jovens participando... já melhoramos, mas eu ainda acho que temos muito pouco...

Esse presidente conta que conseguiu algumas mudanças através do esporte.

Foi como eu consegui trazer a juventude pro meu lado porque era um bairro muito periférico, professora, e tinha começado a entrar droga, assim como se fosse pra salvar tudo; (...) E a maioria dos jovens usam (o tempo livre) pra fazer o que não presta, infelizmente.

É evidente que a execução e concretização das políticas de juventude deveriam criar a possibilidade de participação dos jovens. Ocorre que quando se fala em participação é importante conhecer os espaços de participação e verificar as razões do *déficit* de participação juvenil. Por que isso ocorre? Estão os jovens motivados para serem partícipes e vencer o conjunto de barreiras que aparentemente são imputadas, ou há por parte deles uma apatia e desinteresse em participar? Encontramos na fala de PR4 a seguinte colocação:

É... como é que a gente vai saber qual o problema? Por que é que aquele jovem tá ocioso se eles mesmo não participam? (...) Aqueles que não têm (possibilidade), não vejo mais... raramente... o jogo da peteca no meio da rua, a bola... aonde é que eles ficam? Às vezes ficam em casa ou então vão pra rua, aí vai pela sorte... ou então, quando o pai leva pra trabalhar com ele não pode porque é... (PR4)

É do que os jovens vivem hoje (atividades esporádicas). Eles precisam... estar mais envolvidos...(PR4)

No entendimento de PR6, a falta de participação dos jovens se dá em função de que eles pensam que os presidentes ganham um salário para serem presidente e coordenador de regional, e que por isso têm que resolver as questões, ou seja: têm a obrigação de resolver tudo e não necessita da atuação deles. PR6 diz que ouve muito isso:

Não vai dar de eu ir porque eu não tenho tempo, porque eu não posso, porque você ganha pra isso (...). Eu acho que falta também um certo tipo de esclarecimento desses jovens pela questão da participação deles, o peso que tem a participação deles na política.

Alguns presidentes afirmam que a participação dos jovens é muito importante, mas acham que os jovens não fazem a parte deles. Cítam o exemplo, quando eles (jovens) precisam de um jogo de camisa completo, ao invés de procurarem um patrocínio, eles pedem para o presidente do bairro ou da regional procurar para eles.

Na opinião do PR7, fica até um pouco difícil responder a essa pergunta porque considera que depende do interesse de cada um. Para ele, os cursos dão a oportunidade pra que eles possam ser alguém futuramente. E diz que: “Muitos ficam nas esquinas usando drogas...” ao invés de fazerem os cursos.

Na opinião de PR1 em relação à participação dos jovens nas atividades e projetos não é muito proveitosa. Uns se interessam, outros nem tanto:

Aqueles que a gente vê, que a gente já vê que ele vai ser alguma coisa mais lá na frente, aquele que a partir daquele momento ele já entende o problema, já vai tentar ajudar a resolver (...). Tinha aqueles que eram meio assim... “não vou!”, mas tinham aqueles que se interessavam e nesses é que a gente via que tinha um futuro ali dentro do bairro, no meio daqueles demais e eles se interessavam, iam junto com a gente...

Esse presidente diz que tentava envolver os jovens nos trabalhos dentro do bairro. Quando acontecia algum problema dentro do bairro, procurava conversar com eles, procurava levar alguns jovens...

Eu pelo menos procurava levar alguns jovens comigo... vamos supor em uma secretaria, eu ia reivindicar alguma coisa e eu levava um desses jovens pra mostrar pra ele como é que funciona, como é que são as coisas, como é que a gente pede (...). Eles iam de boa vontade! (...) Então a gente via que no meio deles tinha alguns que se interessavam realmente por boa vontade mesmo, que queriam ajudar a resolver as coisas do bairro, mas também tinha aqueles que estavam ali só por folia... vão ficando, mas não tinham aquele interesse de participação direta.

Como pode-se perceber pela fala dos presidentes, eles procuram dentro de suas limitações envolver os jovens em atividades de participação que para eles se dá através do envolvimento dos jovens para resolver os problemas do bairro, o que não deixa de ser uma forma de participação. No caso de PR1, ele reconhece que, infelizmente, ainda é muito pouco e que tem alguns que se destacam no meio de vários... No entanto, cita que embora no bairro dele não tenha tantos jovens interessados, o mesmo não pode se dizer de outro bairro:

Eu sempre converso muito com o presidente de lá e ele fala, conversando informalmente... ele me fala que ele se impressiona com a vontade de alguns jovens lá. (PR1)

O mesmo tipo de envolvimento/participação acontece na ótica do

PR2 ao referir-se:

Eles (os jovens) têm me ajudado algumas vezes porque também o tempo deles é muito curto, mas todas as ações que a gente faz, que procura fazer nos bairros, eles dão uma ajuda pra gente... é como eu te falei, a maioria das praças não tem uma manutenção... às vezes, o poder público dá uma manutenção...

Por outro lado encontramos na fala do PR4 um certo desânimo com relação a participação dos jovens da sua regional. Ele diz que o contato com a juventude é muito pouco:

Não sei... o meu contato com a minha juventude é muito pouco... as reuniões, quando a gente marca, de 34 presidentes só vão 12, 10... a querência deles também é pouca, mas na hora de cobrar eles querem (...) Até os jovens que eu tenho só vão porque a gente convida...

Ainda acerca da participação dos jovens na comunidade, PR5 relata que, na sua regional, há os jovens que não têm participado muito ativamente, mas há também alguns que tem participado ativamente.

Percebemos que, embora legalmente o segmento da juventude tenha uma posição de representação garantida no conselho das regionais, algumas falas deixam transparecer que as indicações são só para compor as diretorias, embora existam aquelas exceções, de regionais em que eles participam em maior ou menor número, mas participam daquilo que é admitido por PR6:

(...) O que eu fico feliz, por ser coordenador(a) lá da minha regional, é que até hoje nas reuniões que nós fizemos, houve um grande número de participação sim. Não é 100%. (...) Eu não vou dizer pra você porque se eu disser “não, eles são todos participativos”, eu estarei mentindo porque se você assume uma presidência de bairro, o presidente, muitas vezes, quando ele é envolvido e tenta participar, os outros membros já não colaboram... muitas vezes você tem que trabalhar sozinho...

Quanto à participação dos jovens nas atividades cívico políticas, PR1 reporta-se a um projeto que era desenvolvido, e, infelizmente, hoje já não o é, do qual ele gostava muito porque podia ver a participação direta dos jovens na política:

Esse projeto chama-se Deputado Mirim... ele buscava jovens na unidade de um determinado bairro ou de uma escola e eles iam para a Assembleia Legislativa, assistir a uma sessão para saber como é que era uma sessão, o que é que os deputados faziam, de que forma é que o deputado atuava, e era muito legal porque teve a participação de muitos jovens... a gente via nas entrevistas alguns jovens e acho que é bom.

PR1 relata que o projeto durou pouco tempo e não foi adiante, não se sabe se foi por falta de recurso ou se caiu naquela questão dos políticos pensarem: “não, nós vamos estar criando cobra pra morder a gente depois”... Mais ou menos dessa forma, de querer impedir que o jovem tenha acesso... Esse programa parou, mas PR1 acha que esse era um projeto que podia dar muito resultado. Ele se manifesta a esse respeito:

Nas entrevistas a gente via... tinha jovem que dizia “acho que quando eu crescer eu vou ser político, eu gostei!”... Quer dizer, estimulava alguma coisa dentro dele que fazia com que ele quisesse ser alguma coisa quando crescesse mas com a retirada desse programa, eu acho que ficou meio disperso, ficou meio solto... (PR1)

Do que pudemos interpretar quando das entrevistas com os diversos atores que compõem este trabalho, é que, na opinião da maioria, falta conscientização política para os jovens uma vez que eles consideram que os jovens são usados como massa de manobra dos políticos mais antigos e muitas vezes de certa forma até cerceados de oportunidades para interagirem mais diretamente na política. Assim encontramos na fala de PR5:

Infelizmente, no período eleitoral, o jovem participa, só pra eles serem usados pelos políticos. Depois que passa o período eleitoral, enfim... as políticas

públicas, elas não são totalmente feitas como estão nos planos, eles participam durante o processo, as conferências, municipal e estadual da juventude e os processos de governo, e depois são descartados. Seria muito importante o adolescente com 18 anos (e) já poder sair pra vereador, se pudesse estar participando de todo o processo eleitoral pra que depois nesse processo eleitoral, a pessoa, esse jovem, ele pudesse ter oportunidade de entrar numa área de vereador, numa assembleia, num congresso...

A fala desse líder comunitário tem a ver com o fato de que é muito comum no Brasil que os jovens que estão na política hoje, são, via de regra, filhos de políticos onde se tem vários exemplos: o avô é senador; o filho ou esposa, deputado; e o filho e, às vezes, o neto, vereador, etc. Na percepção de PR5:

Agora, a gente não vê assim um jovem que vem da base ali, que participou das lutas, dos movimentos, das lutas dos movimentos contra o aumento da passagem de ônibus, das regionais, das disputas de bairros, a gente não vê hoje... eu digo pela nossa capital, a gente não vê hoje.

E a forma como vem acontecendo a participação política dos jovens também é manifestada por PR6, pois, como foi referido acima, aqueles que já têm um político na família contam com uma estrutura que pessoas de classes menos favorecidas não tem, uma vez que, por sua condição, necessitam buscar mecanismos de sobrevivência.

Olha, com relação à participação dos jovens na política, hoje... eu realmente sinto falta disso, eu não vejo essa presença dos jovens na participação da política... eu acho que talvez por eles desacreditarem... muitas vezes na questão quando se refere à política. Por outro lado, é pela questão econômica, de ter que ir em busca de um trabalho, de se profissionalizar em uma ou em outra coisa e esquece esse lado que é muito importante também pra eles.

Lamentavelmente quase que de forma geral a política partidária so-

fre hoje de um descrédito no Brasil em função dos imensos escândalos envolvendo alguns políticos. Esses fatos acabam por permitir uma generalização, uma vez que a mídia dá um grande destaque, chegando a confundir a população pois nem sempre se dá o nome dos envolvidos. Acrescente-se a isto as promessas feitas e não cumpridas o que, para muitos, participar da política hoje é estar envolvido numa “teia de maracutaias” e desmandos, que atinge também aos jovens. Nesse sentido, ao perguntar a PR7 sobre como vê o interesse dos jovens em participar da política, responde:

Alguns sim e outros não (interesse em participar)... já estão mesmo “eu não vou participar nisso não”... muitos já estão desacreditados nos próprios governantes, nas mentiras, nas promessas porque é assim... não criticando o governo do PT, eu tiro o chapéu pro governo do PT, eu sou petista e não nego, mas tem muita coisa que fica a desejar...

Quanto ao envolvimento dos jovens nas *atividades culturais e de lazer*, algumas regionais contam com espaços chamados Centro de Juventude. Mesmo tendo algumas atividades, vemos na fala de PR2:

Aqui no centro tem boxe, capoeira, tudo bem. Mas eles não participam, não se envolvem.

E na fala de PR4:

E os únicos jovens que se juntam é no meio religioso, é no meio da religião. Por exemplo, na minha igreja tem reunião, todo sábado a gente tá lá. Às vezes, a gente tem retiro de jovens só voltado pra parte espiritual, ensinamento nas igrejas. Agora, no geral assim... porque a gente precisa de apoio, a união é que faz a força.

Essa não disposição em participar requer ao nosso ver um estudo mais aprofundado sobre os motivos para tamanho desinteresse percebido. São os jovens que não se interessam? São as atividades desmotivantes? O espaço é o que eles idealizam? As suas condições socioeconômicas têm al-

guma influência em, por exemplo, ter como chegar até o espaço disponível? Essas são questões que não foram o foco principal nesta pesquisa, mas a percepção que os líderes comunitários tem sobre a participação dos jovens na comunidade que representam, como podemos ver na fala de PR4:

Tem muito jovem aí até assim... de nível cultural, formação mesmo, e aqueles mais humildes mesmo que têm muito para nos trazer e têm muito pra somar conosco mas, às vezes, é assim... é a autoestima deles... eu acho que vou pra reunião, chega lá o cara vai, por exemplo agora... esse ano é o ano de eleitoral, o cara vai querer que eu vá votar em fulano... (PR4)

A questão socioeconômica parece ser um quesito a ser considerado na forma de participação dos jovens, pois muitos não dispõem em suas casas de simples equipamentos que lhe permitam por exemplo fazer um lazer saudável, sem estar em meios que muitas vezes não são os mais apropriados como cita PR4:

Muitos deles, quando dá 6 da tarde, quando chega da escola, vão pro bar porque no bar tem uma SKY (TV a cabo) e ele vai assistir o jogo do time dele, ali começa o ciclo do vício.

Constatamos pela fala dos entrevistados que não existem praticamente opções de participação em atividades culturais e de lazer, uma vez que os espaços existentes como veremos a seguir, ou estão em precárias condições ou estão mesmo fechados, ou simplesmente não existem. O que vemos são alternativas criadas pelos próprios jovens com coloca PR5:

Eu posso falar especificamente da nossa regional... na nossa comunidade, (...) lá existe um grupo de jovens e que todos os sábados eles se reúnem depois da missa. Há uma reunião deles lá, eles conversam, assistem a filmes, debates de vários assuntos... a gente tá até agora bolando um...(estatuto) existe de fato e não de direito...

Nessa linha de pensamento e observando a categoria II *Importância*

da participação dos jovens, reserva-se nessa análise um espaço para quatro subcategorias que são: os obstáculos à participação do próprio jovem; espaços e equipamentos para a participação; a inexistência desses espaços e equipamentos; e a importância da participação dos jovens para a sociedade e para a comunidade. Nesse sentido PR1 reconhece que:

A participação dos jovens, ela é muito importante. A gente sempre, nas reuniões, a gente conversa como que cada presidente tá desenvolvendo o trabalho no seu bairro, de que forma é que ele tá tentando envolver essa juventude (...). Agora assim, como eu falei mais pra trás, se fosse criado um programa desses (secretaria de juventude) seria muito importante pra gente estar tratando direto com eles porque a gente está tratando uma coisa com quem conhece do assunto mas que não morresse lá na frente...

Sobre esse assunto PR5 se manifesta dizendo que a participação dos jovens é importante pois pode-se contar com a experiência deles:

(...) aí eles dizem assim, eu participei disso, eu sei como funciona isso (...) a gente tem um exemplo muito claro, as estudantes de hoje tá uma vida toda, uma pessoa só... eu sempre falo, acredito que ali, as estudantes, hoje, tem ali uma revolução, uma mudança, envolver os jovens...

Entretanto, existem obstáculos à participação do próprio jovem. Esses obstáculos vão desde questões de relacionamento entre os próprios jovens passando pelo nível de conhecimento, descrédito na concretização das políticas além do protecionismo existente tanto a nível da legislação quanto do pagamento de subsídios, como o bolsa família, entre outros. A fala dos líderes comunitários deixa transparecer o seu entendimento sobre as formas de participação nas quais se inclui os diversos aspectos como trabalho, estudo, lazer e outros. Analisando a fala de PR1 obtêm-se um entendimento de que na sua opinião, parece não interessar aos políticos que o jovem evolua. Vejamos o que ele diz:

Eu acho que até os próprios políticos! Antigamente, eu via sempre o pessoal falar que o político que tá hoje na política exercendo um mandato, é assim... quanto menos inteligente eu sou, pra ele é melhor; quanto menos conhecimento eu tentar buscar, pra ele é melhor porque ele vai tá sempre se mantendo ali naquele cargo, não ter ninguém pra tá disputando com ele ali... essas pessoas que procuram se esclarecer menos, buscar menos conhecimento pra eles (políticos) isso é um prato cheio.

Por outro lado, PR1 faz outra abordagem referindo-se ao descrédito que os jovens têm hoje pelos políticos quando aborda:

Eu acho que... não sei se é pela própria má vontade dos jovens de não querer participar ou por um impedimento dos adultos ou porque na nossa própria política... hoje, ela tá um pouco desacreditada e a gente vê muita gente falando que os políticos só roubam, só fazem falcaturia... agora mesmo eu estava lendo uma matéria no site que o prefeito lá do município de (...) dizendo que ele participou de desvio de licitação...

Na concepção de PR1 o fato do jovem não participar e não se envolver em atividades o deixa muito ocioso e a mercê de novas ideias que nem sempre são boas, levando-o a ter amizades com pessoas que não são de bom caráter, pessoas que só promovem desordem, pessoas que só pensam em coisas erradas e aí, nesse tempo ocioso dele, ele vai ter esses vários tipos de influência correndo um sério risco de se perder para o mundo das drogas e da marginalização. Ele faz referência às normas e às leis criadas pelo governo federal com o intuito de proteger crianças, jovens e adolescentes como é o caso do programa de erradicação do trabalho infantil, onde sua aplicabilidade nem sempre é muito coerente pois muitas vezes leva a interpretações equivocadas entre o que é exploração do trabalho infantil e o simples fato do filho poder ajudar seus pais nos afazeres domésticos. Para PR1:

(...) eu não sei se eu acho isso certo, eu tenho uma outra opinião sobre isso... para a formação do caráter do jovem, eu acho que se ele fosse criado como eu

fui criado, trabalhando e também curtindo a minha juventude e hoje, graças a Deus, eu posso dizer que eu sou um cidadão de bem, eu acho que nós não teríamos tantos jovens hoje perdidos no mundo da criminalidade, da droga e da marginalização.

Veremos, a seguir, que a fala de PR4 tem concordância com PR3, que vai mais além e faz referência ao programa bolsa família, um programa instituído pelo governo federal para garantir a presença da criança/adolescente na escola e minimizar a questão do trabalho infantil, quando afirma:

É complicado (a lei do trabalho infantil) ... então, finda, chega a um certo ponto em que o estado entra e, muitas vezes, o estado não cumpre as leis, aplica as leis, mas não faz a contrapartida. (...) Pois é... o que é que a prefeitura nos dá? A gente antigamente trabalhava com plano de gestão participativa, que é o PGP... nesse, a gente escolhia cursos profissionalizantes pra ver se sai do bolsa família... o bolsa família é bom, eu gosto, mas pra mim é atestado de pobreza! (...). Por quê? Porque você tem uma série de regras porque a gente já cumpria isso... os nossos pais, pra gente poder estudar... então, não precisa o governo tá pagando...

Quanto aos obstáculos à participação dos jovens, eles parecem ser maiores do que a viabilidade para a participação de uma parcela deles, haja vista que para a maioria dos entrevistados as dificuldades se sobrepõem as possibilidades por falta, muitas vezes, de não terem como se deslocar, aliado à falta de segurança como ouvimos na fala de PR3:

Tem algumas atividades e só quem não participa são aqueles mais dos arredores porque não tem um maior incentivo, tipo um transporte, por exemplo, todo esse povo são famílias pobres e, às vezes, eles até gostam de participar, mas com essa violência grande que está acontecendo, é lógico que a mãe e o pai não vai liberar o menino lá do Montanhês pra jogar bola lá no São Francisco...

Um outro obstáculo exposto para a dificuldade do envolvimento do

jovem é que via de regra as atividades que ainda possibilitam a participação dos jovens são aquelas na maioria realizadas pela e no espaço da escola. Ocorre que a política educacional do Estado limita a idade dos estudantes para matrícula na qual a prioridade para a frequência à escola durante o turno do dia é daqueles que tem até 14 anos. Com isso, os que tem idade superior a esta, são obrigados a frequentar a escola no turno da noite o que, diante da alto índice de insegurança e violência existente hoje na cidade, inviabiliza muitas possibilidades dos jovens na faixa etária superior a 15 anos. Referindo-se aos jovens dessa faixa etária, PR3 respondendo a indagação da investigadora sobre a participação dos jovens da comunidade onde se insere a regional que preside, é enfático em dizer:

Nada, praticamente nada! Hoje também tem uma lei que tem uma certa idade que o menino não pode mais estudar de dia...Aí, precisa estudar à noite e isso, os que estão atrasados até gostariam de terminar, mas esse tipo de coisa também não tem caminho porque eles não podem mais estudar de dia. Aí, começa a estudar de noite, começa a se envolver com o que não deve, tem mais coisas erradas à noite, que acontecem mais à noite...

Na análise das entrevistas relativa à subcategoria *Espaços e equipamentos para a participação*, encontramos na maioria das falas a preocupação dos líderes comunitários relativo aos espaços e equipamentos culturais de lazer existentes na comunidade que são primordiais para a participação da juventude. A esse respeito, refere-se que é possível exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço. Sobre esse assunto cabe esclarecer que os equipamentos a que nos referimos são aqueles que possibilitam a animação sócio-cultural e que para Marcellino (2002) são divididos em equipamentos específicos, que são os teatros, museus, ginásios e assemelhados, e os equipamentos não específicos que são as escolas, as ruas, bares, associações, grêmios estudantis, entre outros.

Os espaços a seguir referidos são espaços que estejam ou deveriam estar à disposição de toda a comunidade, incluindo a juventude, com atividades que dê a eles oportunidade de participação sejam em atividades cívico-políticas, culturais, de esporte e lazer. Evidentemente que as regionais

abrangem a cidade como um todo e que contam naturalmente com um teatro público de quinhentos lugares e outros dois de menor porte que são gerenciados pelo poder público em cujos espaços são realizadas todas as atividades culturais, mas não se tem conhecimento da oferta de qualquer atividade coletiva de forma gratuita para a comunidade menos favorecida. Estes espaços são localizados na região central da cidade. Na região mais periférica existe um único espaço que é chamado de Teatro Barracão, de estrutura simples, mas que esse sim, é disponível para a comunidade daquela região. Quando perguntamos aos presidentes das regionais sobre a existência de espaços que possam favorecer a participação dos jovens em suas comunidades obtivemos respostas como: “Cinema? Não existe! Teatro? também não!” Sem contar com esses três referidos acima, não existe em nenhuma das regionais.

Apenas para se ter uma ideia, uma determinada regional até conta com alguns espaços e equipamentos mas, infelizmente por diversos motivos não são utilizados como faz referência PR1:

É tomada mais por marginais do que pela própria comunidade, que é um lugar meio isolado... nós temos uma quadra de futebol no bairro (...) mas não como praça... temos poucas... eu acho que se tivesse uma preocupação maior por partes dos políticos, dos nossos governantes, pra tentar pra esse lado aí... eu sei que é difícil conseguir recurso, mas tentar implantar esses projetos de praças, de tentar colocar áreas de lazer... eu acho que seria muito importante para o desenvolvimento social dos jovens.

Na nossa regional nós não temos, só temos mesmo aqui na biblioteca. Eu até gostaria que tivesse... temos *Lan House* mas *Lan House*... é particular e se o jovem quiser acessar vai ter que pagar... seria interessante... nós temos um Centro de Referência, que fica entre a regional 1 e a regional 7, fica mesmo no meio... Ele andou funcionando um tempo como espaço público, oferecendo internet para os jovens, mas também acabou...

Sendo conhecedora da existência de determinado espaço considera-

do de grande porte localizado naquela regional, a investigadora questionou ao PR1 sobre a sua existência e utilização. Ele assim se manifestou:

Aquilo ali causou muito foi problema porque em vez do espaço ser tomado pela comunidade, hoje, ele se encontra abandonado... você vai lá a noite e você vê só escuridão... há uma escola que funciona próximo e os alunos nem frequentam aquele espaço porque é abandonado e usado só pelo pessoal que usa droga. A gente não via, quando foi inaugurado, a gente pensava que ia ser uma coisa legal... no meu pensamento, era mais ou menos assim: porque que é que o pessoal da própria secretaria de esporte não tentava fazer um trabalho individual com cada bairro? (...) parecido com o centro da juventude era esse complexo desportivo, que é essa área esportiva lá da arena mas, hoje, ela tá totalmente abandonada... eu acho que essas coisas contribuem pra que aconteça muita violência... aquele bairro ali...

No depoimento de PR2 é citado que na sua regional:

Tem mais igreja, que ao modo deles e para os jovens que as frequentam são oferecidas algumas atividades, tem grupos de capoeira, funciona arte, funciona cultura e funciona a parte do esporte, no sentido de nós fazermos reuniões mas funciona, mais especificamente, a arte e a cultura.

E complementa a sua fala dizendo:

Na regional (...), eu acho que é a regional que tem mais quadras de areia. Na regional onde eu moro, na Morada do Sol, Tropical e São Francisco tem três quadras mas aí, ela fica que meio abandonada porque não tem uma pessoa, um gerenciamento...

Na comunidade representada por PR1, ele referencia que:

Tem cursos que são oferecidos pra comunidade, para os jovens, tem aulas de violão, tem aulas de capoeira

tem atividades do PELC (Programa Esporte e Lazer na Cidade) lá no Centro de Cultura, que é a parte de ginástica pra idosos e tem a parte recreativa com os jovens e tem também aula de dança, que eles também oferecem pelo PELC.

Na comunidade representada por PR3, segundo o que disse,

Lá na minha regional, por exemplo, a gente tem o Centro de Juventude lá do São Francisco que tem atividades, tem capoeira, futebol, tem tudo isso, ou seja, paralelo, se o jovem quiser realmente tem grupo de dança, muitas coisas... esse negócio de capoeira, tem jogo não sei de quê...mas a minha regional é bem assistida de escolas e postos de saúde.

E percebe-se pela fala dos entrevistados que a tônica do abandono predomina para além da existência ou não de espaços que promovam a participação dos jovens, como podemos ver na fala de PR3:

O centro que funciona, é... porque tem um centro dentro do bairro Montanhês mas está totalmente abandonado. A única coisa que rola lá dentro é um futebol, de vez em quando, daquele futebol que eles jogam na quadrinha de areia... não tem uma coisa ativa... teve uma época, eu não sei se foi no primeiro ano do governo do A que teve muito isso, muita participação dessas atividades dos Centros da Juventude, com as atividades das secretarias de esporte ajudando mesmo, indo pra lá, fazendo esses trabalhos.

No mesmo sentido PR4, presidente de uma regional composta por 34 bairros e uma população de aproximadamente 60.000 pessoas, faz a seguinte referência:

Hoje, no meu bairro, tem o Horto Florestal. No Santa Quitéria tem 1.200 pessoas, tem o Horto Florestal e algumas igrejas que tem área de lazer aos sábados, vão pro parque, vão pro retiro, tem o trabalho das igrejas... praças nós não temos... então, é assim... ou

é o *vídeo game*, ou é a internet, ou é a televisão por assinatura. Tem o parque do Tucumã, tem o Manoel Julião que tem praça, mas é sucateada, tem o Ruy Lino, tem o Universitário... não sei se lá tem, já cheguei a jogar bola lá... tem aqui na Isaura Parente que tá abandonado... a área do Araújo, da Isaura Parente, aquele bairro também faz parte da minha regional, a Nova Estação... (...) aí vai pro Horto, o Horto tinha um campo e agora não tem mais... às vezes vão só os adultos... então, o Horto Florestal ficou uma área mais pra culto... então, nós temos áreas que precisam ser mexida, mas não podem fazer.

Quanto aos espaços existentes na comunidade, representada por PR5, ele não soube precisar, haja vista que é uma comunidade muito grande, composta por 34 bairros:

Na nossa regional eu não teria como te dizer, a gente não tem esse diagnóstico. Até fazer esse diagnóstico... especificamente eu não sei quantas praças de esporte tem...a nossa comunidade o bairro (...) a gente tem uma pracinha... fruto da nossa reivindicação, que foi inaugurada em 2007.

A gente tem muitos espaços de lazer na nossa regional onde, infelizmente, as pessoas que... os traficantes, eles passam ali... os pais de família, os pais e as mães não vão mais com o espaço, justamente com medo de levar seus filhos e as pesquisa... a própria secretaria de juventude já pegou e já fez essa demanda dessas políticas, é esperar que essas políticas públicas realmente sejam cumpridas. (...) É um retrocesso... ali na baixada tem outra situação, a questão do campo da SEMSUR. Ali existia um campo, não sei se a senhora lembra... (...) Acabaram com ele também... aí, eu me fico perguntando... a baixada não tem mais opção de lazer...

Ainda assim, PR5 reclama do poder municipal por não proceder a limpeza e manutenção e cita que, mesmo pedindo para consertar as praças, as quadras e os bancos quebrados, eles mesmos tem que fazer pois o poder público não atende:

A gente tem que estar pedindo... tem que ter uma pessoa pra ver aquela praça porque ela tá feia. É a praça ou a praça de lazer... se ela tiver o mato alto ela parece velha mas vai lá, tira o mato e pinta e parece que a praça foi inaugurada naquele dia. A nossa é assim, todas assim! E custava a prefeitura colocar uma pessoa ali? “Olha lá tá quebrado o negócio, vamos arrumar, vamos passar um verniz...”

Com referência à regional representada por PR6, que é uma das regionais mais populosas da cidade, é relatado pelo presidente que:

De desporto, tem somente a do bairro (...), que é uma quadra pequena, é uma praça onde está localizada uma quadra pequena que, com certeza, não dá pra atender toda regional... ademais, quando eles utilizam, vamos supor, um campo, alguma coisa porque, na realidade, o que eu vejo é que, apesar de estar sendo feito um trabalho, existe aquela necessidade de investimento maior de projetos com relação a essa ocupação dos jovens... o único local que trabalha com isso é o teatro Barracão mas não é só teatro lá... é ocupado por jovens que desenvolvem algum tipo de projeto, mas dizer que na regional tem um cinema, tem um teatro... você não houve falar nessa divulgação... “lá, no teatro Barracão vai ser apresentado um determinado tipo de teatro” - você não ouve.

PR6 relata que um fato que ocorreu há pouco tempo atrás, que deixou aquela comunidade muito triste pela questão de estarem diminuindo as áreas de lazer na regional foi a desativação de um Centro de Juventude para dar lugar à instalação de um órgão federal. Eles reconhecem que, de certa forma, a criação do órgão é positivo... mas o espaço era ocupado pela juventude... Vale lembrar que a justificativa dada pelos governantes foi de que o espaço era muito violento, muito perigoso e utilizado por coisas que não deveriam ser feitas...

Tem casos de drogas, essas coisas assim e outras coisas mais e, na minha opinião, aquele espaço ali não seria a única solução construir. Acabou porque é um local violento... vamos construir uma escola...

no caso é uma faculdade e eu sei que é necessário porque você sabe que a UFAC é bastante... existe essa competição pra entrar pra ali... Isso... falando na questão do espaço, no caso concreto, eu não tive nenhum diagnóstico que eles me mostrassem... mostraram nenhum diagnóstico em concreto... foram só umas palavras... Por isso que eu disse que o espaço poderia ter sido usado pra isso... era esse local (a biblioteca)... se tivesse tido um maior investimento lá, com certeza se desenvolvia esse tipo de lazer pra comunidade. (PR6)

É bastante preocupante tudo que foi ouvido dos presidentes de regionais pois na maioria existe o depoimento do uso de droga ilícitas, como se observa a seguir na fala de PR7:

Aqui, os jovens tá precisando muito de uma área de lazer, pra poder praticar algum tipo de esporte porque aqui só existe mesmo bocada e droga e prostituição, é o que tá existindo... tem uma área aqui que tá quase pronta pra ser inaugurada, que é a praça da juventude mas, até lá, é onde vai ser a área de lazer e até lá você só vê jovens se prostituindo, usando droga, vendendo droga, brigando, é assim... Eu acho que ali (Arena da floresta), o que precisa mais é segurança porque muitos jovens não vai, os próprios pais não permitem que vá por conta de assaltos, brigas entre gangues... ali tem várias coisas que poderiam ser mais aproveitadas, mas devido à marginalização e tudo e à falta de segurança.

A análise da *categoria importância da participação dos jovens* remete-se à subcategoria: *importância tem para a sociedade e para a comunidade* a participação dos jovens. Não tem sido tarefa fácil ver o jovem ser considerado como interlocutor significativo e ocupando espaços de participação na formulação de políticas, como refere Abramo (1997) quando diz que os jovens são categorizados como de problemas sociais. Isto posto, passamos a análise da visão que os líderes comunitários têm sobre a importância que tem para a sociedade e para a comunidade a participação dos jovens. Na visão de PR1:

Sim, sim, sim. Se o jovem procurasse uma oportunidade de participar mais, ele seria uma peça muito importante... (...) que viesse reivindicar com a gente porque eles iriam estar se mostrando interessados e futuramente iriam ser algum representante da comunidade... (...) porque o jovem tem a mente aberta, tem a cabeça com novos pensamentos e eu acho que novas ideias seriam muito importantes para o bom desenvolvimento de uma comunidade. Eu acho que se o jovem procurasse, realmente, se interessar mais pelos problemas, não só na sua comunidade mas da sua cidade, eu acho que nós teríamos uma cidade bem melhor para se viver, que a participação dele seria essencial no desenvolvimento da nossa política. Eu já fui jovem... (PR1)

Esse mesmo entendimento é demonstrado no depoimento de PR2 :

Eu acho que é de uma importância muito grande porque o jovem é a base de tudo... daqui a 10, 5, 6 anos, ele é que vai ser o futuro da nossa cidade, do estado, do Brasil... então, eu acho, começa a partir do jovem, a mudar a história da nossa comunidade, do nosso bairro, da escola e do nosso estado... acho que é de fundamental importância que o jovem participe, que se envolva, que façam projetos, que façam atividades socioculturais, desportivas... (PR2)

Durante a realização da recolha destes dados por ocasião das entrevistas foi bastante comum ouvir dos atores envolvidos que eles veem que, até de certa forma, existem espaços para a participação, mas há também percebem a necessidade de apoio da gestão pública de diversas formas. Isto pode ser percebido na fala de PR2:

É de fundamental importância que também tenham pessoas que possam estar acompanhando esses jovens, instruindo... por exemplo, na parte de cultura, ter uma pessoa do poder público pra que possa estar fazendo teatro, na área esportiva possa ter um acadêmico de educação física pra estar acompanhando esses jovens... (PR2)

Para PR3, a importância é muito grande embora tenha alguns bairros que não tem nem como eles participarem porque tem poucas coisas pra eles fazerem. E faz a seguinte manifestação:

Eu proporia uma marcha pra juventude! (...) porque a juventude é a salvação do nosso mundo... de criança vira jovem! Se a gente não fizer uma coisa agora, já, aonde vamos chegar? (PR3)

Para outro líder comunitário PR4, essa importância poderia ser reconhecida dando ao jovem oportunidade de ter responsabilidade com a comunidade, onde ele seria responsável por cuidar de determinados aspectos ficando incumbido de repassar as demandas ao presidente, como refere:

Ele vai olhar a iluminação pública, ele vai olhar os esgotos que estão entupidos e vai passar pro presidente. Aí, ele, "lá na rua tal não tem água, o poste em frente a casa de n° tal não tem iluminação", (...) eu coloquei, na minha diretoria, jovens com formação e sem formação, mas pra quê? Porque através deles, do convívio com eles... no meio ali, pra quando tiver uma reunião saber... eles são meus olheiros, esses jovens. (PR4)

A análise que fazemos da fala de PR5, a seguir transcrita, é que no entendimento dele, se os jovens tivessem oportunidade de participação muita coisa mudaria em suas vidas:

Sem dúvidas! Tem até aquele ditado que a juventude é o futuro de amanhã. Aí, eu sempre me pergunto, quando eu vou ou então conversando em reuniões ou até na igreja... tem esse ditado que a juventude é o futuro de amanhã, mas que futuro? Porque a gente vê hoje tanto jovens... até nas unidades de internação, nas UIP, que não é mais pousada, é UIP, a gente vê os meninos lá todos internados, a vida se acabando...

A categoria *análise das entrevistas* trata da visão dos presidentes das regionais sobre as políticas de juventude, trazendo como subcategorias *a visão dos líderes sobre a participação dos jovens* e *a visão que os líderes têm*

sobre a concretização das políticas. Em relação à juventude, foram registrados a partir de 2005, com a criação do Conselho Nacional de Juventude, vários avanços entre os quais se inclui elaboração da política nacional de juventude, fruto de grande debate que envolveu mais de 400 mil jovens em todo o País através da realização das conferências municipais, estaduais e nacional. A política que tem entre outros objetivos o de garantir os direitos sociais e outros direitos para a juventude brasileira, está posta. Entretanto, importa saber como está sendo a participação dos jovens relativamente nestas políticas? Indagamos aos líderes comunitários e obtivemos de PR5 a seguinte resposta:

Hoje os jovens tem que lutar pelos seus direitos e o governo tem que investir em políticas públicas e boas políticas públicas pra tirar esses jovens dos vícios, tirar esses jovens dessas situações e hoje, não só na nossa regional, mas em toda Rio Branco, no nosso estado, no nosso país, infelizmente, existe muito isso e esses jovens estão muito “a ver navios”, muitos jovens estão sem perspectiva.

Já a fala de PR3 deixa transparecer que eles, líderes comunitários, deveriam exercer um papel de incentivadores da participação. Ele faz uma alusão ao fato de que quando os jovens são convidados a fazer algo é perceptível a sua alegria em ter sido convidado. Pois:

De participação política, eles têm uma oportunidade muito boa. Agora, eu acho que tá faltando é exatamente esse incentivo de cada líder no seu bairro porque a maioria deles, quando são chamados, eles atendem, mas é claro que não são todos... tem aqueles menos favorecidos, tem os do lado errado que você não tira da noite pro dia desse tipo de coisa, mas tem muitos que você convida pra participar em alguma coisa e eles topam, eles vão lá. Eu acho que ainda tem pouco incentivo, ainda tem que melhorar muito... que amplie, que não esteja numa regional apenas um ou dois fazendo isso, que tenha dez!.

Na opinião de PR6:

Pra melhorar o atendimento da juventude, eu acho que deveria ter mais investimento, levar em maior consideração as opiniões, no caso dessa juventude com relação... não de chegar lá e dizer assim “não, eu acho que deve ser assim!” - não é isso. Mas procurar envolver... da participação deles, uma proximidade, não mais ampla, mas que seja mais próxima à participação dos jovens, contando com relação à administração, investimento de projetos que os levem a participar mais... (PR6)

A política de juventude brasileira está bem elaborada, contando, sim, com a participação significativa de todos os segmentos jovens e representantes da sociedade. Mas, e a concretização dessa política? Entendemos que os líderes comunitários, aqueles que estão na ponta lidando com as situações na comunidade, podem ter uma visão sobre o que de fato está sendo cumprido daquele extenso documento. Assim, analisando a fala de PR1 identificamos que ele diz:

Eu acho que infelizmente fica no papel porque a gente tem notado, infelizmente, que o desenvolvimento de políticas públicas voltado para os jovens, a gente vê um pouco morta... (...) Eu vou ser sincero com a senhora... nos nossos bairros da juventude, da nossa regional, a gente pouco vê trabalhos feitos pra juventude através desses órgãos que são de competência. Na minha opinião, a gente vê pouco isso. (PR1)

É provável que a expectativa tenha sido grande pois quem assistiu a trajetória e a movimentação em torno da elaboração dessa atual política, certamente esperava muito mais. Na sequência da análise da fala de PR1, ele cita algumas atividades que são realizadas na sua regional, cujas atividades são programas estabelecidos pelo governo federal em atendimento às demandas colocadas na pauta de reivindicações. Ele revela:

Na nossa regional, nós temos esse rapaz que desenvolve esse trabalho com os jovens que é na parte de capoeira. Já na parte esportiva, que quem mexe mais com isso sou eu, a gente também apresenta projetos... Esse é um projeto da Secretaria Municipal... aliás, ele

é um projeto da FMCGB, Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil, através do PELC, que é um programa do governo federal, que é um Programa de Esporte e Lazer na Comunidade. Com os esforços da gente, a gente consegue fazer alguma coisa, mas a gente apresenta projetos lá na FMCGB, apresenta projetos pra lei municipal, o incentivo da cultura e do esporte...

Certamente, a descontinuidade na execução de programas e projetos contribui em muito para o descrédito apontado pelos participantes do contexto pois muitos programas são lançados, desenvolvidos por um tempo e, na maioria das vezes, sem nenhuma explicação param de existir. Isso é perceptível na manifestação de PR1:

Tinha o Comunidade Ativa, era uma espécie de projeto... você não era ajudado, não financeiramente, mas sim com o material. Você fazia o projeto, cada representante de comunidade fazia o projeto pra desenvolver atividade social dentro do seu bairro e aí eles ajudavam. Se fazia um projeto pra fazer aulas de capoeira, eles ajudavam com o material...

Outro projeto que tinha uma abrangência social alargada era o projeto “Pintando a Liberdade” que se constituía de confecção de material esportivo, bolas, etc., pelos detentos do presídio local. Os detentos recebiam um percentual da produção que era repassado às suas famílias e o material confeccionado era doado para escolas, associações e lideranças comunitárias. Entretanto, esse projeto foi desativado como refere PR1:

(...) eles davam bola, davam material de premiação, ajudavam e até no penúltimo ano do governo B, ele ainda funcionou. Aí, do último ano pra frente ele não funcionou mais, não chamaram mais a gente pra conversar e agora, já no primeiro ano do TV, também não chamaram mais a gente pra conversar... Não sei se houve algum problema com o pessoal lá do presídio, que era quem fazia as bolas através do Programa Pintando a Liberdade, eu não sei se houve algum problema nesse meio aí pra que esse programa

venha a ser desativado, mas era uma coisa muito importante que foi desativada.

O sentimento demonstrado por PR2 é de que se o poder público fosse mais atuante também, seria fundamental porque o poder público tem os mecanismos pra que seja feito a concretização dos poíticos:

(...) É uma boa ideia, eu sempre tenho falado isso... com relação a palestra, que possa tá conscientizando... cursos que envolva os jovens e que seja uma coisa dinâmica porque você sabe que tem jovem que, se não tiver uma dinamização, uma palestra, ele vai assistir uns 10-15 minutos e vai embora... Eu tiro pelo curso que a gente faz. Nós temos o PELC, que é um programa também, de desporto e lazer na cidade, que trabalha com crianças e adolescentes, é um programa que envolve crianças... (PR2)

Na verdade, pode-se constatar que existem ações nas diversas regionais. Essas ações diferem de regional para regional, mas alguma coisa demandada pelos órgãos governamentais:

Existe curso profissionalizante. Inclusive, agora, nessa semana, a gente está terminando de fazer o cadastro de algumas pessoas da minha regional pra fazerem o curso de computação. (PR3)

Eles até dão um incentivo muito bom (Projovem), eles dão fardamento, material didático, dão lanche, vale transporte, ou seja, tá tudo ali, é só você chegar... (PR4)

No entanto, observa-se que a oferta é incipiente, como podemos verificar na fala do PR5:

(...) Existem muitas políticas públicas para o jovem, só que parece que essas políticas não têm surtido efeito e, infelizmente, a gente tá vendo aí muitos adolescentes, (...) muitos jovens estão aí envolvidos

com drogas, na prostituição... eu vi muito isso no conselho e, especificamente, a nossa regional, a gente tem muitos espaços públicos, mas estão ociosos. Parece que a política pública está sendo levada pra juventude, parece que essa política não tá surtindo efeito porque a gente vê muitas políticas mas, por exemplo, a gente não vê os jovens...eu acho que tá faltando mobilização.

Na entrevista com outro líder comunitário, PR7, deduzimos que são oferecidas atividades demandadas na tentativa de por em prática os objetivos da política de juventude. No entanto, a simples oferta de um curso profissionalizante por exemplo não é de todo atrativo para os jovens, uma vez que na maioria não vislumbra como por em prática aquele curso. Não há, por exemplo, o passo seguinte no sentido de ajudar a por no mercado de trabalho aquele jovem que foi capacitado. Não há uma política de emprego como refere o líder comunitário PR3: “onde você vai realizar aquilo tudo que você aprendeu? E demora pra se realizar, demora muito.”

É provável que essa questão do pós-curso, ou seja, não conseguir trabalhar “justifique” o desinteresse dos jovens em participar dos cursos, relatado pelo líder comunitário PR7:

Na minha opinião, muito pouco (ação dos governantes)... a não ser esses cursos, essas coisas assim, é muito pouco...É verdade... tem muito incentivo, mas eu não sei porque é que isso acontece assim... agora mesmo, tem vaga de cursos pra mestre de obras, panificação, horta orgânica e falta esses jovens pra preencher essas vagas, essas pessoas pra preencher essas vagas...

Esses mesmos cursos profissionalizantes, que hoje se tornaram o carro chefe na execução da política de juventude, tem sido disseminado para a comunidade como um todo, como faz referência PR6:

Pra regional foram oferecidos bastantes cursos profissionalizantes e também nós estamos aguardando uma outra demanda de cursos que já foram feitos levantamentos...

Embora aqui no presente caso esteja se tratando da concretização das políticas de juventude pelo poder público, consideramos por bem registrar que as lideranças comunitárias nem sempre ficam no aguardo da demanda governamental. Registramos também, a iniciativa de um dos líderes comunitários por entendermos ser relevante para o envolvimento da comunidade:

Eu desenvolvo um projeto não só pra nossa regional, mas pra todas. Tem gente que se estão acomodando muito... o nosso projeto o nome é Cinema na Comunidade, é um projeto a nível nacional e veio pela nossa confederação, a CONAM, que é a Confederação Nacional das Associações de Moradores, vem toda a estrutura de cinema. Aí, tem bairros que pedem... “até tal dia, arranja o local e o espaço que eu vou lá monto o data show e passa o filme”, é o cinema de rua, é uma coisa bem interessante, que a gente tá desenvolvendo. (PR5)

O que se percebe na fala dos entrevistados, no tocante à concretização das políticas, é um sentimento de desilusão pela forma como estão sendo tratados os projetos e pela descontinuidade das ações, como demonstra a fala de PR1:

(...) Que tivesse continuidade... não ia adiantar a gente tentar fazer... a gente chama, dentro do nosso meio a gente chama de uma visibilidade política, só um destaque... o prefeito faz aquilo, lança aquele programa, faz aquela mídia todinha e aí vai pra televisão, o pessoal vê e aí acende aquela vontade de novo, de estar querendo fazer alguma coisa e aí, de uns dias pra frente, morre de novo... a gente vai atrás, não tem mais... seria muito importante se a prefeitura, através da coordenadoria da juventude fizesse esse tipo de ação mas que tivesse continuidade...

Esta é a mesma concepção de líder comunitário PR3 quando manifesta:

Não tem continuidade... eles até... é muito bom porque eles se auxiliam muito, eles vão se

entendendo, vão começando a crescer e vão querendo sempre mais. Mas, às vezes, também não tem muita oportunidade. Você tá vendo agora... hoje está-se fechando uma planilha de um curso com trinta vagas pra panificação, para uma regional com 34 bairros. Se eu colocasse uma pessoa por vaga ainda ficariam quatro bairros sem participação...

Diante das manifestações, questionamos: o que, na sua opinião, poderia ser feito para que houvesse de fato uma melhor concretização dessas políticas? O líder comunitário PR3 faz a seguinte referência:

A gente já melhorou muito, já avançou muito, eu concordo e eu sei reconhecer as coisas mas a gente ainda precisa muito de melhorar cada vez mais, precisa melhorar essas políticas...eu acho que, em primeiro lugar, continuar com o incentivo ao esporte e lazer. Quando eu falo esporte, tem vários tipos de esporte... isso inclui a dança, estar mais presente, mudança na legislação e políticas que saiam do papel porque a gente tem muitas políticas públicas aí que só funciona no projetinho lá. Na realidade não funciona não. Temos isso também.

Um detalhe a ser referido é que é concedida uma bolsa auxílio a todos que participam desses cursos profissionalizantes. Então, na nossa interpretação, a fala a seguir, do líder comunitário PR3, vai no sentido de que não basta oferecer o curso, tem que ir mais além:

Pelo resgate da vida porque as pessoas que vão lá, a maioria das pessoas que vão lá fazer esse trabalho vão através do projeto e quando termina aquele projeto, que acabou o dinheirinho que tá indo pro bolso da pessoa, a pessoa até se esquece daquilo!

A última categoria de análise de conteúdo realizada a partir das entrevistas com os presidentes das regionais de bairros tem como título Categoria IV: *Expectativas de participação*. Inseridas nesta categoria encontram-se duas subcategorias designadamente *influência da família no nível de participação dos jovens e papel da escola nos níveis de participação*. A primeira

subcategoria remete para a representação que a família tem no nível de participação dos jovens, como explica PR1:

Eu acho que a base familiar é tudo. Eu acho que, penso assim... se você tem uma boa convivência na família, se você tem pais que sempre procuraram estar no caminho certo, de fazer as coisas corretas e que vai passar essas coisas pra você, aí você cresce ali... eu posso até falar de mim... meus pais, embora tenham pouca escolaridade mas foram pessoas que procuraram sempre seguir um caminho correto... graças a Deus, ... eu não sei o que é que é uma porta de delegacia...

Entende-se aqui que o exemplo dos pais funcionam como motivadores para boas práticas, para motivação em participar, se inserir no contexto pois no entendimento de PR1, uma coisa puxa a outra, porque se você tem uma família violenta, uma família que tem drogados, a possibilidade de sentir-se desestabilizado é bem maior. Ele continua sua fala dizendo:

(...) Um exemplo... quando você chega da aula, doido pra falar com seu pai e com sua mãe que tem alguma coisa pra resolver da escola, uma coisa mais difícil que você não está entendendo e você não tem oportunidade, eles não dão essa oportunidade pra gente, aí você fica ali pelos cantos e ninguém tá te vendo, você vai buscar consolo fora, você vai buscar solução fora...

A esse respeito, o líder comunitário PR2 concorda e usa as mesmas palavra de PR1 dizendo que:

A família é a base de tudo. Às vezes, também tem aquelas pessoas que não têm aquele direcionamento, tem famílias que... eu cito sempre minha comunidade porque antes desse meu trabalho atual, eu trabalhei na Assistência Social. Trabalhei 4 anos com crianças e adolescentes em situação de rua. Eu vi, diariamente, aquelas crianças no meio da rua... a gente levava eles para um abrigo, tinha todo um processo psicológico, pedagógico e no outro dia eles iam pra casa... aí,

estavam na rua de novo. Então, acho que a família é a base de tudo. Se você não tem um pai, uma mãe que dê aquele direcionamento dentro da tua casa, é meio que complicado... (PR2)

A fala de PR3, referindo-se a importância da família no nível de participação dos jovens, vai no sentido de que essa falta de oportunidade se dá em função de que há muito descontrole familiar, muito frequente hoje. PR3 se manifesta vinculando o pouco nível de participação na resolução dos problemas com o que ocorreu na educação familiar:

Aquela criação mesmo de berço, que hoje não temos mais... nós não tem mais crianças obedecendo pai e mãe, infelizmente... então isso chama, pro pessoal da sociedade, de “deseestrutura familiar”. Eu chamo “falta de peia” mesmo, que eu ainda sou da época que mãe botava o menino de castigo e ele tinha que ficar! Na minha época funcionou assim! Não era nem doida de dizer que não ia fazer, bastava um simples olhar e eu já fazia tudo o que tinha pra fazer! Hoje não, hoje você tá conversando com uma pessoa e o menino diz “tá mentido mamãe e vovó”... antigamente, se você passasse entre os dois, era suficiente pra quando a pessoa saísse pra você pegar uma bela de uma surra!

Na opinião de PR4, a vontade e a motivação em participar está ligada à base familiar que o jovem tem. Para ele tudo parte do princípio, da formação do pai, mãe, irmão. Ele diz que:

Quando eles têm a oportunidade, eles querem brigar por esse ideal e aí, muitas vezes, são frustrados porque não conseguem... por causa de quem? Da consequência familiar, a base familiar deles... então, por exemplo, a maioria hoje, do que a gente vê é filhos com pais e mães separados (...) como é que eu vou jogar uma criança... que chega dentro de casa com fome, o pai e mãe estão discutindo por comida; de outras vezes, o pai chega embriagado porque a diferença do homem e da mulher, o homem... discute, entra aqui e sai aqui... a mulher não, ela entra aqui e vem pra cá... (coração).

Para o líder comunitário PR5, uma coisa que influencia muito é a questão dos laços rompidos. Hoje em dia muitos pais se separam e o filho fica ali “a ver navios”... o filho vai passar o final de semana ou com o pai ou com a mãe... Então, o filho tem dois tipos de educação, tem o tratamento de uma família e o tratamento na outra... Esse comportamento segundo PR5, influencia muito na cabeça do adolescente, do jovem. Para ele, se os genitores, o pai e a mãe, tiverem orientando, eles vão seguir o caminho certo. Ele faz a seguinte manifestação:

Isso influi muito, esses laços rompidos da família, isso influi muito na vida desse jovem, desse adolescente e no crescimento dele, isso influi muito. Precisaríamos em primeiro lugar, como dizia minha mãe, a educação vem de casa. Infelizmente, precisa de orientação... a própria família... nesse momento a família seria o importante e dizer pro seu filho, orientar, “olha, vocês são jovens, ainda tem um futuro enorme pela frente, nós já passamos por isso, vocês têm que participar de todos os processos e vocês entram no processo de juventude e é pra vocês mesmos e se vocês não participarem...”, quem perde é o próprio jovem, o jovem adolescente é quem perde ao não participar desse processo tão bonito.

É praticamente consenso, entre os líderes comunitários entrevistados, a importância da família para o nível de participação dos jovens na comunidade em que estão inseridos, como manifesta PR6 ao dizer que os pais continuam sendo as referências para a vida dos filhos, corroborando com o fato de que a família continua sendo vista como a instituição mais confiável.

Fechamos esta subcategoria de análise com as palavras do líder comunitário PR7 ao dizer que o baixo nível de participação tem a ver com a família: “Falta de família. Eu acho que em primeiro lugar vem a família, eu tiro por experiência própria.”

A relação da juventude com a escola tem sido bastante discutida entre professores, alunos e pais, quase sempre se atribuindo mutuamente uma culpa pelo sucesso ou insucesso escolar. Não temos conhecimento do envolvimento das lideranças comunitárias nessa discussão, embora seja possível assinalar que o espaço onde o jovem vive e muitas vezes passa a

maior parte do seu tempo, deva ter influências no seu modo de participação. Nesse sentido, a subcategoria *o papel da escola nos níveis de participação analisa a visão que os líderes comunitários têm a esse respeito*. Para PR2: “A escola... eu acho que caminha junto... escola, família, comunidade também.”

Por outro lado o líder comunitário, PR4, referindo-se aos incentivos que hoje são dados pelo governo federal para que o aluno frequente a escola, como por exemplo o bolsa família, diz que o governo não precisa “De tá dando moeda de troca porque a obrigação é nossa, porque a obrigação dos pais é educar; a escola é formador...”

Tendo em vista que o questionamento aos líderes comunitários dizem respeito ao nível de participação dos jovens na comunidade onde estão inseridos, o líder comunitário PR4 é enfático em dizer que o problema não está na escola: “(...) Não culpo a escola... é um lugar aonde vai só acumular na escola... a base é os pais.”

Este mesmo líder comunitário faz alusão de que os maiores problemas vem de casa, como já foi referido na análise da categoria sobre a visão da família. Segundo ele, a criança que tem desarmonia em casa, não tem motivação para participar, pois sequer dá conta de cumprir com seus deveres junto a escola. E comenta:

(...) Aí, como é que a criança vai chegar na escola? Chega lá, a professora tá ensinando, a criança tá dormindo, não dormiu direito, o sono de no mínimo 7 horas não teve... aí, vai pra escola, a professora começa a jogar conteúdo novo, ele começa a não absorver, na hora do recreio estoura... os professores, hoje, aqui no nosso estado, tão muito bem porque a maioria deles tem formação superior. (PR4)

Na opinião de PR5, a escola também é muito importante. Ele diz que:

A escola, ela tem tudo para ser um pontapé inicial ali. O professor, o educador, ele tá ali e tá ali orientando, dizendo pro jovem os caminhos dele, eles têm que trilhar as políticas dele, as políticas públicas existentes e estar, efetivamente, participando porque não adianta só estar ali participando e depois deixar o governo fazer por conta deles.

O líder comunitário PR6, segundo nossa análise, também vê na escola um parceiro no tocante à participação. Segundo ele, inclusive na regional que preside, tem escolas que abrem suas portas no final de semana, contribuindo para melhorar as experiências de participação dos jovens. Para ele:

Claro que o trabalho não é concluído porque você sabe que os jovens, hoje em dia, você direciona eles para um lado e eles querem ir para outro... (...) nós colocamos com relação às políticas públicas, uma determinada conferência que nós tivemos, que foi justamente esse ponto de colocar nas escolas uma disciplina que os levem a ter maiores esclarecimentos... seria colocado como disciplina, assim como Português, como Matemática...

3.6 A visão dos diretores de escolas

Os dados que em seguida se discutem resultam das entrevistas com diretores de escolas que ficam localizadas nas regionais de bairros da cidade de Rio Branco. Foram entrevistados quatro diretores correspondendo cada um a uma das escolas públicas que atendem aos jovens das sete regionais, sendo que três são do sexo masculino e uma do sexo feminino; todos têm nível superior com cursos de especialização na área da educação e são funcionários públicos. A idade varia de 33 a 59 anos e, para efeito deste trabalho, serão denominados de DE1, DE2, DE3 e DE4. A ordem numérica, no entanto, não significa que seja relativa às regionais correspondentes, para se garantir o anonimato das respostas, mesmo porque uma escola atende a mais de uma regional. Os diretores são eleitos pela comunidade escolar, incluindo os alunos e os pais dos alunos menores de 14 anos, funcionários e professores da escola. Vale ressaltar que para, poder concorrer a este cargo, os postulantes têm que, obrigatoriamente, participar e ser aprovado em um curso preparatório de gestão escolar ofertado pela Secretaria de Educação. Essas informações estão sumarizadas no quadro 5.

Quadro 5 - Caracterização dos diretores de escolas

	Cod.	Idade	Gênero	Escolaridade
Diretores de Escola	DE1	33	F	Licenciado
	DE 2	58	M	Licenciado e especializado
	DE 3	45	M	Licenciado
	DE 4	33	M	Licenciado

O Quadro 6, a seguir, demonstra as categorias das entrevistas realizadas com os quatro diretores de escolas de ensino médio de Rio Branco.

Quadro 6 - Diretores de escolas: categorias e subcategorias

Categorias	Subcategorias
I - Importância da participação dos jovens e ocupação do tempo livre na comunidade	Importância para a sociedade e para a comunidade
	Atividades cívico políticas e programas e projectos governamentais
	Atividades culturais e de lazer
	Obstáculos a participação/Espaços e equipamentos
II - Políticas de juventude	Participação dos jovens
	Concretização das políticas
III - Expectativas de participação.	O papel/influência da família
	O papel/influência da Escola
IV - Participação dos jovens na escola	Em atividades da comunidade, grêmios e voluntariado
	Nas decisões da escola
	No Conselho Escolar

A categoria I diz respeito a visão sobre a importância da participação dos jovens e a sua ocupação do tempo livre na comunidade, cuja categoria nos remete a análise de cinco subcategorias: importância para a sociedade e para a comunidade; atividades cívico políticas e programas e projetos governamentais; atividades culturais e de lazer; obstáculos à participação,

espaços e equipamentos para a participação.

Considerando que um dos papéis da escola é de formar cidadãos participativos que tenham uma visão crítica sobre si próprios, o que pensam os diretores e como veem o modo de participação dos jovens na comunidade? Partindo-se da premissa de que se o jovem é atuante na comunidade na qual convive, ele também poderá sê-lo na escola? E, nesse sentido, qual a importância que o diretor da escola atribui à participação dos jovens, por exemplo para a comunidade e para a sociedade?

Analisando a fala de DE1, entendemos que na sua opinião a maior importância da participação dos jovens é a visão de cidadão que ele vai ter oportunidade de ser. DE1 diz que:

Se eles conseguissem se ver como verdadeiros cidadãos e poder contribuir para que essa cidade seja melhor, que a educação seja melhor, que o lazer seja melhor, que o esporte seja melhor, que o espaço que eles tem seja melhor, eu acho que faria com que eles se tornassem verdadeiramente cidadãos.

Tem-se confundido muito no Brasil o conceito de cidadania democrática em função do direito concedido aos jovens a partir de 16 anos de poder votar. A esse respeito DE1 diz:

O simples fato de votar não faz deles um cidadão, (...) o fato de participar das ações, das definições, de tudo que é tomado, de ter essa visão política social, é que vai fazer com que eles façam deles verdadeiros cidadãos, ativos, participativos dentro da sociedade na qual eles estão inseridos. É isso que eu vejo: se eles participam ativamente, eles vão poder contribuir mais, e aí eles vão se transformar em agentes de transformação.

Os diretores de escola entrevistados, de modo geral, falam que para eles é importante a participação dos jovens e demonstram o interesse em vê-los participando. DE1 refere que, todas as vezes que os jovens têm interesse de participarem desses eventos que tratam especificamente da parte de cidadania, de políticas públicas do lado mais social, ele faz de tudo para apoiar, para que eles estejam inseridos, participando desses eventos.

A fala do DE4, reportando-se a um fato ocorrido na frente da escola, um acidente com vítima fatal, em que os alunos fizeram uma manifestação junto com a família da pessoa que faleceu no acidente de trânsito; dá uma visão de que, se instados, alguns se engajam com mais facilidade. Segundo este diretor, os alunos se envolveram, tomaram iniciativas, fechando a rua e utilizando cartazes. Para ele, esse tipo de manifestação pode dar aos jovens um certo empoderamento no qual eles passam a ter uma noção do que podem fazer, desde que lutem por isso. Entretanto, DE4 fala que a maioria dos jovens não estão “nem aí” e diz:

Você pergunta a alguns jovens desses, mesmos alguns do terceiro ano, tem gente que já nas vésperas de se inscrever para o ENEM (Exame Nacional de ensino médio, pré requisito para o acesso ao ensino superior), ainda não tem noção do que vai fazer, não sabem...

Na entrevista realizada com DE2, fica claro que para ele, hoje, já se encontra entre os jovens uma maior conscientização de que a participação, principalmente em cursos profissionalizantes, poderá gerar oportunidades futuras a eles. Então, segundo este diretor, pode-se verificar que o jovem que se interessa em participar nas atividades disponibilizadas, vai estar mais preparado para o mercado de trabalho. Ele tem consciência que se sair hoje de um emprego, se ele estiver preparado, logo estará em outro. E DE2 diz o seguinte:

Porque queira ou não, quando o jovem faz uma formação, esses cursos profissionalizantes por essas instituições que estão dentro desse programa pra juventude, a gente percebe o quê? Que ele vai ter que necessariamente construir momentos de responsabilidades, momentos de interferência, momento de mudança de comportamento, mudança de atitudes, e, acima de tudo, senso de que ele precisa produzir algo, porque tá sendo confiado. Eu não costumo trabalhar a questão partidária política cegamente. Mas quando o jovem é preparado para exercer uma atividade, quando ele decide escolher essa preparação, o resultado tem que ser melhor.

Na opinião do DE3, embora ele ache de fundamental importância que o jovem participe, diz que, a nível de Brasil, o jovem está muito desestimulado na participação social e na participação política em geral. Assim ele faz a seguinte abordagem:

O jovem acreano, ele tem menos ambição do que o jovem que nasceu no sudeste brasileiro, por exemplo. O jovem do sudeste brasileiro ele quer trabalhar, tem ambição de trabalhar, de ser bem remunerado, de conseguir um espaço na sociedade, de conhecer, por exemplo, o exterior, fazer viagem para o exterior. Já o jovem acreano, o sonho dele é conhecer uma cidade próxima daqui. (DE3)

A análise da subcategoria *atividades cívico políticas e programas e projetos governamentais* nos remete a afirmação de DE2 quando diz que o jovem ele é muito cobiçado e ele é muito explorado pelos movimentos políticos, com mero interesse de ter o jovem como massa de manobra. Isso tem sido considerado um grande desafio. Para ele, na verdade, o jovem é usado nos períodos eleitorais e depois descartado. Isso faz com que o jovem desacredite dos políticos e dos partidos, uma vez que na grande maioria das situações são procurados para votar e nada mais. Este diretor se manifesta dizendo que:

É o grande problema que nós enfrentamos. Por exemplo, aqui na escola, o que é que nós percebemos, o jovem passa dois anos esquecido... desses movimentos sociais, desses movimentos políticos, desse movimento de vanguarda dos jovens, você não vê interesse. Mas a cada dois anos quando se aproxima o processo eleitoral, o processo político eleitoral, aí querem criar para os jovens uma série de atividades, mas nós estamos esquecendo de formar esse jovem pra ele poder opinar por essa consciência política.

Para o DE4, a importância da participação político-partidária tendo os jovens como protagonistas é tão grande que alguns partidos políticos recrutam desde cedo aqueles jovens que se sobressaem, sempre para renovar seus quadros. Não se pode deixar de assinalar que os jovens representam

o maior contingente populacional hoje. Segundo este diretor, a estratégia normalmente utilizada é sempre por ocasião da realização das eleições dos grêmios estudantis, onde eles usam desse expediente convidando aqueles que se sobressaem para comporem seu quadro partidário.

Ao referir-se à participação dos jovens em projetos e programas disponibilizados pelo governo federal e local, este diretor se manifesta da seguinte forma:

Hoje você percebe que muitos não tem objetivos. Eles estão por estar. Alguns desses... estão por estar. (...) Nós fomos de sala em sala oferecendo cursos técnicos do Pronatec, muitas vagas como Técnico de Enfermagem, de *designer* de móveis, e aí você insiste para que eles façam e aí eles dizem: “Vão pagar?” Assim, vão pagar para eles fazerem... Eles estão tão acostumados a fazer só se eles receberem dinheiro, por exemplo, os que ganham bolsa família ou algo do tipo, eles estão tão acostumados a receber uma ajuda do governo, que até para fazer um curso que vai servir para eles, que ele vai ser um profissional naquela área, só se você pagar para ele fazer. Não basta a instituição estar oferecendo um curso que é um curso de 2 anos às vezes, ele vai sair um profissional... Não basta isso, ele quer saber se ele também vai receber um dinheiro para poder fazer o curso.

Entretanto, a visão do DE1 vai ao encontro do que falam os demais diretores, haja vista que a comunidade escolar que dirige está colocada numa regional bastante populosa e de característica de classe social menos favorecida. Percebe-se pela fala de DE1 que há uma importante participação dos jovens daquela área, pois:

Muitos deles estão inseridos em partidos políticos. Já viajaram pra outros estados, representando a parte da juventude dessa área. Eles tem representação social, política. Eles tem ideia. Eles debatem assuntos relacionados a políticas, a políticas públicas, a questão da ação dos governos dentro da área da baixada, da prefeitura, do governo do estado. Então, vários deles têm, assim, essas ideias de estar inseridos nesses assuntos mesmo.

No que diz respeito à *participação dos jovens em atividades culturais e de lazer*, DE1 diz que a escola divulga todos os eventos a respeito disso, indo até às salas de aula e selecionando alunos que estão interessados em participar:

Quando outras entidades, ou parceiros vêm até a escola pra expor esses trabalhos, a gente sempre acolhe, sempre leva até a sala, né? Primeiro conversa sobre o projeto que eles vêm tratar na realidade, depois encaminha pra escola. A gente insere nessa maneira, acho que é a melhor forma de fazer, é trazer todas as entidades que estão voltadas pra esse sentido, pra essa lógica, pra esse projeto, pra dentro da escola, e fazer com que eles possam ser inseridos, participarem mesmo. (DE1)

O DE3 revela que a cultura de participação está vinculada ao interesse dos jovens de modo que:

Nós temos jovens aqui, que eu sei, que participam, por exemplo, dos meios culturais, porque a senhora sabe que jovem participa mais daquilo que mais interessa a ele. Exemplo, movimento de fanfarras, movimento de quadrilhas de festas juninas, alguns participam de igrejas, outros é associação de bairros mas mais voltados nessas áreas, por exemplo na área esportiva, na área cultural, não como presidente, mas sim como diretor, vamos dizer... Participa da diretoria de esporte, da associação de bairros...

Pudemos perceber, no decorrer das entrevistas, que os diretores têm mais conhecimento em relação às atividades que são desenvolvidas na escola do que propriamente o que os jovens fazem em termos de participação fora dela. Tanto é que a manifestação traz, via de regra, como exemplo aquilo que é feito dentro da escola como verifica-se na manifestação do DE2:

Na nossa escola, temos uma experiência fantástica: nós temos na escola um grupo de teatro, que foi criado em 2011, que precisamos fazer seleção, sabe?

pra poder receber nossos alunos, porque a procura é tamanha, está entendendo? E os próprios pais comentam, sabe? Que houve melhora, que isso foi importante, para mim é assim. Então, o que fazer? Primeiramente é aumentar a oportunidade de oferecimento, porque como é que o jovem vai se declinar em conhecer a questão sócio-política, se ele não tem ambiente pra ele discutir isso? Ele vai para um lugar, a discussão não é mais no sentido do conhecer, é do envolver.

A importância da participação em atividades culturais e de lazer dos jovens é referenciada por DE4 como de extrema importância, tanto é assim que, na condição de diretor da escola que dirige, ele abre a escola na maioria dos finais de semana para que os jovens possam ter um espaço para participação em atividades culturais e de lazer como cita:

Quando nós fazemos algumas atividades, assim, nos sábados, vários querem apresentar uma peça de teatro, eles conseguem rapidamente. Eu até postei no facebook uma que eles fizeram no ano passado que era do Lampião chegando ao inferno, porque ficou belíssima, aqui da escola eles fizeram... É assim, eles criam. Eles criam textos, eles são muitos criativos, o que falta também é espaço para eles.

Segundo este diretor, as atividades são bastante variadas, normalmente são propostas pelos próprios jovens e ele lamenta que a escola não tenha estrutura para abrir todos os finais de semana porque entende que os jovens precisam deste espaço, como faz referência:

Então eles precisam desses espaços, por isso que nós abrimos a escola nos finais de semana (...) A gente vem abre, tem jogos, a gente já fez atividades como a corrida... Mas além da corrida dos 5km que eles participaram, tinham várias outras atividades na escola (...). Eles gostam muito de *funk* e *FreeStyle*. São as preferidas deles. Das meninas principalmente *funk*, e dos meninos *freestyle*, então é isso que eles gostam, de dançar.

Nos parece que a importância da participação dos jovens não é mais discutível, é fato real. Tanto é assim que o documento base da política nacional de juventude afirma que a dimensão participativa deve constituir-se em uma das principais características e todo o processo de formulação das políticas de juventude, desde a organização das demandas até a avaliação dos programas desenvolvidos. Enfatiza ainda a importância da gestão dos equipamentos, que tornem viáveis todas as formas de participação. Mas é real também que, apesar da boa vontade e legalidade disso, encontram-se muitos obstáculos à participação do jovem. Isto posto, analisando as entrevistas com os diretores de escola, vimos na subcategoria *obstáculos à participação*, que sobressai de forma geral é a questão dos *espaços e equipamentos para a participação*.

Na opinião de DE2, a dificuldade começa em função de que o próprio jovem hoje não sabe que espaços de cidadania ele pode procurar ou ele pode ter direito no bairro dele. Diz que é bem provável o jovem sair do bairro, pegar dois ônibus e procurar uma atividade de lazer em outro ponto da cidade, desconectado da sua cultura do bairro, do seu relacionamento de amigos, de parentes no bairro, e se envolver em um outro bairro distante, onde ele é uma pessoa alheia, e que ele não faz parte daquilo. E, segundo relata pela sua experiência, surgem muitos conflitos. No entanto, ele diz ser compreensível que o jovem vá a procura de outros locais porque na própria comunidade não é muito fácil esses espaços apreendentes:

Não é muito fácil... nós não temos biblioteca nos bairros, você procura e não tem, você não tem uma atividade extra escolar que amplie o universo que o aluno adquire ou pelo menos que tem que adquirir na escola. A maioria dos alunos, o único instrumento de referência bibliográfica que ele usa, ao longo da sua formação acadêmica até terminar a educação básica, é puramente a escola.

Através do relato do diretor (DE1) de uma escola de grande porte e que tem um grande envolvimento na própria comunidade, ocorre o mesmo comportamento:

Na realidade, o espaço que a gente ainda tem pro lazer, ele ainda é pequeno, porque a quadra de

esporte, nós só temos ela, que já é importante, ela é coberta, pra praticar determinadas coisas. Mas ainda é uma escola, que já é equipada com algumas coisas. A gente tem um espaço adequado pra educação física, tudo isso, mas assim, no que se refere a inserção social política, a gente ainda tá precisando evoluir muito, crescer muito. A área da periferia ela ainda é muito distante daquilo que realmente movimenta as políticas públicas da cidade, do estado.

Um dos espaços que teoricamente serviria para as atividades de participação dos jovens nos diversos pontos da cidade é o espaço denominado Centro de Juventude onde é bem verdade que funcionaram muito bem quando da sua inauguração, cerca de 10 anos atrás. Entretanto, segundo relatos, hoje se encontram fechados ou em estado de abandono, sem pessoal qualificado para tocarem as ações, como se verifica na fala de DE4:

Quando foi feito o Centro de Juventude, a ideia é que esse centro da juventude conseguisse dar esse suporte. Só que os centros da juventude que têm esses espaços, teriam espaços para ter dança, tem aquela miniacademia que você conhece o espaço. Só o que aconteceu? Foram criados os centros da juventude, mas não foi dado manutenção, foram criados e simplesmente abandonados... Agora mesmo o centro de juventude aqui do bairro, que é o lugar onde eles têm para praticar essas atividades esportivas e também recreativas (com relação a teatro que também poderiam fazer lá), agora mesmo ele está fechado para a comunidade. Por quê? Por não ter pessoas para estarem cuidando...

Ainda segundo este diretor, o que ainda acontece neste espaço são realizações de projetos pessoais ou de alguma instituição como a universidade, mas o acesso é restrito uma vez que são ações pontuais cuja manutenção fica a cargo dos “donos” dos projetos. Então, voltando a se referir aos obstáculos que os jovens da comunidade têm para participar, DE4 faz a seguinte fala:

Então eu acredito que quando você dá a oportunidade deles falarem o que eles estão pretendendo, eles

colocam muito o que eles não têm, por exemplo, eles falam muito que nós não temos a quadra, nós não temos espaço para eles praticarem atividades físicas aqui na escola. Nós temos que usar a área do bairro, o centro de juventude... Eles falam que a nossa escola também não tem, por exemplo, um auditório onde eles possam trabalhar com teatro, que eles gostam muito, mas nós abrimos a escola final de semana, por exemplo, nesse sábado passado agora, nós abrimos a escola para eles fazerem um festival de *freestyle*, que eles gostam de dançar (...). Esses meninos não vão ao teatro, eles não tem o hábito de ir ao teatro, eles não praticam na escola, por exemplo, a escola não tem um auditório...

Parece senso comum que um dos maiores obstáculos na questão de espaços e equipamentos para a participação dos jovens está no abandono pelo poder público. Espaços que foram construídos, a exemplo de um grande espaço chamado Arena da Floresta, composto por um complexo de quadras esportivas e outros, e que não são usados em virtude da falta de segurança, falta de iluminação, dentre outros. Este espaço situa-se a poucos metros de uma das maiores escolas de ensino médio, que atende alunos de duas regionais de bairro e que, como veremos na fala do diretor DE3, enfrenta muita dificuldade por falta de espaço e equipamento:

(...) a nossa maior dificuldade aqui se chama ginásio. Nós não temos um ginásio coberto. (...) A importância do ginásio dentro de uma escola, ele é de fundamental importância para tudo que a escola desenvolve. O ginásio é usado, desde as práticas esportivas a práticas cívicas, a parte social, a parte cultural, o ginásio é usado e nós não temos. Qual é o problema? O terreno onde a escola está situada, está com problema na justiça, em litígio, então nada pode ser construído com verba nem estadual, nem com verba federal e nós estamos com esse grande problema.

A categoria II *Políticas de Juventude* está presente nas análises das entrevistas com os diretores de escolas e contém subcategorias relativas à *participação dos jovens* e à *concretização das políticas*. Nos discursos dos diretores percebe-se que não há uma sintonia entre a política de juventude

e a política educacional, que mais diretamente diz respeito a eles. Embora, em sendo a escola o espaço onde se encontra uma grande parcela da população de jovens, falta, no nosso entendimento, uma inter-relação que foi claramente percebida no contato com os diretores. A sensação que se tem é de que a política de juventude está lá, junto aos órgãos responsáveis pela sua execução, e ainda não chegou junto à escola, local onde há uma parcela significativa de jovens. Os diretores reconhecem que há pouco aproveitamento dos espaços das escolas que, por falta de estrutura para a manutenção, se mantêm fechados nos finais de semana quando poderiam ser usados para se por em prática muitas ações relativas às políticas. No entendimento do DE2, a escola, por ser um espaço que tem uma certa neutralidade, poderia ser um espaço ideal para muitas ações porque, por exemplo, uma escola dispõe de 13 salas de aula, belos e grandes espaços, que no sábado e domingo ficam com o portão trancados:

Não haveria de construir mais novos espaços na comunidade, porque o maior centro de informação de uma comunidade é a igreja, é a escola, e o posto de saúde. E quando você olha com exceção das igrejas, mas a escola e o posto de saúde, finais de semana eles estão, o quê? Trancados! (DE2).

A escola que DE2 dirige chegou por um tempo de funcionar nos finais de semana para uso da comunidade e, por fim, não abriu mais.

E por quê ele acabou? Aqui na escola nós vivenciamos essa situação. Por falta dessa estrutura de equipe, o que aconteceu! (DE2)

Segundo DE2, quando chegava nas segundas-feiras, a escola não estava, nem de longe, pronta para receber os alunos durante a semana, porque havia todo um desmonte da estrutura física, danificação, dilapidação, e abuso com esse patrimônio. Assim, sem uma estrutura para manter o espaço em condições de receber os alunos, tiveram que acabar com o que ele chama de “boa oportunidade de participação dos jovens”:

Quais os elementos que no dia a dia do aluno da escola, e jovem da comunidade, que elementos

podem levar esses jovens a ampliar essa participação política, de cidadania dentro desses programas? Porque a gente aqui percebe, quando o jovem ele é convidado a mostrar aquilo que ele produz, a satisfação é impressionante. (DE2)

Na opinião de DE3 para melhorar os níveis de participação dos jovens nas políticas de juventude, seria necessário em primeiro lugar que os responsáveis providenciassem atividades que motivasse os jovens a se engajarem mais. Ele diz que:

Eu acho que (se deveriam fazer) projetos, palestras, para que eles se envolvam mais, apesar da gente já ter bastante envolvimento dos alunos, mas na questão democrática. Eu vou lhe dar exemplo, eu tive dificuldade o ano passado daquele jovem parlamentar, que é uma campanha em rede nacional, é da própria câmara dos deputados, de ser deputado por um dia, olha eu tive dificuldade, nós tivemos dois alunos se inscrevendo. Eu acho isso, assim, de uma imaturidade muito grande porque é a oportunidade de dar voz ao que eles pensam.

E mais uma vez vem à tona a questão da concessão de tanto subsídio e proteção colocado pelas políticas e que, muitas vezes, os jovens sequer dão o valor merecido, talvez por falta de conscientização e conhecimento dos seus reais benefícios. Assim, DE3 volta a manifestar-se sobre este assunto, relativamente à questão da participação dos jovens nas políticas de juventude:

O que eu observo no Brasil, as políticas públicas brasileiras, elas não tem muito essa valorização do jovem em si, dele participar, ser mais ativo... Hoje tudo é protecionismo pro jovem, é só para proteger o jovem.

A fala de DE4 vai na direção de que os próprios órgãos responsáveis por incentivar e proporcionar a participação dos jovens são também os que colocam uma série de critérios excludentes. Ele cita o exemplo das bolsas de auxílio à participação. Elas têm requisitos que excluem os alunos que

estão na idade normal, essa é uma reclamação dos pais. Então ele diz:

Então essas bolsas são para quem? Para quem não estuda? Porque eles precisam da bolsa de trabalho, mas a bolsa de trabalho tem alguns requisitos que eles não conseguem, quem tá na idade normal não preenche.

No tocante à subcategoria que trata da *concretização das políticas* na visão dos diretores, a análise que fazemos do conteúdo das entrevistas não difere muito do segmento relativo aos presidentes das regionais de bairro. A sensação que se tem é de que apenas os decisores políticos veem as políticas sendo concretizadas. Senão, vejamos a fala de DE2:

Eu vejo com um primeiro lugar muito pequeno, mas com grande possibilidades de ser um passo futuro, porque antes nós não tínhamos nem isso. Nós só passávamos a ser visto depois de atingirmos a maioria de 18 anos, então o jovem não tinha nada pra ele. Agora ele já percebe que algo já tem inserido, que ele pode também se inserir. Aí eu acho que é uma grande vantagem, já existir políticas para os jovens, o que pra mim ainda tem deficiência é na operacionalização dessas políticas.

A manifestação de DE1 vai no mesmo sentido. Não se percebe menção à concretização da política que está posta:

Eu acho que as políticas públicas poderiam ser melhor aplicadas, talvez melhorasse muito mais a questão da educação, mas são desejos, não sei se é só a utopia da humanidade.

Durante o decorrer deste estudo, temos tido a oportunidade de verificar que a política nacional de juventude de fato foi construída. Existe e percebe-se também um certo empenho para a sua concretização. É fato que falamos do Brasil, um país continental em extensão territorial e que, com certeza, enfrenta imensas dificuldades para concretizar uma política na dimensão do que é a política de juventude, parcela que ocupa mais de 50%

da população total do país. Mas aqui trata-se de analisar o nível de sua concretização na visão dos diretores de escolas, lugar onde se encontra grande parte destes 50% de pessoas. Assim um dos projetos desenvolvidos pelos órgãos federais é o que diz respeito à inclusão tecnológica dos jovens, em especial aqueles de baixa renda e estudantes de escolas públicas. O projeto a que se refere trata da doação (temporária) de *netbooks* aos alunos do ensino médio e que tem como objetivo a inclusão digital desses alunos. Foram entregues esses aparelhos no ano anterior. Mas, segundo fala do diretor:

Nós estamos no final de Maio, e era para eles ter recebido desde quando começaram as aulas, e eles tem feito essa cobrança, porque eles querem usar. (DE4)

A III categoria diz respeito às *expectativas de participação* da qual emergiram duas subcategorias, *o papel/influência da família* e *o papel/influência da escola* nos níveis de participação dos jovens.

Considerando os diversos contextos em que os jovens estão inseridos e com os quais interagem entre si, faz sentido analisar o que dizem os diretores das escolas pesquisadas sobre o papel e a contribuição da família e da escola no tocante à participação dos jovens, embora seja de assinalar que a relação de participação das famílias para que venham a contribuir na participação dos jovens é um processo complexo. Nesse sentido, temos na visão de DE1 o depoimento de que se a família estivesse mais inserida nesse processo, contribuiria mais. Porém, acredita que há um problema social, uma mazela social. No fundo, é um reflexo da questão dos pais que não estão em casa, da mãe que está trabalhando pra sustentar porque o pai não está mais lá, de pais que estão presos, estão detidos por algum crime, de mães que foram violentadas e são agredidas fisicamente. Para este diretor, uma das maiores dificuldades que tem na escola que dirige é a ausência dos pais.

A gente tem crianças aqui, por exemplo, meninos de 15 anos que moram sozinhos, que o pai não quis, e nem a mãe não quis, e aí a gente entra em contato com o Conselho Tutelar e a criança é levada pro Conselho, e é assim. São diversas crianças que vivem essa realidade. Tem crianças que a gente fica abismado

de vê, que tem 16 anos, ou vive só com a mãe, ou só com o pai. Os pais não quiseram. Então foram viver com o tio ou com um parente, ou com um colega que aceitou. E aí a gente percebe que estrutura familiar essa criança teve. Como é que ela vai progredir nos estudos aqui dentro? Como é que ela vai crescer? Como é que ela vai ter noção de sociedade lá fora?

Parece ser evidente que os diretores tomam por base, para se manifestar sobre a visão que têm da influência da família nos níveis de participação dos jovens, a experiência que eles têm da relação da família com a escola que dirigem. No nosso entendimento, fazem uma espécie de transferência dos aspectos que vivem os alunos com os pais. Assim é que o DE2 faz a seguinte manifestação:

A participação no sentido de que estou aqui pra apoiar, pra acompanhar, é pequena, e uma das nossas missões, é fazer ampliar isso, e nossas fraquezas é comprovada que essa participação aumenta muito pouco, muito pouco.

Na visão deste diretor, isso é um processo histórico, que dá a entender que o pai diz: a minha parte eu já fiz, como se alguém tivesse limitações, daqui pra frente não precisa mais de ajuda. E acrescenta:

Eu digo com toda certeza, eu convivo aqui com 1.560 jovens. E hoje é que eu percebo mais diretamente quanto que eles se ressentem de não ter esse apoio direto dos pais, porque aqui nós ouvimos cada relato, que a gente precisa ser forte para poder compreender e tentar dar encaminhamento, porque eles se ressentem disso que falta, só que, como processo histórico, fazer isso, representa ser careta, eles preferem sofrer internamente do que assumir de público, que gostariam de ter essa contribuição, essa participação dos pais.

Como referimos anteriormente, a fala dos diretores vai no sentido da participação do jovem em relação a escola. Assim o DE3 manifesta-se:

É aí que está o cerne da questão: a família. A senhora sabe que hoje não existe só aquela família nuclear. Existem vários tipos de família, mas o que eu observo em todos os tipos de família, é a falta de interesse pela vida escolar do aluno. Ele quer saber se o aluno está estudando, se ele está vindo para o colégio, porque aquilo implica na bolsa família, na bolsa alimentação (não sei mais o quê, não sei mais o quê) e implica nisso, e não na qualidade do aluno! Não no aluno se tornar o jovem, se tornar um adulto pleno. Pleno, que eu diga, é com todos os tipos de informação, a chamada formação holística, onde ele sabe de tudo, a gente observa que existe essa preocupação. Tem pais que vêm aqui justificar uma falta de um filho, por exemplo, adoeceu porque aquilo vai implicar no recebimento do bolsa família e não na qualidade de ensino e não na melhoria dele, e não dele participar ativamente da sociedade. (DE3)

Essa manifestação de DE3 sobre o interesse dos pais na participação dos filhos apenas pela questão do bolsa família tem se transformado em algo que merece um estudo aprofundado, haja vista que a concessão deste subsídio pelo Governo Federal tem por objetivo viabilizar uma melhor participação da criança e do jovem nas atividades sejam elas formais ou informais. Ocorre que, tendo em vista que este benefício é concedido apenas para famílias de baixa renda, funciona, na verdade, como meio de subsistência daquela família ao invés de ser direcionado em favor da melhoria da participação do jovem. Então, apreende-se da fala do diretor que ele não vê um interesse dos pais em função de uma melhor participação, mas um cuidado para que o benefício não seja suspenso pois frequentar a escola é o requisito exigido. Ele argumenta que bolsa família é importante, mas só facilita o lado de o aluno permanecer na escola, ou por querer, ou por não querer:

Ele tem que vir a escola, ele tem que ter frequência mínima, mas o restante eu não vejo, assim a preocupação dele se tornar um cidadão pleno. Eu não vejo isso, eu não observo isso, e a família, ela tem que estimular isso em casa, a estudar, a ele ser um cidadão, a ele participar do bairro, das decisões

do bairro, da rua, da comunidade, da escola onde ele está inserido.

E este diretor ainda enfatiza:

Aí, isso tem hora que me adoce, tanto é que tem hora que eu dou umas mexidas nessas reuniões, uma mexida no ego deles.

Em seu relato conta que sempre reúne com os alunos para fazer a abordagem sobre a importância da participação deles porque e, às vezes, as oportunidades para os jovens estão aí e muitos não querem, como é o caso dos cursos de formação técnica que dão boas garantias de emprego, mas em que existe a maior dificuldade em conseguir alunos para preencher as vagas.

Na concepção do DE4, os jovens das famílias cujos pais estão presente, e que cobram atuação dos filhos, as coisas são diferentes. Para ele essas (mães) que procuram saber, que vêm, que querem saber, ainda está acompanhando. DE4 indica a realidade de participação dos pais:

São pouquíssimos (os pais que participam). Por exemplo, de 448 alunos de manhã, 150 pais, mais ou menos, vêm para saber das notas, para pegar os boletins, nós temos a lista, mas esses que vêm, normalmente são os melhores. São aqueles que, de fato, a família acompanha. Então, ele sabe que a família está acompanhando, ele rende mais, normalmente. É claro que também há exceções, há aqueles meninos que mesmo os pais que estando presentes eles dão muito trabalho, mas em geral aqueles que os pais acompanham são alunos que rendem mais, que tem uma família preocupada, que estudam.

Ainda sobre a questão do interesse dos pais em atividades de participação dos filhos, entendemos a partir da análise das entrevistas dos diretores que na concepção deles, ou não existe ou ela está restrita ao ambiente da escola, já que talvez para eles (pais) a escola é o local que vai proporcionar um futuro para seu filho. Para DE1 não há contrapartida dos pais em

relação à cobrança que eles fazem à escola:

Onde é que os pais ficaram nesse processo de aprendizado deles? Não existe. Então a gente se torna pai, se torna mãe, se torna psicóloga, pra ver se consegue melhorar. Mas eu acho que o maior problema da educação brasileira ainda é a ausência dos pais. Porque os pais ainda acreditam muito, não todos, mas muitos acreditam que a escola tem que fazer tudo, que a escola vai ter que educar o filho dele pra vida.

Na subcategoria que a seguir se analisa, referente ao *papel/influência da escola* nos níveis de participação dos jovens sob a ótica dos diretores de escolas, verificando as entrevistas dos diretores, pudemos inferir que é comum nas falas que a escola poderia ter maior contribuição, começando por abrir seus espaços para a comunidade e aí naturalmente incluindo-se os jovens, tendo em vista que via de regra a comunidade não dispõe do espaço que a escola tem e que quase sem exceção ficam fechados nos finais de semana. Em algumas falas há a justificativa da falta de estrutura pessoal e material para que isso possa acontecer. Por exemplo, o DE2 é enfático em dizer que a escola precisa abrir seus espaços para estes jovens, mas não abrindo esse espaço meramente exigindo deles conteúdos específicos, de matemática, português, história das artes, etc., que não devem ser os únicos elementos na formação desses jovens:

Se ele só estuda na escola a história da arte, mas ele nunca foi assistir a uma exposição? Ele não vai ter noção, sabe? Ele precisa perceber que o teatro, sabe? Uma atividade lúdica é importante, mas ele não tem acesso ao teatro! Porque que ele não tem acesso ao teatro? Primeiro por deficiência de quantidades de espaços, falta de estímulos pra esses espaços serem criados e ou ampliados, tem essa coisa também. (DE2)

Para este diretor, a escola precisava ter mais espaços pra formar o jovem. Para ele, a escola tem também parte dessa responsabilidade. Mas com esse atual currículo que está aí, a escola precisava ter um segundo momento que viesse ampliar essas ações, trabalhando de manhã os conteúdos

básicos da escola, e à tarde ele estaria na escola em busca de outras informações. DE2 vê como fundamental para o jovem, ampliar esse universo de conhecimento despertar o interesse para que ele possa buscar mais e a escola precisa sair da linha do mero conteúdo para a pesquisa. Instigar o jovem a fazer pesquisa em qualquer área.

A escola dirigida por DE2 promove atividades extra escolares, extra sala de aula, que funcionam a quatro anos todos os dias da semana, com atividades onde participam pais, alunos, não alunos. Ele conta que a escola é aberta,

Nós temos capoeira, temos um grupo de teatro... grupo de dança, nós temos uma banda de música na escola, (...) grupo de boxe chinês tem cento e poucos, 120 participantes, aluno da escola deve ter 40 ou 50, então tem pais, tem tudo. Tem grupo de dança na escola que nas atividades eles se apresentam, tem pais que dançam com seus filhos em nossas atividades escolares. É nesse momento que a gente consegue trazer um pouquinho sabe?

Na opinião de DE2, o ideal é que a participação tivesse um número mais elevado de pais do que alunos, porque assim estaria mais garantido que esse espaço estava sendo entregue a quem de direito, que é a comunidade,

Não é a mim, eu não posso ser dono desse espaço, eu gerencio esse espaço, ele precisa de ter alguém que se transforme em dono, que o dono zela, o gerente cuida, eu só faço cuidar. Nos finais de semana eu não estou aqui, mas como é da comunidade, era ela que deveria cuidar desse espaço.

A escola dirigida por DE3 também desenvolve vários projetos que tem por objetivo viabilizar a participação dos jovens, embora ele manifeste a falta de instalações apropriadas para o oferecimento de mais atividades que permitam uma melhor participação.

A escola é considerada nova pois tem apenas quatro anos, que está criando a sua identidade, mas tem consciência da responsabilidade com os jovens e com a comunidade. E nesse sentido ele afirma:

Olha, nós temos nossas responsabilidades. O que é nossa responsabilidade vocês podem cobrar da gente, mas o que for da responsabilidade de vocês eu vou cobrar pois nós somos hoje o que nós fizemos ontem.

Ele diz que para se criar uma identidade, é necessário tempo, mas que a comunidade tem responsabilidades em relação a isso.

(...) é como eu disse, então vocês querem ter participado de uma escola onde a escola é reconhecida na comunidade como uma escola com excelente qualidade de ensino, uma escola sem bagunça, uma escola onde aluno é respeitado, uma escola onde vocês são respeitados enquanto comunidade escolar? Se vocês querem isso, nós estamos aqui para isso, mas eu vou exigir de vocês. (DE3)

Pudemos perceber na entrevista com este diretor que para ele o papel da escola e os níveis de participação que ela pode proporcionar tem um papel importantíssimo pelas transformações que pode operar na vida dos seus integrantes. Ele nos relata duas experiências que comprovam estar certo no que diz. Uma vai na direção do exemplo de um aluno MW oriundo de um programa de aceleração de ensino para alunos que não puderam cumprir o ensino fundamental na rotina ano a ano e que como os demais vindos desse programa, chegam ao nível de ensino médio, segundo ele, como verdadeiros “analfabetos funcionais”:

(...) O MW, ele era o terror do colégio, (...) quando ele começou fazer o letramento ele começou a ver que a escola tinha como transformar a realidade dele (...). O MW começou a ser mais participativo, deixou de fazer bagunça, deixou de brigar. O MW se tornou amigo da escola. Tudo que a escola fazia o MW estava envolvido, fanfarra, jogos, torcida... Tudo que era algo ligado à escola, ele estava envolvido. Sabe o que foi que aconteceu com o MW? Passou nas olimpíadas de matemática, na primeira e na segunda fase, passou no vestibular para UFAC, e hoje faz matemática na Ufac. E ele era um analfabeto funcional. Então, a escola tem como transformar a realidade de aluno? Tem! (DE3)

O outro exemplo citado por DE3 sobre como a participação dos jovens pode influenciar no seu desenvolvimento, diz respeito a outra iniciativa destinada a esse grupo de alunos que chegam à escola oriundos deste programa citado anteriormente:

Eles não sabiam o que estavam estudando. Não tinha sentido aquilo, porque ele não entendia... mesmo aquele aluno que vem do ensino regular chega com dificuldade no primeiro ano, imagina este? O aluno se assusta! Português, Matemática, ele não sabe nem o que tá fazendo lá, então o que que ele vai fazer? Bagunçar, pular, ameaçar professor, e era isso que acontecia.

Tomei iniciativa, pedi: “Pelo amor de Deus, socorro!”, Deu mais ou menos quatro turmas, duas na manhã e duas à tarde, nós fizemos no contra turno. A secretaria nos autorizou, foi contratado dois professores de manhã e dois a tarde e eles fizeram reforço. Quem era da manhã vinha à tarde e quem era da tarde vinha de manhã. Resultado: Quando nós chegamos aqui, era uma escola que não tinha uma árvore e com a participação deles nós plantamos duzentos e vinte sombreiros.

Essa experiência, segundo o diretor, transformou o ambiente da escola que hoje tem outro clima, outra visão muito diferente do que era antes, como ele continua relatando:

Aqui era um deserto e hoje nós já temos árvores. Agora nós estamos na parte de jardinagem. E tudo isso, sabe quem participa? É os alunos, é eles que plantam, eles agoam junto com o professor de Biologia, professor de Física, professor de História... Tiram o último tempo, 15 minutos, aí hoje é dia da turma tal, aí eles vão lá, pegam a água, eles agoam as plantas tudinho ao redor.

A partir da iniciativa desse envolvimento, os alunos se tornaram mais participativos a ponto de fazerem campanha, na qual eles arrecadaram di-

nheiro para comprar as ixórias.

Nós temos mais de 500 mudas de ixórias aqui dentro plantadas, então quer dizer, isso é participação. Como é que eu estímulo isso? Eu vou as salas, eu converso, eu mostro a importância disso para eles, e eles cuidam. Nós temos quatro anos, nunca fizemos uma reforma. A nossa escola não é depredada. Eles amam estar dentro da escola, que não é minha, é nossa. (DE3)

Na visão de DE3 a escola poderia fazer muito mais para melhorar as experiências de participação dos jovens se os demais profissionais, entre os quais o professor, proporcionasse ajuda ao aluno no sentido de incentivá-lo, quer na questão de pesquisas, elaboração de projetos e outras atividades. Ele enfatiza sua fala dizendo:

Então eu vejo que por mais que a gente coloque para os nossos profissionais da importância de participar disso, é muito difícil. (...) O professor, ele poderia muito bem, quem trabalha com sociologia, quem trabalha com filosofia, é fácil deslançar num projeto... Então eu vejo assim, a escola, ela tem que criar um projeto maior.

Na concepção de DE4, a escola pode contribuir com as experiências de participação dos jovens, não só atuando com eles junto à comunidade, mas incentivando-os a frequentar espaços como a Câmara Municipal, para apresentarem projetos e ter mesmo a oportunidade de ver como funciona, pois uma parte deles já tem direito a votar. O diretor DE4 explicita acerca de um projeto que é desenvolvido na escola que dirige, que é um ciclo de palestras onde são abordadas as questões de cidadania, de como se comportar, de como cuidar do patrimônio público, doenças sexualmente transmissíveis, cujas palestras são dadas pela Polícia Militar em parceria com as escolas. Para além disto, na função de diretor procura oferecer alternativas de participação como refere:

Então nós preferimos abrir [a escola] no final de semana. Aí eles vêm, ficam uma tarde, como teve

agora, dançam, fazem uma competição entre eles... tem essa participação deles. A gente faz o que é possível.

No que se refere à inserção socio política, para DE1 ainda está precisando evoluir muito, crescer muito pois a área da periferia ainda é muito distante daquilo que realmente movimenta as políticas públicas da cidade e do estado. Para este diretor, os jovens ainda não tem clareza disso, por mais que haja um esforço para mostrar isso a eles.

A gente ainda tem essas dificuldades, de que eles compreendam que eles fazem parte do processo, de que eles precisam se inserir mais nesse sentido, porque eles precisam participar mais, e uma outra coisa, além do inserir, em participar, saber que eles são agentes de transformação nesse sentido, que é algo que a escola tenta colocar na cabeça deles constantemente, por um processo histórico, cultural, tem muitas dificuldades ainda. (DE1).

Por fim, a última categoria da análise de conteúdo realizada a partir das entrevistas com os diretores de escola intitula-se Categoria IV: *Participação dos jovens na escola*. Inseridas nesta categoria, encontram-se três subcategorias designadas: nas *atividades da comunidade, grêmios e voluntariado*, nas *decisões da escola* e no *Conselho escolar*. A primeira subcategoria remete para a importância e valorização que a escola demonstra no tocante as iniciativas dos próprios alunos. Da análise que fazemos, essa foi uma preocupação relatada por DE2, há a necessidade de que os alunos tenham consciência de que são capazes de planejar, projetar e realizar suas ideias, sem que seja preciso vir alguém de fora para, por exemplo, implantar o grêmio escolar. O pensamento deste diretor diz respeito ao cuidado de que essas ações possam reproduzir o perfil do jovem da escola que é, segundo ele, um jovem irreverente, mas que cuida em construir uma ação em que tenha participação direta, ou seja, um grêmio estudantil que pensa isso e isso para a escola, pensa dessa e dessa política, um grêmio que tenha a coragem de pôr os seus participantes num auditório para falar sobre política e não sobre partido, como se vê hoje, na maioria dos grêmios onde se fala sobre partidos e não sobre política.

Na escola que DE2 dirige, existe o grêmio mas não tem participação efetiva porque, embora tenha havido eleição no final do ano que passou:

Eles cometem equívocos, até por nossa falta de informação, porque eles querem construir uma atividade totalmente independente, mas também se perdem nos seus aspectos legais, construindo um grêmio pautado na maior parte em alunos concludentes... Quando esse aluno sai da escola, aquele ideal vai junto com ele. (DE2)

Do mesmo modo, no que diz respeito à interferência político-partidária nos grêmios estudantis encontramos na manifestação de DE3 que para que haja participação dos jovens, não há a necessidade efetiva da existência de um grêmio estudantil com a roupagem que tem de modo geral:

Não, deixe eu lhe dizer qual o problema do grêmio aqui; a maioria dos próprios alunos, eles não aceitam o grêmio, porque o grêmio hoje vem incumbido, por trás, entrelinhas, um partido. Então eles mesmos dizem que as escolas onde eles estiveram onde tinha partido, o grêmio estava mais preocupado com as atribuições do partido e não com as atribuições que era o próprio aluno, então hoje nós temos os líderes de sala, que eles juntos com a gente eles se reúnem, tomam decisões, participam, por exemplo, de tudo que nós fazemos tem a participação deles, em tudo na escola.

Para DE3, o grêmio:

Ele tem importância política dentro da escola, mas ele tem que defender os interesses dos alunos e não os interesses dos partidos políticos.

Assim sendo, entendemos que, na ótica do diretor, o grêmio estudantil deve ser um lugar onde o jovem possa demonstrar atuação social, prática social, exercícios de experiências e não ser confundido com espaços de uso de partidos políticos. Para DE4, a participação dos jovens nos grêmios deve ser algo onde os alunos tenham e despertem essa questão da cidadania.

No caso da escola que dirige, ele enfatiza que:

Nós temos com relação ao grêmio, como eu já citei, uma conversa informal, nós temos apoiado. Eles fazem reuniões. Às vezes eles vêm reunir com os alunos do contra turno, algumas pessoas que estão nesse processo ainda da campanha, e aí quando acontecem essas reuniões, eles ficam às vezes um horário, as vezes dois horários, e são sempre assim. Depois da reunião eles me passam o que eles conversaram, o que eles estão achando, o que nós temos feito nesse período...

Na escola dirigida por DE1, a participação dos jovens no grêmio estudantil é realizada de forma bastante atuante. Segundo depoimento deste diretor:

(...) Eles fazem trabalho social muito grande, então a questão do grêmio, ele é uma expressão clara da democracia. Eles votam, eles param um dia pra votar, aula segue normal. Mas eles têm uma urna, tem votação, eles podem usar os adesivos que eles querem, então o processo de eleição pro grêmio já é um ensaio pra vida deles lá fora, já é um ensaio pra viver democracia, e eu apoio.

Quanto à participação dos jovens em atividades da comunidade DE2 diz que,

Não, na verdade do corpo histórico da comunidade nós nos ressentimos muito com relação, inclusive na nossa fragilidade do nosso projeto político pedagógico da escola, admitimos isso, nós até trabalhamos incessantemente nisso, é a prática da participação da comunidade.

Na visão de DE3, o protecionismo das políticas públicas, começando com a questão do bolsa família e enveredando pelo oferecimento de bolsas auxílio para que eles façam cursos profissionalizantes, como é o caso do Pronatec, é que deixam eles muito apáticos, sem muito interesse em par-

participar de atividades na comunidade e cheios de direitos, esquecendo os deveres que devem ter com a comunidade na qual estão inseridos. Este diretor lamenta, de certa forma, a pouca participação dos jovens em atividades da comunidade pois, como diz, tem alunos extremamente inteligentes e políticos bastante críticos que são estimulados para a participação.

Analisando a fala de DE4, percebemos que ele manifesta uma preocupação pois os jovens não tem demonstrado interesse em participar nem das coisas que lhes dizem respeito, como por exemplo os cursos de até dois anos que são disponibilizados em seu favor. Ele não faz referência à participação dos jovens em atividades da comunidade, mas ao fato do desinteresse percebido:

Eles estão tão acostumados a fazer só se eles receberem dinheiro, por exemplo, os que ganham bolsa família ou algo do tipo, eles estão tão acostumados a receber uma ajuda do governo, que até para fazer um curso que vai servir para eles, que ele vai ser um profissional naquela área, só se você pagar para ele fazer. Não basta a instituição estar oferecendo um curso que é um curso de 2 anos às vezes, ele vai sair um profissional... Não basta isso. Ele quer saber se ele também vai receber um dinheiro para poder fazer o curso.

A análise da subcategoria sobre a *participação dos jovens nas decisões da escola*, diz respeito a uma dimensão participativa bastante questionada nos últimos tempos, tendo em vista a contínua reivindicação pela gestão democrática da escola com a ampliação da participação dos estudantes nas instâncias deliberativas. Assim, foi indagado aos diretores participantes da pesquisa sobre a participação dos alunos nessa dimensão, nas escolas que dirigem. Sobre essa questão a manifestação de DE1 vai no sentido de que, para ele, a gestão democrática não é simplesmente haver uma eleição e se escolher aquele gestor. Na sua opinião, a gestão democrática é todos poderem contribuir para que a escola seja melhor, para que a educação seja melhor. Ele ainda acrescenta que a gestão democrática ela começa nas pequenas coisas: no conversar, no olhar, no falar, no bom dia que é dado ao passar no portão da escola porque isso, segundo este diretor, é transmitido para os alunos. Este diretor entende que há a participação dos alunos nas decisões da escola:

A gestão senta com o líder da turma, (...) a gente pergunta, (...) o que tem de errado na escola, o que a gente pode melhorar (...), o que a gente tá fazendo de certo? Onde é que a gestão pode contribuir mais pra escola ser melhor? Da mesma maneira eles tem voz, eles são escutados, e eles dizem muito pra gente que a sala da direção é uma porta aberta, eles não me chamam de diretor, eles me chamam... [pelo meu nome].

DE1 continua sua manifestação dizendo que fala da gestão que ora exerce e que, por enquanto, referindo-se por exemplo ao PPP, o projeto político pedagógico, que estrutura todas as ações que são feitas dentro da escola, a escola tem um regimento escolar, e está tentando criar agora um conselho de classe para que eles mesmos façam as avaliações sobre eles, isto está sendo estruturado para ter, de fato, a participação dos alunos. Mas enfatiza que hoje eles já participam de muitas decisões, como cita:

A questão do lanche (...) o que eles definem, (...) eles conversam conosco, a gente muda o cardápio. A blusa de farda do 3º ano, eles fazem uma eleição pra escolha (...) pra que eles se sintam melhor. (...) Eu acredito que nós somos uma gestão que consegue ouvir. É... a gente fala, a gente fala, mas nós também ouvimos. (DE1)

Na escola dirigida por DE2 não identificamos do mesmo modo uma participação efetiva em todas as decisões, e sim, a exemplo do que acontece com a escola dirigida por DE1, uma participação em decisões que dizem direito diretamente aos próprios alunos. DE2 diz, por exemplo, que na sua opinião os alunos deveriam discutir e dar opinião nos horários da escola, mas não fica claro se isto já é feito. Este diretor relata que:

Por exemplo, aqui na eleição na escolha lá na assembleia, para escolher o comitê executivo, que é formado pelo diretor, coordenador administrativo, e mais outra pessoa, nós tivemos uma participação lá, só votaram 15 alunos lá da escola, dum universo dos 1.560 alunos.

DE3 considera que na escola em que dirige, os alunos tem participação nas decisões e cita como exemplo que a escola foi vencedora de uma avaliação efetuada pela Secretaria de Educação que lhes concedia um prêmio de determinado valor para ser usado para benefícios pela escola, os alunos decidiram que o dinheiro do prêmio seria usado para aquisição de uma fanfarra (banda musical), e assim foi feito. Segundo este diretor ele sempre conversa com os alunos e o resultado é a decisão deles, ou seja, eles decidem, tomam decisão sobre as coisas que lhes dizem respeito.

Com relação à escola dirigida por DE4, ele acredita que atender às reivindicações dos alunos significa que eles têm participação nas decisões.

Nós enquanto direção, nós sempre damos oportunidades a eles de reivindicar os direitos deles como, (...) que nós tivéssemos a cada mês uma reunião com os líderes, para que eles expusessem as dificuldades deles, (...) o que eles estavam querendo, o que eles achavam que a escola deveria estar fazendo. Então, nós acreditamos que a escola está promovendo isso à medida que ela ouve também o que os alunos estão pensando, o que eles estão querendo.

O diretor cita por exemplo que os alunos tiveram participação quando da elaboração do projeto político pedagógico:

Uma das coisas que eles participaram, foi com relação ao regimento interno, foi colocado, foi permitido por reivindicações deles, que eles viessem de bermudas, e o uso do boné...

É fato que essas decisões e permissões se dão mais em função de um melhor conforto dos próprios alunos, haja vista que a média de clima da cidade está sempre entre vinte e oito e trinta e cinco graus, o sol é sempre muito quente, a maioria se desloca a pé e as salas de aula não são climatizadas.

Quanto à *participação dos alunos no Conselho Escolar*, última subcategoria a ser analisada, a análise das entrevistas serve para mostrar que essa é uma dimensão participativa que os jovens ainda estão a conquistar. Verificando a legislação a esse respeito, identificamos que a representação dos

alunos com idade inferior a dezoito anos é feita pelos pais. Ora, se a idade padrão para frequência ao ensino médio é de quinze a dezessete anos, vislumbra-se que a sua representação será de todo modo delegada aos seus pais. Nesse sentido, temos a manifestação de DE2:

Tem uma legislação que dificulta a participação do jovem no ensino médio. Primeiro elimina a participação do jovem no ensino fundamental, elimina. O conselho escolar agora não admite, não permite que jovem menor de 18 anos vote ou seja votado nas propostas do conselho escolar.

Na compreensão de DE2, a participação do aluno fica de certo modo eliminada pois embora a Secretaria de Educação oriente para que se aumente o número de pais para representar os alunos, numericamente isso parece resolver os problemas, mas a participação não aumenta, porque o pai não está no dia a dia da escola. Então é interessante fazer esse questionamento, por que que isso acontece?

3.7 A visão dos jovens

Os dados que em seguida se discutem resultam das entrevistas com cinco jovens representantes de segmentos diversos da comunidade de Rio Branco, sendo um membro efetivo representante da juventude no conselho de uma das regionais de bairro; um estudante de ensino médio e postulante a um cargo político de vereador; um representante de uma das associações nacionais de estudantes; um representante da ala jovem de um partido político; e um jovem da comunidade representante de si próprio e, por acaso, portador de deficiência física. Destes, dois frequentam o ensino universitário, dois o ensino médio e um está sem estudar no momento; nenhum deles tem emprego. Todos residem na cidade de Rio Branco. Quatro são do sexo masculino e uma do sexo feminino e a idade varia entre 17 e 25 anos. Para efeito desta análise serão denominados de J1, J2, J3, J4, J5, como pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 7 - Caracterização dos jovens

	Cod.	Idade	Gênero	Escolaridade
Jovens	J1	26	M	Licenciado(a frequentar)
	J2	17	M	ensino médio (a frequentar)
	J3	18	M	ensino médio (a frequentar)
	J4	25	M	ensino médio (incompleto)
	J5	26	F	Licenciado(a frequentar)

O Quadro 8 a seguir apresenta as categorias realizadas com os cinco jovens representantes de diversos setores da juventude de Rio Branco.

Quadro 8 - Jovens: categorias e subcategorias

Categoria	Subcategorias
I - Visão sobre a participação juvenil	Motivação para a participação
	Barreiras/obstáculos à participação
	Contextos que influenciam a participação/ escola/família
II - Disposições para a atividade política	Atenção e interesse político
	Pertença e Identificação partidária
III - Visão sobre as políticas de juventude	Eficácia da política de juventude
	Concretização da política/ iniciativas e sugestões

As categorias de análise construídas a partir dos objetivos propostos para o trabalho abordam as diferentes concepções e olhares que estes jovens têm sobre as políticas de juventude, sua construção, concretização, limites e oportunidades a eles concedidas. Para isso, estabelecemos como categorias para a análise: I *Visão sobre a participação juvenil*; II *Disposições*

para a atividade política; III Visão sobre as políticas de juventude.

A categoria I da análise remete a três subcategorias que são: *a motivação para a participação, as barreiras à participação e os contextos que influenciam a participação.*

Na análise da categoria a *visão sobre a participação juvenil* entendemos que a participação amplia a construção e o exercício da cidadania, e inclui várias possibilidades de atuação e desenvolvimento dos jovens na sociedade. Nesse mister, a sociedade é essa escola onde todas as pessoas andam juntas sem perceber. Na opinião de J2, nesse caso, tem que fazer o melhor. Referindo-se a participação juvenil J2 enfatiza que:

Nós precisamos é de um mundo onde, além de viver pessoas melhores, vivam pessoas mais motivadas para que a gente não tenha, aqui na cidade de Rio Branco, jovens que ao final, quando chegarem ao final de suas carreiras como profissionais, fiquem igual a epítáfios, que sentia que deveria ter amado mais, ter chorado mais, ter até aceitado as pessoas como elas são. Então, no cenário de debilidades, de natureza e de seres humanos, a gente tem que acreditar de que pelos outros a gente pode sempre fazer o melhor (J2).

Reportando-se a questão da participação juvenil, J3 fala que o jovem hoje tem uma forma de participação com as redes sociais que propiciam tomar parte em várias movimentações no mundo inteiro, como a “Primavera Árabe”, como o “*Occupy Wall Street*”, um grande movimento dos Estados Unidos contra os bancos. No Brasil, há vários movimentos também, a exemplo dos “Anões do Brasil”, que é o movimento contra a corrupção no âmbito político... Mas, ao mesmo tempo, J3 faz uma reflexão de que apesar da rede social ser acessível, ela não o é para todos:

Só que o jovem mesmo da população, o macro, ele não está por dentro das informações, ele não está participando desses movimentos, muitas vezes, porque ele não quer fazer parte, não pesquisa, não coloca o seu senso crítico!

J3 diz compreender que o jovem, por algum motivo, não participe desses movimentos, mas pensa que todos poderiam expor as suas opiniões

e o seu senso crítico dentro das redes sociais porque a barreira e a grande corrente que aprisionou a juventude foi a ditadura.

Hoje não tem mais essas barreiras de você não poder gritar e expor sua opinião! Hoje, nós temos as redes sociais com total liberdade! (J3)

Para J5, os jovens estão muito acomodados, porém tem sempre os que querem participar mas não sabem como por falta de informação:

Tem coisas que acontecem lá que eu só sei porque eu tenho acesso à rede social, mas aqueles que não têm acesso à rede social? Como é que eles vão saber que tá tendo um curso preparatório, que tá havendo algum evento pra juventude? (J5)

Mesmo reconhecendo que há dificuldade para a participação de alguns jovens, J5 reconhece que de toda forma existe uma acomodação a ponto de que quando se chega querendo revolucionar tem sempre aqueles que se manifestam, segundo J5, dizendo:

(...) “Tá é doida! Lá vem a doida com essa ideia revolucionária!” Como é que eles vão ouvir se eles estão lá no salão deles? Eu digo: “Enquanto vocês tiverem essa visão fechada, que eles não vão te ouvir, vocês não vão conseguir nada! Agora, a partir do momento que vai haver uma união e todos se juntarem ali... vamos à luta! A gente vai conseguir! Porque é que outrora conseguiu? Era na luta, era na estrada, era no pesão! A gente quantas vezes fez mobilização?” Os próprios jovens estão desacreditados...

Se por um lado J5 aposta na falta de crédito que os jovens da sua comunidade parecem demonstrar relativamente a serem ouvidos e atendidos, J3 faz uma crítica dizendo que a falta de participação está ligada também ao fato de que muitos jovens ainda desfrutam de uma boa e cômoda condição, onde muitos arrumam desculpas e são muitos mimados, criados em berço de ouro, como ele, mas que abdicou da sua condição de “filhinho de papai” para se dedicar às causas reivindicatórias.

Da análise que fazemos, percebemos que os jovens entrevistados demonstram uma consciência crítica acerca da questão da participação onde percebemos que em muitos momentos eles mesmos fazem uma *mea culpa* desse pouco envolvimento, como verifica-se na fala de J2:

E no momento ainda não está acontecendo... talvez até, quem saiba, pelo devido anonimato da nossa própria juventude, talvez a culpa também seja minha, talvez a culpa seja dos outros, a culpa é nossa! A culpa também deve ser dividida.

Mas para J4, o jovem tem que atentar para algumas coisas. O jovem não pode ser “rebelde sem causa” e tem que acreditar que se ele quiser, se for atrás de algum lugar onde possa reivindicar dentro da representação do governo, com certeza vai ser ouvido. Para ele, a militância parte do dia a dia. Diz ainda que:

É muito fácil usar o jovem como massa de manobra, uma vez que ele está sedento pra fazer alguma, e, infelizmente, o jovem tem pouca oportunidade.

Ainda na opinião de J5, o que falta para melhorar a participação juvenil é uma mobilização maior, participação, mobilização, e a busca dos jovens pra irem à luta. Este jovem relata como era o movimento juvenil, realizado a uns anos atrás quando os jovens recebiam uma bolsa de noventa reais para se incluírem em determinadas ações:

Foi como ter o primeiro emprego, trabalhar, com essa bolsa... foi com esse intuito e era muito bonito naquela época! A gente ia, vestia a camisa, ganhávamos 90 reais, mas valia a pena a gente estar ali buscando política pros jovens!

Tem que levar esses jovens para dentro das atividades culturais mesmo! Nós temos os esportes radicais que aqui no nosso estado vêm avançando muito. (J3)

E J5 desabafa diante da pouca motivação existente hoje para a participação da juventude:

Falo e eu coloco é lá no *Facebook*! Escrevi uma carta e mandei pro (...) mandei pra todas as pessoas, pedindo políticas e deixei lá! Publiquei foi pra todas as pessoas da minha rede de amigos verem a necessidade de políticas públicas pro 2º Distrito porque tem muitos deles que falam assim “A gente faz mas os jovens não estão nem aí!”. Nós temos que mobilizar, nem todos os jovens não tão nem aí!

Muitas são as razões apontadas pelos jovens para a falta de participação. J3 reputa também como provável causa o alto índice do uso de drogas dentro da juventude que é, segundo ele, muito maior hoje. Some-se a isso o alto índice de violência encontrado nas estatísticas, que mostra que o jovem é quem mais morre e é também o que mais mata.

Então, a criminalidade, ela está dentro da juventude e se a gente não tem um movimento estudantil organizado, que nos represente, que lute pelos direitos pra inserir esses jovens dentro do estado, com trabalho, renda, com educação de qualidade, isso tudo sozinho é coisa que a gente faz. (J3)

Referindo-se à *motivação para a participação*, J2 diz que deve-se acreditar e respeitar porque todos os seres humanos têm as suas debilidades e que cada um nasce dentro da sua própria natureza.

Contudo, a gente tem que contar e não tem que ferir, se é com a fé, se é com a sorte, se é com a genética, mas que nasçam e se desenvolvam pessoas que comecem a pensar na boa qualidade de vida dos outros, que comecem a acender pra ir puxando cada vez mais pessoas, para poder estar instigando, para poder tá fazendo, para poder estar-se desenvolvendo. O grande feito que às vezes atrofia uma sociedade é pensar em si e não pensar nos outros. (J2)

Para J4, no entanto:

Depende muito de onde tu vai atrás. De verdade mesmo, tu tem oportunidade se tu tiver amizade, a verdade é essa porque tem sim, tem muitas oportunidades, creio sim!

Quando assim se refere, não quer dizer que a motivação existe, mas, muitas vezes, é o jovem que tem que procurar esta motivação.

Não digo que pro jovem tem mais oportunidades, mas pra quem quer ir atrás, tem, mas quem faz é a gente. Infelizmente, a gente não faz! Não é a oportunidade que nasce de verdade não, como se dissesse assim “é fácil”. Não, não é tão fácil. (J4)

Quando nos referimos nas entrevistas sobre a participação dos jovens, falamos da participação de um modo geral e nesta se inclui as oportunidades de participação em atividades culturais e de lazer. Nesse sentido J5 se manifesta dizendo que:

A única diversão que o jovem da comunidade tem é os bares, no final de semana... pra onde é que eles vão procurar? As igrejas, elas fazem a parte delas, orientando, tentando puxar pra ela, mas a igreja não tem um apoio governamental e aí não tem nada de lazer... Chega o final de semana e é o bar... quem é evangélico vai pra igreja, quem é católico vai pra lá... nem no bairro tem! (igreja católica).

Percebemos na análise das entrevistas que os jovens têm boa vontade. São de certo modo, conscientes da sua importância no contexto da sociedade, mas a motivação fica comprometida pela falta de apoio para as suas iniciativas, como vemos na fala de J5:

A cada final de mês... eu faço uma reunião, duas, três... eu estava fazendo toda semana, mas para um jovem ir tem que ter um cafezinho... se for de manhã, um cafezinho da manhã e à tarde um lanchinho... eu não tenho recurso! Se eles oferecessem, tivessem algum recurso pra gente, seria até melhor que tinha

como tá conscientizando, mas ninguém quer jovem conscientizado...

É compreensível que a falta de oportunidades, além de inviabilizar a participação, coloca uma série de barreiras que nem sempre conseguem suplantar a boa vontade do jovem de “remar contra a maré”, como diz o dito popular. A começar pela participação nas decisões e no planejamento das ações destinadas a eles, com exceção do momento da construção da política de juventude. Hoje os jovens se ressentem do fato de não serem chamados para opinar, conforme pode ser verificado na fala de J1:

Nós não somos convidados a participar de nenhum evento que seja direcionado à juventude, por ter uma mente aberta e querer entrar em debates (...). No atual governo que a gente está hoje, infelizmente tem que prestigiar, tem que participar, eles já chegam com todas as documentações, já chegam com tudo pronto, e querem que a gente só assina. Não deixam a juventude participar, indicar e mostrar alguma proposta que seja adequada ao plano de governo. (J1)

Muito se percebe ainda que há uma visão crítica na fala de J1 que dá a entender que o jovem percebe sim quando está sendo usado para avaliar propostas e planos dos quais ele não participou. É bastante interessante também o direcionamento partidário que se encontra hoje junto aos grupos que são envolvidos politicamente. Percebe-se uma tendência a que aqueles jovens que são partidários do governo que está no poder tem em concordar com as ideias e decisões. Isso é claramente perceptível quando analisamos a fala de J1 referindo-se a convites para participação no movimento da Ubes, que é a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, e onde, infelizmente, não são debatidas metas voltadas à juventude. Segundo ele:

Lá é um grupo radical, é uma ala radical do PT e da UJS que é subordinado ao PSDB. Infelizmente lá não tem espaço para nem um outro partido, e não são discutidos planos voltados para juventude, lá o que é discutido é de interesse próprio dos partidos, e aqui nós queremos reivindicar e fazer que sejam

distribuídas ações para todos, independente de sigla partidária, independente de cor partidária.

Outro aspecto que percebemos como barreiras à participação, na fala dos jovens, é a manifestação de J5 referindo-se ao fato de apesar de ser representante no conselho municipal de juventude, de ter *e-mail* e telefone disponibilizado, participou da posse e nada mais:

Nós estamos no dia 30 de abril e eu nunca fui convidado para nenhuma reunião! Eu fui convidado pra posse, no ano passado, não lembro nem o dia que foi e, até agora, eu nunca fui convidado para nenhuma reunião... Agora, eu não tenho como ir para uma reunião na qual eu não sou convidado! (J5)

Outra situação interessante que J1 coloca em relação às barreiras à participação de outros jovens é a questão dos monopólios em determinados segmentos relativos a juventude, como é o caso da instituição denominada Casa do Estudante do Acre. Na sua visão crítica enfatiza:

(...) quanto tempo nós vivemos um monopólio na Casa do Estudante? Os movimentos nas universidades federais... Há quanto tempo a gente não tem uma juventude envolvida dentro das alas universitárias? Precisamos reivindicar isso...

Na visão de J2, para além do receio que eles percebem quanto aos adultos não deixá-los participar, um grande problema das pessoas para com a juventude é não acreditar. Para ele o jovem tem um bom nível de perseverança, de avançar mais. Conforme vai estudando, vai buscando informação, adquire uma visão de competência para determinar, para realizar determinados trabalhos. Para ele:

(...) quem já tem um grau elevadíssimo de uma informação (...) e se dispõe a ser um orientador, se dispõe a se colocar, a disseminar para mais pessoas e não só realizando trabalhos sozinha, você tem equipe, tem eixos... Então, o problema da juventude não é força, não é falta de coragem! Pelo contrário, o

problema da juventude é estímulo. Tem uma série de jovens querendo o primeiro emprego, querendo um trabalho... (J2)

Na opinião de J3, as *barreiras à participação* dos jovens, não se limitam aos governantes responsáveis pela concretização das políticas, mas à escola e às organizações de movimentos estudantis que deixam a desejar, a exemplo dos grêmios estudantis que se elegem, mas têm uma atuação muito restrita. Para ele:

(...) hoje, a rua, ela é muito mais atraente do que a escola. Se a gente parar para pensar, é muito mais fácil eu estar na minha casa com meus amigos batendo um futebol, na internet, conversando pelo Facebook do que eu estar dentro da sala de aula recebendo aquela educação entre quatro paredes.

A falta de espaços apropriados e equipamentos para atividades culturais e de lazer, são também obstáculos à participação citados pelos entrevistados, como refere J4:

Só o cine teatro e creio que não funciona mais em nada, não tem um ponto de lazer em nada pra ali, (...) você procura uma área de lazer e não tem! É assim, pra eles, área de lazer é somente fazer uma quadra ali, uma areia... esse é o ponto de lazer. Lá no meu bairro não tem um ponto de lazer, só tem uma quadra, abandonada e pronto! Esse é o ponto de lazer. (J4)

Um dos pontos que merece atenção especial é o que diz respeito aos níveis de participação dos jovens portadores de alguma necessidade especial, ou os jovens deficientes. É de se pensar que, se para aqueles que têm condições diferentes, que podem se locomover e ter mais mobilidade as condições já não são boas, vejamos então o que diz J4, que é um jovem portador de deficiência:

De verdade, tipo assim... quer saber como eu me sinto como deficiente? Excluído! Se eu não for atrás de me

incluir, eu não sou incluído pelo sistema! O sistema diz que existe, mas não existe!

A dificuldade para esta parcela de jovens começa na utilização do transporte público. Não existe metrô na cidade de Rio Branco e o acesso aos ônibus está longe de ser ideal, uma vez que, via de regra, estão quebrados ou não existem. Isto foi bem relatado na entrevista com J4, quando este diz:

Típo... eu era do time de basquete de cadeirantes. Meu Deus do céu... é horrível pra eu pegar um ônibus, a metade é quebrada – dos que funciona – e os que funcionam, os que não são quebrados, a maioria dos motoristas não são preparados pra atender as nossas necessidade.

A bem da verdade, os motoristas não podem fazer muito. Não que eles sejam maus motoristas, é que eles não têm aquele preparo para atendê-los. O próprio terminal urbano é totalmente despreparado para um cadeirante. E isso em nada contribui para o simples deslocamento do portador de deficiência, o que inviabiliza por completo a sua participação. J4 relata que conhece muitos deficientes visuais que se queixam de não ter nada preparado para eles enquanto cidadãos.

Pra deficientes visuais, é horrível! Não tem nada, nada preparado pra um deficiente visual aqui! Nada!... Deveria ter o tateador pra saber onde tá as coisas. Tu não sabe nada daqui, tu não vê nada! Dizem que tem uma rampa ali que nenhum cadeirante sobe sozinho. Então, ele não está sendo incluído! Na verdade, ele tá sendo humilhado porque do mesmo jeito, ele tem que pedir ajuda pra subir uma rampa daquela ali. (J4)

A manifestação de J5 vai no mesmo sentido dos demais jovens entrevistados. Referindo-se aos obstáculos à participação, cita a deficiência que ela percebe e aponta consequências que do seu ponto de vista são quase que inevitáveis:

Se não tem uma quadra, se não tem um teatro, se não tem nada de futuro num bairro desse, o que é que um jovem vai fazer? Vem uma pessoa e oferece droga... é o caminho mais fácil pra ele, que tá precisando de dinheiro, que não tem emprego... um jovem de 16 anos não pode trabalhar! Ele vai trabalhar como menor aprendiz hoje, mas a oferta é pouca... aí, a opção é o quê? Ser... como é que eles chamam? Ser... (J5)

Apesar de tudo, na opinião de J1, o atual governo fez muito sim. Áreas de esportes, centro cultural, quadra de areia, quadra poliesportiva, mas não tem um trabalho de acompanhamento, não tem pessoas que fiquem ali, naquele departamento, para que esses locais de lazer funcionem eficientemente.

Você pode passar hoje, num sábado, em frente a um cinema, em frente a uma quadra de esporte que tá abandonado, que ninguém tem iniciativa de trazer a juventude pra lá. Aí os jovens se voltam aos bares, se voltam, infelizmente às drogas, falta de oportunidade de emprego... (J1).

Entretanto, J4 menciona que, infelizmente, para ele, a própria população não tem interesse por cultura provavelmente porque isso não foi passado de geração para geração. Além do mais, quando tem um *show* ou peça de teatro, o valor cobrado inviabiliza a entrada dos jovens de classe econômica menos favorecida.

J5 faz referência a existência de grupos de jovens que na sua regional frequentam as igrejas. No entanto, segundo afirma, esses locais se restringem a falar de religião. Para ele é preciso acontecimentos que deixem o jovem conscientizado do que tem na sociedade e do que se pode conquistar. Ele faz o seguinte questionamento:

Quem é que quer jovem conscientizado? Só a gente mesmo, porque um jovem consciente, ele vai à luta, ele não fica acomodado em casa, de jeito nenhum! Ele fala mesmo porque ele quer cobrar o direito! Uma pessoa que conhece o direito dele, ele sabe aonde

buscar, ele sabe onde cobrar! Se não tá resolvendo aqui, ele tem onde recorrer!

Para este jovem infelizmente, os jovens estão muito acomodados hoje, graças a eles mesmos! (decisores políticos) Eles, que começaram com essa panelinha, ativaram a gente, despertaram esse desejo e acabou... jogaram um balde de água fria... (J5)

Este desabafo de J5 não difere do pensamento de outros jovens entrevistados. Aqui a referência é a revolta que se percebe em função da falta de continuidade do que foi feito quando da mobilização para as conferências que culminaram com a elaboração da política nacional de juventude, quando depois de longo período os jovens foram outra vez convocados para mostrar a cara, participar e demonstrar a força que têm. Passada a fase de elaboração da política, tudo voltou ao que era antes, ou seja, o jovem voltou a ser apenas expectador e algumas vezes coadjuvante do seu espaço. Nessa direção vai a fala de J1:

Na verdade..., não falta jovem. O jovem está suficiente que queira participar nesse momento. O que falta é a atitude, a falta de compromisso que os nossos líderes representantes têm com a juventude, com a ala jovem.

E levando em consideração o que J3 diz, quem sabe que se essa interação de atividades fosse feita por jovens? Se é verdade que jovem entende jovem, pode ser verdadeira a afirmação de J3:

Eu acho que nós temos atividades, só que a interação com esses jovens para dentro da atividade é feita de forma errada. A interação até de tu saber como tu colocar pessoas para conversar com os jovens. Um exemplo é: tu vai falar sobre sexualidade, tu vai trazer um palestrante de 50 anos, 40 anos, a juventude, ela se retrai com isso.

A esse respeito J4 desabafa dizendo que:

Hoje tá um pouquinho melhor pois antes a dificuldade era muito maior em tudo, especialmente pra quem tem alguma deficiência, não pelo problema, não só da pessoa, da questão da acessibilidade dos locais, acessibilidade à conversa, à cultura, a um entendimento... às vezes, o que é que falta? Entender que o deficiente é uma pessoa normal!

J4 continua sua fala dizendo que:

O pessoal coloca na cabeça que o jovem é preguiçoso... mentira! Ele não tem oportunidade de fazer as coisas! Como é que os jovens de antigamente não tinham preguiça e os de hoje têm? Sem mentira, no tempo da minha mãe ela não tinha o que fazer e era carregar lata de água... não tinha o que fazer e ela fazia isso! Então, o que acontece! Hoje não tem essas oportunidades! Infelizmente, quando eu era mais novo, a dificuldade ainda era maior!

Entendemos que a fala de J4 pede uma reflexão dos adultos no sentido de que, ao invés de tentar impedir suas iniciativas, possam sonhar junto com o jovem, acreditar no seu potencial.

Outro aspecto apontado nas entrevistas no tocante às barreiras que influenciam a participação é a alienação e o consumismo que as redes de televisão empregam hoje na cabeça do jovem. J3 desabafa que sente quase como uma “lavagem cerebral” a insistência que o governo coloca através da mídia do que o jovem tem que ser.

Continuando sua fala ele diz que:

Não é que ache que isso não é importante, mas isso foi colocado para a juventude para ela sempre pensar no eu e olhar para o seu umbigo e, querendo ou não, a juventude do nosso estado tem muito mais isso porque ele faz parte dessa geração, que está hoje em balada, em festa... É uma geração que o cara está ali porque o pai dele força, porque o pai dele vai dá um dinheiro para ele no final de semana ir para uma balada. É um pessoal que pensa muito no hoje e pensa muito no eu e olha para política! É um grande

problema também a imagem que hoje a mídia passa da política! (J4)

(...) tu tem que ser (...), tu tem que terminar o seu ensino médio, tem que ir pra uma universidade, tu tem que ter um emprego, tu tem que lutar para entrar no mercado de trabalho, derrubando gente se for preciso derrubar, você vai derrubar para entrar no mercado de trabalho para ter um bom emprego. (J3)

E J1 faz referência a uma constatação de que ainda bem que muitos políticos estão vendo que realmente precisam da juventude, não só na hora de levantar a bandeira. Embora, aos jovens passe uma ideia de que, pelas atitudes tomadas pela maioria dos políticos, há uma pré disposição por parte dos mais velhos de impedir o crescimento político de jovens talentos por medo de ver o seu espaço tomado. Para J1 isso tem que acabar pois ele tem consciência que estão trabalhando em prol da sociedade, do povo do Acre, do povo do país, do Brasil.

E falando em nome da parcela de jovens que representa:

A gente é contra jovem ir para esquina levantar bandeira no meio de um sol quente... Nós temos muitas riquezas para trabalhar, para explorar... Por que essa desigualdade? Por que o medo de deixar o jovem crescer, do jovem aparecer? A maioria dos nossos políticos hoje tem medo!

Para concluir a análise referente às barreiras para participação dos jovens, reportamos a fala de J4 quando diz que, infelizmente, é o adulto que não acompanha a ideia do jovem. Ele se sente excluído em todas as áreas, exemplo:

Quando a gente tem alguma ideia de revolucionar alguma coisa, a primeira pessoa que vai pra trás não é o jovem, são os adultos que já foram jovens e que também já foram pra trás e que já fizeram isso com eles e eles deveriam fazer diferente e não, eles fazem a mesma coisa e isso não é legal! Isso atrapalha!

Na subcategoria da análise da entrevista com os jovens que diz respeito aos *contextos que influenciam a participação*, serão abordadas as questões referentes à escola e à família. Desse modo, pode-se dizer que o desenvolvimento e os benefícios de sua participação estão relacionados aos ambientes onde estão inseridos e com os quais interagem entre si. Entre esses contextos há que se registrar a família e a escola. *A escola* ao incentivar o protagonismo juvenil passa a ser um agente estimulador e cumpridor do seu papel. Para J2, se a escola cumpre com a sua missão no sentido de incentivar e proporcionar condições de participação, ela pode dizer:

Por esse aluno eu fiz o que estava diante da possibilidade. Então, cabe a ele como pessoa, com a experiência de vida levar isso e... vai, filho, vai e vai diante das tuas conquistas porque o que a gente podia fazer por você nós fizemos (...). Se a escola fizesse com que o aluno enxergasse a própria vida já teria cumprido todo papel da educação. (J2)

J2 aponta questionamentos sobre a estrutura curricular das escolas dizendo que, no seu entender, ela está atrofiada. Para ele:

Você deve ser ensinado a pensar, pensar matematicamente, pensar politicamente, pensar filosoficamente... não é aprender modelos! (J2)

Esse mesmo raciocínio é apresentado por J3 quando diz:

A educação que a gente vive, eu analiso que ela é, com algumas mudanças lógico, mas é a mesma há quase 40 anos, 30 anos, é a mesma educação que a gente recebe.

A fala de J3, na análise que fazemos, vem carregada de responsabilidades para os próprios jovens cita que o jovem tem que se movimentar, tem que se organizar para pautar junto com a Secretaria de Educação, a educação que ele quer porque, querendo ou não, o estudante só não acorda para saber que ele tem voz e que para ele pegar, ele tem que ter força e muita força! J3 sugere que:

A gente tem que ter é filosofia, sociologia, coloco até artes e história só que... a gente sabe que, na época da ditadura, o movimento estudantil lutou para inserir essa filosofia e sociologia dentro da grade curricular (...) só que... na parte dos professores, há um pouco de não saber lidar com o jovem e não saber ascender a esse espírito revolucionário, esse espírito crítico.

A análise da fala deste jovem nos leva a constatar que a escola precisa reconhecer que a sua dimensão educativa não se reduz a ela própria, aos muros que a cercam e ao cotidiano escolar. Para além disto, deve considerar as experiências trazidas pelos alunos, investir em políticas, apoiar as iniciativas como o grêmio estudantil e abrir seus espaços e acessos a equipamentos de cultura e lazer. J3, referindo-se ao grêmio estudantil, diz que:

O grêmio estudantil, ele tem um papel muito importante de trabalhar junto com a gestão da escola para transformar essa escola muito mais atraente, com debates, com atividades culturais, com atividades esportivas... Esse leque de coisas que a gente pode atrair a juventude para dentro da escola, para ela entender que a escola para ela é uma segunda casa...

Ao analisar o contexto que influencia a participação dos jovens, não há como negar que o papel da *família* é essencial, para que a participação, seja de que forma for, aconteça na vida dos jovens. A citação da família tem sido percebido ao longo da análise das entrevistas, seja na opinião de líderes comunitários, diretores de escola e pelos próprios jovens. Em síntese, nas entrevistas, percebemos que, na opinião dos entrevistados, o envolvimento da família atua diretamente na formação de atitudes e valores assim como na aquisição de conhecimentos. Assim, encontramos na fala de J2:

(...) eu posso te dizer, na verdade, de que quando se fala que a base da estrutura familiar é verdadeiramente a base, é porque é! Eu não venho de uma família ricamente estruturada em requisito financeiro, mas eu venho de uma família riquíssima em relação a seres humanos.

Essa influencia nos níveis de participação é confirmada por J3 quando cita a trajetória do seu pai, embora diga também que apesar de ter sido militante do movimento estudantil, seu pai não gostaria de vê-lo “metido” nisso:

Meu pai, ele foi militante do movimento estudantil, foi participante do DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, militante do partido... ele queria que o filho dele estudasse, fosse um doutor, pensasse sempre nele!

A categoria II da análise reporta-se às *disposições para a atividade política* dos jovens e inclui duas subcategorias que denominamos *atenção e interesse políticos*, *político* e *pertença e identificação partidária*. No decorrer das entrevistas foi levantado junto aos jovens entrevistados a questão da aparente apatia demonstrada hoje pelos jovens relativamente à sua participação política, as prováveis causas e motivos para a participação. No caso de J2, ele revela que antes de você virar protagonista na sociedade, você tem que virar protagonista dentro de casa, tem que virar protagonista da própria vida. E explica porque resolveu se envolver na política:

Há em mim uma tendência natural por gostar de política, eu gosto, eu acredito que a única esfera que eu consigo mudar, mas mudar interferindo mais diretamente na vida das pessoas, é a política. Então, é o pensar para a vida dos outros. Então, eu acho isso muito interessante, eu sempre digo que de eu ter alguém que cuida de mim, eu tenho que cuidar dos outros também.

J2 diz acreditar que o pensamento para a sociedade, não deve ser um pensamento de que se vá defender as ideias individualmente, mas defender as ideias coletivas. E argumenta que:

Se eu vivo num estado democrático e no qual a democracia é essa observação de várias pessoas para se chegar as melhores ideias, eu vou tentar, junto com as outras pessoas, se chegar na melhor ideia, na

ideia mais viável, no que naquele momento é mais aceitável.

Para ele, trabalhar com a executiva estadual do seu partido, ver todo funcionamento de um partido e ter a responsabilidade de fazer esse partido crescer, é fundamental, é enriquecedor. J2 classifica como muito positiva a experiência de participação política, uma vez que ele será candidato a um cargo político de vereador nas eleições municipais que se aproximam. Ele mostra-se bastante motivado com a possibilidade e manifesta-se dizendo:

Eu vou remar pela primeira vez num rio que eu não conheço. Eu vou ter experiência de ir para rua, eu vou-me aproximar mais das pessoas, eu vou ter que me preocupar (...), eu me preocupo hoje em desenvolver propostas, em desenvolver teorias, em pensar na melhor qualidade de vida para as pessoas. É esse o meu pensamento, na juventude, na mãe, no pai, no idoso... Então, esse é o meu pensamento.

Diferentemente de J2, que expõe os motivos para sua participação política em virtude do interesse partidário, encontramos na fala de J4 um outro tipo de manifestação do porque ter, enquanto jovem, participação política:

Eu tenho que conhecer os meus direitos e quero ver o que é que estão fazendo com os meus direitos! (...) Agora, mais do que isso, pra mim, não me interessa muito. Eu só quero que, na hora que eu tiver um direito, saber que aquele direito existe e ver se, realmente, está funcionando.

A formação de atitudes políticas nos jovens parecem ocorrer em grande parte dependendo dos ambientes em que se encontram. O interesse na participação política pelo que verificamos nas falas dos entrevistados acontecem como forma de resolução de problemas, sejam eles coletivos ou individuais. J5, aparenta sensibilidade com a comunidade em que habita pois demonstra uma preocupação que o leva a incorporar-se ao movimento político:

Depois, já com 20 anos, eu voltei à ativa porque uma vez que você entra na atividade social você não quer mais parar, você sempre quer tá envolvido e aí, pela necessidade que eu via no meu bairro, um bairro muito carente de políticas públicas, principalmente pra juventude... lá é um bairro onde, segundo dados, é um dos bairros que tem mais pessoas na pousada... (casa de detenção)

J2 revela encontrar muitos amigos que lhe dizem: “Ah, eu não gosto de política”... mas para ele, “não tem por onde, é o sistema brasileiro, é o principal sistema!”. E nesse sentido, encontramos nas falas dos entrevistados afirmativas de que para eles a inserção da juventude na política é de extrema importância para renovar quadros, trazer novas ideias e construir um novo caminho. Segundo J2, tem até esse questionamento, de muitos dos seus colegas:

Olha J2, eu vou ser médico, eu vou ser advogado, eu vou ser... diversificadas profissões mas eu não encontro ninguém que diga “eu vou ser um bom gestor público” e a sociedade precisa de bons gestores. (J2)

Fica cada vez mais claro a atenção política que os jovens manifestam ter. A visão crítica demonstrada pelos entrevistados ratifica o interesse desses jovens nas causas que lhes dizem respeito. J1 manifestou uma crítica ao fato de o governo estar apresentando a LDO (lei de diretrizes orçamentárias) sem que esta tivesse sido discutida pelos segmentos aos quais ela será destinada. Reportando-se a uma entrevista concedida aos canais de televisão da cidade pelo líder do governo na assembleia, onde este dava a notícia à sociedade de que a LDO estava pronta para ser votada, J1 diz:

Não existe no estado do Acre a comunidade participativa, não existe ainda, e que esse grupo que aqui se origina hoje, que tá se formalizando, vai lutar, vai reivindicar para que seja colocada em prática a juventude participativa, tanto quanto a comunidade participativa, desde a elaboração dos projetos.

Tendo em vista que J1 é representante da ala jovem de um partido político diz que atitudes como estas de aprovar em gabinete um plano para quatro anos de governo ou encaminhar para votação sem o tempo suficiente para que os deputados e vereadores possam analisar:

É uma notícia para quem é jovem, para quem gosta de se envolver na política, eu acho que ficou um pouco chateado e triste.

Isto demonstra que os jovens, ao menos os que estão envolvidos politicamente, têm uma visão crítica e uma atenção política que demonstram compromisso com a coisa pública. Falando pelo seu partido ele diz que estão trabalhando essa questão de juventude para colocar os jovens também para participar dentro do processo:

Mas acredito eu, que a juventude sim vai se fortalecer e que nós temos sim, bons nomes hoje para serem pré candidatos a vereadores da capital do interior e a gente tá tendo esse reconhecimento e vamos ter cada vez mais ainda. (J1)

J1 ainda se manifesta dizendo que:

Então tem que ter mais respeito com o dinheiro publico, tem que valorizar mais o jovem que é o futuro de amanhã... a juventude quer mudança, que a gente quer participar sim, do plano de governo. Desde o começo, a gente não quer receber as coisas prontas não, a gente quer fazer, quer participar. (J1)

Ficou bastante evidente que tanto os jovens que têm afiliação partidária quanto os que não têm, apresentam uma visão pertinente de que é importante a sua participação pois desse modo poderão opinar, reivindicar e conseguir incluir dentro das propostas e programas as necessidades básicas para o desenvolvimento de uma juventude sã, ativa e participativa.

Na visão de J1 o município de Rio Branco ainda é suficientemente pequeno para fazer esse trabalho, só que quem se elege tem que assumir que foi eleito para administrar e trabalhar em prol da comunidade. E coloca de forma crítica que o político não foi eleito para se organizar e se estruturar financeiramente. Para ele quem entra na política tem que entrar com a intenção de trabalhar em prol de todos:

A gente já vem questionando há muito tempo, que a pessoa tem que saber o que tem que ser feito, tem que tá lá, tem que participar, tem que ir para o chão, tem que ir junto com o gari, o prefeito tem que participar das obras, desde o começo. Quando for ir abrir uma rua, tem que estar lá, tem que prestigiar, tem que pegar o cabo da enxada e ir junto porque ele tá sendo pago e foi eleito para isso. Não foi eleito para mais nada além disso, não. (J1)

E para ratificar seu interesse político, J2 tomou a iniciativa de se filiar e se engajar na secretaria e na ala jovem do seu partido assim como afirma que será candidato pois assim poderá criticar certos mecanismos e executar trabalhos. E justifica porque sairá candidato:

Saio (candidato) com 17 anos de idade porque eu acredito. Como é que eu vou abraçar a causa? Eu só vou poder criticar isso, a certo momento, quando eu tiver braços para isso, quando as pessoas puderem não só me ouvir mas quando eu também puder dizer: A gente vai fazer diante de tal mecanismo e nós vamos fazer. Aí, eu vou-me dar de contraponto a criticar certos mecanismos e executar trabalhos. (J2)

O interesse político de uma boa parte dos jovens de Rio Branco é manifestada pelos seus representantes que são ativos participantes nos fóruns de debates onde procuram pontuar seus anseios e reivindicações. J3 um desses representantes, relata que:

Tem uma jornada de luta, todos os anos acontece, nós reunimos à militância, pegamos todos os anseios da juventude, nesse ano a gente fez um ciclo de debates, a gente conseguiu em todas as escolas do estado, duas vezes... (J3)

No entanto, conforme relatado anteriormente, há uma queixa por parte daqueles jovens que também são lideranças mas não estão inseridos no contexto dos partidos políticos de que eles não tem chances de participação conforme fala J5 porque:

A maioria da participação era daquelas pessoas, daquele pequeno grupo, que desejava ir pra nacional defender os interesses próprios porque eu vejo que, na maioria dos casos, tem pessoas lá, um pequeno grupo defendendo interesses próprios e da comunidade nada porque quando eu saio pra defender os interesses da minha comunidade, eu não vou defender só a minha, a minha partidária, a minha pessoal! Eu quero defender aqueles jovens que eu tô representando... (J5)

Consideramos de grande interesse político a manifestação de J5 quando faz referência a questão da conscientização que os jovens precisam ter para entenderem o tamanho da importância no desenvolvimento e nas tomadas de decisões que diretamente lhes dizem respeito:

É verdade, com jovens conscientes nós teremos um Brasil até consciente também... que nem eu... Vamos à luta! Vamos cobrar! Se vocês não cobram e ficam calados, ninguém vai saber da tua necessidade! O que é que tu tá precisando hoje? É um emprego? Vamos cobrar emprego, vamos chamar a imprensa, vamos fazer aquele multidão de gente, vamos lá! (J5)

Esse sentimento de cobrança demonstrado por J5 revela no nosso entendimento uma demonstração do interesse do jovem em participar das questões político partidárias além de mostrar uma visão crítica no âmbito das políticas governamentais. Ele tem capacidade de discernir que os governantes não se importam com a comunidade e sim com o bem estar deles. Para além disso, percebe-se uma certa decepção pois muitos dos que hoje fazem parte dos órgãos de gestão, estiveram junto por ocasião do movimento que trouxe de volta a temática da necessidade de políticas de juventude. J5 desabafa:

Então, enquanto eu tiver língua e voz, eu vou falar e eu cobro mesmo! O que eu pude ver é que, alguns que estão lá puxam mais pro deles entendeu? (...) e a gente vê que essas pessoas que tão lá, fizeram parte do mesmo grupo que a gente e tão lá e esqueceram essa mobilização, aquela luta que a gente tinha... a gente

pode ver, muitos deles, da nossa época, com carro, bem-sucedidos, com os seus carros bons...

Uma questão bem percebida na fala dos jovens entrevistados foi que eles demonstram *pertença e identificação partidária*, o que ao nosso ver os remete a ser compromissados com a causa cívico política. Dos cinco jovens entrevistados, três são filiados e atuantes na política partidária em partidos a que eles imputam uma ideologia que se encaixa nos seus ideais democráticos. J2 diz claramente que:

(...) Eu escolhi o partido pensando em dois critérios: pensando na ideologia partidária e pensando em um partido que me fosse dar uma comodidade para possivelmente eu sair candidato (...) a vereador, (...) que não tivessem a conjuntura mais fechada em relação a não abrir a participação política de uma forma tão democrática.

A categoria III da análise do conteúdo das entrevistas com os jovens, remete ao contexto da *visão sobre as políticas de juventude* e remete a duas subcategorias que são a visão sobre a eficácia da política de juventude e concretização da política/ iniciativas e sugestões.

Mas, é interessante perceber a fala de J2 quando este nos leva a refletir da importância do diálogo do jovem com o próprio jovem para que a política possa ter eficácia:

O jovem entende o jovem, igual a mulher entende mulher. Então, jovem entende jovem. Se você tem uma boa juventude que, naturalmente, essa juventude já tem um grau mais elevado em relação a se comunicar, os jovens devem ser treinados, devem ser estimulados a estimular outros jovens.

Na visão de J3 o jovem está numa fase de rebeldia e cita vários casos de jovens que se envolvem com drogas entre outros e ficam a margem da sociedade. No entanto acredita que isso decorre do fato da população não entender o jovem e a sua realidade porque querendo ou não, há segundo ele um preconceito muito grande com a juventude... “sempre acontece...

em todas as gerações aconteceram”.

Para J3 o jovem, ele é muito sonhador mas se preocupa com o seu futuro com a educação, com a ampliação das vagas no ensino superior, com a questão do mercado de trabalho, porém apesar das dificuldades procura se envolver junto ao movimento estudantil na expectativa de poder protagonizar ações que melhorem a realidade que hoje o jovem vive. Mas, J3 faz um contraponto sobre o ser jovem:

O jovem é rebelde, o jovem é muitas vezes um rebelde sem causa mas a gente tenta, junto ao movimento estudantil, transformar essa rebeldia, transformar numa rebeldia com causa, com ideologia porque hoje, a juventude, ela tem muitos meios para se perder.

A fala de J2 vai no sentido de que a sociedade deve incentivar e conscientizar o jovem para que ele não seja ator coadjuvante da sua própria vida e nem na vida da sua própria cidade. Para ele, a renovação e amenização de certos estados, depende não só dos professores, depende dos alunos também! Então, a base disso é o protagonismo juvenil. Enquanto se estiver ensinando o jovem, instigando que ele vai ser útil, vai ser necessário, vai ser grandioso! A sua fala vai na direção de que o jovem deve ser incentivado, instigado:

Olha, você é protagonista, você tem que trabalhar determinados eixos, ampliar essa concepção ! “É a mesma coisa que falar de saúde, hoje, e não falar de drogas, não falar de sexualidade”. Está falando o quê para o jovem? (J2)

A subcategoria de análise sobre a *concretização das políticas de juventude* na visão dos jovens trás, na fala dos entrevistados, a demonstração de conhecimento sobre o contexto e ao mesmo tempo, reputamos como uma visão crítica daquilo que tiveram a oportunidade de ver planejado e legislado mas concretizado de forma muito incipiente.

Nesse sentido, verificamos na fala de J2 a seguinte manifestação:

(...) o grande crítico que eu faço disso é em relação até à política nacional de juventude, de que muito se estabelece e pouco se faz. Eu tenho metas, eu tenho

textos, eu tenho dizeres, é esse usar das palavras para pouca concretização. Chamam para fazer a conferência municipal e estadual mas eu quero ser chamado para apresentação do resultado, eu quero ser chamado para o balanço, eu quero é ser chamado para o colher...

J2 reconhece que o Brasil é um país de pessoas inteligentes:

O Brasil só não cresce mais, só não é a primeira economia mundial, não por falta de recurso, não por falta de coragem mas, por falta de divisão, de execução! Dinheiro tem, pessoas têm (...), enquanto continuar fazendo metas, metas e metas e não buscando atrás de alcançá-las, vai continuar assim, vai continuar história. (J2)

Na concepção de J1 a *concretização das políticas* é dificultada pelo fato de que muitas das vezes se coloca pessoas que não são qualificadas, que não têm o respaldo até da sociedade, que não conhecem a realidade:

Infelizmente quando o prefeito ganha, ou quando o governo traz um secretário lá da Bahia, outro lá de Salvador, outro de Manaus e outros sei lá de quê, que não sabe a realidade da capital. (J1)

J3 na sua fala diz que se estivesse no lugar dos governantes investia na formação de jovens para dialogar com os demais jovens, serem agentes multiplicadores dentro da juventude porque:

Um jovem dialogando com outro jovem, a relação é muito mais alinhada, dá muito mais certo e eu acho que o avanço que tem que ter também são as políticas públicas pra juventude do nosso estado.

Para J3 a *concretização da política* de juventude vêm avançando muito mas tem que avançar mais. Então, tendo em vista que o jovem, é uma parcela muito grande da nossa sociedade, do nosso estado, então o olhar das políticas tem sempre que ser mais focada para juventude. J3 reconhece que:

Nós temos um avanço na questão de área de esporte, nós temos avanço na questão tecnológica mas o jovem quer mais, o jovem precisa de mais, ele precisa de jovens pontuando isso, ele precisa de jovens sendo lideranças dentro desse processo! (J3)

O avanço tecnológico ao qual J3 faz referência diz respeito a um programa de inclusão digital proporcionado pela secretaria estadual de educação que consiste em disponibilizar por empréstimo um netbook a todos os alunos do último ano do ensino médio das escolas públicas do estado. J2 faz menção a isso como sendo um grande avanço, mas ao mesmo tempo faz um questionamento crítico dizendo:

A questão dos Netbook é um grande avanço, é um grande acesso para a juventude dentro desse meio tecnológico pra quem não tinha o acesso à internet, ao computador em casa, (...) será que essa juventude, ela está sendo formada dentro de uma escola para utilizar isso e saber utilizar?

Sobre a questão estrutural, J3 vê que ela deverá acontecer pois tem conhecimento que o governo está com alguns projetos lançados entre os quais cita a construção da Praça da Juventude cujo espaço está planejado para grandes eventos e atividades esportivas, esportes radicais, artes, culturas entre outros. Ao mesmo tempo faz uma referência a que os jovens devem ficar atentos e de fato utilizarem esse espaço.

J4 manifestando-se a respeito da concretização das políticas de juventude no que diz respeito às pessoas portadoras de deficiência refere ao conteúdo da política nacional e faz um questionamento:

A política nacional da juventude, ela traça, por exemplo, o jovem que tem deficiência e diz que deve ter mais oportunidade de acessibilidade no transporte, nas oportunidades de esporte, de lazer, nas atividades culturais. Isso existe aqui em Rio Branco? Não...

J5 é militante juvenil há alguns anos. Para ela em anos passados os jovens tinham mais oportunidades de participação do que agora. Ele faz

alusão a diversos programas que foram desenvolvidos mas não tiveram continuidade. É bem verdade que muitos programas foram reeditados com outra roupagem, fruto da constante mudança de dirigentes nos órgãos nacionais responsáveis pela execução das políticas. Entre eles encontram-se programas como o quero a vida, protetores de vida, Agente Jovem, Educadores de trânsito que tinham os mais variados objetivos. Hoje, o carro chefe dos programas de atendimento às políticas de juventude no Acre são o Pró Jovem e o Pronatec, ambos de atendimento a qualificação profissional. J5 diz por exemplo que:

Eu já fui beneficiada com algum dessas políticas mas eu vejo que ainda precisa ser expandido pra mais pessoas. É quase muito isolado... um aqui, outro acolá... algumas regionais são beneficiadas, outras não... que nem eles estavam com um programa "Quero a Vida" que foi implantado lá dentro do meu bairro, beneficiaram alguns jovens, eu acho que eram umas 10 pessoas, mas foi uma coisa assim tão pequena que cessou ali e não vi muitos resultados.

Para J5 eles se sentiam inseridos mas hoje vêm que é uma questão mais partidária, porque antigamente eles faziam no intuito de realmente fazer com que os jovens tivessem o primeiro emprego, participassem:

Mas, hoje em dia, o intuito deles é somente aquele partidário, que os jovens venham e daqui, futuramente, eles possam retribuir pro governo com seu voto. (J5)

O seu relato vai ao encontro da manifestação de Rua (1998), Spósito (2003) que em estudos fazem essa constatação de que as políticas públicas no Brasil não têm continuidade:

Cada um querendo puxar mais pra política mas as causas de políticas públicas, mesmo, não cessavam, não acabava! A gente tinha um desejo, tinha uma motivação. A gente chegava à hora e ficava com a outra turma porque a gente gostava, a gente tinha uma motivação! (J5)

Na visão de J1, com respeito a execução e continuidade das ações da política de juventude, o governo tem que enxergar que os jovens querem melhorias não só pra eles mas pra toda a comunidade e em especial para os jovens da periferia que pra ele são esquecidos. J1 reconhece:

O atual governo hoje vem deixando a desejar com a juventude e você vê que o percentual do eleitorado jovem hoje, ultrapassa os 52%, nos temos mais de 115mil jovens só aqui na capital, na faixa etária de 16 a 29 anos de idade, e a gente vê que esses jovens estão sendo desvalorizado, não estão tendo o respeito que deveriam ter.

E, finalmente, encontramos na fala de J5 que na sua opinião as políticas estão no papel, mas não estão sendo concretizadas. Ele diz:

(...) Eu não estou vendo nenhuma política lá no meu bairro que é pequeno, imagina na minha regional! Como é que vocês dizem que estão trabalhando, que são isso?... E diz que os dirigentes governamentais respondem “Ah! Mas tu fala demais!”... (J5)

Por ocasião das entrevistas foi ainda perguntado aos jovens sobre que iniciativas eles na qualidade de maiores interessados estariam tomando para contribuir com a concretização das políticas. A análise que fazemos sobre esta subcategoria parte do princípio que os jovens entrevistados têm uma visão global da situação da juventude no estado, sabem o que querem e conhecem seus limites e possibilidades. Mas percebe-se também que a bandeira partidária, influencia no momento da fala, ou seja, os jovens que por algum motivo tem ligação partidária com os partidos que estão no poder, são mais moderados nas críticas e demonstram mais empolgação relativamente aos planos. Diferentemente aqueles que tem ligação partidária com os partidos que não estão no poder, são mais céticos quanto as cobranças e tem outra visão mais crítica e também mais desalentadora. Porém, quando analisamos a fala dos jovens apartidários, elas se aproximam mais da fala dos jovens considerados de oposição. No entanto, todos apresentam iniciativas que tomariam se pudessem.

Para J5 uma das iniciativas seria voltar a funcionar os centros de ju-

ventude por considerar que estes espaços eram de extrema importância para a comunidade. J5 explica que:

Nos centros de juventude não era recebido só a capacitação, mas ali a gente percebia a vontade, aquela garra, (...) criar mais espaços culturais” em cada bairro, pelo menos em cada regional, se não dá pra trabalhar em bairros, mais pelo menos nas regionais.

J1 concorda que os jovens devem se mobilizar e apresentar propostas e iniciativas. No caso dele que representa um segmento jovem diz que:

Esse é o nosso objetivo, de mostrar e envolver a juventude diretamente no processo eleitoral e assim transmitir para os bairros e para a zona rural que tanto é esquecida, não só neste mas em outros governos.

Para finalizar esta análise da fala dos jovens vamos utilizar uma fala do J2 que ao encerrar sua entrevista com esta investigadora fez a seguinte colocação:

Eu sintetizo isso com uma frase muito interessante que Shakespeare disse, de um texto, o menestrel, [sabedoria tem muito mais a ver com a experiência de vida que você teve, do que com quantos aniversários você festejou]. (...) Então tabu é igual inimigo, é aquele que te empurra pra frente porque você sabe que vai ter que melhorar todos os dias, (...) é isso que move a juventude. (J5) .

Capítulo IV

TEMPO LIVRE, LAZER E PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS

Neste capítulo serão apresentados os resultados do estudo empírico realizado para se conhecer os hábitos de lazer, ocupação do tempo livre e níveis de participação cívica e política de jovens acreanos. Para isso utilizados o questionário ISSP 2007 (*Leisure Time and Sports Survey*), adaptado para as condições da pesquisa realizada.

O questionário foi estruturado em 18 perguntas com resposta fechada (respostas dicotômicas – sim/não, concordo/não concordo –, respostas de escolha múltipla e escalas tipo Lickert) distribuídas por cinco grandes grupos:

Grupo I – Dados sociodemográficos - informações sobre os participantes relativamente à idade, gênero, número de livros em casa e regional em que habita.

Grupo II - Tempo de lazer: atividades e satisfação –verifica a frequência com que os participantes se envolvem em atividade de lazer e esportes, e satisfação sentida.

Grupo III - O significado do tempo e do lazer e sua relação no trabalho e em outras esferas da vida - Verifica os significados do tempo livre para os participantes.

Grupo IV - Aspectos macrossociais e políticos do esporte e do lazer - procura conhecer a participação cívica política dos respondentes.

Grupo V - Determinantes sociais e conseqüências do lazer – busca observar as condições/ equipamentos culturais acessíveis aos respondentes.

4.1 Caracterização da amostra

A amostra foi constituída por jovens de ambos os sexos, estudantes na faixa etária de 15 a 21 anos que concordaram em participar na investigação, totalizando 597 jovens. Do total dos jovens, 58.12% são do gênero feminino e 41.8% são do gênero masculino. A maior concentração de respondentes está na faixa etária de 16 a 18 anos, assim distribuídos: 144 com 16 anos, 291 com 17 anos e 101 com 18 anos. A pesquisa foi realizada nos três turnos, manhã, tarde e noite, com alunos que frequentavam o 3º ano do ensino médio nas escolas públicas de Rio Branco/AC. Esclarecemos que

no estado do Acre os turnos de aula são distribuídos em faixas etárias diferenciadas, em que nos turnos matutino e vespertino são admitidos alunos na faixa correspondente até 17 anos, e os de idade superior a esta só obtêm matrícula no turno da noite.

Os bairros de onde provêm mais participantes pertencem a regional 3 e 4, com aproximadamente metade dos participantes 49.1%; seguido das regionais 6 e 7 onde, residem cerca de 43.8% dos jovens; e da regional 1 com 7%. Justifica-se o grande percentual da amostra relativa às regionais 3 e 4 em virtude de que estas regionais comportam bairros com alto índice populacional e neles estarem situadas 3 das maiores escolas que atendem a clientela público-alvo da investigação.

No que diz respeito à quantidade de livros que os jovens têm em casa, os resultados mostram que mais de um terço da amostra tem entre 11 e 50 livros, seguido de um expressivo percentual (28.3%) relatando ter mais de 51 livros, como pode ser observada na tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de livros que tem em casa

		Frequência	Percentual
Válido	Nenhum	26	4.4
	1-5 livros	83	13.9
	6-10 livros	87	14.6
	11-50 livros	208	34.8
	51 ou mais livros	169	28.3
	Total	573	96.0
Ausência	omisso	24	4.0
	Total	597	100.0

4.2 Atividades de lazer mais frequentes

Nos gráficos e tabelas a seguir, expõem-se as atividades e a satisfação com que os participantes usam seu tempo de lazer e a frequência da prática para as atividades de lazer. Para interpretar os resultados, verifica-se que quanto mais baixo o valor, mais frequentemente os participantes praticam ou despendem tempo nessa atividade (1 – todo o dia, 2 – várias vezes por semana, 3 – várias vezes por mês, 4 – várias vezes por ano, 5 – uma vez por ano ou menos, e 6 – nunca). Ouvir música e assistir televisão são as atividades nos quais os participantes despendem mais tempo. É possível que o fato destas atividades ocorrerem em casa esteja relacionada com a falta de acesso aos bens culturais e aos equipamentos de lazer, como será visto mais à frente.

L – Ouvir música

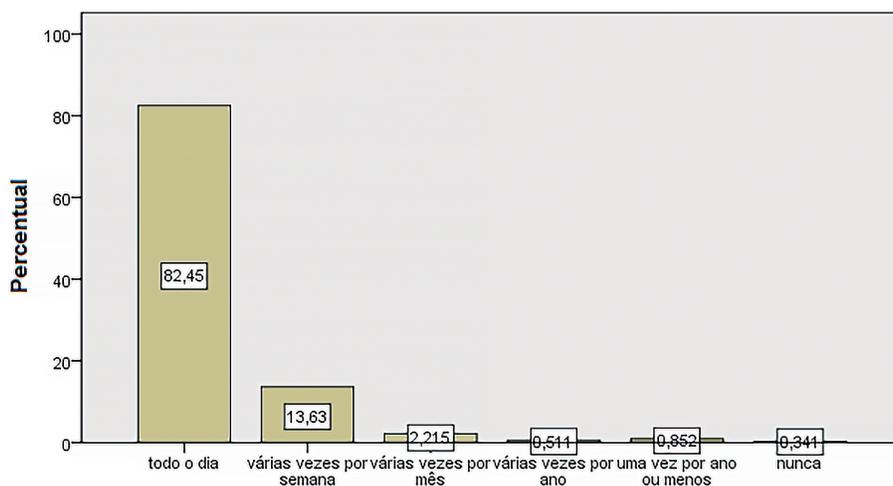


Gráfico 1 - Frequência com que os participantes ouvem música como atividade de lazer

J – Assistir televisão

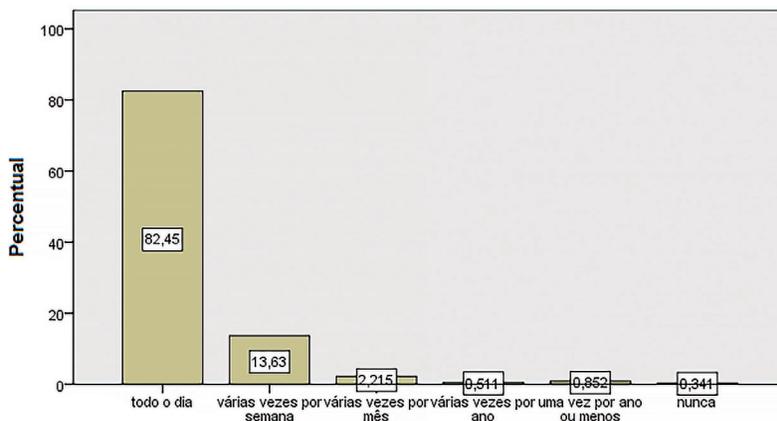


Gráfico 2 - Freqüência com que os participantes assistem televisão como atividade de lazer

Encontrar amigos e navegar na internet surgem, como podem ser verificados nos gráficos 3 e 4, a seguir, como atividades preferidas, seguidas das atividades de assistir a apresentações culturais, caminhar e praticar esportes.

d – Encontrar amigos

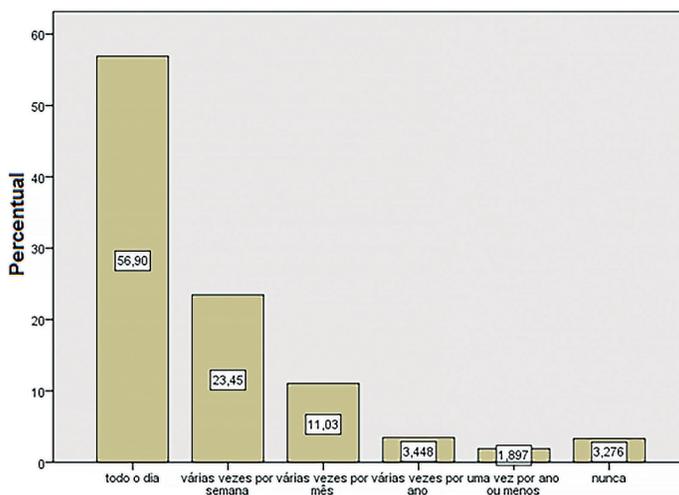


Gráfico 3 - Freqüência com que os participantes encontram amigos como atividade de lazer

K - Passar o tempo na internet

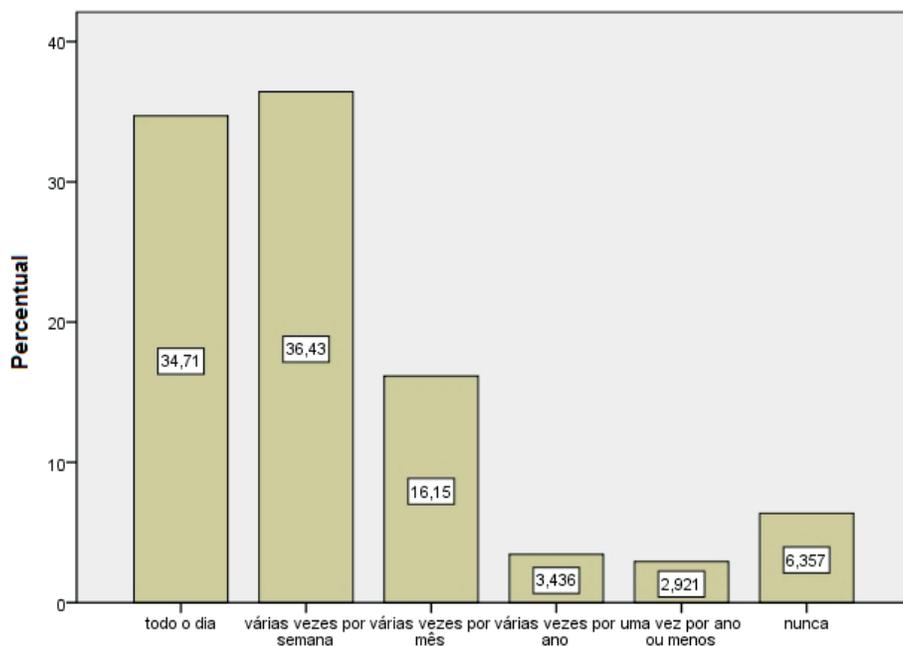


Gráfico 4 - Frequência com que os participantes passam o tempo na internet como atividade de lazer

Isto vem ao encontro do que dizem Rugiński e Pilatti (2005). Segundo eles, a sociabilidade é um elemento básico presente praticamente em grande parte das atividades de lazer, estando associada com o despertar do prazer emocional, proporcionando ao participante um estímulo agradável experimentado pelo fato de estar acompanhado de outras pessoas sem qualquer obrigação ou compromisso para com elas, salvo, para aquelas obrigações e compromissos que se tenha de forma voluntária. Sendo assim, o lazer oportuniza uma maior e mais profunda interação entre as pessoas e como consequência uma amigável emotividade.

Embora mais de um terço da amostra posicione a quantidade de livros existentes em sua casa entre 11 e 50 livros, a leitura não faz parte da preferência dos jovens entrevistados, onde se observa, que fica a frente apenas das atividades visitar parentes (gráfico 7), bordar (gráfico 8) e jogar jogos de mesa (gráfico 9) que são as atividades menos praticadas pelos participantes.

f – Praticar um esporte

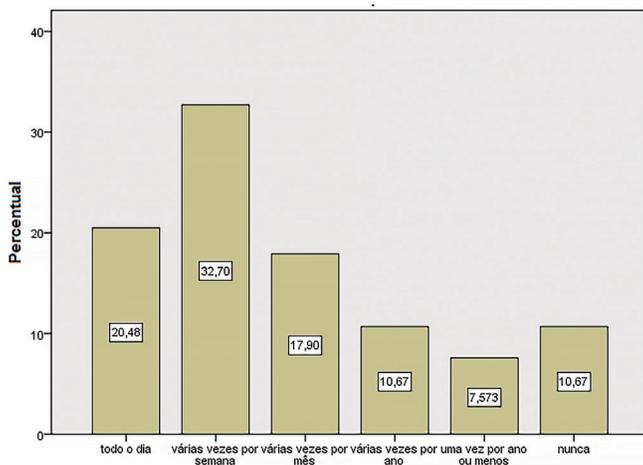


Gráfico 5 - Freqüência com que os participantes praticam esportes como atividade de lazer

a – Ler livros

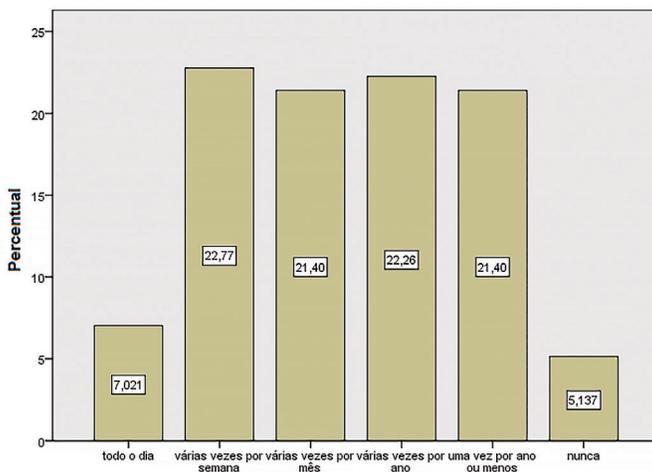


Gráfico 6 - Freqüência com que os participantes leem livros como atividade de lazer

c – Visitar Parentes (longe de casa)

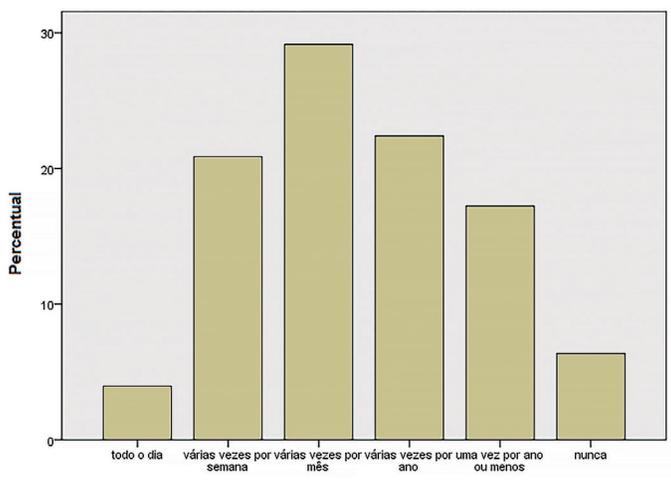


Gráfico 7 - Frenquência com que os participãntes visitam parentes

h – Fazer artesanato, bordado

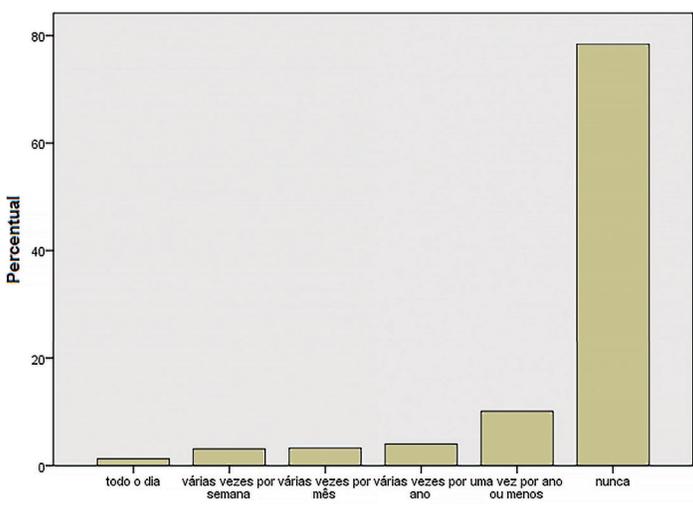


Gráfico 8 - Frenquência com que os participãntes fazem artesanato, bordado

e – Jogar cartas ou outros jogos de mesa

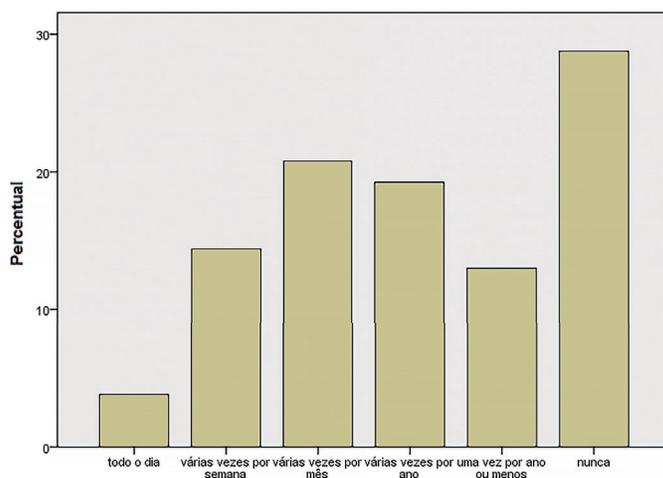


Gráfico 9 - Freqüência com que os participantes utilizam jogar cartas

i – Fazer serviços, jardinagem

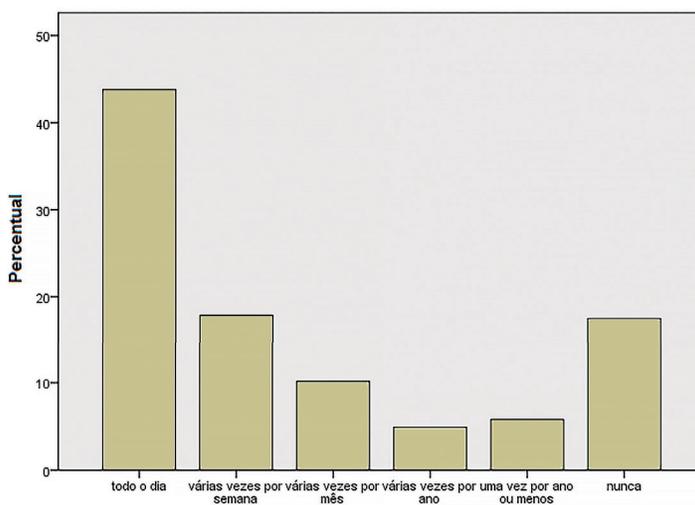


Gráfico 10 - Freqüência com que os participantes dizem fazer serviços de jardinagem

Relativamente ao hábito da leitura como atividade de lazer, isto pode estar relacionado a falta de bibliotecas haja vista que não existe, por incrível que possa parecer, bibliotecas com acervo diversificado nas escolas onde estudam os jovens componentes da amostra. O que existem são bibliotecas com os livros didáticos que são usados nas atividades diárias da escola. A única biblioteca pública com acervo diversificado fica no centro da cidade, e o jovem para acessá-la depende de transporte pago. Com essa premissa, podemos inferir que, conforme se posiciona Formiga (2004), a orientação cultural e valorativa que é oferecida aos jovens é capaz de influenciar seus comportamentos, permeando uma perspectiva psicossocial, isto é, a pessoa ao escolher uma atividade de lazer não apenas a escolherá porque gosta, mas devido aos valores que venha a priorizar e ao acesso que esta possa lhe proporcionar.

Quanto à prática desportiva ou atividade física, pela observação das respostas, no Gráfico 11 podemos verificar que mais da metade da amostra pratica alguma atividade desportiva/física, para além da praticada na escola (55%) e que mais de um terço da amostra apesar de não praticar frequentemente já praticou e uma pequena parte admite nunca ter praticado qualquer desporto ou jogos.

Você pratica algum esporte ou atividade física (exclua a atividade física da escola)?

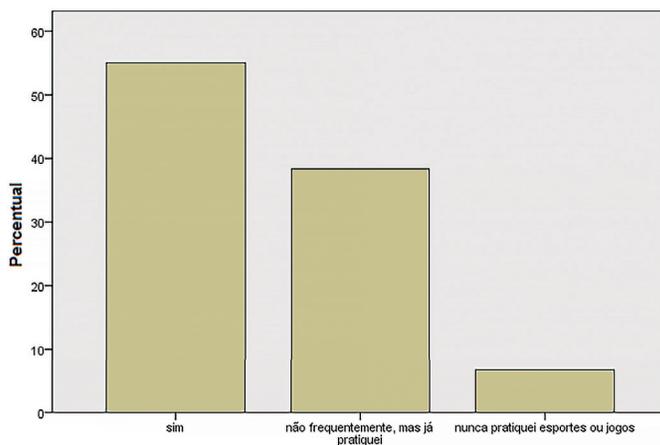


Gráfico 11 - Frequência da prática do esporte como atividade de lazer

4.3 Bem-estar, satisfação

Considerando que uma das consequências do lazer é o grau de felicidade que as pessoas sentem ao realizar tais atividades e que as atividades de lazer agem como determinantes sociais, procurou-se saber o nível de satisfação que os jovens sentiam quando estavam a praticá-las. Para isso, perguntamos qual o grau de satisfação dos pesquisados ao realizar determinadas atividades. Relativamente à satisfação em relação às atividades de tempo de lazer, podemos constatar que todas as atividades questionadas se apresentam como fontes de satisfação para os participantes, sendo que *encontrar amigos* é a atividade que mais satisfação proporciona, seguida, por ordem, *assistir televisão*, *praticar desporto* e, por fim, *leitura de livros*, como pode ser verificado na tabela 2.

Tabela 2 - Satisfação com atividades de lazer (1-7)

	N	Média	Desvio Padrão
a - Ler Livros:	520	4.33	1.994
b - Encontrar Amigos:	538	6.15	1.571
c - Praticar um Esporte:	540	5.15	2.104
d - Assistir televisão:	545	5.73	1.793

A fim de se relacionar a frequência da prática de atividades de lazer com a satisfação que proporciona, procedeu-se ao cálculo das correlações entre a frequência e satisfação para cada uma destas variáveis, tendo-se chegado à conclusão que a frequência da prática de cada atividade se correlaciona significativamente com a satisfação com a mesma.

Tabela 3 - Percepções de felicidade

	N	Min	Max	Média	Desvio Padrão
Considerando tudo, quão feliz você diria que você é?	571	1	7	2.97	2.052

Nota: Percepções de felicidade (1-7; 1 é extremamente feliz)

No sentido de explorar o bem-estar dos participantes analisamos as percepções de felicidade e em que medida o lazer se relaciona com a noção de experiência ótima. Quanto às percepções de felicidade, quando perguntamos aos participantes, considerando tudo, *quão feliz você diria que você é*, a maioria considera-se extremamente feliz (valor 1) e apenas uma minoria diz ser extremamente infeliz (valor 7), segundo a tabela 3.

Csikszentmihalyi (1999) considera que a qualidade de vida não depende da felicidade, mas sim do que cada pessoa faz para ser feliz. Do seu ponto de vista, viver é experimentar e a experiência ocorre a qualquer momento ou tempo, por meio de atos, pensamentos e sentimentos. Os momentos excepcionais da vida de uma pessoa são considerados como as “experiências de fluxo”. Cada indivíduo tem um meio de atingir a “experiência ótima” ou o “fluxo”, a sensação de ação sem esforços, experimentada em momentos que se destacam como os melhores de sua vida. Levando em conta as dimensões da experiência ótima, perguntamos aos participantes da pesquisa *como se sentiam ao realizar as atividades de lazer*. Quase todos os respondentes disseram que as atividades de lazer faz com que se sintam mais próximos das outras pessoas e ainda que estão a se tornar uma pessoa melhor, seguido da afirmação de que as atividades de lazer, lhes permitem expressar o tipo de pessoa que realmente são e, em menor escala, dizem que envolver-se numa atividade de lazer os faz perder a noção do tempo, como pode ser verificado no gráfico 12.

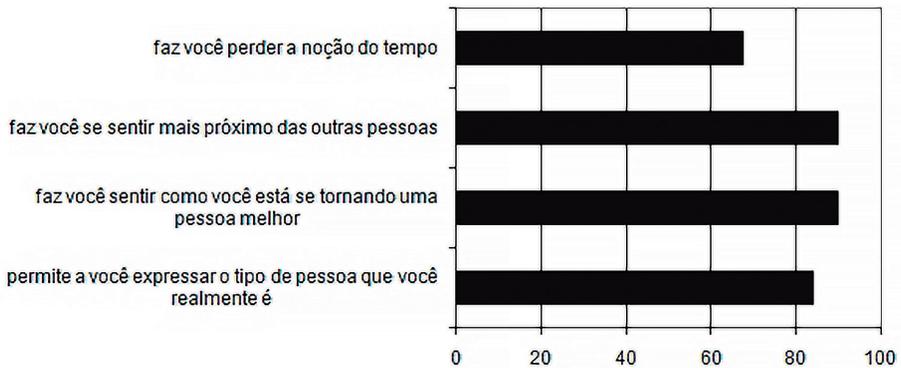


Gráfico 12 - Dimensões da experiência ótima

4.4 Funções e significados do tempo livre

Quanto às funções do *tempo livre* e o *significado do tempo* e do *lazer*, constatamos que os participantes associam o tempo livre a relaxar e descansar, embora também estabeleçam contatos úteis e passem tempo com os amigos. Mas raramente o utilizam para desenvolver atividades especiais ou pensar no trabalho.

Tabela 4 - Funções do tempo livre (I-4; I é sempre)

	N	Média	Desvio Padrão
No tempo livre, eu estabeleço contatos úteis	561	2.18	.841
Eu uso meu tempo livre para relaxar e descansar	583	1.83	.753
No tempo livre, eu desenvolvo e cultivo habilidades e talentos especiais	550	2.64	.965
Eu penso no meu trabalho mesmo quando eu estou fora dele	403	2.73	1.151
No tempo livre eu passo muito tempo com meus amigos	573	2.09	.858

Considerando os resultados obtidos na tabela 4, pode-se ratificar que o lazer tem algumas funções, como afirma Dumazedier (2004), especialmente a liberação e o prazer que reparam as deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas, o divertimento, a recreação e o desenvolvimento da personalidade que permitem uma participação social maior e mais livre. Para além disto, ainda segundo o autor, permite a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica, oferecendo novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais.

Referente às percepções de bem-estar e a frequência com que experimentam determinados sentimentos, obteve-se, nas respostas, o “desejo de ter mais dinheiro”. Por vezes também experimentam as sensações “de estar entediado” ou “com pressa”, e, por fim, mais raramente afirmam não saber “o que fazer com a vida”. As respostas mostram que, em média, os participantes não experimentam estes sentimentos negativos durante o tempo de lazer. Note-se que estes sentimentos estão negativamente vinculados com o bem-estar subjetivo que seria o que os leigos, de acordo com Diener, Oishi, e Lucas (2003), chamam de felicidade, prazer ou satisfação com a vida. Diener, Suh, Lucas e Smith (1999) referem que o bem-estar subjetivo está relacionado ao que as pessoas pensam, avaliam e sentem sobre suas próprias vidas. De fato, a correlação entre estes sentimentos e a percepção

de felicidade é sempre negativa e significativa para sentir-se entediado e querer ter mais dinheiro, embora de magnitude baixa.

Tabela 5 - Percepções de bem-estar

	N	Média	Desvio Padrão
Sinto-me entediado	590	2.66	1.125
Não sei o que fazer com minha vida	587	3.47	1.252
Eu queria ter mais dinheiro	591	1.96	1.061
Sinto-me com pressa	590	2.65	1.200

4.5 Acessibilidade

No que diz respeito à acessibilidade nas instalações públicas para a prática do lazer dos jovens pesquisados, verifica-se que a acessibilidade é bastante incipiente. Considerando que a quase totalidade se omitiu ao responder: quantos teatros, bibliotecas e cinemas existem em seus bairros, podemos inferir que isto se dá em função de que estas instalações não existem. Até porque é de conhecimento público que na Cidade de Rio Branco, existe apenas um teatro de grande porte e outro bem menor, apenas uma biblioteca pública, localizada na zona central da cidade, como já referimos anteriormente e nenhum cinema público. No que diz respeito à existência e disponibilidade de praças de esporte, as respostas de mais da metade dos respondentes dizem que existe, e uma boa parcela deles não responderam.

Quão acessível pra você são as instalações públicas ou privadas para você fazer suas atividades de lazer?

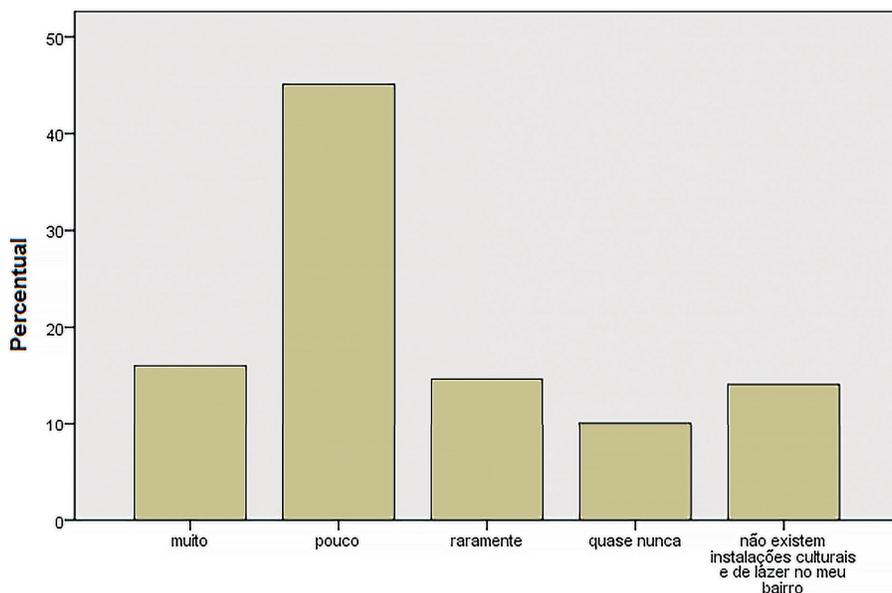


Gráfico 13 - Acessibilidade das instalações

Entretanto, reportando-nos ao resultado da pesquisa empírica qualitativa, quando os entrevistados se referem aos espaços públicos como fontes de lazer, eles não apresentam, na percepção dos entrevistados, condições para o uso. Fazemos essa referência em virtude de que, neste estudo quantitativo, as respostas eram fechadas, o que não proporcionava condições de saber com mais detalhes a opinião dos participantes. Fazendo um cruzamento das informações obtidas nos estudos efetuados, podemos dizer que, pelas respostas, as precárias condições dos espaços públicos de lazer não ficaram limitados à péssima infraestrutura, mas também à insegurança dos locais e à falta de pessoal para gerenciar e cuidar dos espaços, como pode ser observado na Tabela 6.

**Tabela 6 - No seu bairro existe outra instalação para uso de lazer?
Apenas 0.3% dizem que sim**

		Frequência	Percentual
No seu bairro existe um teatro?	Sim	42	7.0
	Não	1	.2
	Total	43	7.2
	Omissos	554	92.8
	Total	597	100.0
No seu bairro existe uma biblioteca?	Sim	29	4.9
	Não	1	.2
	Total	30	5.0
	Omissos	567	95.0
	Total	597	100.0
No seu bairro existe um cinema?	Sim	6	1.0
	Não	1	.2
	Total	7	1.2
	Omissos	590	98.8
	Total	597	100.0
No seu bairro existe uma praça de esportes?	Sim	369	61.8
	Não	5	.8
	Total	374	62.6
	Omissos	223	37.4
	Total	597	100.0

4.6 Participação

Para se saber o grau de participação e envolvimento dos jovens pesquisados, perguntamos se eram membros de algum tipo de grupo ou associação que participa ou promove atividades na sua comunidade. Pelas respostas obtidas, pode-se constatar que a maioria absoluta dos participantes não é membro; seguido, em menor escala, da resposta de que não é membro e nem interessado em participar. Estas respostas nos remetem aos resultados da pesquisa empírica qualitativa, onde temos, nas respostas

de alguns dos entrevistados, a alusão a essa provável apatia e desinteresse dos jovens em participar da conjuntura da comunidade em que habitam. Entretanto, valeria a pena um estudo mais aprofundado das razões que são a causa desse provável desinteresse. Diante disso: Será que existe, na comunidade de Rio Branco, democracia participativa? Rousseau (1991), em sua obra “*O Contrato Social*”, referencia que democracia é um sistema no qual os cidadãos executam as leis que eles próprios construíram. Fica aqui a indagação, pois, como veremos mais a frente, a maioria absoluta dos jovens de Rio Branco não fez parte da elaboração das políticas de juventude e tão pouco tem sido chamados para a sua concretização. Vejamos os gráficos 14 e 15.

Você é membro de algum grupo ou associação que participa ou promove atividades na sua comunidade?

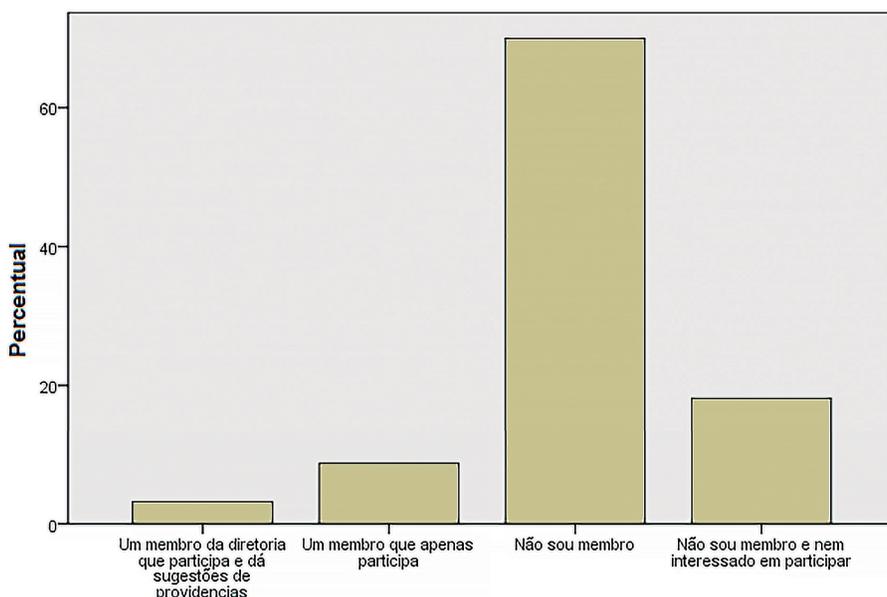


Gráfico 14 - Participação em associações que promove atividades na comunidade

Nos últimos 12 meses esteve envolvido em atividade de um partido político ou associação?

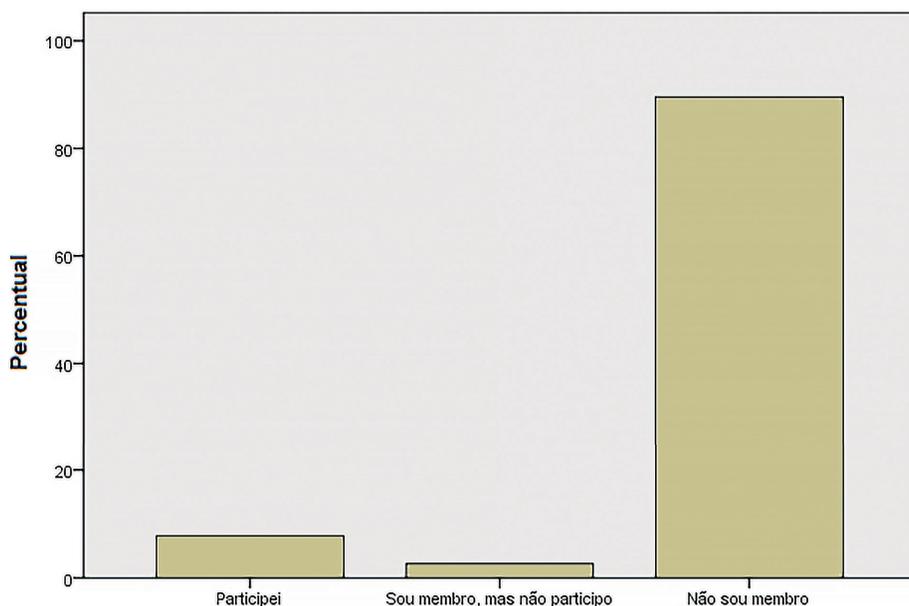


Gráfico 15 - Envolvimento em partido político ou associação

Como podem ser vistos nos gráficos, a maioria dos jovens não se envolve, nem como membro nem como participante, em partidos políticos.

Paulo Carrano, coordenador do Observatório da Juventude da Universidade Federal Fluminense, avalia que é difícil apontar os motivos para esse provável desinteresse, em virtude de não haver pesquisas das décadas passadas que permitam comparações (Portal R7, 2011). Para ele é errado afirmar que os jovens não se interessam por política partidária, mas é possível entender porque muitos decidem defender suas próprias bandeiras (Portal R7, 2011). O autor infere ainda que os jovens se vinculam mais a causas e ideias, especialmente aquelas em que eles podem participar diretamente (Portal R7, 2011). Dados da pesquisa Ibase/Polis, revelam que 64% dos entrevistados disseram que não acreditam que os políticos representem os interesses da população. Os jovens entrevistados neste trabalho dizem que nada é feito para despertar esse interesse na juventude, poisos

políticos mais antigos têm medo da liderança juvenil e por isso não querem que eles cresçam politicamente.

Quanto ao envolvimento com igrejas ou outra organização religiosa, as respostas, no Gráfico 16, evidenciam alto índice de participação, como pode se perceber que as organizações religiosas contam com a participação de mais da metade dos participantes, contando ainda com o envolvimento de alguns deles como membros da comunidade. Porém, cerca de um quarto da amostra não se envolveu também com organizações desta natureza, no último ano.

Nos últimos 12 meses esteve envolvido em atividade de uma igreja ou outra organização religiosa?

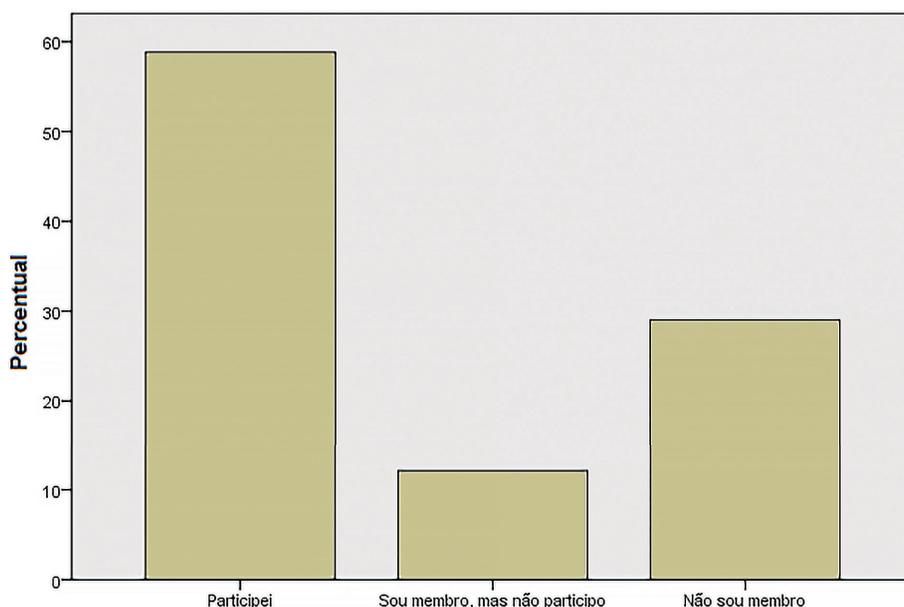


Gráfico 16 - Envioimento em organizações religiosas

No que diz respeito à participação e envolvimento em trabalho voluntário, mais uma vez, verificamos que, na maioria das respostas, os jovens não pertencem a nenhum grupo de voluntariado. Apenas uma ínfima parte

deles é membro destas associações, sendo que apenas uma pequena parcela da amostra diz ter participado em trabalho voluntário nos últimos 12 meses, como podemos verificar no Gráfico 17.

Nos últimos 12 meses esteve envolvido em atividade de uma organização ou grupo que se envolve em trabalho voluntário?

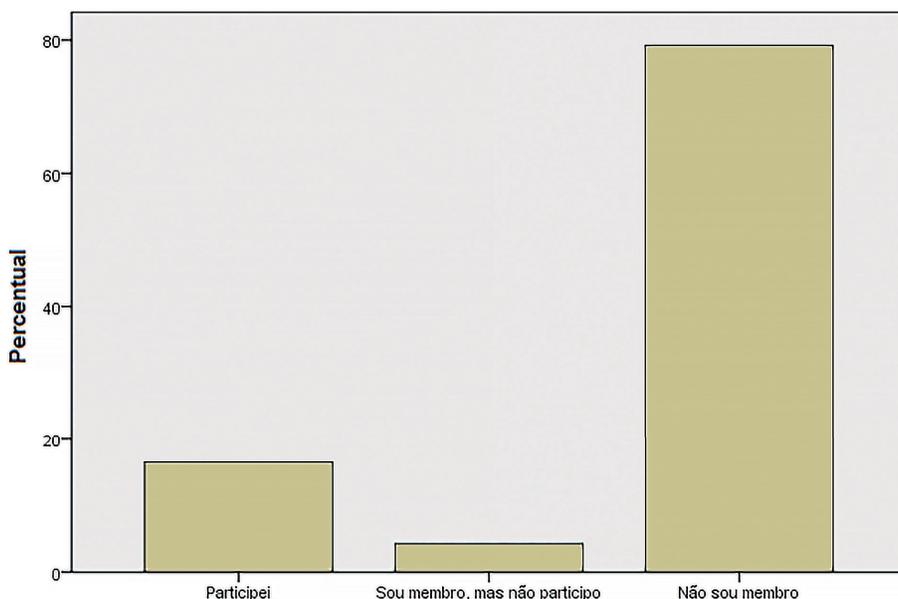


Gráfico 17 - Envolvimento e organização de trabalhos voluntários

Nas respostas dos pesquisados, quanto à participação na elaboração das políticas de juventude, observa-se que apenas uma pequena parte dos jovens participou na elaboração das políticas de juventude, cujo percentual corresponde a participação em uma ou mais das etapas, sendo que uma maior participação ocorreu na etapa estadual, seguida da etapa municipal e da etapa federal. Verifica-se igualmente que um alto índice da amostra sequer responde, o que nos faz inferir que não participaram por algum motivo. Este fato deve ser razão para um novo estudo. Perguntamos igualmente, se os jovens da amostra, têm sido convidados para participar da

concretização das políticas. Embora verificou-se que a maioria absoluta respondeu “não”, uma pequena parte dos respondentes, diz ter participado em algum momento, como é observado na Tabela 7.

Tabela 7 - Participação em iniciativas das políticas de juventude

		Frequência	Percentual
Válido	municipal	8	1.3
	estadual	14	2.3
	federal	3	.5
	Total	25	4.2
Ausência	omisso	572	95.8
Total		597	100.0

Tabela 8 - Participação na concretização das políticas de juventude

		Frequência	Percentual
Válido	sim	126	21.1
	não	454	76.0
	Total	580	97.2
Ausência	omisso	17	2.8
Total		597	100.0

4.7 Preditores da participação na política pública

Independentemente da maioria dos jovens ter poucas oportunidades de envolvimento nas políticas públicas, uma questão relevante é perceber o que distingue os jovens que têm participado na concretização destas políticas e programas de juventude dos que não têm tido oportunidade para esse envolvimento. Assim, para perceber o que diferencia estes jovens, começamos por realizar uma série de análises cruzadas de distribuição de frequências atendendo ao gênero, número de livros em casa, regional em que vivem e participação em partidos políticos, associações religiosas, voluntariado ou associações que desenvolvem atividades na comunidade. Como

se pode observar pelas tabelas a seguir, não há diferenças significativas em função do gênero dos livros em casa, do bairro em que mora ou da participação em associações religiosas ou ligadas à comunidade mas, e talvez não surpreendentemente, os jovens que participam em partidos políticos ou em voluntariado participam significativamente mais nas iniciativas de política pública. Ou seja, são os jovens cujo nível de envolvimento cívico e político é mais intenso que são mais frequentemente implicados nas atividades de concretização da política pública.

Quadro 9 - Participação em iniciativas das políticas de juventude em função do sexo

			Participou em iniciativas das políticas de juventude?	
			Não	Sim
Sexo	Masculino	F	179	58
		%	75.5%	24.5%
	Feminino	F	272	68
		%	80.0%	20.0%
Total		F	451	126
		%	78.2%	21.8%

Quadro 10 - Participação em iniciativas das políticas de juventude em função do número de livros em casa

			Participou em iniciativas das políticas de juventude?	
			Não	Sim
Quanto livros você tem em casa?	Nenhum	F	19	6
		%	76.0%	24.0%
	1 - 5 livros	F	63	12
		%	84.0%	16.0%
	6 - 10 livros	F	70	13
		%	84.3%	15.7%
	11 - 50 livros	F	162	41
		%	79.8%	20.2%
	51 ou mais livros	F	123	32
		%	79.4%	20.6%
	Total	F	437	104
		%	80.8%	19.2%

Quadro II - Participação em iniciativas das políticas de juventude em função do bairro em que mora

		Participou em iniciativas das políticas de juventude?		
			Não	Sim
Bairro em que mora	Regional 1	F	35	7
		%	83.3%	16.7%
	Regional 3	F	226	57
		%	79.9%	20.1%
	Regional 6	F	103	27
		%	79.2%	20.8%
	Regional 7	F	90	35
		%	72.0%	28.0%
	Total	F	454	126
		%	78.3%	21.7%

Quadro 12 - Participação em iniciativas das políticas de juventude em função da participação em partidos políticos

			Participou em iniciativas das políticas de juventude?	
			Não	Sim
É membro ou participa em partidos políticos?	Não	F	380	92
		%	80.5%	19.5%
	Sim	F	31	23
		%	57.4%	42.6%
Total		F	411	115
		%	78.1%	21.9%

Quadro 13 - Participação em iniciativas das políticas de juventude em função da participação em associações religiosas

			Participou em iniciativas das políticas de juventude?	
			Não	Sim
É membro ou participa em associações religiosas?	Não	F	131	29
		%	81.9%	18.1%
	Sim	F	301	90
		%	77.0%	23.0%
Total		F	432	119
		%	78.4%	21.6%

Quadro 14 - Participação em iniciativas das políticas de juventude em função da participação em voluntariado

			Participou em iniciativas das políticas de juventude?	
			Não	sim
É membro ou participa em voluntariado?	Não	F	339	81
		%	80.7%	19.3%
	Sim	F	71	38
		%	65.1%	34.9%
Total		F	410	119
		%	77.5%	22.5%

Quadro 15 - Participação em iniciativas das políticas de juventude em função da participação em associações comunitárias

		Participou em iniciativas das políticas de juventude?		
		Não	Sim	
É membro ou participa em associações comunitárias?	Não	F	390	103
		%	79.1%	20.9%
	Sim	F	45	20
		%	69.2%	30.8%
Total		F	435	123
		%	78.0%	22.0%

Para aprofundar estes resultados, atendendo também a outras variáveis que podem ser relevantes, como a idade, as percepções sobre o significado do tempo livre e a percepção de bem-estar subjetivo, realizamos ainda uma regressão binária logística. Depois de eliminarmos alguns participantes que se comportavam como “outliers”, procedemos à análise numa amostra de 577 participantes, tendo sido incluídos 66.9% ($n = 386$), dado que os restantes tinham dados omissos em alguma das variáveis consideradas. A variável dependente era, obviamente, a participação numa iniciativa da política de juventude; os preditores eram os seguintes: sexo (masculino), idade, livros em casa, os significados do tempo livre (no tempo livre, eu estabeleço contatos úteis; Eu uso meu tempo livre para relaxar e descansar;

No tempo livre, eu desenvolvo e cultivo habilidades e talentos especiais; No tempo livre eu passo muito tempo com meus amigos – que evolui de uma escala de 1, sempre, para 4, nunca), o bem-estar subjetivo (considerando tudo, quão feliz você diria que você é? – sendo que a avaliação é feita numa escala de 1, extremamente feliz, a 7, extremamente infeliz) e os indicadores da participação em partidos políticos, em associações religiosas, em voluntariado, em associações comunitárias). As variáveis foram introduzidas em blocos: primeiro as sociodemográficas, depois as de significados do tempo livre e bem-estar subjetivo e, finalmente, as de participação. Os valores dos coeficientes para os vários blocos estão descritos nas Tabelas 3 a 5, sugerindo que os três blocos de variáveis explicam, na leitura mais otimista, cerca de 25% da variância. O teste de Hosmer e Lemeshow revela um valor de sugerindo que o modelo é adequado aos dados, embora a percentagem de casos corretamente classificados evolua muito ligeiramente (de 80.1% para 80.3%), observadas no Quadro 16.

Quadro 16 - Participação em iniciativas das políticas de juventude em função da participação em associações comunitárias

Bloco	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	.050	.080
2	.108	.171
3	.161	.254

Como se pode denotar no Quadro 17, as variáveis que mais contribuem para prever a participação em políticas públicas são, pela positiva, o bem-estar subjetivo, o uso de tempo livre para estar com os amigos, e, novamente o envolvimento em atividades de partidos políticos e voluntariado; e, pela negativa, a idade – sugerindo que estas oportunidades são mais

relevante para os mais novos, os mais felizes e que mais associam o lazer às redes de sociabilidade e os já envolvidos em experiências de participação cívica e política. Aliás, o envolvimento em partidos políticos é o preditor mais relevante indicando que as redes partidárias podem desempenhar aqui um papel central na mobilização dos jovens.

Quadro 17 - Preditores da participação em políticas públicas

Preditores	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
sexo_masculino	.399	.291	1.882	1	.170	1.490
Idade	-.960	.204	22.024	1	.000	.383
Livros em casa	-.103	.123	.690	1	.406	.903
TL... contatos uteis	-.155	.198	.613	1	.434	.857
TL...relexar	.227	.205	1.227	1	.268	1.255
TL...habilidades	-.114	.163	.488	1	.485	.893
TL...amigos	-.609	.191	10.160	1	.001	.544
Quão feliz é?	-.217	.079	7.639	1	.006	.805
part_pp	1.654	.421	15.468	1	.000	5.229
part_rel	-.369	.329	1.260	1	.262	.691
part_vol	.666	.337	3.904	1	.048	1.946
par_ass_com	.117	.449	.068	1	.795	1.124
Constant	16.711	3.683	20.592	1	.000	18092676.289

Conclusão e perspectivas

Nas últimas décadas, o Brasil tem assistido a um enorme desenvolvimento das políticas públicas para a juventude que reconhecem os jovens como um grupo diverso, atravessado por camadas de gênero, orientação sexual, etnia, classe social, cultura, deficiência, e que enfatizam uma visão de juventude além de um modelo de *déficit*. Além disso, e em linha com as tendências internacionais, estas políticas assumem uma estrutura participativa que enfatiza o envolvimento dos jovens na concepção, implementação e avaliação de políticas públicas. Mas, como vimos, a questão da participação, mesmo benevolente e aparentemente consensual, muitas vezes corre o risco de manipulação e panfletagem (FERREIRA *et al.*, 2012). Na verdade, desde o trabalho seminal de Arnstein (1969) e Hart (1992) temos claramente consciência de que os discursos sobre a participação, especialmente no caso de grupos potencialmente desempoderados como crianças e jovens, pode significar coisas muito diferentes, incluindo uma “inautêntica participação” (HEAD, 2011, p. 542).

Por outro lado, a pesquisa mostra experiências de participação na concepção, implementação e avaliação de políticas públicas que podem ser uma experiência significativa para os jovens, associadas a benefícios relevantes em termos de conhecimento cívico e político, atitudes e competências como realçam, estudos de Camino & Zeldin (2002), Checkoway (2011), Checkoway *et al.* (2005), Flanagan & Levine (2010), Ginwright & James (2002), Youniss, Fardos, & Natal-Melhores (2002), Zeldin *et al.* (2003). Na verdade, os especialistas reconhecem que “a educação para a cidadania não é de forma alguma confinada ao terreno da escola” e “de fato, há razões para acreditar que as experiências fora da escola podem ser mais importantes do que aquelas dentro dela” (MCCOWAN, 2009, p. 25). Ainda assim, como em outros domínios da participação cívica e política, a qualidade dessas experiências deve ser cuidadosamente analisada, de forma a perceber, na visão de Ferreira, Azevedo, & Menezes (2012), como alguns elementos –desafio e apoio, ação e reflexão, o pluralismo e a diversidade, o tempo e a continuidade – parecem ser de fundamental importância para a eficácia dessas experiências.

Os resultados do estudo revelam que os decisores políticos assumem que o Acre ainda não tem uma política de juventude específica e estrutu-

rada, mas tem tentado criar um lugar para a juventude na agenda regional e local, de acordo com a política de juventude do estado que vê os jovens como sujeitos de direitos e não como problemas. Os esforços envolvem uma série de projetos e programas específicos criados pelo governo federal, como tentativa de concretizar a política nacional de juventude. Existem políticas para a juventude nas áreas de educação, saúde, segurança, meio ambiente, esporte e cultura, que envolvem uma série de ações para os jovens. Também é um fato que o decisor político municipal no Brasil não tem nada na área, em contraste com a Europa, onde existem congressos mundiais e muitas pessoas estão falando sobre esses projetos para a juventude. No Brasil ainda não está enraizada em nossa prática, mas é uma oportunidade importante para fazer a diferença, especialmente com os jovens da Amazônia, porque a realidade é totalmente diferente de outras regiões do país a começar pelo clima, dimensões geográficas continentais, dificuldades de deslocamento, falta de indústrias, especialmente no estado do Acre, e falta de acesso aos bens culturais.

Os gestores de políticas expressam uma clara preocupação no desenvolvimento de programas de cidadania juvenil, mas não emerge em seus discursos a real concretização disto. Na verdade, eles tendem a enfatizar o papel desses programas na promoção da “inclusão social”, mas claramente assumem uma orientação de futuro: “temos a intenção de fazê-lo”, “estamos planejando”, “temos que”, sem especificar o tipo de ações que demonstram a implementação dessas políticas. No entanto, há um reconhecimento de que “O Brasil tem uma dívida histórica com os mais pobres e os mais excluídos, porque o Estado brasileiro foi construído para elites e foi direcionado para a manutenção de elites”. Tanto é assim que identificamos na fala dos decisores políticos o reconhecimento de que é preciso tratar os jovens como os tomadores de decisão, capacitá-los e incentivá-los a atuarem como protagonistas e se expressarem em relação à política, seja no processo educacional, seja na escola, na universidade ou nas relações familiares.

Os jovens precisam ter um diálogo com outras gerações. Mas, eles também precisam saber o que eles querem e o que eles pensam. Para que isso seja levado em consideração, deve haver uma capacitação da juventude a fim de que ela seja tratada como agente de desenvolvimento estratégico.

Quanto à participação dos jovens membros da comunidade na vida pública, que constitui um dos requisitos de governança adequada, também

os líderes comunitários, no conjunto, concordam que a implementação de políticas ainda não foi realizada uma vez que menos da metade dos líderes entrevistados menciona uma ação específica, por exemplo, cursos de formação profissional para os jovens em sua regional.

Ainda mais impressionante é a sua opinião sobre as consequências da falta de implementação das políticas de juventude, onde se vê revelado que há muitos jovens envolvidos com drogas e prostituição. Por outro lado, há muitos espaços públicos ociosos, o que demonstra que as políticas de juventude não estão funcionando.

As escolas que são, obviamente, os espaços centrais na educação e na vida dos jovens e que se transformaram na preocupação central das políticas de juventude no Brasil, também deixam a desejar, não por culpa das direções destas, mas por falta de estrutura para que possam, por exemplo, trabalhar a tempo integral e com isso ser o *locus* para uma participação mais efetiva dos jovens.

A visão dos diretores de escola sobre a participação dos jovens nas políticas públicas e se eles manifestam interesse e envolvimento na vida de suas comunidades não é muito favorável. Para alguns diretores, muitos jovens estão na escola com pouco envolvimento ou apenas para garantir o recebimento do subsídio Bolsa Família, já que o principal requisito para isto é a garantia de que o aluno está frequentando a escola. Constata-se, também, uma concepção, por parte de alguns entrevistados, que o protecionismo das políticas públicas contribui para deixar os jovens demasiadamente apáticos. Para estes, é perceptível que mesmo os jovens residentes nos bairros mais carentes têm amplo conhecimento sobre seus direitos, muitas vezes, até mais que seus deveres.

No entanto, um dos diretores entrevistados considera que esta aparente falta de interesse na participação cívica e política é resultado da falta de experiências como cidadãos, pois considera que se os jovens conseguissem se ver como verdadeiros cidadãos, com uma contribuição efetiva para a melhoria da cidade, educação, lazer, esportes, espaços públicos, poderiam realmente assumir e viver a sua cidadania. Em sua opinião essa falta de experiências decorre do não reconhecimento de seu potencial e dos obstáculos à sua participação.

Outra constatação relevante sobre a cidadania juvenil é que, na opinião dos entrevistados, o simples fato de votar não os torna cidadãos. Para

que isso venha a acontecer, é necessário que os jovens participem de fato das iniciativas e das tomadas de decisões que desenvolvam a visão social e política, tornando-os verdadeiros cidadãos ativos, participantes em sua sociedade.

Entretanto, é reconhecido que, mesmo que a implementação das políticas ainda seja deficiente, já é uma grande vantagem a existência delas, embora seja de considerar que elementos do cotidiano dos jovens contribuem para o aumento da sua participação política, tendo em vista que quando os jovens são convidados a mostrar o que sabem fazer, a sua satisfação é impressionante.

O resultado mais significativo sobre a percepção da implementação de políticas de juventude é verificado a partir das entrevistas com jovens líderes, sejam eles membros de partidos políticos, grupos de bairro e ou líderes de regionais de bairros. Um dos jovens entrevistado diz que as políticas são lindas, mas só no papel, pois não se vê qualquer política sendo implementada no seu bairro.

Em geral, os jovens são também bastante críticos no que diz respeito às opções estratégicas em matéria de políticas de juventude, ou seja, como exemplo, a decisão de construir instalações para o lazer, mas sem a devida estrutura para o seu funcionamento. É reconhecido pelas lideranças juvenis que o atual governo tem feito muitas áreas desportivas e centros culturais, mas não tem um trabalho sistemático para os jovens, garantindo que estes espaços de lazer funcionem como deveriam. Eles citam que é comum os espaços estarem fechados aos sábados, domingos e feriados e, muitas vezes, estarem mesmo abandonados. Falta iniciativa de envolvimento dos jovens e atividades específicas nessas instalações o que, obviamente, redireciona os jovens para os bares e muitas vezes gera problemas no abuso de álcool e drogas.

É bem verdade que os jovens foram envolvidos na elaboração das políticas, mas eles querem mais do que isso. Querem participar na implementação dessas políticas, querem ser chamados para avaliar o seu impacto e ajudar a melhorar o que está sendo feito ou ainda a ser feito, dizem alguns dos entrevistados. Isso seria gerar oportunidades para uma participação mais engajada que, para usar a tipologia IAP2 sobre participação, implicaria mudar da consulta à colaboração, participação e empoderamento da juventude (HEAD, 2011). Porém, como é que os jovens se sentem sobre as quei-

xas a respeito da sua apatia, *déficits* e falta de compromisso, mencionado por alguns dos entrevistados, que são os adultos? Eles se sentem realmente motivados para participar? Eles estão dispostos a superar as barreiras à participação, ou há também apatia e desinteresse? E aqui há claramente uma consideração que as estratégias atuais usadas pelos tomadores de decisão e líderes adultos não são eficazes para tornar os jovens como mediadores e multiplicadores de políticas existentes. Os jovens enfatizam que a participação ativa de alguns jovens nas políticas de divulgação seria muito mais eficaz, “pois jovem entende jovem”.

Nos resultados também foram encontradas queixas dos jovens líderes, particularmente quanto aos políticos mais velhos que tendem a tratá-los de forma desigual, desencorajando-os a lutar por mais espaços. Outra resposta encontrada sobre o porquê de não se engajarem mais nas lutas reivindicatórias é em razão da dependência que muitos de seus pais têm em relação ao emprego, muitas vezes ligados ao governo, motivo que os levam a temer que as suas opiniões venham a ter um impacto negativo.

No entanto, um jovem líder, portador de deficiência, considera que a principal razão para o desinteresse na participação relaciona-se com a forma como os adultos reagem às ideias dos jovens:

Não é o jovem que não acredita, mas o adulto que não segue... Os jovens se sentem excluídos em todas as áreas, e quando eles têm uma ideia para revolucionar alguma coisa, a primeira pessoa que vira as costas para eles são os adultos - que já foram jovens e sofreram o mesmo desânimo (...) e deve, portanto, fazer as coisas de forma diferente. Os adultos ficam dizendo “isso não é legal”, dificultam em vez de sonhar juntos com os jovens (...) as pessoas dizem “quando eu era jovem, eu não poderia fazer isso, então você não vai querer”... o que realmente acontece é que um adulto não saber sonhar como o jovem.

Nas questões relativas às atividades, satisfação e o tempo de lazer, verificou-se que as atividades que mais ocupam o tempo de lazer dos jovens, são aquelas consideradas domésticas, como ouvir música e assistir televisão. Considera-se que a preferência por essas atividades vem ao encontro de que outras atividades dependem de instalações adequadas para a prática

e, se levarmos em conta que Rio Branco é um dos municípios brasileiros que não possui salas de cinema, nem teatros, nem bibliotecas disponíveis para acesso da maioria dos jovens e que as poucas praças esportivas existentes não apresentam condições de uso, seja pela sua estrutura mal cuidada e insegurança que hoje assola a cidade, talvez justifique-se essa preferência. Esse resultado vem confirmar o que encontramos relativamente ao estudo qualitativo, se compararmos as respostas emitidas pelos jovens entrevistados e pelos presidentes de regionais de bairros, os dois segmentos inferem que um dos maiores problemas encontrados na comunidade é a falta de equipamentos e instalações para o lazer da comunidade. Não obstante, mais de metade dos jovens pesquisados responderam que praticam esportes, independente da escola.

Adicionalmente, embora passar o tempo na internet várias vezes por semana faça parte da resposta de um pouco mais de um terço da amostra, isso ainda é relativamente irrelevante no sentido de que, hoje, a internet se traduz em um dos maiores passatempos daqueles que podem ter acesso a ela. Isso vem comprovar que não há uma política de inclusão digital para todos e que é muito incipiente a disponibilização de *netbooks* nas escolas públicas, um dos programas que os órgãos de juventude local dizem desenvolver e consideram de grande relevância.

No que diz respeito ao hábito da leitura, verificou-se que embora com um grande número de livros em casa, a leitura não aparece como uma atividade relevante. Pode ser provável que a falta de acesso a bibliotecas se relacione com este resultado, ou que a leitura é efetivamente pouco valorizada como prática.

O Estado do Acre vive um processo de crescimento e o aumento do índice de criminalidade nos últimos anos revela um elevado número de jovens nas unidades prisionais. Dados da Coordenadoria de Juventude do município de Rio Branco, dão conta que 65% da população carcerária de Rio Branco é composta por jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, sem contar aqueles menores de 18 anos que, por norma do Estatuto da Criança e do Adolescente, se encontram nas unidades prisionais específicas. As causas para esse elevado índice podem estar, no tempo livre ocioso dos jovens, desemprego, baixos níveis de satisfação, entre outros, mas carecem de estudos aprofundados. O trabalho tenta assim fazer uma triangulação entre as oportunidades de participação, disponibilidade de equipamentos e ins-

talações e ocupação do tempo livre.

A forma encontrada para investigar essas ocorrências foi tentar perceber se as políticas públicas possibilitam e contemplam o desenvolvimento biopsicossocial dos jovens. Ora, quando remetemos o olhar ao resultado da pesquisa quantitativa com os jovens, vemos nas respostas referentes às percepções de bem-estar e frequência com que experimentam determinados sentimentos que a maior frequência está nas respostas de que gostaria de ter mais dinheiro. Ter mais dinheiro, para o jovem de classe social média, é ter um emprego que lhe possibilite comprar um tênis, por exemplo, comprar roupas novas, ir ao cinema. Retornando aos resultados da pesquisa empírica qualitativa no estudo efetuado por Diógenes (1998a) com os jovens de Fortaleza, não ter dinheiro é ter que participar de gangues e galeras que assaltam, roubam e, às vezes, até matam para poder comprar um tênis da moda, uma roupa nova, dentre outros. Assim, questiona-se: as políticas públicas para a juventude estão contemplando isto? Estão preparando os jovens e apontando caminhos?

O segundo ponto mais relevante das respostas, no sentido do bem-estar, é sentir-se entediado, seguido da resposta de não saber o que fazer com a vida. Então, as políticas de juventude estão proporcionando a ocupação do tempo livre dos jovens?

Nas respostas de quão acessíveis são para você as instalações no seu bairro, vemos que 90% dos respondentes, cuja amostra é representada por jovens moradores dos diversos bairros da cidade, respondem que não têm, em sua comunidade, um teatro, um cinema, uma biblioteca e pouquíssimas instalações esportivas. Quando cruzamos estes resultados com os dados obtidos no estudo qualitativo, os líderes comunitários revelam claramente a falta de ações, instalações e segurança. Ao olharmos para o que dizem os diretores de escolas, espaços privilegiados que poderiam funcionar em tempo integral e abrir suas instalações aos finais de semana, para a comunidade não o fazem por absoluta falta de estrutura material e pessoal.

Judy Bessant (2003, p. 401-402) analisa “a atual moda de participação da juventude” e questiona se é possível ter “presença sem a inclusão ou representação”, considerando que não só há “uma incapacidade de reconhecer as barreiras existentes para os jovens”, mas também “uma falha no estabelecimento de mecanismos participativos que dão efeito material às vozes dos jovens”.

Talvez, não surpreendentemente, nossa análise da implementação de Políticas Públicas de Juventude no Estado do Acre revela como essas ambivalências e contradições atravessam os vários intervenientes no domínio da política da juventude, e concorrem para tornar a participação genuína inatingível. Esta diferença entre a política e a prática é, obviamente, um fenômeno clássico bastante comum em iniciativas de promoção da cidadania (por exemplo, RIBEIRO *et al.*, 2012). Neste caso, parece evidente que cada ator reconhece que a “letra da lei” é desafiada pela prática e que a implementação de políticas de juventude ou é deficiente ou incipiente. Além disso, é interessante notar que, mesmo que os decisores políticos e líderes locais salientem a especificidade do Estado do Acre, as políticas públicas para a juventude só seguem as propostas do Governo Federal e não há ações específicas da administração local. Dito isto, a afirmação de Rua (1998), que as políticas públicas, em geral, e, especificamente, as políticas de juventude no Brasil são fragmentadas, estão à mercê da concorrência burocrática, sofrem de descontinuidade administrativa e não atuam em respostas a demandas específicas, e sim focos pontuais, parece ser totalmente confirmado em nosso estudo.

É ainda interessante notar que alguns atores, principalmente os que estão no contexto escolar, expressam um alto nível de ambivalência em relação a si mesmos, sua vontade e capacidade para a participação ativa dos jovens: a visão dos jovens no *déficit* de conhecimento, interesse e responsabilidade, surge junto com uma clara confiança na sua capacidade de compromisso e inovação, enquanto contextos diários promovem oportunidades para a participação genuína e aberta. Na verdade, se a promoção da cidadania da juventude é uma prioridade pública significativa, é, sem dúvida, essencial que os grupos, instituições e comunidades estejam comprometidos com este objetivo em assumir a sua responsabilidade de promover a vida democrática (MENEZES, 2010), como “as pessoas jovens aprendem continuamente a partir das situações, práticas, relações e experiências que compõem suas vidas” (BIESTA, 2008, p. 4).

A visão dos jovens é, naturalmente, diferente. Eles reclamam da falta de apoio para essas experiências, mais do que as facilidades que a maioria dos decisores políticos dizem promover, na qual a falta de uma estrutura de pessoal para apoiar e promover o envolvimento dos jovens também é essencial (MARCELLINO, 2001). Os jovens também se queixam que os

adultos geralmente parecem ter atitude contrária para com os mais novos: invocam o passado como sendo a solução definitiva, virando as costas para as novas ideias, gerando desânimo perante aqueles que querem ter atitudes de inovação, em geral, não reconhecendo, como Hannah Arendt (1954: 14-15) diria, que a educação é o equilíbrio entre a conservação e a emancipação e que um verdadeiro convíte para a participação dos jovens depende dessa visão equilibrada:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o suficiente para assumir a responsabilidade por isso, e por isso mesmo salvá-lo de que a ruína que exceto por renovação, com exceção para a vinda dos novos e dos jovens, seria inevitável. E a educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e deixá-los à própria sorte, nem a greve de suas mãos a chance de realizar algo novo, algo não previsto por nós, mas para prepará-los com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (ARENDR, 1954, p.14-15)

Este trabalho objetivou verificar a questão da participação dos jovens nas políticas de juventude no Estado do Acre. Tivemos a oportunidade de ouvir e tentar perceber as vozes e os anseios dos atores envolvidos, particularmente os jovens. O trabalho teve como ponto de partida, a questão da participação juvenil, do lazer e a implicação nos diversos contextos da política de juventude. Buscou-se saber se, e como, a implementação e a concretização da política contemplava as vivências, aspirações, sonhos e desejos dos jovens. Contou, ainda, como um dos pontos de partida, com as preocupações da investigadora a respeito da elevação dos índices de violência e mortes por causas externas entre os jovens e atendeu ao campo do lazer e tempo livre como foco, dado sua centralidade na prevenção de muitos dos problemas juvenis e promoção do bem-estar dos jovens. Naturalmente, trata-se de um estudo que envolve apenas alguns atores implicados neste processo e que não ambicionou ser representativo da população em análise. Para dar apenas um exemplo, o estudo, ao recolher a maioria dos dados em escolas, não contemplou, obviamente, todos os jovens que não frequentam o ensino regular – que, como sublinhamos antes, correspon-

dem a uma percentagem muito significativa da população de jovens brasileiros. No entanto, os dados recolhidos constituem um importante ponto de partida para a investigação nesta área, em especial no Estado do Acre.

Apesar destas limitações, o estudo revela que a atual concretização da política de juventude é incipiente. Dados recolhidos no Governo Federal reforçam este resultado - considerando que a população jovem de Rio Branco, segundo o IBGE (2010), totaliza 101.646 pessoas que representam 30,3% do total da população, e o número de jovens atendidos pelos programas de juventude, era em torno de 20% desse total até o final de 2012, estes, a exemplo do que acontece a nível nacional, são oferecidos através de ações pontuais e descontinuadas.

Mas, o que fazer diante dos resultados?

Talvez falte às autoridades estender seu olhar e perceber a realidade da população jovem, que em 2010, totalizava no Brasil, mais de cinquenta e dois milhões, de cujo total, segundo o mesmo censo, é composta em sua maioria de pobres e excluídos.

A falta de acesso aos canais de participação, na elaboração, implementação e concretização da política de juventude revelado na pesquisa, pode ser causa para a não participação revelada pelos jovens, em associações, partidos políticos e atividades de voluntariado. Entretanto, isto requer uma investigação mais aprofundada para considerar eventuais causas que podem relacionar-se tanto com a falta de motivação e interesse, quanto com a falta de efetivas oportunidades de participação. A capacidade de mobilização dos jovens tem sido amplamente demonstrada pelos últimos acontecimentos no Brasil, pelo que é imperativo aprofundar este domínio de investigação. É de destacar que a participação nas políticas públicas parece ser especialmente predita pela participação cívica e política. São os jovens que têm um maior capital cívico, pois participam em partidos e voluntariado, além de que são os que mais se envolveram na implementação das políticas de juventude. Esta sugere que a participação gera participação e que os esforços de engajamento dos jovens têm de ser reforçados.

Como dissemos, um dos objetivos deste trabalho, foi propor estratégias que possam ajudar a minimizar este estado de coisas. Pode ser ousadia, mas diante dos resultados e considerando a participação nos diversos níveis, especialmente no tocante às atividades de lazer, os resultados mostraram que os decisores políticos têm dado prioridade às ações de qualifi-

cação profissional como alternativas as questões de vulnerabilidade social e quase nenhuma prioridade aos eventos de desenvolvimento de atividades culturais e de lazer, confirmando o que Braçht (2003) menciona de ser o lazer tratado como tema periférico. É bastante verificar quais são os grandes programas e projetos desenvolvidos a nível nacional e local e procurar perceber qual tem sido o lugar das atividades culturais e de lazer. Não que os jovens não queiram participar; ao contrário, pudemos ver que, mesmo não dispondo de instalações adequadas, eles têm preferência por elas. É provável que falte aos decisores políticos o conhecimento do potencial transformador que as atividades de participação, especialmente de lazer, possuem. Marcellino (1987) assegura que para além de ser um direito constitucional, o lazer é um fenômeno sociocultural que congrega em si características transformadoras da realidade das pessoas e também das comunidades. Portanto, deve ser incentivado e garantido em quaisquer condições.

Defendemos, então, a necessidade de uma articulação intersetorial, no sentido de se propor o desenvolvimento de processos metodológicos para melhor compreensão de quem é esse sujeito jovem, com a intenção de contribuir com o entendimento da necessidade de desmistificar a assertiva de que “basta dar emprego ao jovem e tudo estará resolvido”.

Nesse sentido, resgatando o resultado da pesquisa, onde está claro que o jovem participe menos do que deveria e poderia, não se envolve nas atividades cívico-políticas como desejado, não tem acesso às atividades culturais e de lazer como opção para seu desenvolvimento, é que entendemos que podemos ao final, de um lado, propor às autoridades governamentais, a criação do Observatório da Juventude no Estado do Acre, com caráter de investigar, propor e planejar ações de intervenção comunitária. Isto é perfeitamente possível considerando o espaço da Universidade Federal do Acre que poderá acolher o projeto, a exemplo de muitas universidades brasileiras. Por outro lado, usar os resultados do estudo, através da sua disseminação junto a atores sociais relevantes e dos próprios jovens, como forma de incentivar os segmentos, escolares, comunitários, governamentais e não governamentais, para o desenvolvimento de atividades que possam envolver e resgatar melhores níveis de participação dos jovens do Acre.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: Punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1994.

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, 5-6, 25-36, 1997.

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. In: Osmar Fávero, Marília Pontes Spósito, Paulo Carrano, & Regina Reys Novaes, Juventude e contemporaneidade (pp. 81-64). Brasília: UNESCO/MEC/ANPEd, 2007.

ABRAMO, Helena, Branco, Pedro P., & Venturi, Gustavo). **Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam, & Castro, Mary Gomes. **Juventude, juventudes, o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

ADORNO, Theodor W. **Palavras e sinais**. Petrópolis: Vozes, 1995

AFONSO, Almerindo Janela. **Sociologia da educação não-formal: Reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática?** In: António Joaquim Esteves & Stephen R. Stoer, A sociologia na escola (pp. 83-96). Porto: Afrontamento. 1989.

ALENCAR, Mônica Maria T. **Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família**. In: Mione A. Sales, Maurílio C. Matos, & Maria Cristina Leal (Orgs.), Política social, família e juventude: Uma questão de direitos (5a ed., pp. 61-78). São Paulo: Cortez, 2009.

ALLEN, James T., Drane, Dan D., Byon, Kevin K., & Mohn, Richard S. **Sport as a vehicle for socialization and maintenance of cultural identity: International students attending American universities**. Sport Management Review, 13(4), 421-434, 2010.

ALVES, José Antônio Barros, & Pieranti, Octavio Penna (2007). **O estado e a formulação de uma Política Nacional de Esporte no Brasil**. REA eletrônica, (6)1, 1-17.

ANDRADE, José Vicente. **Os consumidores do lazer**. In: José Vicente de Andrade (Ed.), Lazer: Princípios, tipos e formas na vida e no trabalho (pp.

127-138). Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

AQUINO, Cássio A., & Martins, José C. **Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho**. Revista Mal-Estar e Subjetividade, 3(2), 479-500, 2007

AQUINO, Luseni Maria. **A juventude como foco das políticas públicas**. In: Jorge Abrahão Castro, Luseni Maria C. de Aquino, & Carla Coelho Andrade (Orgs.), Juventude e políticas sociais no Brasil (pp. 23-40). Brasília: Ipea, 2009.

ARENDT, Hannah. **The crisis in education**. Disponível em: <<https://webSPACE.utexas.edu/hcleaver/www/330T/350kPEEArendtCrisisInEdTable.pdf> . 1954>. Acesso em: 19 de março de 2013.

ARENDT, Hannah. **As esferas pública e privada**. In: Hannah Arendt, Condição humana (8a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1958.

ARGYLE, Michael. **Leisure: The social psychology of everyday life**. New York: Routledge, 1991.

ARNSTEIN, Sherry R. **A ladder of citizen participation**. Journal of the American Institute of Planners, 35(4), 216-224, 1969.

AZEVEDO, Cristina Nunes. **Participação cívica dos jovens: Um estudo longitudinal do impacto da participação em associações cívicas no desenvolvimento psicológico**. Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, 2009.

AZEVEDO, Paulo Henrique. **As políticas públicas para o lazer elaboradas e desenvolvidas pelo Ministério da Educação**. In: Dulce Maria Suassuna, & Aldo Antonio de Azevedo (Orgs.), Política e lazer: interfaces e perspectivas (pp. 123-154). Brasília: Thesaurus, 2007

BANGO, Júlio (2003). **Políticas de juventude na América Latina: Identificação de desafios**. In: Maria Virgínia de Freitas & Fernanda de Carvalho Papa (Orgs.), Políticas públicas juventude em pauta (pp. 33-55), São Paulo: Cortez.

BARBALET, Jack M. **A cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BARBER, Bonnie L., & Stone, Margaret R. **Adolescent participation in organized activities**. Journal of Adolescent Research, 24, 10-43, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BARR, Hugh. **Citizenship education without a text book**. Children's

Social and Economics Education, 3, 28-35, 1998.

BARROS, Ricardo Paes, & Carvalho, Mirela de. **Desafios para a política social brasileira**. In: Fabio Giambagi, José Guilherme Reis, & André Irani (Orgs.), Reformas no Brasil: Balanço e agenda (pp. 433-455). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BARROS, Ricardo, Coscarelli, Pedro, Coutinho, Maria Fátima, & Fonseca, Arildo Franco. **O uso do tempo livre por adolescentes em uma comunidade metropolitana no Brasil**. Adolescência Latinoamericana, 3(2). Disponível em: <http://raladolec.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302002000200008&.2002>. Acesso em: 23 de abril de 2013.

BAUER, Martin, & Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático** (Pedrinho Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2002.

BEAUREGARD, Myriam, & Ouellet, Gaétan. Élaboration et mise à l'essai d'un programme de prévention du décrochage scolaire axé sur les activités parascolaires. *Loisir et Société*, 18(2), 373-394, 1995.

BENTO, Jorge Olimpio. **O outro lado do desporto**. Porto: Campo das Letras Editores, S. A, 1995.

BESSANT, Judith. **Youth participation: A new mode of government**. *Policy Studies*, 24(2-3), 87-100, 2003.

BIESTA, Gert J. J. **A school for citizens: Civic learning and democratic action in the learning democracy**. In: Jon Nixon, Bob Lingard, & Stewart Ranson (Eds.), *Transforming learning in schools and communities* (pp. 170-183). London: Continuum, 2008.

BOBBIO, Norbert. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon, & Minayo, Maria Cecília de Souza. **A systematic review on youth participation in the last 10 years**. *Saúde e Sociedade*, 18(3), 411-423, 2009.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSC, Serge, Bouguereau, J. M, & Gavi, Philippe. **A crise Européia: Revolta ou revolução?** (Mário Willmersdorf Júnior, Trad.). Rio de Janeiro: Degrau, 1968.

BOULLÓN, Roberto C. **Atividades turísticas e recreativas: O homem como protagonista** (Maria Elen Ortega Ortiz Assumpção, Trad.).

Bauru: EDUSC, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Les héritiers: Les étudiants et la culture**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte** (2a ed.). Ijuí, RG: Ed. Unijuí, 2003.

BRAMANTE, Antonio Carlos. **Lazer e concepções**. Revista Licere, 1(1), 37-43, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?**. São Paulo: Abril Cultura Brasiliense, 1985.

BRIGUGLIO, Bianca, Hozokawa, Emily, & Schalch, Laís. **Educação, trabalho e juventude: O programa jovem cidadão**. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/painéis_III_congresso_consad/painel_42/programa_jovem_cidadao.pdf>. 2010>.

BRITTO, Sulamita. **Sociologia da juventude** (Vols. I-IV). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1968.

BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

CAILLOIS, Roger. **O homem e o sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1988.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Classes médias, ensino público e ensino privado no Brasil, 1950/1990**. Cadernos de Pesquisa, 7(1) 28-37, 1991.

CAMARANO, Ana Amélia, Mello, Juliana Leitão e, Pasinato, Maria Tereza, & Kanso, Solange. **Caminhos para a vida adulta: As múltiplas trajetórias dos jovens brasileiro**. Última década, 12(21), 11-50, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia, Mello, Juliana Leitão, & Kanso, Solange. **Um olhar demográfico sobre os jovens Brasileiros**. In: Jorge Abrahão Castro, Luseni Maria C. de Aquino, & Carla Coelho Andrade (Orgs.), *Juventude e políticas sociais no Brasil* (pp. 71-88). Brasília: Ipea, 2009.

CAMARGO, Luiz Otávio. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAMARGO, Luiz Otávio. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

CAMINO, Linda, & Zeldin, Shepherd. **From periphery to center:**

Pathways for youth civic engagement in the day-to-day life of communities. *Applied Developmental Science*, 6(4) 213-220, 2002.

CARDOSO, Ruth, & Sampaio, Helena. **Bibliografia sobre juventude**. São Paulo: EduSP, 1995.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia**: A juventude em questão. São Paulo: Senac, 2001.

CARTA Europeia dos Direitos dos Jovens (2003). **Estrasburgo**: Conselho da Europa.

CASTELLANI, Lino, Filho. **O projeto social esporte e lazer da cidade**: Da elaboração conceitual à sua implementação. In: Lino Castellani Filho, (Org.), *Gestão pública e política de lazer: A formação de agentes sociais* (p. 150). Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CASTRO, Jorge Abrahão, Aquino, Luzeni Maria, & Andrade, Carla Coelho. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, Mary Garcia, & Abramovay, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas públicas de/para/com juventudes**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(2), 20-46, 2002.

CEPAL. **La juventud en Iberoamérica**: Tendencias y urgencias. Santiago do Chile: CEPAL Naciones Unidas, 2004.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Pearson, 1976.

CHECKOWAY, Barry. **Involving young people in neighborhood development**. *Children and Youth Services Review*, 20, 765-795, 1998.

CHECKOWAY, Barry. **What is youth participation?**. *Children and Youth Services Review*, 33, 340-345, 2011.

CHECKOWAY, Barry, Tanéné, Allison, & Montoya, Colleen. **Youth participation in public policy at the municipal level**. *Children and Youth Services Review*, 27, 1149-1662, 2005.

CODINA, Núria. **El deporte como actividad compensadora en el tiempo libre**. *Anuario de Psicología*, 40(1), 19-24, 1989.

COHEN, Ernesto, & Franco, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

COHEN, Mitchell, & Hale, Dennis (Eds.). **The new student left**: An anthology. Boston: Beacon Press, 1966.

CONFERÊNCIA NACIONAL DA JUVENTUDE. Disponível em:

<<http://www.juventude.gov.br/conferencia> .2004>. Acesso em: dezembro 22 de 2012.

CONJUVE (2006). **Política Nacional de Juventude**. Brasília: Secretaria Nacional da Presidência da República.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos**: Resolução 196/96. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 1996.

CORONA, Caraveo, & Linhares, Pontón .**Participación infantil y juvenil em América Latina**. Ciudad de México: UAM, 2007.

CORROCHANO, Maria C. **Trabalho e juventude**: Entrevista com Maria Carla Corrochano. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 8, 99-104, 2005.

COSTA, Márcia Regina. **Os carecas do subúrbio**: Caminhos de um nomadismo moderno. Petrópolis: Vozes, 1993.

COUTO, Cláudio Gonçalves, & Arantes, Rogério Bastos. **Constituição, governo e democracia no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 21(61), 41-62, 2006.

CRUZ, Braga da. **democracia e cidadania**: o papel dos valores. In: colóquio educação e Sociedade (pp. 37-48). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **Flow**: The psychology of optimal experience. New York: HarperPerennial, 1990.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **A descoberta do fluxo a psicologia do envolvimento com a vida cotidiana** (Pedro Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihalyi. **Fluir: Una psicología de la felicidad**. Barcelona: Cairos, 1997.

CUENCA Cabeza, Manuel. **Ocio humanista**: Dimensiones y manifestaciones actuales del ocio. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.

CUENCA, Cabeza. **Ocio humanista, dimensiones y manifestaciones actuales del ocio**. Bilbao, España: Instituto de Estudios de Ócio/Universidad de Deusto, 2003.

CUNHA, Luiz A. **A universidade crítica**. São Paula: Ed. UNESP, 2007.

DAYRELL, Juarez. **Jovens no Brasil**: Dificéis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. Comunicação apresentada na 25^a

reunião da ANPED, Hotel União, Caxambu, 2002.

DAYRELL, Juarez, & Carrano, Paulo. **Jovens no Brasil: Dífíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo.** Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/JOVENS_BRASIL_MEXICO.pdf 2002>. Acesso em: novembro 14, 2003.

DE GRAZIA, Sebastián. **Tiempo, trabajo y ocio.** Madrid: Tecnos, 1966.

DIAS, Claudia, Corte-Real, Nuno, Corredeira, Rui, Barreiros, André, Bastos, Tania, & Fonseca, Antonio Manuel. **A prática desportiva dos estudantes universitários e suas relações com as autopercepções físicas, bem estar subjetivo e felicidade.** Estudos de psicologia, 13(3), 223-232, 2008.

DIENER, Ed, Oishi, Shigehiro, & Lucas, Richard E. **Personality, culture and subjective well-being: Emotional and cognitive evaluations of life.** Annual Review of Psychology, 54, 403-425, 2003.

DIENER, Ed, Suh, Eunkook M., Lucas, Richard E., & Smith, Heidi L. **Subjective well-being: Three decades of progress.** Psychological Bulletin, 125(2), 276-302, 1999.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: Gangues, galeras e movimento hiphop.** São Paulo: AnnaBlume, 1998a.

DIÓGENES, Glória. **Juventude, cultura e violência: A escola em questão.** In: Anais do Seminário Escola, sim! Violência não! (pp. 41-46). Recife: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, 1998b.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular** (Maria de Lourdes S. Machado, Trad.). São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

DURSTON, John. **Limitantes de ciudadanía entre la juventud latinoamericana.** Revista Iberoamericana de Juventud, 1, 84-89, 1996.

ECCLES, Jacquelynn, & Gootman, Jennifer Appleton. **Community programs to promote youth development.** Acta Sociológica, 51(4), 355-

370, 2008.

EGERTON, Muriel. **Higher education and civic engagement.** British Journal of Sociology, 52(4), 603-620, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert, & Dunning, Eric. **A busca da excitação.** Lisboa: Difel, 1992.

ERIKSON, Erik H. **Adolescence et crise: La conquête d'identité.** Paris: Flammarion, 1972.

ESPINOSA, Pablo. **Razonamiento moral y conducta social en el menor.** Tese de Doutoramento, Universidade da Corunha, Corunha, Espanha, 2000.

FARIA, Regina M. **Avaliação de programas sociais: Evoluções e tendências.** In: Elisabeth Melo Rico (Org.), Avaliação de políticas sociais: Uma questão em debate (pp. 41-49). São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em tempos de autoritarismo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FAVERO, Osmar, Spósito, Marília Pontes, Carrano, Paulo, & Novaes, Regina Reys. **Juventude e contemporaneidade.** Brasília, DF:UNESCO/MEC/ANPED, 2007.

FAWCETT, Lillian May, Garton, Alison F., & Dandy, Justine. **Role of motivation, self-efficacy and parent support in adolescent structured leisure activity participation.** Australian Journal of Psychology, 61(3), 175-182, 2009.

FERREIRA, Acácio. **Lazer operário: Um estudo da organização social das cidades.** Salvador: Livraria Progresso, 1959.

FERREIRA, Pedro D., & Menezes, Isabel. **Questionário das experiências de participação.** Porto: FPCEUP, 2001.

FERREIRA, Pedro, Azevedo, Cristina, & Menezes, Isabel. **The developmental quality of participation experiences: Beyond the rhetoric that participation is always good!.** Journal of Adolescence, 35(3), 599-610, 2012

FERREIRA, Pedro, Coimbra, Joaquim Luís, & Menezes, Isabel. **Diversity within diversity: Exploring connections between community, participation and citizenship.** Journal of Social Science Education, 11(3),

120-134, 2012.

FERREIRA, Pedro. **Concepções de cidadania e experiências de participação na sociedade civil: uma perspectiva do desenvolvimento psicológico.** Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, 2006.

FERREIRA, Vítor Sérgio, & Nunes, Catia. **Transições para a vida adulta.** In: Machado Pais (Orgs), Tempos e transições de vida. Portugal ao espelho da Europa (pp.), 2010.

FISKE, Donald W., & Shweder, Richard A. **Metatheory in social science: Pluralisms and subjectivities.** Chicago: University of Chicago Press, 1986.

FITZGERALD, Michael, Joseph, Anil P., Hayes, Mary, & O'Regan, Myra. **Leisure activities of adolescent schoolchildren.** Journal Adolescence, 18, 349-358, 1995.

FLANAGAN, Constance, & Levine, Peter. **Civic engagement and the transition to adulthood.** Future Child, 20(1), 159-179, 2010.

FLICK, Uwe. **Introducion a la investigacion cualitativa** (2a ed.). Madrid: Ediciones Morata, 2007.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da Sociedade Brasileira.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FORMIGA, Nilton Soares. **O tipo de orientação cultural e sua influencia sobre os indicadores do rendimento escolar.** Revista Psicologia: Teoria e Prática, 16(1), 13-29, 2004.

FORMIGA, Nilton Soares, Ayroza, Igor, & Dias, Lunna. **Escala das atividades de hábitos de lazer: construção e validação em jovens.** Psic: Revista de Psicologia da Vektor Editora, 6(2), 71-79, 2005.

FRANÇA, Tereza L. **Educação para e pelo lazer.** In: Nelson Carvalho Marcellino (Org.), Lúdico educação e educação física (pp. 33-47). Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

FRANÇA, Tereza Luiza. **Educação para e pelo lazer.** In: Nelson Carvalho Marcellino (Org.), Lúdico, educação e educação física (pp. 33-47). Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

FRASER, Nancy. **Rethinking the public sphere: A Contribution to the critique of actually existing democracy.** In: Craig Calhoum (Org), Habermas and the public sphere (pp. 109-142). Massachusetts: MIT Press, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** (9a ed.). Rio de Janeiro: Paz

e Terra, 1981.

FREIRE, Teresa. **Experiências ótimas e lazer**: Sobre a qualidade da experiência subjectiva na vida diária. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 11(2), 243-258, 2006.

FREITAS, Clara Maria Silvestre Monteiro de, Xavier, Isa, Campos, Maria Bernardete Leal, Munique, Isa, & Leão, Ana Carolina Carneiro. **Tempo livre e lazer na juventude Noronhense**: Influências na qualidade de vida e implicações sociais. *Revista Brasileira de Ciências do Movimento*, 15(1), 7-15, 2007.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 21, 212-258, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: Introdução à pedagogia do conflito (5a ed.). São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1984.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: Um estudo introdutório. São Paulo: Editora Autores Associados, 1990.

GIBSON, Cynthia. **From inspiration to participation**: A review of perspectives on youth civic engagement. New York: The Grantmaker Forum on Community and National Service, 2001.

GINWRIGHT, Shawn, & James, Taj. **From assets to agents of change**: Social justice, organizing, and youth development. *New Directions for Youth Development*, 96, 27-46, 2002.

GIROUX, Henry A. **Os professores com os intelectuais**: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GODOY, Arilda S. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63, 1995.

GOHN, Glória. **Educação não formal e cultura política**: Impactos sobre o associativismo no terceiro setor (4a ed.). São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política** (2a ed.). São Paulo: Cortez Editora, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal na pedagogia social**. In: Proceedings of the 1: I Congresso Internacional de Pedagogia Social. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=iso 2006>. Acesso em: Julho 23, 2013.

GOMES, Ana Maria R., & Faria, Eliene L. **Lazer e diversidade**

cultural. Brasília: SESI/DN, 2005.

GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

GOMES, Cristina Marques. **Pesquisa científica em lazer no Brasil: Bases Documentais e Teóricas**. Tese de Mestrado, ECA/USP, São Paulo, Brasil, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais: O princípio educativo jornalismo** (Vol 2., 3a ed.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUIMARÃES, Gilselene Garcia, & Grinspun, Mírian Paura Sabrosa Zíppin. **Revisitando as origens do termo juventude: A diversidade que caracteriza a identidade**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT20-4136--Int.pdf>>. Acesso em: março 16, 2012.

GUIMARÃES, Jamile Silva, & Lima, Isabel Maria Sampaio Oliveira (2011). **Participação juvenil: Estratégia de desenvolvimento humano**. Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano, 21(3), 856-863, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.

HAGUETTE, Teresa Maria Forte. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

H Aid, Phillip, Marques, Elder C., & Brown, Jon. **Re-focusing the Lens: Assessing the challenge of youth involvement in public policy**. Disponível em: <http://iog.ca/wp-content/uploads/2012/12/1999_June_lens.pdf 1999>. Acesso em: março 15, 2013.

HARRIS, Grace Gradys. **Casting out anger: Religion among the Taíta**

of Kenia. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

HART, Roger. **Children's participation**: from Tokenism to participation. Florence: UNICEF, International Child development Centre, 1992.

HART, Roger A. **La participación de los niños**: De la participación simbólica a la participación auténtica. UNICEF: Oficina regional para América Latina e el Caribe, 1993.

HEAD, Brian W. **Why not ask them?** Mapping and promoting youth participation. *Children and Youth Services Review*, 33,541–547, 2011.

HENDRICK, H. **Constructions and reconstructions of British childhood**. In: A. James & A. Prout (Eds.), *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues In: the sociological study of childhood* (pp. 28–56). London: Falmer Press, 1999.

HILL, Michael, & Hupe, Peter. **Implementing public policy**: Governance in theory and in practice. London: SAGE Publications, 2002.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos CEDES, 21(55), Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> 2001>. Acesso em: fevereiro 11, 2012.

HOLLINGSHEAD, August. **Juventude numa pequena cidade norte americana**. In: Sulamita Brito (Org.), *Sociologia da juventude* (Vol I, pp. 95–118). Rio de Janeiro. Zahar, 1968.

HOLLINGSHEAD, August de Belmont. **Elmtown's youth**: The impact of social classes on adolescents. New York: J Wiley, 1967.

IANNI, Otávio. **O jovem radical**. In: Sulamita Brito (Org.), *Sociologia da juventude da Europa de Marx à América Latina de hoje* (pp. 225–242). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1968.

IBASE. **Perfil da juventude brasileira**: Juventude e contemporaneidade. Rio de Janeiro: Polis, 2006.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Brasil: Governo Federal, 2000.

IBGE. **Inquérito Nacional de Domicílios**. Brasília, 2007.

IBGE. **Análise da pesquisa nacional por amostra de domicílios**: Inquérito nacional de domicílios. Brasília: MTE, CGEE, 2008.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766>

2010>. Acesso em: janeiro 18 de 2013.

INGLEHART, Ronald. **El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI Editores, 1991.

INGLEHART, Ronald. **Modernización y post-modernización: La cambiante relación entre el desarrollo económico, cambio cultural y político**. In: Juan Diez-Nicolás & Ronald Inglehart (Orgs.), *Tendencias mundiales de cambio los valores sociales y políticos* (pp. 157-170). Madrid: Fundesco, 1994.

INSTITUTO Cidadania. **Perfil da juventude Brasileira**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/secgeral/juventude/juventude.pps#398,3,Apresentação2003>>. Acesso em: janeiro 20 de 2013.

IPEA. **Políticas sociais acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2008.

IPEA. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

JANN, Werner, & Wegrich, Kai. **Theories of the policy cycle**. In: Frank Fischer, Gerald J. Miller, & Mara S. Sidney, *Handbook of public policy analysis: Theory, politics and methods* (pp. 43-62). Boca Raton, FL: CRC Press/Taylor & Francis Group, 2007.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Políticas de juventude: Políticas públicas ou políticas governamentais?**. *Estudos de Sociologia*, 18(19), 193-203, 2005.

LAGREE, Jean-Charles. **De la sociologie de la jeunesse a la sociologie des generations**. *Les Sciences de l'Education*, 3-4, 19-27, 1992.

LAKATOS, Eva Maria, & Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** (5a ed.). São Paulo: Atlas, 2003.

LANSDOWN, Gerison. **Envolving capacities and participation**. Vitória: International Institute for Child Right and Development, 2004.

LAUFER, Robert S., & Bengtson, Vern L.. **Generations, aging and social stratification: On the development of generational units**. *Journal of Social Issues*, 30(3), 181-205.

Lei 8069, de 13 de julho de 1990, **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

Lei 9394, 20 de dezembro 1996, sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/>

LEIS/L9394.htm 1974>. Acesso em: agosto 14 de 2012.

LEITE, Carlinda, & Rodrigues, Maria de Lurdes. **Jogos e contos numa educação para a Cidadania**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2001.

LEITE, Celso B.. **O século do lazer**. São Paulo: LTr, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos** (9a ed.). São Paulo: Loyola, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática e epistemologia**: Para além do embate entre a didática e as didáticas específicas. In: Ilma P. A. Veiga & Cristina D'Ávila (Orgs.), *Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas*. Campinas, SP: Papirus Editora, 2008.

LOPES, Sousa de. **Animação sociocultural em Portugal**. Chaves: Intervenção-associação para promoção e divulgação cultural, 2006.

LOPES, Tarcila Bretas. **Sobre o fazer técnico e o fazer político**: A atuação do profissional de lazer no serviço público municipal. Dissertação de mestrado, Belo Horizonte, 2009.

MACPHAILA, Ann, Collier, Connie, & O'Sullivan, Mary. **Lifestyles and gendered patterns of leisure and sporting interests among Irish adolescents**. *Sport, Education and Society*, 14(3), 281-299, 2009.

MAHONEY, Joseph L., Stattin, Hakan, & Magnusson, David. **Youth recreation centre participation and criminal offending**: A 20-year longitudinal study of Swedish boys. *International Journal of Behavioral Development*, 25(6), 509-520, 2001.

MANNHEIM, Karl. **Funções das gerações novas**. In: Marialice Foracchi & Luiz Pereira, *Educação e sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

MANNHEIM, Karl. **El problema de las generaciones** (Ignacio Sánchez, Trad.). *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. 62, 193-241, 1993.

MARCELLINO, Néelson Carvalho. **Lazer e humanização**. Campinas, SP: Papirus, 1983.

MARCELLINO, Néelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

MARCELLINO, Néelson Carvalho. **Lazer e educação**. São Paulo: Papirus, 1990.

MARCELLINO, Néelson Carvalho. **Lazer e humanização**. Campinas:

Papirus, 2000.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e desporto: Políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: Uma introdução** (3a ed.). Campinas: Autores Associados, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

MARCELLINO, Néelson Carvalho. **Lazer e educação** (15a ed.). Campinas: Papirus, 2010.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

MARSH, David. **Policy networks in British Government**. Oxford: Claredon Press, 1992.

MARSHALL, Thomas. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MARTINS, João Roberto, Filho. **Movimento estudantil e ditadura militar**. Campinas: Papirus, 1987.

MARTINS, Simone. **Análise da implementação da política nacional de irrigação no norte de Minas Gerais: O caso do Projeto Jaíba**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil, 2008.

MASCARENHAS, Fernando. **Tempo de trabalho e tempo livre: Algumas reflexões a partir do marxismo contemporâneo**. Revista Licere, 3(1), 72-89, 2000.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática de Liberdade**. Goiânia: UFG, 2003.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: Teses acerca da anatomia do lazer**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

MCCOWAN, Tristan. **Rethinking citizenship education: A curriculum for participatory democracy**. Londres: Continuum International Publishing Group, 2009.

MELO, Victor Andrade de, & Alves, Edmundo de Drummond, Junior. **Introdução ao lazer** (1a Ed.). Rio de Janeiro: Ed. Manole, 2003.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**.

Revista Brasileira de Educação, 5-6, 5-14, 1997.

MENDES, Antônio, Jr. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil**. Revista Educação e Sociedade, 22. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a07.pdf> 2001>. Acesso em: dezembro 3, 2008.

MENEZES, Isabel. **Intervenção comunitária: Uma perspectiva psicológica** (1a ed.). Porto: LivPsic, 2007.

MENEZES, Isabel. **Intervenção comunitária: uma perspectiva psicológica**. Porto: Legis Editora, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Coord.). **Fala galera: Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, Assis, Simone Gonçalves de, & Souza, Edinilsa Ramos. **Fala galera: Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Fundação Ford, Fundação Osvaldo Cruz e Garamond, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos: Redes de jovens e participação política**. Revista Brasileira de Educação, 5-6, 134-150, 1997.

MTV BRASIL. **Dossiê universo jovem 3**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1362753084Dossie_mtv.pdf 2005>. Acesso em: 22 de outubro de 2012.

MTV BRASIL. **Dossiê universo jovem 4**. Disponível em: <http://www.aartedamarca.com.br/pdf/Dossie4_Mtv.pdf 2008>. Acesso em: 04 de abril de 2014.

MUMFORD, Lewis. **Técnica y civilización**. Buenos Aires: EMECE, 1945.

MUMFORD, Lewis. **La condición del hombre**. Buenos Aires: OCESA, 1948.

MUNNÉ, Frederic, & Codina, Núria. **Ocio y tiempo libre: Consideraciones desde una perspectiva psicosocial**. Revista Licere, 5(1),

59-72, 2002.

MURILLO, Soledad. **El mito de la vida privada**: Dela entrega al tiempo propio. Madrid: Siglo Veintiuno, 1996.

MUSGROVE, Frank. **Family, education and society**. London: Routledge & Kegan Paul, 1971.

NAJBERG, Estela, & Barbosa, Nelson Bezerra. **Abordagens sobre o processo de implementação de políticas públicas** Interface, 3(2), 31-34, 2006.

NIRENBERG, Olga. **Participación de adolescentes em proyectos sociales**: Aportes conceptuales y pautas para su evaluación. Buenos Aires: Paidós, 2006.

NOVAES, Regina. **Os jovens de hoje**: Contextos, diferenças e trajetórias. In: Maria Isabel Mendes de Almeida & Fernanda Eugénio (Orgs.), Culturas jovens: Novos mapas do afeto (pp. 105-120). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NOVAES, Regina. **Juventude e sociedade**: Jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. Sociologia Especial: Ciência e Vida, 1(2), 6-15, 2007.

NOVAES, Regina. **Prefacio**. In: Jorge Abrahão Castro, Luseni Maria C. de Aquino, & Carla Coelho Andrade (Orgs.), Juventude e políticas sociais no Brasil (pp. 13-22). Brasília: Ipea, 2009.

NOVAES, Regina C., CARA, Daniel T., SILVA, Danilo M., & PAPA, Fernanda (ORGS.). **Política Nacional de Juventude**: Diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, 2006.

NÓVOA, Antonio. **Professores imagens do future presente**. Educa Lisboa, 2009.

O'DONOGHUE, Jennifer L., Kirshner, Benjamin, & Mclaughlin, Milbrey. **Moving youth participation forward**. New directions for Youth Development: Theory, Practice and Research, 96, 15-26, 2003.

O'TOOLE, Laurence J. Jr.. **Research on policy implementation**: assessment and prospects. Journal of Public Administration Research and Theory, 10(2), 263-288, 2000.

OLIVEIRA, Adailson Régis de, Silva, Carmem Dolores da, Gomes, José Cleudo, & Moraes, Renildo Lúcio de. **Avaliação da implantação do projovem trabalhador/juventude cidadã**: A experiência da Paraíba. Disponível em: <<http://arcus-ufpe.com/files/semcap10/semcap1014.pdf>>

2010>.

ONU (1985). **Año Internacional de la Juventud**: participación, desarrollo, paz. Disponível em: <<http://www.un.cl>>. Acesso em: fevereiro 13, 2013.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde (OMS).. **La salud de los jóvenes**: Un reto y una esperanza. Ginebra: OMS, 1995.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: INCM, 1996.

PAIS, José Machado. **Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea**. Lisboa: ISC, 1998.

PAIS, José Machado. **Ganchos tachos e biscates**: Jovens, trabalho e futuro. Porto: AMBAR, 2001.

PAIS, José Machado. **A Juventude como fase de vida**: Dos ritos de passagem aos ritos de impasse. Saude e sociedade, 18(3), 371-381, 2009.

PAMPOLS, Carles Feixa. **A construção histórica da juventude**. In: Augusto Caccia-Bava, Carles Feixa Pàmpols, & Yanko Gonzáles Cangas, Jovens na América Latina (p. 328). São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

PARKER, Stanley. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERALVA, Angelina. **O jovem como modelo cultural**. Revista Brasileira de Educação, 5-6, 15-24, 1997.

PEREZ, José Roberto Rus. **Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas**. In: Elizabeth Melo Rico (Org.), Avaliação de políticas sociais: Uma questão em debate (4a ed., pp. 65-73). São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **Porquê construir competências a partir da Escola?**. Porto: Edições Asa, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **A escola e a aprendizagem da democracia**. Porto: Edições ASA, 2002.

PERSON, Andreas, Kerr, Margaret, & Stattin, Hakan. **Staying in or moving away from structured activities**: Explanations involving parents and peers. Developmental Psychology, 43(1), 197-207, 2007.

PINHEIRO, Vinícius C. **Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, 12. Disponível em: <<http://www.ipea>>.

gov.br/ppp/index.php/PPP/article/download/141/143 1995>. Acesso em: dezembro, 3, 2008.

POCHMANN, Márcio. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: UNICAMP/IE/ABET, 1998.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PORTAL R7 (2011, junho 30). **Mais que a metade dos jovens brasileiros não se identificam com partidos políticos** [Web log Post]. Disponível em: <<http://juventudeatitudo-marica.blogspot.com/2011/06/mais-que-metade-dos-jovens-brasileiros.html>>.

PRAIA, Maria. **Educação para a cidadania: Teoria e práticas**. Porto: Asa Editores, 1999.

PRATES, Janio Cruz, & Prates, Flavia Cruz. **A contribuição da pesquisa para o desenvolvimento de políticas sociais pelo poder local**. Textos & Contextos, 4(1), 1-18, 2005.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

PUURONEN, Vesa. **Johdatus nuorisososiologiaan**. Tampere: Vastapaino, 1997.

RAMOS, Nerize Laurentino, & Brito, Paulo Afonso Barbosa. **Culturas juvenis: Movimentos juvenis**. Mudanças e esperanças. In: Educação e movimentos sociais (pp. 33-39). Brasil: Ministério da Educação, 2005.

REQUIXÁ, Renato. **Características e funções do lazer**. Boletim Bibliográfico do Sesc, 4, 31-34, 1974.

REQUIXA, Renato. **As dimensões do lazer**. Revista Brasileira de Educação Física e Desporto, 45, 54-76, 1980

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1997.

RIBEIRO, Norberto, Malafaia, Carla., Fernandes-Jesús, Maria, Neves, Tiago, Ferreira, Pedro, & Menezes, Isabel. **Education and citizenship: Redemption or disempowerment? A study of Portuguese-speaking Migrant (and non-migrant) youth in Portugal**. Power and Education, 4(2), 207-218, 2012.

RIESMAN, David, Denney, Revel, & Glazer, Nathan. **The lonely crowd: A study of the changing American character**. New Haven: Yale

University Press,1950.

ROCHA, Maria Cristina. **Juventude**: Apostando no presente. Imaginário/NIME-LABI, 12(10), 205-224, 2006.

ROGGERO, Rosemary B. **Pensando uma educação para o desenvolvimento sustentável**: A questão dos jovens do Brasil. Boletim Técnico do Senac, 36(1), 34-36, 2010.

ROMÃO, Isabel. **O desenvolvimento de competências para a participação cívica. Comunicação apresentada no Seminário Inaugural do Programa de Mentoring com vista ao fomento da participação cívica e política das jovens mulheres “De Mulher para Mulher”**, Casa de Serralves, Porto, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Nova Cultural,1991.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: Conceitos básicos. Programa de Apoio a Gerência Social no Brasil. Brasília: BID, 1997.

RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. Brasília: CNPD,1998.

RUGISKI, Marcelo, & Pilatti, Luiz Alberto. **O tempo livre de trabalhadores de uma indústria metalúrgica da Cidade de Castro e a sua relação com a qualidade de vida no trabalho**. Revista Conexões, 3(2), 35-47, 2005.

RUSSELL, Bertrand. **Elogio do Lazer**. Rio de Janeiro: Zahar,1997.

SACRISTÁN, Gimeno. **A educação obrigatória**: Seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed,2001.

SANTOS, Boaventura S. **Pela mão de Alice**: O social e o político na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento,1994.

SANTOS, Boaventura S. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez,2010.

SAVIANI, Demerval. **Percorrendo caminhos na educação**. Educação & Sociedade, 23(81), 273-290,2002.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.htm> .

2013>. Acesso em: maio 17, 2013.

SHINEW, Kimberley J., & Valerius, L. **Leisure interactions with family and friends**. Disponível em: <<http://www.leisurestudies.uiuc.edu.1996>>. Acesso em: janeiro 7, 2011.

SILVA, Augusto, & Figueiredo, Carla. **A educação para a cidadania no ensino básico e secundário Português (1974-1999)**. *Inovação*, 12(1), 27-45, 1999.

SILVA, Enid Rocha Andrade, & Andrade, Carla Coelho. **A política nacional de juventude: Avanços e dificuldades**. In: Jorge Abrahão Castro, Luseni Maria C. de Aquino, & Carla Coelho Andrade (Orgs.), **Juventude e políticas sociais no Brasil** (pp. 41-70). Brasília: IPEA, 2009.

SILVA, Enock Pessoa. **Avaliação do pró Jovem urbano modalidade prisional. Rio Branco Anais: PIBIC/UFAC**, 2012.

SILVA, Pedro Luiz Barros, & Melo, Marcus André Barreto de. **O Processo de implementação de políticas públicas no Brasil: Características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Disponível em: <http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2013.

SIMÕES, António, Pedrosa de Lima, Margarida, Vieira, Cristina Maria Coimbra, Ferreira, Joaquim Armando, Oliveira, Albertina Lima, Alcoforado, Luís, Neto, Fernando Félix Monteiro, Ruiz, Fátima, Cardoso, Ana Paula, Felizardo, Sara, & Sousa, Luís Nuno. **Promover o bem-estar dos idosos: Um estudo experimental**. *Psicológica*, 42, 115-131.2006

SIRVENT, Maria Teresa. **Cultura popular y participación social: una investigación en el barrio de Mataderos (Buenos Aires)**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2006.

SLAZAL, Alexander. **The use of time**. Paria/Haia: Mouton, 1972.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: Uma revisão da literatura**. *Sociologias*, 8(16), 20-45, 2006.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Estudos sobre juventude em educação**. *Revista Brasileira de Educação*, 5-6, 37-52, 1997.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Estado do conhecimento: Juventude**. Brasília: INEP, 2000.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: Desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Observatório da

Educação e da Juventude,2003.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude escola no Brasil.** In: Helena Wendel Abramo & Pedro Paulo Martoni Branco (Orgs.), Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional. (pp. 87-128). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo,2005.

SPÓSITO, Marília Pontes, & Carrano, Paulo Cezar Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, 24, 16-39,2003.

SPOSITO, Marília Pontes, & Corrochano, Maria C. **A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil.** Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, 17(2), 141-172,2005.

SPÓSITO, Marília Pontes, Silva, Hamilton Harley de Carvalho e, & Souza, Nilson Alves de. **Juventude e poder local:** Um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. Revista Brasileira de Educação, 11(32), 238-271,2006

STARR, Jerold M. **The peace and love generation:** Changing attitudes toward sex and violence among college youth. Journal of Social Issues, 30(2), 73-106,1974.

STIGGER, Marco Paulo (2005). **Educação física, esporte e diversidade.** Campinas: Autores Associados.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulque, Escobar, Micheli Ortega, & França, Tereza Luiza. **Construção do tempo pedagógico para a construção-estruturação do conhecimento na área da educação física & esporte.** Revista Motrivivência, 7(8), 124-132,1995.

TEIXEIRA, Elenaldo Celson. **O local e o global:** Limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez,2001.

TEXTO BASE DA 2ª CONFERÊNCIA DA JUVENTUDE. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conferencia/documentos/texto-base/copy_of_texto-base . 2011>. Acesso em: março 27, 2013.

TINSLEY, Howard E. A., & Tinsley, Diane J. **A Theory of the attributes,benefits, and causes of leisure experience.** Society and Leisure, 8(1), 1-45,1986.

TRASHER, Frederic Milton. **The gang of 1, 313 gangs in Chicago.** Chicago: University of Chicago Press,1963.

TROST, Kari, Biesecker, Gretchen, Stattin, Hakan, & Kerr, Margaret. **Not wanting parents' involvement:** Sign of autonomy or sign of problems?

European Journal of Developmental Psychology, 4(3), 314–333, 2007.

UNESCO (s.d.). **Declaração de Lisboa de 1998**. Disponível em: <http://www.unesco.org/pv_obj_cache/pv_obj_id_2593E7604BD4C9B557BA99A002CCFFC129E0000/filename/lisbon.pdf>. Acesso em: outubro 17, 2012.

UNITED NATIONS (UN). (2005). **World youth report 2005**. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/wyr05book.pdf>>. Acesso em: fevereiro 12, 2013.

VAN MAANEN, John. **Reclaiming qualitative methods for organizational research**: A preface. Administrative Science Quarterly, 24(4), 520-526,1979.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Pioneira,1965.

VEIGA, Clara Sofia. **O impacto do envolvimento dos estudantes universitários em atividades extra-curriculares no empowerment psicológico e no desenvolvimento cognitivo-vocacional**. Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto,2008.

VON MARTIN, Alfred. **Sociologia del renascimento**. México: Fondo de Cultura Econômica,1976.

VON SIMSON, Olga Moraes. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**: O exemplo do Centro de Memória da Unicamp. In: Luciano Mendes de Faria Filho (Org.), Arquivos, fontes e novas tecnologias: Questões para a história da educação (pp. 63-74). Campinas: Autores associados & Bragança Paulista: Universidade São Francisco,2000.

WASELFISZ, Jacobo. **JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E CIDADANIA: Os jovens de Brasília**. Brasília: Cortez Editora,1998

WASELFISZ, Júlio Jacobo, Abramovay, Mrian, & Andrade, Carla (1998). **Bolsa-escola: Melhoria educacional e redução da pobreza**. Brasil: Unesco.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011**: os jovens do Brasil. Brasília: Instituto Sangari e Ministério da Justiça,2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: A cor dos homicídios no Brasil. Brasília: SEPP/PR,2012.

WCEFA. Conteúdo: **Declaração Mundial Sobre Educação para Todos**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com>>.

br/?artigos&ver=712.19938&seo=1 1990>. Acesso em: março 30, 2013.

WERNECK, Christianne. **Questões contemporâneas**: Significados e relações constituídas entre o lazer e a recreação no Brasil. In: Christianne Werneck (Ed.), *Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas* (pp. 80-126). Belo Horizonte: UFMG, 2000.

WILLIS, Paul. **Learning to labor**: How working class kids get working class jobs. New York: Columbia University Press, 1981.

WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION (WLRA). (1993) **Carta Internacional de Educação para o Lazer**. Disponível em: <http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=195>. Acesso em: setembro 17, 2012.

WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION (WLRA). **International position statement on leisure education and youth at risk**. *Leisure Sciences*, 23, 201-207, 2001.

YOUNISS, James, Bales, S., & Christmas-Best, V. **Youth civic engagement in the twenty-first century**. *Journal of Research on Adolescence*, 12(1), 121-148, 2002.

ZAMORA, R., Toledo, B., Santi, L., & Martínez, A. **El tiempo libre y la recreación**: Estudio en adolescentes Uruguayos. In: Zamora, R., Toledo, B., Santi, L., & Martínez, A. (Eds.), *La salud del adolescente y del joven* (pp. 533-544). Washington, DC: OPAS, 1995.

ZELDIN, Shepherd, Camino, Linda, & Calvert, Matthew. **Toward an understanding of youth in community governance**: Policy priorities and research directions. *Social Policy Report*, 17(3), 1-20, 2003.



Sobre a autora

Possui Doutorado em Ciências da Educação, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (2013), revalidado pela Faculdade de Educação da USP; Mestrado em

Educação Física pela Universidade de São Paulo (1991). Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase na Pedagogia e Ciência do Movimento Humano.

É Professora dos cursos de Educação Física Licenciatura e Bacharelado da Ufac; associada representativa do Rotary Clube Rio Branco/Acre, Distrito 4720, exercendo o cargo de Governadora do Distrito no ano rotário 2016/2017. Coordenou e ministrou diversos cursos de pós-graduação e orienta projetos de pesquisa. Possui experiência na extensão universitária, em administração e gestão. Foi coordenadora de planejamento e Diretora Geral de Esportes da Superintendência de Desportos do Amazonas. Chefiou o Departamento de Educação Física e foi Coordenadora dos Cursos de graduação em Educação Física da Ufac. Foi fundadora e presidente da Federação Aquática do Estado do Acre. Participou da instituição da seccional do Conselho Regional de Educação Física/Cref 8, onde também atuou como coordenadora regional. Delegada da Federação Internacional de Educação Física, Fiep/AC, sendo hoje Delegada de honra.

Foi membro da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Acre, membro efetivo do Conselho Universitário da mesma universidade e Assessora Especial da Reitoria. Ocupou o cargo de Diretora de Desenvolvimento Estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Diretora de Arte, Cultura e Integração Comunitária/Proex/Ufac. Reativou e dirigiu a Federação do Desporto Universitário do Acre. Dirigiu a Secretaria Estadual do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte do referido Estado. Atualmente é professora da Universidade Federal do Acre, Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Educação Física – Licenciatura, e Diretora de Saúde e Qualidade de Vida da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas da Ufac.

Lucicleia Barreto Queiroz

Juventude, Lazer e Políticas Públicas no Acre



Edufac



Edufac